



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ROSA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO

**O CANDEEIRO COMO SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS:
UMA ETNOGRAFIA DA CIRCULAÇÃO, DOS USOS E APROPRIAÇÕES
EM LAGOA DO JUÁ**

FORTALEZA - CE

2018

ROSA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO

**O CANDEEIRO COMO SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS:
UMA ETNOGRAFIA DA CIRCULAÇÃO, DOS USOS E APROPRIAÇÕES
EM LAGOA DO JUÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito final para obtenção do Título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Linguagens.

Linha 2: Mídia e práticas socioculturais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Catarina Tereza Farias de Oliveira

FORTALEZA - CE

2018

ROSA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO

**O CANDEEIRO COMO SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS:
UMA ETNOGRAFIA DA CIRCULAÇÃO, DOS USOS E APROPRIAÇÕES
EM LAGOA DO JUÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito final para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 14/08/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Catarina Tereza Farias de Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^a. Dr^a. Márcia Vidal Nunes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Robson da Silva Braga
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Teresa Cristina Furtado Matos
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- N198c Nascimento, Rosa da Conceição.
O Candeeiro como sistematização de experiências : uma etnografia da circulação, dos usos e apropriações em Lagoa do Juá / Rosa da Conceição Nascimento. – 2018.
186 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Catarina Tereza Farias de Oliveira.
1. O Candeeiro. 2. Sistematização de experiências. 3. Circulação. 4. Usos e Apropriações. 5. Etnografi. I. Título.

CDD 302.23

Aos meus pais, Pedro Henrique (*in memoriam*)
e Djanira, que me geraram, e, na sua
simplicidade, conduziram-me no caminho da
vida.

AGRADECIMENTOS

Quero aqui, neste espaço, expressar a alegria de estar aqui e, portanto, o sentimento de gratidão por ter chegado a este ponto. Os caminhos foram longos e, da mesma forma, intensos, mas nunca estive sozinha, porque uma força maior me conduzia em todos os momentos. Obrigada, Senhor, em primeiro lugar, pela existência! Obrigada também por ser luz e por me acompanhar em toda a minha trajetória de vida.

Eu tenho muita coisa para dizer às famílias de Lagoa do Juá, mas tudo o que eu disser aqui neste espaço não será suficiente para expressar a grandeza da experiência que vivi na comunidade. No entanto, quero manifestar o sentimento de gratidão.

Em primeiro lugar, agradeço pela acolhida prestativa dos moradores, pela amizade e a confiança em compartilharem comigo suas experiências de vida. Tudo foi muito bom: a reaproximação com o meio rural, a liberdade que o campo permite de ir e vir tranquilamente sem receios. Lembro-me com saudade das caminhadas pelas manhãs e aos finais de tarde de sol, que me possibilitavam mergulhar em meu ser e me aproximar mais de cada história. Pesquisar em Lagoa do Juá foi uma experiência intensa, ao mesmo tempo leve e prazerosa. Em nome de Maria Lídia Vieira de Andrade, uma das matriarcas da comunidade, que me deu total apoio com hospedagem e alimentação durante a pesquisa em campo, os meus sinceros agradecimentos.

À minha orientadora, Catarina, agradeço, em primeiro lugar, por ter acreditado na pesquisa e aceitado percorrer a trajetória que esta requeria. Obrigada pela parceria, pela cumplicidade e pelos compartilhamentos dos conhecimentos durante todo o percurso. Gratidão aos professores do mestrado, que, com seu acúmulo e suas experiências, contribuíram com meu aprendizado. Pelos conhecimentos conosco divididos, obrigada! Em especial, agradeço às professoras Márcia Vidal e Cristina Furtado e ao professor Robson Braga, pelas sugestões durante a qualificação e por terem, agora, aceitado fazer parte da banca de defesa. Ao professor Ismar Capistrano e à professora Silvia Belmino, agradeço por fazerem parte da banca como suplentes.

Aos meus pais, Pedro Henrique (*in memoriam*) e Djanira Maria da Conceição, pela vida, em primeiro lugar, e pelo ensinamento. Vocês são exemplos de caráter, simplicidade e honestidade para mim. Sei dos desafios que o sistema em que estamos inseridos tem colocado, mas, sobretudo, tenho certeza do empenho e do amor de vocês. Mãe, você continua sendo a minha referência de vida.

Aos meus irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas, a minha sincera gratidão pelas vivências e pelos ensinamentos. Vocês são a base principal da minha caminhada. À minha afilhada sobrinha, Maria Clara e à afilhada sobrinha-neta, Letícia, permitam-me expressar o meu sentimento de querer bem. À minha avó, Maria Balbina, de 99 anos, agradeço pelo exemplo de resistência e persistência. Você é importante na nossa vida, madrinha.

Quero estender minha gratidão às instituições que formam a ASA, em nome do Cetra, da Obas e do Elo Amigo, por terem me possibilitado, durante uma longa trajetória profissional, ampliar os conhecimentos sobre a importância de se trabalhar em rede, mas, principalmente, por terem contribuído com minha formação política. Agradeço ainda pela oportunidade da reaproximação com o campo e por ter conhecido muitas experiências incríveis que me fizeram pensar o Semiárido de outro modo. Aqui, basta saber se relacionar com o meio em que se vive e ter apoio de políticas públicas favoráveis para se ter uma vida melhor.

À equipe de assessoria de comunicação da ASA, em nome de Elka Macedo e Fernanda Cruz, meus agradecimentos, pelo apoio e pela disponibilidade de conversar comigo sobre a comunicação da rede de articulação.

Às Irmãs Mensageiras de Santa Maria, de modo particular à Irmã Teresinha, coordenadora-geral, pela compreensão, pelo incentivo e pelo apoio. Agradeço a Aparecida, Fátima, Maria, Socorro, Ribeiro, pelas conversas sobre a caminhada, as angústias, os desafios e perspectivas.

Aos amigos e amigas, Cristina, Selma, Aninha, Flavia, Neila, pelo apoio e pelos compartilhamentos da vida. Ao Renato, que desde a seleção do mestrado me acompanha e me encoraja a continuar lutando. Pelos puxões de orelha, pelo incentivo e, sobretudo, por me tranquilizar dizendo que seria possível, meus sinceros agradecimentos.

À turma do mestrado, agradeço pela caminhada compartilhada. Destino umas linhas deste espaço para dizer que tive o prazer de estudar com Mona Gadelha, cantora e compositora cearense, e que durante esse período tive a oportunidade de conhecer mais sobre a sua música. Mona, eu sou sua fã.

Ao grupo da “Panela Mestra” (o pessoal da linha Mídias e Práticas Socioculturais), minha gratidão pelas trocas de experiências, pelos encontros na casa do Sérgio e pelas muitas brincadeiras e risadas juntos. Gente, vocês são parte importante nesta caminhada e continuam para a vida. Lilian, Luizete, André, Rafael, Sergio e Cícero, obrigada! Agradeço de modo particular a Lilian e André (novamente) e Edson (esposo de Lílían e

mestrando em linguística), pela parceria durante os longos dias de estudos na biblioteca. Com vocês, esses momentos se tornaram mais leves.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), agradeço imensamente pela bolsa de estudos (no segundo ano do mestrado). Sem essa contribuição financeira, eu não teria condição de me dedicar ao mestrado da forma como foi possível.

À Universidade Federal do Ceará - UFC, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, em nome das secretárias Lidiane (primeiro ano do mestrado) e Gabriela (segundo ano do curso), obrigada pela parceria e pelo apoio.

Minha sincera e honrosa gratidão aos agricultores e agricultoras do Semiárido brasileiro, pela esperteza e pela coragem de, mesmo diante das situações desafiadoras no campo da produção, continuarem firmes e sempre esperançosos em uma nova colheita.

RESUMO

O presente trabalho faz uma investigação do impresso intitulado “O Candeeiro”, produzido pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). O Candeeiro é utilizado como processo metodológico e pedagógico do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Esta pesquisa, inicialmente, problematiza o conceito de sistematização de experiências. Outras discussões do estudo são os conceitos de circulação, usos e apropriações. A pesquisa se desenvolve na comunidade de Lagoa do Juá, no município de Itapipoca, no Ceará. Foi objetivo estudar como as informações contidas no impresso circulam nessa localidade e como são utilizadas a partir dos modos de vida das pessoas. A pesquisa apropria-se da etnografia, utilizando-se da observação, do diário de campo e da entrevista para investigar os objetivos propostos.

Palavras-chave: O Candeeiro. Sistematização de experiências. Circulação. Usos e Apropriações. Etnografia.

ABSTRACT

The object of this research is *O Candeeiro*, a periodical produced by Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) which is addressed to farmers in the Brazilian Semiárido. An ethnography at Lagoa do Juá community, located in Itapipoca, Ceará, is the basis to discuss the concepts of systematization of experiences, uses and appropriations and circulation. We specially focus on how the information produced by *O Candeeiro* is accessed, comprehended and applied by the farmers considering their own way of life and work.

Keywords: O Candeeiro. Systematization of experiences. Circulation. Uses and appropriation. Ethnography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O boletim “O Candeeiro” da Paraíba-----	53
Figura 2 – O boletim “O Candeeiro” do Pernambuco-----	53
Figura 3 – O boletim “O Candeeiro” do Ceará-----	54
Figura 4 – O boletim “O Candeeiro” do Piauí-----	54
Figura 5 – O boletim “O Candeeiro” - a experiência de Mazinha – frente-----	69
Figura 6 – O boletim “O Candeeiro” - a experiência de Mazinha – verso-----	69
Figura 7 – O boletim “O Candeeiro” - a experiência com os segredos da chuva – frente ----	70
Figura 8 – O boletim “O Candeeiro” - a experiência com os segredos da chuva – verso ----	70
Figura 9 – O boletim “O Candeeiro” – estocar e resistir – frente-----	72
Figura 10 – O boletim “O Candeeiro” – estocar e resistir – verso -----	72
Figura 11 – O boletim “O Candeeiro” – o quintal de Seu Moacir – frente-----	74
Figura 12 – O boletim “O Candeeiro” – o quintal de Seu Moacir – verso-----	74
Figura 13 – Folha com respostas do trabalho em grupo-----	107
Figura 14 – O tanque de pedra de Lagoa do Juá-----	110
Figura 15 – A pedra do letreiro-----	113
Figura 16 – A cisterna de 16 mil litros de água no entorno da casa-----	117
Figura 17 – A lagoa -----	119
Figura 18 – Plantação de carnaúba-----	124
Figura 19 – Feixe de palha de carnaúba-----	126
Figura 20 – Diário de campo – Festejos de Lagoa do Juá – I-----	130
Figura 21 – Diário de campo – Festejos de Lagoa do Juá – II-----	130
Figura 22 – Os festejos em Lagoa do Juá-----	131
Figuras 23; 24 – Boletins de sistematização de experiência “O Candeeiro” de outras comunidades, em Lagoa do Juá-----	141
Figura 25 – Gráfico da área de trabalho da família de Maria Lucilda-----	143
Figura 26 – Desenho do ecossistema da família de Maria Lucilda-----	144
Figura 27 – Boletim “O Candeeiro”, de outras localidades, apresentados por Raimunda Vieira, de Lagoa do Juá-----	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de boletins “O Candeeiro” publicados-----	54-58
Tabela 2 – Boletins “O Candeeiro” em Lagoa do Juá-----	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
CCM	Capacitação das Comissões Municipais
CGCDS	Capacitação em Gestão Comunitária da Diversidade de Sementes
CGEBCS	Capacitação em Gestão de Estoque dos Bancos Comunitários de Sementes
Cetra	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
Denocs	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
GRH	Gestão de Recursos Hídricos
GAPA	Gerenciamento de Água para Produção de Alimentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto Elo Amigo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FCVSA	Fórum Cearense pela Vida no Semiárido
MDA	Ministério da Agricultura
MIN	Ministério da Integração Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Obas	Organização Barreira Amigos Solidários
ONG	Organização Não Governamental
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SE	Sistematização de Experiências
SSIP	Sistema Simplificado de Irrigação para Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA) E SUAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGs.....	20
2.1	ONGs e Movimentos Sociais: constituição e conceito	20
2.2	A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e suas estratégias de comunicação.....	28
2.2.1	<i>A ideia de convivência com o Semiárido na perspectiva dos programas da ASA</i>	<i>34</i>
2.2.2	<i>A proposta de comunicação da ASA e a criação do Candeeiro.....</i>	<i>38</i>
2.2.2.1	<i>Reflexões sobre o Comunicador Popular da ASA.....</i>	<i>46</i>
2.2.2.2	<i>A criação do Candeeiro</i>	<i>50</i>
3	PROCESSOS COMUNICACIONAIS	60
3.1	Produção: sistematização de experiências	60
3.1.1	<i>A sistematização de experiências em Lagoa do Juá.....</i>	<i>67</i>
3.2	Circulação: uma discussão teórica do conceito	75
3.3	Recepção, usos e apropriações	83
4	PROCESSOS METODOLÓGICOS: HISTÓRIA E ESTÓRIAS DE LAGOA DO JUÁ.....	93
4.1	Entrada e imersão em campo: o método, os processos metodológicos da pesquisa e a experiência com o campo.....	93
4.1.1	<i>A etnografia como método de estudo dos grupos sociais.....</i>	<i>95</i>
4.1.1.1	<i>A observação em campo.....</i>	<i>99</i>
4.1.1.2	<i>O Diário de Campo como ferramenta para a coleta de dados.....</i>	<i>100</i>
4.1.1.3	<i>Entrevista como suporte de intercambialidade dos diálogos</i>	<i>101</i>
4.1.2	<i>A Imersão No Campo Empírico.....</i>	<i>102</i>
4.2	Histórias e Estórias da comunidade Lagoa do Juá	105
4.2.1	<i>Os encantos de Lagoa do Juá: o tanque de pedra e a apedra do letreiro.....</i>	<i>108</i>
4.2.2	<i>A mística da água: cuidados e afetos.....</i>	<i>116</i>

4.2.3	<i>A vida em uma dinâmica circular: dos jogos de futebol aos almoços em família e a colheita da palha da carnaúba, em Lagoa do Juá.....</i>	120
4.2.4	<i>A religião em Lagoa do Juá como espaço de encontros, trocas e diferenças</i>	127
4.2.5	<i>Desafios, conflitos e perspectivas em Lagoa do Juá.....</i>	133
5.	CIRCULAÇÃO, USOS E APROPRIAÇÕES DO BOLETIM “O CANDEEIRO” EM LAGOA DO JUÁ.....	138
5.1	Usos e apropriações do Candeeiro em Lagoa do Juá.....	155
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
	REFERÊNCIAS	170
	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGRICULTORES E AGRICULTORAS DE LAGOADOJUÁ	174
	ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA ASA	175
	ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA ASA	176
	ANEXO D – A EXPERIÊNCIA MAZINHA – FRENTE	177
	ANEXO E – A EXPERIÊNCIA MAZINHA – VERSO	178
	ANEXO F – A EXPERIÊNCIA COM OS SEGREDOS DA CHUVA – FRENTE.....	179
	ANEXO G – A EXPERIÊNCIA COM OS SEGREDOS DA CHUVA – VERSO	180
	ANEXO H – A EXPERIÊNCIA DO COLETIVO DA CASA DE SEMENTES FAUSTIVO DE SOUSA – FRENTE A EXPERIÊNCIA DO COLETIVO DA CASA DE SEMENTES FAUSTIVO DE SOUSA – VERSO	181
	ANEXO I – A EXPERIÊNCIA DO COLETIVO DA CASA DE SEMENTES FAUSTIVO DE SOUSA – VERSO.....	182
	ANEXO J – A EXPERIÊNCIA COM O QUINTAL PRODUTIVO DE MOACIR – FRENTE.....	183
	ANEXO K – A EXPERIÊNCIA COM O QUINTAL PRODUTIVO DE MOACIR – FRENTE.....	184

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se configura como uma extensão de uma experiência no meio rural, que ocorreu até os meus 18 anos, quando ainda residia com meus pais, na comunidade Pé da Serra do Olho D'água, no município de Simões, no Piauí. Após um período, vim morar em Fortaleza, em 1996. Desde então, passei a ter dedicação aos estudos. Essa era uma lacuna em minha vida. Eram tantas as pelejas, que meu processo educativo formal tem suas idas e vindas, no meio de muitas quebras. Terminei o ensino médio em 2004 e, finalmente, em 2007, iniciei a graduação em comunicação, que me levou ao trabalho com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), em 2009. Passei, então, a viver minha primeira aproximação junto às famílias de agricultores e agricultoras, por ocasião do trabalho desenvolvido durante cinco anos como comunicadora popular da ASA. Essa vivência me levou a conhecer a produção do Candeeiro e a me interessar em investigar esse boletim.

Mas, afinal, por que pesquisar o Candeeiro? Acredito que essa questão poderia ser facilmente compreendida pelas pessoas que acompanham minha trajetória de vida ou que tenham conhecimento do trabalho de militantes distintos pelo fortalecimento de ações desenvolvidas por agricultores e agricultoras, grupos e/ou comunidades na busca pela consolidação das estratégias de luta por uma vida mais digna.

É importante reconhecer que homens e mulheres do campo se dedicam diariamente ao trabalho da agricultura familiar para garantir sua sustentação e mais de 70% da alimentação que vai para a mesa do cidadão brasileiro, segundo dados publicados no Portal Brasil, em 2016. Mesmo assim, vale ressaltar, esse público não é visibilizado pela grande mídia, que, prioritariamente, visibiliza os modos de vida de “celebridades” nacionais e internacionais, deixando uma multidão no esquecimento.

A definição do tema desta pesquisa parte de uma provocação pessoal que foi sendo fortalecida ao longo da minha trajetória de vida e profissional. Sou nordestina. Filha de agricultor e agricultora. Cresci vendo meus pais se dedicarem à produção de alimentos, tanto para o consumo familiar como para a comercialização. Quando plantavam muito e tinham a sorte de ter inverno bom, como se definia a quadra chuvosa, na minha comunidade, tinha uma colheita boa. Quando as chuvas eram escassas, a produção também era. Às vezes, mesmo o inverno sendo bom, não conseguia colher muita coisa, por conta das enchentes.

Outra batalha dos meus pais, depois da colheita, era para conseguir comercializar o que produziam para poder comprar os mantimentos que a roça não lhes trazia, como arroz e

açúcar, entre outros. Esse processo também era necessário para comprar roupas e calçados para nós, eu e mais cinco irmãos – duas mulheres e três homens. Cansei de escutar minha mãe dizer que precisava vender o feijão, o milho ou o algodão, principais culturas na época, por um preço bom para comprar outros utensílios da nossa necessidade doméstica. Lembro, inclusive, de ver meus pais chegarem em casa cabisbaixos por não terem conseguido vender tais produtos.

A vida dos meus pais era sempre de muita luta. Quando não tinham uma boa produção de feijão e milho, que eram aqueles dos quais a gente necessitava para ter uma alimentação básica, nesse caso, não conseguiam comprar tais produtos, porque o preço era muito alto. No entanto, quando a produção rendia, naquele ano o preço caía. Não entendia essa controvérsia, mas sabia dos seus impactos para a nossa vida. O campo oferecia outras coisas que tornavam a vida boa, como: as brincadeiras em casinhas feitas de galhos de marmeleiro e canafístula, plantas conhecidas popularmente pela comunidade; as corridas que fazíamos à noite em meio aos garranchos usando peças de chinelos acesas para dizer que era a energia, que não chegava, na época, a Olho D'água. Tinha também as longas histórias na calçada. Essas experiências no campo foram importantes para a construção da minha trajetória de vida.

Já adulta, mudei-me para o Ceará, onde retomei os estudos (na época, a 5ª série), com 19 anos. Posteriormente, concluí o primeiro e o segundo grau e quis desafiar os padrões da sociedade que não permitiam muito que pobre estudasse. Fiz a graduação em comunicação social, um curso que parecia mais impossível ainda para a classe desfavorecida. Sou a primeira de uma família de seis irmãos a concluir o ensino superior e agora o mestrado, com a graça de Deus.

Durante a experiência profissional como comunicadora popular da ASA, tive a oportunidade de acompanhar a trajetória de vida de muitas pessoas que se doam em diversas atividades agrícolas, seja na produção de alimentos, seja no artesanato, na pecuária, na apicultura, na avicultura, na piscicultura ou em outras atividades. A história dessas pessoas nem sempre é conhecida porque elas são invisibilizadas. Nesse contexto, trabalhávamos com o Candeeiro para a sistematização das experiências.

A ideia de comunicação da ASA, proposta na sistematização de experiências, segundo discute a rede de articulação (Manual, 2012), apresentada como uma forma de visibilizar, compartilhar e fortalecer os saberes do povo, provocou em mim expectativas e o desejo de aprofundar meu olhar sobre esse boletim e a relação das pessoas com ele. Portanto, a ideia de estudar o Candeeiro parte dessa necessidade. Concluindo esse círculo de estudos,

posso afirmar que a experiência, além de favorecer uma reaproximação com essa realidade vivenciada por esses sujeitos distintos, o que, por si só, já era motivo de excitação, possibilitou também uma ampliação do conhecimento sobre a importância da sistematização nos processos de comunicação para troca de conhecimento nos setores distintos. Desse modo, o presente trabalho se configura por caminhos diversos, desde sua inspiração inicial até a construção da problemática, passando pela compreensão do objeto pesquisado, seus percalços e objetivos definidos. Portanto, ele perpassa, necessariamente, minha experiência de vida.

Toda pesquisa parte de um objetivo. Entretanto, pelo longo percurso que exige uma investigação, creio que apenas o objetivo não seja suficiente e atraente para a sua concretização. Este, portanto, deve também nascer de uma paixão. Acerca da escolha do tema de uma pesquisa, Duarte; Barros (2009) afirmam que ele deve partir de um interesse pessoal e precisa ter relação com uma vivência. “O pesquisador deve sentir-se à vontade com o assunto escolhido. Convém eleger um que lhe seja minimamente familiar ou particularmente desafiador” (DUARTE; BARROS, 2009, p. 40). A escolha de uma temática de estudos, segundo os autores (2009), “pode estar relacionada com a área em que se pretende atuar ou já se atuou ou com uma disciplina que desperta interesse” (DUARTE; BARROS, 2009, p. 40).

Foi por esses indicativos apontados até aqui que cheguei ao tema desta pesquisa. Tenho como objeto de estudo a sistematização de experiências do boletim “O Candeeiro”, do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

A ASA é uma rede formada por cerca de 3 mil instituições, entre igrejas, Associações de Moradores, Movimentos, Organizações Não Governamentais (ONG), grupos, entre outros. A ASA nasceu em 1999, das lutas do povo e da sociedade civil organizada. Essa instituição tem o intuito de trabalhar estratégias de convivência com a região semiárida brasileira, que compreende os estados do Nordeste e o Norte de Minas Gerais, segundo a Articulação (Manual, 2012) e Brochardt (2013). Seus públicos prioritários são os agricultores e agricultoras (Manual, 2012).

A partir da ideia de trabalhar estratégias de convivência com o Semiárido, foi implementado, pela ASA, com o financiamento do Governo Federal, o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido (Malvezzi, 2007), inicialmente com duas ações. A primeira, em 2003, foi o Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). O projeto tinha o objetivo de atender uma necessidade básica que afeta a população rural, a água, por meio da implementação de tecnologias sociais de captação desse recurso para o consumo humano, as cisternas de placas, com capacidade para armazenar até 16 mil litros, segundo dados publicados no *site* da ASA (2017). Outra ação foi o Programa

Uma Terra e Duas Águas (P1+2), criado em 2007, com o objetivo de “promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e fomentar a geração de renda para as mesmas”¹, pela implementação de tecnologias sociais para captação de água para a produção de alimentos, entre elas cisterna-calçadão e cisterna enxurrada, com capacidade para armazenar até 52 mil litros de água². Entre os processos pedagógicos e metodológicos de trabalho do P1+2, destaca-se o Candeeiro. O informativo foi criado em 2007.

De acordo com documentos da ASA (Manual, 2012), o Candeeiro é um fazer comunicacional que se estabelece com o Programa Uma Terra e Duas Águas, em dois formatos: boletim e *banner*. O boletim pode ser de uma ou duas páginas A4, frente e verso. É padronizado em todos os estados, tendo apenas uma diferença de cor entre eles – no caso do Ceará, a cor é laranja. Para citar alguns exemplos, no estado da Paraíba, é marrom; no Rio Grande do Norte, amarelo; em Minas Gerais, marrom claro; em Alagoas, azul; e em Pernambuco, verde. O *banner* segue o mesmo formato, com medidas propostas pelo programa da ASA, de 80 cm x 1.20 m.

O propósito desse fazer comunicacional, conforme discute a ASA (Manual, 2012), é sistematizar e dar visibilidade às experiências desenvolvidas por agricultores, agricultoras e coletivos, na perspectiva da convivência com o Semiárido. O Candeeiro é produzido por pessoas contratadas pelas instituições da ASA que executam o P1+2. São profissionais geralmente formados em pedagogia, serviço social, história, comunicação, entre outros cursos, e denominados pela ASA de comunicadores populares, “uma espécie de ponte entre os seus públicos interno e externo (agricultor e sociedade)”³.

A ideia de estudar o Candeeiro na perspectiva da sistematização de experiências foi sendo construída com a leitura do livro de Oscar Jara Holliday (2012) acerca da sistematização de experiências como uma prática de alguns programas, pensada a partir de discussões levantadas nos estudos de Paulo Freire, bem como das provocações feitas pela orientadora desta pesquisa, assim também como pela entrada em campo, foi possível ampliar as reflexões nessa perspectiva.

Na tentativa de alcançar os resultados esperados nesta dissertação, traçamos como objetivo principal avaliar a circulação, os usos e apropriações da sistematização de experiências do boletim “O Candeeiro” na comunidade Lagoa do Juá. Como objetivos específicos, propomos discutir até que ponto as famílias rurais na comunidade pesquisada

¹ Dados disponíveis em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em: 04 de junho de 2017.

² Informações disponíveis em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

³ Elka Macedo. Informações enviadas pelo aplicativo WhatsApp, em 2016. .

conhecem suas sistematizações e as de outras regiões; identificar estratégias de divulgação desse material da ASA para os seus públicos interno e externo; compreender como eles se utilizam do Candeeiro; e, por fim, discutir as apropriações das experiências publicadas neste boletim pelas famílias de Lagoa do Juá.

A investigação da circulação, dos usos e apropriações do Candeeiro na perspectiva da sistematização de experiências é construída a partir de uma compreensão teórica das principais categorias, “sistematização de experiências”, “circulação”, “usos e apropriações”, bem como do entendimento de como a comunidade pesquisada conhece e se utiliza de suas sistematizações e de como se apropria delas, por uma abordagem etnográfica, tendo como processos e instrumentos de investigação a observação, o diário de campo e a entrevista.

Desse modo, a pesquisa etnográfica teve duração de oito meses entre visitas, conversas, acompanhamento de festas da comunidade, realização de entrevistas e vivências no cotidiano. Sobre os detalhes da pesquisa em campo, irei apresentá-los no decorrer do trabalho.

O encontro com Malinowski (1987), Oliveira (2014), Winkin (1998) e Guber (2005) – que discutem a etnografia como um método apropriado para estudar os sujeitos distintos, considerando os contextos em que estes estão inseridos, por meio de uma imersão em campo – também foi importante para perceber mais claramente que a minha escolha em pesquisar a circulação, os usos e apropriações do Candeeiro em Lagoa do Juá exigia de mim empenho e disponibilidade para mergulhar e me deixar tocar pelos sentimentos e emoções e poder construir esta dissertação, conforme os escritos.

A pesquisa está dividida em quatro capítulos principais, que procuram analisar e trazer a problemática do tema. O primeiro trata de uma discussão da criação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e de sua missão, na perspectiva dos movimentos sociais. Entre as principais questões, faz-se uma abordagem sobre o surgimento dos movimentos sociais e das Organizações Não Governamentais (ONGs) na América Latina no final do século XX; a proposta de comunicação da ASA, o sentido de comunicador popular para a ASA e a criação do candeeiro.

No segundo capítulo, discuto o conceito de sistematização de experiências como um fazer comunicacional que se configura na perspectiva da visibilidade de história distintas, a partir dos estudos de Holliday (2012) e das discussões que a ASA faz sobre sistematização de experiências em seus documentos; trago ainda o conceito de circulação como um processo de movimentação de informação e ideias, tomando como base teórica Ginzburg (1984) e Braga (2006). Posteriormente, apresento e problematizo a sistematização de experiências em Lagoa do Juá, a partir da análise dos dois boletins produzidos na comunidade e de outros dois

que não foram produzidos lá, mas que circulam na localidade. Para concluir esse capítulo, trago uma discussão sobre recepção, usos e apropriações dos meios e informações, partindo da compreensão de que estes são direcionados conforme os contextos, como discutem Thompson (2011), Martín-Barbero (1995), Escosteguy e Jacks (2005), De Certeau (1990) e Schmitz (2015).

O terceiro capítulo trata de uma contextualização da localidade Lagoa do Juá, considerando suas história e estórias, as distintas relações das pessoas com a água, os encantos, a religião no cotidiano da vida.

O quarto capítulo analisa a circulação, os usos e apropriações do Candeeiro em Lagoa do Juá, tomando como material as sistematizações das experiências locais e outras que circularam na localidade, bem como os diálogos com as pessoas da comunidade.

Por fim, trago as considerações finais. Essas apresentam as principais ideias discutidas no trabalho e trazem algumas reflexões sobre circulação, usos e apropriações do Candeeiro na comunidade as quais consegui compreender.

2 A ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA) E SUAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGs

2.1 ONGs e Movimentos Sociais: constituição e conceito

Para debater os movimentos sociais e ONGs (Organizações Não Governamentais), bem como a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e seus meios de comunicação, como propõe este capítulo, buscamos nos aprofundar, entre outras pesquisas, nos estudos de Gohn (1997; 2000; 2004; 2013), Santos (1995), Peruzzo (2004; 2008), Malvezzi (2007) e Scherer-Warren (2009), que trazem para o debate questões muito além da constituição e da conceituação dos termos e colocam em pauta os valores, ideias e ações gerados e desenvolvidos coletivamente e em contraposição ao sistema que oprime as classes menos favorecidas.

Pelas discussões feitas nos estudos de Gohn (2000), parece bem complexo definir o conceito de movimento social. De todo modo, pelo que a pesquisadora apresenta, há um grande esforço de autores distintos que pesquisam as classes sociais em aprofundar essa questão, mas ela ainda é pouco elaborada, e isso pode estar relacionado à multiplicidade de grupos e ativistas em torno das questões que afetam as populações e do enfoque a elas.

Partimos aqui da ideia de que movimentos sempre existiram e sempre existirão, considerando as reflexões de Gohn, quando esta afirma que “eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social” (GOHN, 2013, p. 13-14). No entanto, propomos, nesta pesquisa, um recorte de tempo, que compreende o início da década de 1970 até 2013, para discutir o tema.

De acordo com Gohn (2013), os movimentos sociais são organizações e grupos que trabalham ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas de lutar pelos objetivos, com distintas estratégias que variam de denúncia até mobilização, marcha, concentração e passeata, dentre outras ações. A pesquisadora os classifica como sujeitos distintos, que surgem como respostas aos desafios gerados pelo sistema capitalista.

[...] o novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários. Portanto, a nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico, predeterminado, e vê os participantes das ações coletivas como atores sociais (GOHN, 2000, p. 122-123).

A partir dessa reflexão de Gohn, percebe-se que os movimentos sociais da segunda metade do século XX se constituíram a partir de uma concepção de igualdade dos serviços e bens voltados à sociedade, partindo da compreensão de que tudo o que é do Estado deve ser posto a serviço do bem comum. Essa ideologia resgata os valores tradicionais, como a solidariedade. Nessa perspectiva, como afirma Gohn (2000), não pode haver centralidade das ações, visto que todos são sujeitos sociais, que, embora apresentem peculiaridades distintas, têm o mesmo direito.

Peruzzo (2004) define como movimentos sociais forças autônomas que se organizam para atuar em espaços descobertos por partidos e sindicatos, somando-os no processo de ação política, “ocupando seu lugar na sociedade, contribuindo para construir a cidadania” (PERUZZO, 2004, p. 36). Dialogando com o conceito dado por Gohn de movimentos sociais, Peruzzo também constata como ação desses segmentos a ocupação de espaços públicos para denunciar e reivindicar ações voltadas para as distintas classes sociais.

Segundo as pesquisas de Santos (1995), esses novos sujeitos exercem o papel principal nessas ações como um comprometimento. Santos (1995) aponta os movimentos sociais como “novos protagonistas num renovado espectro de inovação e transformação sociais” (SANTOS, 1995, p. 221). Para o autor, além das ações, esses sujeitos exercem o papel de mediador na participação.

A atuação dos movimentos sociais, conforme essas pesquisas, ocorre nos mais diversos espaços. Como exemplo, podemos citar articulações e manifestações, utilizando-se como meio estratégico de informação a internet.

Voltando aos estudos de Gohn (2004), no início do século XX, os teóricos que estudavam os novos movimentos analisavam-nos como sujeitos sociais, prioritariamente “por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo” (GOHN, 2004, p.123). Esses pressupostos partem de dois modelos de análises: “um culturalista (ênfase nos movimentos sociais) e outro classista (ênfase nas estruturas econômicas, as classes sociais, as contradições sociais e os conflitos de classes)” (GOHN, 2000, p. 11).

A autora estabeleceu ainda outra vertente para aprofundar o tema, ao final do século XX:

Defendemos uma terceira posição, que destaca a importância da cultura na construção da identidade de um movimento social, mas concebe os movimentos segundo um cenário pontuado por lutas, conflitos e contradições, cuja origem está nos problemas da sociedade dividida em classes, com interesses, visões, valores, ideologias e projetos de vida diferenciados (GOHN, 2000, p. 11).

É importante essa retomada aos estudos feitos por Gohn ao final do século XX e no início do século XXI para pensar os movimentos em um cenário múltiplo de pessoas, grupos e lutas e em um contexto social pautado pela inversão de valores e a busca pela consolidação de ideias, crenças e objetivos, bem como de uma concepção ou ainda de uma ideologia de vida, como é mencionado.

Na atuação dos movimentos sociais, as ideias, ações e estratégias de luta são dinamizadas conforme os contextos sociais distintos, segundo Gohn, ao afirmar que “a experiência se recria cotidianamente, na adversidade de situações que enfrentam” (2013, p.14).

Scherer-Warren (2005) também reflete sobre os movimentos sociais na contemporaneidade como referência para a constituição de novas ideias, que envolvem uma multiplicidade de sujeitos.

[...] a categoria ‘movimentos social’ será a referência central a um grande número de novas reflexões teóricas e de pesquisas e estudos de caso feitos em toda a América Latina, por sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, assistentes sociais e outros estudiosos das ciências humanas. Trata-se, na maioria dos casos, de substituir as análises em termos de processos históricos globais por estudos mais intensivos de grupos específicos organizados, ou das ‘identidades restritas’, conforme afirma Zermenõ (1987). Buscaram-se também os elementos inovadores nestas formas de organizações e no seu modo de fazer política, sugerindo-se que uma nova cultura política popular e de base estaria sendo gerada na América Latina (SCHERER-WARREN, 2005, p. 17).

Os estudos dessa pesquisadora apontam para um processo político e histórico de aproximação de atores distintos na construção coletiva de reflexões e ideias que emergem a partir do contexto social. Scherer-Warren (2005) afirma que o compartilhamento de estratégias e ações coletivas nas distintas formas de atuação se constitui em movimentos sociais.

Voltando aos processos históricos distintos em que aturam os movimentos sociais no Brasil, recorreremos novamente a Gohn (2013), para destacar dois momentos principais: o primeiro, ao final de 1970 e meados de 1980, com a luta em contraposição ao sistema político ditatorial. Nesse contexto, pelo que afirma Gohn (2013), “ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados de oposição ao então regime militar, especialmente pelos movimentos de base cristã, sob a inspiração da Teologia da Libertação” (GOHN, 2013, p. 20). O segundo momento se deu ao final da década de 1980 e no decorrer da década de 1990, que, segundo a análise feita por Gohn (2013), pode ser considerado um período de recessão dos movimentos sociais.

[...] o cenário sociopolítico se transformou radicalmente. Inicialmente, teve-se um declínio das manifestações nas ruas que conferiam visibilidade aos movimentos populares nas cidades. Alguns analistas diagnosticaram que eles estavam em crise porque haviam perdido o seu alvo e inimigo principal – o regime militar. Na realidade, as causas da desmobilização são várias. O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980 contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais novos, que foram inscritos em leis na nova Constituição brasileira de 1988 (GOHN, 2013, p. 20).

No primeiro momento, a partir dos estudos de Gohn (2013), considerado de luta em contraposição ao sistema opressor da época, parecia haver uma razão mais forte para lutar, que poderia ser resumida em ‘autonomia’ do povo. Nesse contexto, a liberdade de expressão, dentre outros direitos inerentes ao ser humano, estava sendo negada, além das formas cruéis de espancamento. Empoderados das reflexões e ações coletivas que tinham como base orientadora a Teologia da Libertação, os sujeitos organizados em rede dão visibilidade ao que se denomina “movimentos sociais”.

Já no segundo momento do final do século XX, a partir da transformação do contexto, aparentemente harmonioso, há o que podemos chamar de acomodação, ou, senão, adormecimento das forças populares, que, conforme discute Gohn (2013), foi analisado por teóricos como crise.

Pelo que apresenta Gohn (2013), no início de 1990, apareceram outras frentes de luta, com perspectivas diferentes. “Ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, como a constituição de Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, Fórum Nacional de Participação Popular etc.” (GOHN, 2013, p. 20).

Nessa perspectiva, e como tem sido discutido, Gohn (2013) aponta os movimentos sociais da contemporaneidade como novos sujeitos ligados pela ideia de construção coletiva das ações que estabeleceram os objetivos comuns.

A noção do novo sujeito histórico, povo, um dos eixos estruturantes do movimento popular, reformulou-se, assim como deu novos sentidos e significados às suas práticas. Resulta desse processo uma identidade diferente, construída a partir da relação com o outro, e não centrada exclusivamente no campo dos atores populares. Esse outro estava presente nos relacionamentos desenvolvidos com novas formas de associativismo emergente, interações compartilhadas com ONGs e a participação nas políticas públicas (GOHN, 2012a, p. 24).

Ou seja, as demandas ocasionadas pelo contexto emergente das identificações fazem surgir esse novo, que, uma vez sensibilizado com a causa do outro, constitui-se e segue no rumo na transformação social. Nesse sentido, das demandas do contexto social atual surge

“um novo projeto político dos movimentos populares, que está contemplando outras questões além de demandas específicas do campo das carências socioeconômicas, indo das questões do modelo de desenvolvimento do país às questões do meio ambiente e do desenvolvimento humano” (GOHN, 2013, p. 24-25).

A partir dessas reflexões, entende-se que os novos sujeitos sociais se constituem pela construção de projetos voltados para questões humanas e ambientais, que, afetados pelo modelo de desenvolvimento capitalista, demandam atenção e ações que invertam o seu quadro crítico de decadência.

Gohn (2011) cita algumas características que diferenciam os movimentos sociais das Organizações Não Governamentais (ONGs) e que as definem como movimentos que:

[...] possuem identidade, têmpositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência [...]. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento (GOHN, 2011, p. 4).

Percebe-se, com isso, que os sujeitos que se juntam para organizar e articular esse trabalho não o fazem por acaso. Há uma aproximação dos ideais, uma identificação com as causas, podemos dizer assim. Estabelecem-se de um conjunto de ações geradas a partir dos contextos sociais distintos e desenvolvidas nas práticas que dão sentido a determinada ideologia.

Assim definido, os movimentos sociais têm o papel de lutar pelas políticas públicas apropriadas para o desenvolvimento social. As ações que compõem sua estratégia de articulação se estabelecem das mais variadas formas, desde as ações organizacionais, estruturais até as de caráter político.

O seu lugar de atuação, conforme discute Gohn (2013), é todo o espaço onde os direitos são fragmentados e ameaçados. A pesquisadora cita “as lutas de defesa das culturas locais contra os efeitos devastadores da globalização” (GOHN, 2013, p. 16) como ações voltadas para a pessoa, considerando-a mais importante que a lógica do mercado. O processo de articulação é natural para as conquistas almejadas. “Essas forças associativistas são expressões locais e/ou comunitárias da sociedade civil organizada” (WARREN, 2006, p. 05).

Ainda de acordo com Gohn (2004), com o avanço tecnológico da informação na contemporaneidade, os principais movimentos sociais passaram a atuar por meio de redes

sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito das novas ferramentas de comunicação no ambiente da internet. O que Gohn (2004) defende é a dinamicidade da comunicabilidade e do poder de articulação que as organizações exercem em rede. Assim sendo, diante do poder de mobilização que detêm, os movimentos sociais desempenham importante papel na consolidação de processos participativos e construção dos ideais de transformação.

Nessa lógica dos movimentos sociais, surgem as Organizações Não Governamentais (ONGs), discutidas aqui nesta pesquisa, a partir das ideias de Gohn (1997) e Camba (2009), como um segmento que se institucionalizou para defender e atuar nas políticas voltadas para as populações.

Conforme é apresentado nos estudos de Camba (2009), as ONGs constituíram-se das lutas pela consolidação de políticas para as populações rurais e urbanas, bem como para ações voltadas para a questão ambiental. Sua definição está ligada, historicamente, ao período pós-guerra.

A ONG é definida como uma entidade sem fins lucrativos e que não está vinculada a nenhum órgão do governo. A denominação ONG apareceu pela primeira vez em 1945, em documento da ONU, e em 1950 passou a ser utilizada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. As ONGs são organizações que objetivam não apenas a satisfação das necessidades e dos interesses de determinados grupos da sociedade, mas também e, especialmente, mudanças globais, através da influência política (COMBA, 2009. p 25).

Assim como na história da humanidade os processos políticos, econômicos, religiosos, culturais e até mesmo ideológicos variam de contextos para contextos sociais, nas ONGs também ocorre essa dinâmica e, de acordo com Camba (2009), na contemporaneidade, o seu trabalho tem sido pautado na busca pela participação e pela inserção social.

As ONGs também podem ser definidas atualmente como grupos que buscam, por um lado, influenciar e democratizar políticas governamentais, para que estas supram da maneira mais extensa possível as necessidades da sociedade e de condições de vida iguais e justas no mundo todo, e, por outro lado, movimentar a sociedade em que estão inseridas, utilizando-se de suas relações de solidariedade, na busca por essa democratização e influência política (CAMBA, 2009, p. 26).

Pelo que estabelece Camba (2009), as ONGs surgem com o papel de articular, discutir, propor, interferir e viabilizar os processos políticos de amparo às necessidades básicas das pessoas, partindo da ideia de que, por lei, todos e todas têm direito a uma vida digna.

Gohn (1997) cita como um momento histórico de surgimento e ampliação das ONGs a década de 1990, quando os movimentos populares enfrentavam uma crise. De acordo com a autora, essa rede de organizações tem atuação voltada para as populações pobres e fora do mercado de trabalho.

Ainda de acordo com os estudos de Gohn (1997), no cenário brasileiro dos anos 1990, algumas mudanças ocorreram no perfil das Organizações Não Governamentais. Nesse meio-tempo houve um retrocesso das ONGs em relação à participação política, enquanto os trabalhos de parcerias aumentaram.

Como definição dos perfis desse segmento, Gohn (1997) cita cinco tipos de ONGs: as ONGs caritativas, que, segundo a autora, tiveram grande repercussão no Brasil, com um trabalho voltado para as camadas sociais vulneráveis, como as mulheres, os menores e as pessoas idosas; as ONGs desenvolvimentistas, que têm trabalhado ações voltadas para as questões ambientalistas, tendo como marco a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ocorreu em junho de 1992, no Rio de Janeiro, conhecida como ECO 92. O trabalho desse tipo de organização, conforme esclarece Gohn (1997, p. 13), ocorre “nas áreas de barragens, reservas ecológicas naturais, reservas indígenas ou de produção alternativa de produtos para o mercado popular”; ONGs cidadãs, que se preocupam com as questões que afetam a cidadania, com atuação nos meios populares e não populares urbanos e que têm como marco “a anistia Internacional, ONG no campo dos direitos humanos” (GOHN 1997, p. 14). Por fim, Gohn (1997) cita as ONGs ambientalistas, que têm trabalhado na perspectiva da sustentabilidade ambiental. Entre suas ações, destaca-se a recuperação de espaços e monumentos públicos.

Pelo que dialoga Gohn (1997), há distintos setores sociais organizados com as mais variadas formas de ações, que abrangem desde as questões humano-cidadãs até as ambientais. Seus modos de atuação variam de acordo com a missão de cada instituição.

Gohn cita ainda as ONGs no contexto dos anos 1990 como instituições responsáveis por desenvolver espaços de serviços sociais de atenção à pessoa, como estruturas para o serviço de saúde.

A era de predomínio das entidades caritativas (final do século XIX e primeiras décadas do século XX) gerou marcas referenciais urbanas significativas, em termos de modelos de estruturas urbanas físicas, como hospitais, as Santas Casas de Misericórdia etc. hoje as ONGs geram menos edificações físicas e mais relações sociais, situando-se entre o mercado e o Estado (GOHN, 1997, p. 14).

Isso significa que o trabalho das organizações ao final do século XX era mais de caráter governamental do que social. Percebe-se, com isso, uma responsabilização pelos trabalhos que deveriam ser do Estado, como a saúde pública, por exemplo. As relações sociais estabelecidas pelas organizações na contemporaneidade dão um novo sentido ao seu trabalho, colocando-as no campo da inserção política.

As ONGs do século XX são colocadas em outro âmbito social e, segundo Gohn (2011), exercem um papel mais de parceria entre o setor governamental e a sociedade.

Agora são inscritas no universo do terceiro setor, voltadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade, atuando em áreas onde a prestação de serviços sociais é carente ou até mesmo ausente, como na educação e na saúde, para clientela como meninos e meninas que vivem nas ruas, mulheres com baixa renda, escolas de ensino fundamental etc. (GOHN, 2011. p. 11).

Ou seja, nessa perspectiva da atuação, os trabalhos das ONGs vêm acontecendo por meio de projetos e programas sociais com a parceria do governo em âmbito federal, estadual e municipal. Se, por um lado, elas assumem a função e a responsabilidade do Estado, por outro, elas exercem um papel importante na contribuição para que, de fato, as políticas públicas sejam acessadas.

Suas proposições e ações se baseiam nos valores culturais, considerando os costumes locais de cada povo, sua forma organizativa de ação e a valorização pelo ser, e não pelo ter. Desse modo, como menciona Gohn (GOHN, 2011, p. 14), elas “propõem a construção de mudanças socioculturais de ordem ética, a partir de uma economia alternativa que se contrapõe à economia de mercado capitalista”.

Nessa construção coletiva, há organizações e movimentos sociais de distintos setores: associações comunitárias; organizações não governamentais (ONGs); sindicatos; comunidades de base; grupos de mulheres; grupos de jovens, entre outros, que se relacionam entre si para o empoderamento das ferramentas que lhe servirão de base na luta. “É através dessas formas de mediação que se dão a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado” (SCHERER-WARREN 2006, pág. 05).

É na perspectiva dessas discussões feitas acerca dos movimentos sociais e ONGs que trazemos para o debate a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) como um coletivo de organizações da sociedade civil que se apresenta como detentor de ações estratégicas de convivência com o Semiárido e é integrada aos movimentos mobilizados na construção de uma relação sustentável com o Semiárido, como se propõe.

2.2 A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e suas estratégias de comunicação

Mencionei a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), no início deste trabalho, como uma rede formada por instituições que desenvolvem projetos voltados para a convivência com o Semiárido, tendo como uma de suas estratégias de comunicação a sistematização de experiências, mas, especificamente, falei do Candeeiro. Nesta seção, discuto a ASA de forma mais aprofundada a partir de autores que refletem sobre a rede, bem como de seus documentos publicados em *sites* e manuais, mas, para isso, considero relevante discutir, mesmo que de forma resumida, o que alguns pesquisadores definem como “rede”.

Gohn (2013) cita vários exemplos de redes, dentre elas, redes de associações comunitárias; redes de entidades que atuam com a temática de gênero; e redes de entidades que desenvolvem trabalhos semelhantes, como as ONGs. É nessa perspectiva apontada por Gohn (2013) que discuto a rede de Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA).

Ao refletirem sobre a ASA, Costa; Dias (2013) relacionam o papel dos movimentos sociais populares articulados na perspectiva da promoção da convivência com o Semiárido. Os autores citam como estratégias de trabalhos dessa articulação os debates e as políticas públicas, dentre elas, o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC⁴).

Silva (2003) traz como debate da constituição da ASA a ideia de convivência com o Semiárido a partir dos projetos voltados para a captação de recursos hídricos, desenvolvidos tanto pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) quanto pelos movimentos sociais na década de 1980. Esse pesquisador denomina a ASA de “espaço de articulação política da sociedade civil organizada” (SILVA, 2003, p.16). Ou seja, a ASA se constitui a partir dos processos de luta dos movimentos sociais organizados como um espaço de debate e execução de ações voltadas para a melhoria de vida no Semiárido brasileiro.

As pesquisas de Costa; Dias (2013), bem como os estudos de Silva (2013), têm o mesmo sentido dos discursos da ASA acerca de sua consolidação. De acordo com informações disponíveis em seu *site* e em manual (2012), a ASA apresenta-se como uma rede formada por cerca de 3 mil instituições da sociedade civil, incluindo igrejas, associações comunitárias, sindicatos, grupos, cooperativas e ONGs.

⁴ O Programa Um Milhão de Cisternas foi desenvolvido pela ASA no início da década de 2000, vislumbrando atender a população que vive no campo com água de qualidade para beber, por meio da articulação, da formação e da implementação de tecnologias sociais de captação de água da chuva, implantando cisternas de placas com capacidade para armazenar até 16 mil litros de água. Informações disponíveis em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em: 22 de julho de 2017.

Esse número de organizações que a ASA (Manual, 2012) considera como parte integrante em sua articulação não é documentado. Muito embora tenham sido feitos um mapeamento e um cadastramento das instituições, associações, dos grupos e movimentos que compõem a ASA, ao final de 2015, não se chegou a esse número, o que pode estar relacionado à falta de informação, à importância que essas instituições dão a esse tipo de informação, como também à fragilidade do cadastramento. Para citar um exemplo do resultado desse trabalho, no Ceará, foram cadastradas cerca de 100 instituições e, na prática, são bem mais. Essa informação de que as instituições que formam a ASA chegam a cerca de 3 mil é gerada a partir da participação e de listas de frequências em eventos realizados pela ASA em âmbito municipal, estadual e nacional.

Pelo que é apresentado em seu *site* (2017), a ASA se propõe a defender, propagar e desenvolver o projeto político da convivência com o Semiárido, a partir do fomento à participação de homens e mulheres em processos de formação e experimentação de culturas adequadas à região, bem como da implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de recursos hídricos⁵. Tem como missão, segundo informações do *site* e do manual (2012), “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciada em valores culturais e de justiça social”⁶. O *site* também destaca que a ASA atua em todo o Semiárido brasileiro, que compreende os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Ainda de acordo com sua história, contada em manual (2012), a ASA consolidou-se a partir das lutas de pessoas, grupos e instituições comprometidos na busca por melhorias de vida na região Semiárida, em 1999, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), em Recife. Na ocasião, a sociedade civil organizada e atuante na região do Semiárido brasileiro, em consonância com a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, promoveu o Fórum Paralelo da Sociedade Civil, que, entre outras questões, discutiu estratégias de desenvolvimento sustentável para o Semiárido brasileiro⁷.

Diante dessa história contada pela ASA (2012) e pelos pesquisadores Costa; Dias (2013) e Silva (2013), percebe-se que havia um movimento de instituições que atuava no

⁵ A história da ASA está disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

⁶ Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

⁷ Disponível em: < http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

Semiárido brasileiro antes mesmo da conferência realizada no ano de 1999, em Recife. Desse modo, a conferência realizada em Recife pela sociedade civil organizada marca a constituição da ASA como um coletivo de articulação. No entanto, o trabalho das organizações e grupos já vinha sendo feito, inclusive na perspectiva da convivência, como discute Brochardt (2013).

Brochardt (2013) cita outros eventos que inspiraram a criação da ASA. Traz como exemplo: as campanhas de distribuição de sementes, realizadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na década de 1980, e a ocupação da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), em 1993. Brochardt considera, inclusive, que a ASA nasceu bem antes da década de 90, com as lutas de lideranças, movimentos e instituições, no final dos anos 1970.

Pela forma como Brochardt (2013) explica, assim como os autores Silva (2003), Costa; Dias (2013), a ASA, como uma rede de articulação formada por distintos segmentos, nasce da necessidade de implementação de estratégias viáveis para a região, que compreendem desde o acesso às políticas públicas e o seu gerenciamento, passando pela organização, até a forma solidária de gestão dos recursos hídricos. Ela nasce antes mesmo de ser chamada de rede de articulação, das distintas formas organizativas do povo, da concepção da importância de mudança de paradigma⁸ para a região, compreendendo que, para se viver bem aqui, é necessário mudar os hábitos culturais das pessoas. A proposta de um trabalho em bases agroecológicas⁹, dentre outras ações de convivência com o espaço onde se vive, é fundamental para isso, pelo que declara a ASA:

Com essa expectativa, foram desencadeadas iniciativas em diversos estados da região, tendo como base a agroecologia, a segurança alimentar e nutricional, a educação contextualizada, o combate à desertificação, o acesso à terra e à água e a promoção da igualdade de gênero. Através delas, começou um processo de desconstrução da imagem do Semiárido brasileiro divulgada pela mídia, cuja ênfase eram as graves consequências das secas (ASA BRASIL).¹⁰

Essas estratégias destacadas no *site* e no manual da ASA (2012), consideradas pelo coletivo da rede de articulação como práticas favoráveis ao Semiárido, ganharam espaço em debates públicos, sendo pautadas em manifestações em defesa da população,

⁸ Mudança de paradigma é entendida, segundo Silva, como uma forma de refazer as coisas com o intuito de se obter novos resultados. Disponível em: <http://www.infoescola.com/ciencias/mudanca-de-paradigmas-em-kuhn/>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

⁹ A Agroecologia é entendida, segundo Altieri, como a aplicação de princípios ecológicos de forma que se garantam ecossistemas sustentáveis.

¹⁰ Dados apresentados no *site* da Articulação no Semiárido. Disponível em: <www.asabrasil.org.br>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

prioritariamente agricultor e agricultora rurais, com o entendimento da necessidade de ampliação de ações adaptativas a uma região com chuvas concentradas em determinado período do ano e terras áridas, como ocorre no Semiárido brasileiro.

Pelo que afirmam Silva (2003); Costa; Dias (2013), pensou-se na estocagem de água e alimento como uma estratégia de luta. Com isso, pelo que a ASA propaga em manual (2012), um novo olhar sobre a região Semiárida foi a principal motivação para se trabalhar em rede a proposta de convivência com o Semiárido, em que as famílias, as atividades agrícolas e o meio em que se vive são fundamentais na transformação. Essa ideia se contrapõe à imagem criada da região, por intelectuais, ao longo de sua história, e apontada por Albuquerque Junior (2001) como uma invenção.

O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área. Estes discursos, bem como todas as práticas que o fenômeno suscita, paulatinamente, instituem-se como um recorte espacial específico (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001, p. 68).

Esse e outros fatos ocasionados no Nordeste ao longo de sua história despertaram na mídia brasileira o interesse em apresentar mais as desgraças da região, como a morte de inúmeros animais, nos períodos mais críticos do ano, como os meses de setembro a dezembro, que é quando a água está mais escassa, do que mesmo as riquezas locais, como uma terra fértil, uma culinária diversificada e uma cultura rica.

Aproveitando a situação colocada pela mídia de que o Semiárido é um lugar fragilizado pelas longas estiagens, o poder público brasileiro construiu grandes barragens para captação de água da chuva, o que beneficiou mais a indústria do que mesmo a população, deixando de investir em políticas públicas favoráveis à região (Malvezzi, 2007).

É nesse contexto de uma região carente de recursos hídricos e esquecida pelo poder público que entra em cena a ideia de convivência, a qual apresentaremos na próxima seção, a partir dos projetos da ASA.

A ASA será apresentada não com o intuito de problematizar a instituição, mas de situar o estudo mais específico sobre uma de suas práticas, o Candeeiro. Evidente que devo objetivar uma reflexão a mais crítica possível sobre a ASA, mas tenho consciência de que somente uma investigação voltada para o funcionamento da ASA pode existir na reflexão mais crítica. Para não ficar apenas na apresentação da instituição, trago, em alguns momentos, alguns autores (Silva, 2003; Costa; Dias, 2013); (Malvezzi, 2007; Brochardt, 2013). Essa rede

de articulação se fortalece pela estratégia de organização, participação e construção coletiva do conhecimento. São protagonistas nas ações de convivência, conforme documentos da ASA (2012), agricultores e agricultoras familiares, que, entre suas estratégias de luta, implementam um novo modo de convivência, o de adaptação ao meio, pautado nos princípios da agroecologia, que possibilita maior interação e harmonia com o espaço onde se vive, favorecendo o homem e a mulher e a natureza.

Conforme informações do *site* (2017) e do manual (2012) e como foi mencionado anteriormente, a ASA atua em todo o Semiárido brasileiro. Cada estado desenvolve suas estratégias de articulação e atuação, baseada na Carta de Princípios da Articulação:

A Articulação no Semi-Árido – ASA – é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada no semiárido brasileiro.

São membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à “Declaração do Semiárido” (Recife 1999) e à presente Carta de Princípios;

3. A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e a identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;

4. A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e os interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido; b) quebra do monopólio de acesso à terra, à água e a outros meios de produção, de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do semiárido;

5. A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semiárido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semiárido;

6. A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do semiárido;

7. A ASA busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do semiárido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;

8. A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COPs – Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semiárido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra desertificação¹¹.

Esse é um documento que orienta as ações da ASA junto aos seus públicos, interno e externo, segundo a rede (Manual, 2012). O público interno, como mencionado anteriormente, são agricultores familiares, e o público externo são outras redes de articulação, fóruns e parcerias. A Carta de Princípio da ASA foi constituída em 15 de fevereiro de 2000,

¹¹ A Carta de princípios da ASA está disponível em:

<<http://www.iicadesertification.org.br/attachments/category/8/CARTEDEPRINCIPIOSdaASA.pdf>>.

Acesso em: 13 de julho de 2017.

em Igarassu, Pernambuco. As ações desenvolvidas pelas instituições que formam a rede, bem como sua forma organizativa, devem ter como fundamento esse documento. As dinâmicas de articulação também são traçadas pelo coletivo local de cada estado, conforme discute a ASA (Manual, 2012). No Ceará, a ASA atua como Fórum Cearense pela Vida no Semiárido (FCVSA).

O coletivo de instituições que formam o Fórum no Ceará, de acordo com informações disponíveis no seu *blog*, foi constituído como rede em fevereiro de 1999, com o intuito de “mobilizar a sociedade civil para trabalhar políticas públicas em favor da convivência com o Semiárido”¹². O Fórum Cearense pela Vida no Semiárido, assim como a ASA em outros estados, reúne organizações não governamentais (ONGs), associações comunitárias, cooperativas e grupos, para buscar e desenvolver estratégias apropriadas para a região. Essas informações dialogam com as informações da ASA acerca de sua constituição e atuação.

O projeto de convivência, que, dentre outras estratégias, configura-se como uma alternativa de desenvolvimento que passa necessariamente pelos princípios da sustentabilidade, conforme discute Baptista (2013), é propagado tanto pela ASA quanto pelo Fórum Cearense.

Ainda segundo informações do *blog* do Fórum, sua ação se baseia na “realização de audiências públicas, campanhas educativas, debates públicos, campanhas de mobilização da sociedade e etc.”¹³. O Fórum é também “responsável por acompanhar o desenvolvimento do “Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)”¹⁴.

Dessa forma, compreende-se que tanto a missão da ASA quanto a do Fórum Cearense pela Vida no Semiárido é de mobilizar a sociedade na busca pela construção de possibilidades que favoreçam a dignidade da vida da população do Semiárido.

De acordo com seu manual (2012), a coordenação executiva da ASA Brasil é composta por representações de todos os estados do Semiárido brasileiro. Pelo Ceará, duas instituições representam o Fórum local junto ao coletivo nacional, sendo uma como titular e a outra como suplente. As ASAs estaduais e os Grupos de Trabalho (GTs) são constituídos por representantes de instituições locais. Essa dinâmica também é orientada na Carta de Princípios

¹² Informações disponíveis em: <<http://asaceara.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>>. Acesso em: 23 de julho de 2017.

¹³ Disponível em: <<http://asaceara.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>>. Acesso em: 23 de julho de 2017.

¹⁴ Disponível em: <<http://asaceara.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>>. Acesso em: 23 de julho de 2017.

da ASA.

Pelas informações disponíveis no *site* da ASA, além dessa articulação em rede, das parcerias com movimentos e sindicatos, bem como do seu público prioritário, que são os agricultores e as agricultoras, a Rede de Articulação integra atualmente vários fóruns, dentre eles: Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO); Comitê Consultivo do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Comitê de Desenvolvimento Territorial (CDT) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf); Comitê Gestor do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC); Comitê Gestor do Projeto Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs); Comitê Nacional dos Fundos Solidários; Comitê Técnico de Tecnologias Sociais do Programa Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf); Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES); Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN); Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); e o Ponto Focal Nacional da Sociedade Civil para o Combate à Desertificação (Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas - UNCCD)¹⁵.

Esses comitês, fóruns e conselhos dialogam com a ideia de convivência com o Semiárido a partir de práticas viáveis adaptativas à região, como propõe a ASA em seus documentos. Pela estruturação da rede e sua discussão, conforme o seu manual (2012), essas parcerias vão sendo consolidadas na medida em que avançam as lutas por políticas públicas para a região como estratégia de convívio.

2.2.1 A ideia de convivência com o Semiárido na perspectiva dos programas da ASA

Baptista (2013) discute a convivência com o Semiárido como um modo de viver em determinado espaço, pautado nas interações com o meio a partir de princípios que valorizem o conhecimento local, que respeitem as limitações e possibilitem a busca por alternativas viáveis. Sobre essa ideia, o autor afirma:

[...] a convivência e o desenvolvimento se baseiam em algumas posturas básicas, como aprender a querer bem a esta região em seu todo, de sorte a fazer crescer os

¹⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>. Acesso em: 24 de julho de 2017.

seus valores, as belezas, sua vida e desconstruir ou inverter as políticas malfazejas que sempre fizeram e ainda fazem do semiárido um lugar de morte (BAPTISTA, 2013. p. 65).

De acordo com as discussões de Baptista (2013), os princípios da convivência se baseiam no rompimento com as barreiras econômicas, capitalistas e políticas e passam a fazer parte de uma crença, ou ainda, de um ideal de vida marcado pelo querer bem, pelo ser, e sobretudo pelo agir.

Malvezzi (2007) dialoga sobre a convivência com o Semiárido como um novo modo de vida, pautado na perspectiva de programas sociais que implementam ações acessíveis e voltadas para a região e que valorizem, acima de tudo, a diversidade ambiental, a riqueza cultural, a benevolência, a alegria e a garra de seu povo.

Está em gestação um novo conceito civilizatório para a região: a convivência com o Semiárido. A ideia parte de um princípio simples: por que os povos do gelo podem viver bem no gelo, os povos do deserto podem viver bem no deserto, os povos das ilhas podem viver bem nas ilhas e a população da região semiárida vive mal aqui? É porque aqueles povos desenvolveram culturas de convivência adequadas ao ambiente, adaptaram-se a ele e tornaram viável a vida. No semiárido brasileiro, essa integração de pessoa e natureza não encontrou uma solução adequada, de modo que o ser humano permaneceu sujeito às variações normais do clima regional, (MALVEZZI 2007, p 12).

Inicialmente, Malvezzi (2007) aponta uma saída para a vida no Semiárido brasileiro tomando como exemplo outras estruturas sociais que romperam com as barreiras das limitações de uma região a partir de uma mudança de paradigma. Posteriormente, faz uma crítica ao sistema que continuamente ignora as manifestações da natureza.

Baptista (2013) diz que o olhar para o Semiárido brasileiro deve ser feito em âmbitos distintos e que, além da diversidade ambiental, a cultura e o processo de constituição da região são fundamentais nessa perspectiva. Ou seja, entre as prospecções de convivência com o Semiárido, devem ser considerados os distintos fatores que influenciaram e ainda influenciam a cultura e o modo de viver na região.

Malvezzi (2007) e Baptista (2013) apontam como ponto de partida para a convivência com o Semiárido as práticas adaptativas e viáveis ao clima local, trazem como exemplo o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, da Articulação Semiárido Brasileiro, desenhado pela rede ao final da década de 1990, atualmente com várias ações, dentre elas, o Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e

o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Esses programas fazem parte do Plano Brasil sem Miséria, do Governo Federal, criado para beneficiar a população rural de baixa renda.

Como informa o *site* da ASA (2017), o P1MC foi criado em 2000, com o objetivo prioritário de atender 1 milhão de famílias rurais com água de qualidade para o consumo humano.¹⁶ Uma das estratégias desse programa é a implementação de tecnologias sociais para captação e armazenamento de água da chuva, a cisterna de placas, com capacidade para armazenar até 16 mil litros de água.

O P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas) é outra ação do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, criado pela ASA em 2007. O objetivo, conforme discute a rede em manual (2012), é promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras, a partir do fomento à produção de alimentos, à criação de pequenos animais e à geração de renda, também por meio da implementação de tecnologias sociais de captação de água da chuva, conhecida como segunda água, como a cisterna-calçadão e a de enxurrada, com capacidade para armazenar até 52 mil litros de água, barragem subterrânea, barreiro trincheira e tanque de pedra. Uma de suas características, assim como outros programas da ASA, pelo que consta no manual da ASA (2012), é estimular os processos participativos de pessoas e grupos distintos para o desenvolvimento rural sustentável.

Como critérios estabelecidos pela ASA, conforme informações no manual (2012), para ser beneficiada, a família deve ser de baixa renda e estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Nos dois programas, famílias com crianças e idosos são prioritárias¹⁷.

Pelas discussões feitas pela ASA (Manual, 2012) e por pesquisadores Malvezzi (2007) e Baptista (2013), assim como o P1MC, o P1+2 também possibilita que sujeitos distintos envolvidos no seu processo de implementação participem de capacitações diversas, entre elas, Oficinas de Capacitações em Gestão de Água para Produção de Alimentos (GAPA) e Sistema Simplificado de Manejo para Irrigação (SSMI).

Outra estratégia de funcionamento do Programa são os intercâmbios entre as famílias agricultoras, técnicos e técnicas, para troca e compartilhamento das experiências desenvolvidas, segundo a Articulação (2012).

(SANTOS et al., 2014, p. 67, apud Ferreira 1999) discute o intercâmbio como possibilidade da difusão do conhecimento. Para o autor, intercâmbio significa “troca, permuta.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

Relações de comércio ou culturais entre nações”, ou seja, uma vivência que permite a construção do conhecimento a partir do que cada pessoa tem para repassar. Há distintas formas de intercambiar. Podemos citar como exemplo a acadêmica, que possibilita que estudantes saiam de suas unidades para visitar outras, em estados ou países diferentes. Esse tipo de intercâmbio, pelo que discutem os autores (2014), impacta a vida das pessoas, provocando uma mudança pessoal. São hábitos, conceitos e culturas vivenciados e que certamente influenciam o aprendizado.

O intercâmbio como forma de relacionamento entre as pessoas, segundo Santos (2014, p. 11), “tem sido cada vez mais dinâmico e o ensejo por esses tipos de excursões tem como focos principais a busca pelo conhecimento, a necessidade de aprimoramento de um novo idioma e a troca entre dimensões culturais”. Dessa forma, entende-se como uma prática que permite que as pessoas troquem conhecimentos, um modo diferente de fazer as coisas em relação aos outros. Um método que tem possibilitado, inclusive, que outras culturas sejam disseminadas, segundo os autores (2014).

Pelo que discute a ASA em seu *site* e manual (2012), é nessa perspectiva que a rede de articulação discute o intercâmbio. “Eles proporcionam momentos de partilha, troca e construção de conhecimentos entre agricultores e agricultoras de comunidades, municípios, territórios e estados diferentes do Semiárido”¹⁸, ampliando cada vez mais as experiências e possibilitando transformação. “Da mistura do conhecimento popular com o técnico – produzido por organizações da sociedade civil, universidades e centros de pesquisas – geram soluções inovadoras para a convivência com o Semiárido e com impactos positivos na vida das famílias”¹⁹, afirma a rede de Articulação.

Esse componente do P1+2, como aponta a ASA (Manual, 2012), faz parte do plano metodológico de trabalho na execução do programa, na perspectiva de ampliar os conhecimentos de agricultores e agricultoras, técnicos e técnicas e sociedade de modo geral, a partir de uma troca recíproca dos saberes. E essa estratégia, como mencionam os pesquisadores citados, é importante para a perpetuação da própria história humana.

Outro componente metodológico do Programa Uma Terra e Duas Águas, que se configura como estratégia de comunicação da ASA entre seus públicos, tanto interno como externo, é a sistematização de experiências, que, assim como o intercâmbio, tem um objetivo para a ASA. Esse aporte pedagógico do Programa é bem discutido na rede como uma forma

¹⁸ Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em 03 de agosto de 2017.

¹⁹ Informações disponíveis em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

de dar visibilidade às experiências de agricultores e agricultoras, grupos e comunidades, como foi discutido em seção anterior e que será aprofundado posteriormente (ASA, Manual, 2012).

É importante ressaltar que não é nossa pretensão, aqui nesta pesquisa, fazer um estudo aprofundado dos programas da ASA, nem mesmo das suas estratégias metodológicas. No entanto, consideramos relevante mencioná-los, a fim de informar ao leitor em qual contexto nasce o Candeeiro. Citamos o intercâmbio, por exemplo, porque, segundo a ASA (Manual, 2012), é um dos espaços por onde circula o Candeeiro.

2.2.2 A proposta de comunicação da ASA e a criação do Candeeiro

Para discutir a comunicação proposta pela ASA em suas experiências, pensei inicialmente em apresentar seus aportes interacionais, como o *site*, a Fan Page no Facebook, o Twitter, o programa de rádio Riquezas da Caatinga, entre outros, bem como os seus atores distintos, entre eles, os profissionais que trabalham a comunicação e o público beneficiário de seus programas e projetos, constituído, em sua maioria, de agricultores e agricultoras familiares na busca pela consolidação de estratégias para informar, dialogar e visibilizar suas ações, como a ASA (Manual, 2012) defende.

No entanto, uma reflexão acerca das políticas e estratégias de consolidação dos projetos da ASA apresentada em manuais, cartilhas e documentos publicados pela rede de articulação e por pesquisadores que estudam os movimentos sociais nos possibilitou pensar para além dos instrumentos apropriados pela rede e avançar em questões políticas que envolvem o seu trabalho e, logicamente, as suas formas de comunicação.

De todo modo, é importante discutir a comunicação da ASA a partir do diálogo e da compreensão que essa rede de articulação demonstra ter acerca dessa importante forma de interação entre os mais diversos meios, como um direito. Assim, para alcançá-lo, têm sido traçadas várias estratégias, entre elas, a incorporação nos elementos metodológicos dos projetos e programas como metas de execução. Para tanto, vamos discutir brevemente, a partir de Torquato (1986; 2004), Marcondes (2007) e Martín-Barbero (1997), o sentido de comunicação.

Pelo que apresentam os estudos de Torquato (1986, p. 15), “a comunicação é sistema aberto, organizada pelos elementos – fonte, codificador, canal, mensagem, decodificador, receptor, ingredientes que viabilizam o processo”. Essa intercambialidade que permite expressar sentimentos e obter resposta, conforme discute Torquato (1986), ocorre por

meio de código e linguagens que variam de acordo com cada contexto, região, povo ou comunidade.

Na definição de Torquato (2004), a comunicação configura-se como “um sistema-meio que se espalha na moldura ampla dos ambientes social, político, econômico, religioso e cultural” (TORQUATO, 2004, p. 09). Estabelece critérios e ações de funcionamento e estratégias de desempenho, conforme os meios e possibilidades.

Marcondes (2007) discute a comunicação como uma “combinação de múltiplos vetores (sociais, históricos, subjetivos, temporais, culturais) que se dá pelo atrito dos corpos e das expressões, algo que ocorre num ambiente” (MARCONDES, 2007, p. 37). Essa interação, como é aqui discutida, se estabelece a partir de ajustes entre os meios, nos contextos e ambientes distintos.

Martín-Barbero (1997) faz uma discussão da comunicação de uma forma mais dinâmica e crítica. Para o pesquisador, esse modo de interação entre os seres e o espaço em que vivem ocorre como uma mediação dos acontecimentos e das distintas formas de vida.

Assim, a comunicação se tornou para nós questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos, mas de re-conhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para re-ver o processo inteiro da comunicação a partir de seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos (MARTÍN-BARBERO, 1997, p 16).

As apropriações que são feitas dessas mediações, pelo que afirmam os estudos de Martín-Barbero (1997), são influenciadas pela forma como acontecem, como são recebidos os sujeitos distintos, pelo contexto, pelo entendimento do receptor e pelos possíveis usos que este faz delas.

A partir dessas discussões, entende-se que a comunicação ocorre por distintos modos, entre eles, verbal, não verbal, visual e simbólica, e nos diferentes espaços: na família, na comunidade, no ambiente da internet, na empresa, na organização, nas instituições privadas ou públicas, na sociedade de modo geral. Em cada espaço onde se estabelece qualquer tipo de comunicação, por mais simples que seja, são utilizadas estratégias conforme suas necessidades, inclusive organizacionais.

Por outro lado, a comunicação organizacional discutida por Baldissera (2008, p. 169) é apresentada como o “processo de construção e disputa de sentido no âmbito das relações organizacionais”. Assim sendo, a comunicação, nessa perspectiva, deixa de cumprir

um papel meramente social de interação entre os meios e passa a fazer parte de uma lógica mercadológica de disputas.

Bueno (2009) também discute a comunicação na perspectiva da interação. Quanto ao termo “comunicação organizacional”, o autor faz uma ressalva e opta por assim definir:

Entendemos comunicação empresarial ou comunicação organizacional como: conjunto integrado de ações, estratégias, planos, políticas e produtos planejados e desenvolvidos por uma organização para estabelecer a relação permanente e sistemática em todos os seus públicos de interesse (BUENO, 2009, p. 03-04).

Nessa perspectiva de Bueno (2009), a comunicação é um processo dinâmico, que ocorre como estratégia para unir pessoas em espaços distintos e as formas como ela acontece variam de acordo com seus objetivos. O intuito, pelo que é apresentado pelo autor, é dar sentido às coisas e/ou aos acontecimentos.

Na perspectiva da comunicação organizacional, Baldissera (2014) traz algumas considerações quanto ao seu estabelecimento: “Não se reduz à fala autorizada, aos processos formais. Também irrompe como possibilidades de expressão, que podem ser de resistência, cooperação, subversão, ou, simplesmente, como forma de expressar subjetividades sob a perspectiva do saber-fazer” (BALDISSERA, 2014 p. 88). Nesse contexto, a comunicação amplia o leque de sentidos a passa também a funcionar como geradora de aceitação ao construir e vender uma boa imagem da empresa ou organização.

Baldissera (2009b) apresenta três dimensões na construção dos processos comunicacionais em uma empresa: organização comunicada, organização comunicante e organização falada. A primeira se refere ao modo como as empresas pensam e definem estrategicamente a comunicação sobre si, sobre sua marca, sobre suas ações, junto aos seus públicos; a segunda está relacionada aos significados que são dados a partir das construções, bem como das relações estabelecidas com os distintos sujeitos. E, por fim, a terceira dimensão é a construção de sentidos pelos diferentes sujeitos, das distintas formas de interação.

A partir dessas discussões já apresentadas e de acordo com Torquato (1986), a comunicação organizacional tem como meta gerar consentimentos e produzir aceitação. O autor presume que, pela técnica, a comunicação exerce o papel mediador dos fatos e acontecimentos e suas significações são elementos necessários para a consolidação de metas e objetivos.

A ASA (2016) discute a comunicação dentro de uma proposta dialógica. Para essa rede de articulação, a comunicação deve ser pautada em todos os espaços, como um direito,

“trazendo outros sujeitos/atores”, segundo Verônica Pragana, assessora de comunicação da ASA (informação oral, 2016)²⁰. Para isso, pelo que afirma a rede, “é preciso falar da democratização da comunicação”, conforme enfatiza Yure Paiva, coordenador da ASA pelo estado do Rio Grande do Norte (informação oral, 2016)²¹. Yure também destaca outras lutas, como, por exemplo, a do acesso à água e à terra.

De acordo com Fernanda Cruz, jornalista e coordenadora de comunicação da ASA (entrevista, 2018), e Brochart (2013), a comunicação na rede Articulação Semiárido Brasileiro tem uma função política e social, que, segundo Cristina Nascimento, da equipe de coordenação da ASA pelo estado do Ceará (entrevista, 2018), sempre teve lugar importante nas discussões da rede e é apropriada como uma estratégia de articulação. “A comunicação pra rede ASA nunca foi só instrumental, mas sim estratégia política para a consolidação da convivência com o Semiárido”.

Brochart (2013, p. 79) traz ainda, em seus estudos, uma discussão da comunicação na ASA como estratégia de mobilização para “compartilhar sentidos, convocar pessoas [...]”, como um meio aberto e de empoderamento, podemos dizer. Para Fernanda Cruz (entrevista, 2018), ela é dinâmica, colaborativa, “caracteriza-se como uma comunicação popular, diversa, rica. Uma comunicação que é feita e pensada por todos e todas, que dá voz aos excluídos, aos invisibilizados, que visibiliza tudo aquilo que é importante pra convivência com o Semiárido” (Fernanda Cruz, entrevista, 2018). Estabelece-se a partir de várias ações.

Um dos desafios, apontados por Fernanda Cruz (informação oral, 2016), é garantir que a comunicação nos processos de articulação dessa rede seja pautada na perspectiva da mobilização social para a convivência. “O grande cerne é discutir como é que a gente garante que a comunicação não se limite ao instrumento. O instrumento pode fortalecer, mas a comunicação é uma discussão política”²² (Fernanda Cruz, 2016. Informação oral). A ASA compreende que a comunicação tem um papel muito mais importante do que o de divulgar ações, que é o de cumprir uma função política/social de transformação.

Para Fernanda Cruz (entrevista, 2018), a comunicação da ASA se apresenta muito mais como uma linha de fortalecimento da ideia de convivência com o Semiárido, ressaltando as práticas adaptativas necessárias para isso, bem como sua riqueza, do que de fortalecimento institucional, e, mesmo sendo tratada a partir das organizações, ela busca fortalecer a imagem de uma região diversa.

²⁰ Oficina de comunicação da ASA. Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. 25 e 26 de agosto de 2016.

²¹ Oficina de comunicação da ASA. Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. 25 e 26 de agosto de 2016.

²² Oficina de comunicação da ASA. Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. 25 e 26 de agosto de 2016.

A ASA, ela tem uma linha de comunicação institucional e uma comunicação que é essa comunicação de fortalecimento da convivência com o semiárido, da comunicação como um direito, que ora essas duas linhas andam juntas e ora não andam juntas. Essa comunicação institucional, no meu ponto de vista, ela nunca foi uma comunicação para fortalecer a marca da ASA, a imagem da ASA, mas sempre a do semiárido, então, acho que é essa ideia que a gente tem hoje do semiárido como um lugar de vida, do próprio conceito semiárido; acho que é um conceito construído por essa comunicação da ASA (Fernanda Cruz, entrevista, 2018).

Partindo desse pressuposto, a comunicação é pensada na ASA a partir dos distintos sujeitos e de suas perspectivas como um direito e ela se constitui mais na perspectiva da propagação da região como um lugar bom de viver do que na da construção ou fortalecimento de uma marca. “[...] A comunicação como estratégia política para o enfrentamento e para consolidação da convivência com o Semiárido” (Fernanda Cruz, entrevista, 2018).

Para o desempenho do trabalho da comunicação institucional da ASA, segundo Fernanda Cruz (entrevista, 2018), existe uma equipe de profissionais de comunicação que formam a ASACom (Assessoria de Comunicação da ASA). Ela fica na sede da Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC)²³, em Recife. Esses profissionais são todos formados em comunicação, o que, de acordo Elka Macedo, jornalista e assessora de comunicação da ASA (informações pelo aplicativo WhatsApp, 2017), é uma estratégia adotada pela rede para aprovação desse profissional junto aos projetos. “O fato de serem todos jornalistas é mais uma exigência para se enquadrar no projeto aprovado do que um perfil imposto pela ASACom. O ideal é termos pessoas com perfil multiuso”²⁴.

Essa equipe se organiza e atua em todo o Semiárido brasileiro conforme os contextos, necessidades e perfil de cada estado, como esclarece Elka Macedo (informações por meio do aplicativo WhatsApp, 2017).

A equipe tem a responsabilidade de tocar toda a parte institucional da comunicação e também de animar/fomentar os processos de comunicação popular nos estados. A forma como atuamos depende do perfil do estado e da conjuntura, da quantidade de comunicadores/as, etc.” (LKA MACEDO, 2017. Informação concedidas pelo aplicativo WhatsApp).

Essa informação confirma as estratégias de comunicação que a ASA tem estabelecido como forma de organizar e fortalecer os seus processos junto aos seus públicos.

²³ A AP1MC é uma Associação criada legalmente em 2002 para apoiar e facilitar as ações da ASA. Informações disponíveis em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/ap1mc>>. Acesso em: 02 de agosto de 2017.

²⁴ Elka Macedo, 2017. Informação concedida por meio do aplicativo WhatsApp, 2017.

É importante considerar que a articulação feita a partir das demandas dos projetos, das redes constituídas em cada estado e suas necessidades é uma forma de fortalecer as bases e, conseqüentemente, o Semiárido como um todo, como discute a ASA (Manual, 2012).

Além da equipe da ASACom, formada por jornalistas, existem outros profissionais denominados comunicadores e comunicadoras populares, que, articulados em rede, atuam nos estados do Semiárido brasileiro a partir de suas demandas locais, estaduais e nacionais; dos programas executados, com ações de sistematização de experiências, intercâmbios, oficinas de formação, entre outras atividades; e das demandas institucionais.

Pelas informações concedidas por Elka Macedo (aplicativo WhatsApp, 2017), esse coletivo que a ASA chama de comunicadores e comunicadoras populares, do qual falaremos mais adiante, é formado por pessoas contratadas pelos programas e pessoas não contratadas.

Na perspectiva da comunicação institucional, são ferramentas utilizadas pela ASA: cartilhas de orientação das ações de convivência com o Semiárido e sistematização das experiências desenvolvidas pelas instituições; *folders*; o portal www.asabrasil.org.br; o perfil no Twitter @asa_brasil; o boletim eletrônico Compartilhando Ideias; *spots* de campanha e divulgação de eventos; vídeos de experiências de convivência com o Semiárido; peças publicitárias de campanhas; programas de rádio Riquezas da Caatinga; uma Fan Page no Facebook e o Candeeiro. Este último será apresentado ainda neste capítulo.

Além dessas ferramentas de comunicação, as instituições que formam a ASA buscam na comunicação popular uma alternativa para melhor disseminar o trabalho social pelo desenvolvimento rural sustentável no Semiárido, segundo documentos da ASA (Manual, 2012). No entanto, pelo que é apontado por Fernanda Cruz (entrevista, 2018), ela ocorre também conforme as demandas dos projetos, bem como do próprio contexto atual.

A gente se pauta muito a partir do que está sendo colocado pelos projetos, mas eu diria, assim, que a ASA, ela tem uma linha de comunicação institucional e uma comunicação que é essa comunicação de fortalecimento da convivência com o Semiárido, da comunicação como um direito, que ora essas duas linhas andam juntas e ora não andam juntas (Fernanda Cruz, entrevista, 2018).

Nesse sentido, a ASA traz a comunicação como um elemento dos projetos e se utiliza dela para fortalecer essas ações, ao mesmo tempo em que a estabelece como uma estratégia institucional, que, para a rede, é uma forma de mostrar o Semiárido com outras possibilidades, não apresentadas pela grande mídia durante muito tempo – a qual, na maioria das vezes, preocupou-se mais em divulgar fatos devastadores, como o cadáver de animais em

períodos de estiagem –, mas sem perder essa ideia da comunicação como um direito das pessoas, como foi mencionado anteriormente. Fernanda Cruz (entrevista, 2018) acredita que essas são estratégias da rede e que são traçadas para fortalecer o Semiárido.

Dessa forma, entende-se que a rede Articulação no Semiárido Brasileiro se apropria da comunicação como um importante meio de divulgação de suas ações, entendendo que essa é a forma de se contrapor ao sistema social de exclusão, desconstruindo uma imagem distorcida do Semiárido brasileiro e, ao mesmo tempo, procurando contribuir para que as pessoas se encontrem nos seus espaços e os valorizem.

Essa comunicação institucional, no meu ponto de vista, ela nunca foi uma comunicação para fortalecer a marca da ASA, a imagem da ASA, mas sempre a do Semiárido, então, acho que é essa ideia que a gente tem hoje do Semiárido como um lugar de vida. Do próprio conceito Semiárido, acho que é um conceito construído por essa comunicação da ASA, essa comunicação institucional, e aí eu acho que esse conceito, tanto pra quem é de fora como pra os próprios agricultores e agricultoras de se apropriarem disso, de se reconhecerem nesses espaços e tal, terem orgulho, acho que isso é fruto dessa comunicação. Isso aí acho que é fruto da junção dessa comunicação institucional com a comunicação popular, aí a comunicação como um direito e tal [...] (Fernanda Cruz, entrevista, 2018).

Com esta reflexão, Fernanda Cruz, (entrevista, 2018) abre um debate para a questão da comunicação na ASA como política, que deve ser acessada e construída por todas as pessoas, e garantida como qualquer outro direito. Nessa perspectiva da coordenadora de comunicação da ASA, essa comunicação pode ser definida como popular, pelo fato de ser construída de forma coletiva, segundo Fernanda Cruz (entrevista, 2018).

Esse modo de comunicação é discutido por Peruzzo (2006) na perspectiva dos movimentos sociais da década de 1970. Nasceu do povo e para o povo, da necessidade de visibilizar e fortalecer suas ações e suas lutas, segundo a pesquisadora (2006). “Ela não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação” (PERUZZO, 2006, p. 02).

Nessa perspectiva de Peruzzo (2006), a comunicação popular apresenta-se como um instrumento democrático e nasce das experiências de vida de grupos sociais, repletos de diversidades, de conflitos, de desejos de mudança. É através desse tipo de comunicação que os saberes populares são valorizados e transmitidos. Do ponto de vista participativo, são trocados conhecimentos que fortalecem ações e formas organizativas. Os movimentos sociais

apropriam-se da comunicação para visibilizar suas ações no intuito de fortalecê-las, conforme discute Gohn (2011).

Oliveira (1994) discute a comunicação popular como um meio de comunicação do povo, construída pelo povo, de suas experiências pertinentes do dia a dia. Nos diálogos sobre a comunicação nas rádios pesquisadas, Oliveira (1994) explica o tipo de comunicação estabelecida pelas rádios comunitárias dos anos 1980 e 1990. A pesquisadora cita "ações comunicativas como parte de um processo dinâmico construído" (OLIVEIRA, 1994, p. 27) e acrescenta novamente a essa discussão o significado do popular: "As experiências coletivas que não estão enquadradas diretamente em organizações político-partidárias permitem descobrir um 'popular' mais integrado à vida cotidiana" (OLIVEIRA 1994, p. 27).

A discussão de Fernanda Cruz (entrevista, 2018) acerca da comunicação popular parte dessa perspectiva da construção coletiva, pautada, sobretudo, pela atuação de agricultores e agricultoras e, muito embora ela não tenha ocupado espaços de discussão no coletivo como um conceito popular, suas ações a legitimam como tal.

A ASA tem feito uma comunicação que sempre predominou, essa coisa da comunicação feita pelo povo, para o povo. Esse é um conceito muito recente na história da comunicação, porque a ASA existe como rede desde 1999, mas essas organizações que formam a rede já faziam comunicação de alguma forma, mas era uma comunicação ainda muito instrumental e tinha muita dificuldade de fazer essa comunicação como uma estratégia política, mas até nos nossos produtos eles tinham essa preocupação de trazer a voz dos agricultores e agricultoras, as experiências, mas não era algo pensado assim... A gente não tinha essa consciência de que aquilo era comunicação popular de fato (Fernanda Cruz, entrevista, 2018).

Fernanda Cruz (entrevista, 2018) acredita que, mesmo sem uma compreensão clara quanto ao termo, o popular é uma característica da comunicação da ASA, que foi sendo percebida e mais bem definida a partir do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), com a necessidade de executar as ações, e, conseqüentemente, ampliar o quadro de pessoas envolvidas em seus processos.

[...] quando o P1+2 chega em 2007 que traz a proposta do Candeeiro, da sistematização, e na ASACom a gente discute como é que a gente vai dar conta dessa sistematização e que isso não pode ser centralizado em Recife, e vai se experimentando os formatos: 'Vai ser um estagiário de comunicação, vai ser uma pessoa da área de humanas, não necessariamente um jornalista e tal, se chega na figura do comunicador popular, que seria alguém que já faz comunicação no seu território que, necessariamente, não tem formação em comunicação. Aí é que eu acho que a ASA começa a debater: o que é mesmo essa comunicação popular? E começa a perceber que o que a gente faz é comunicação popular, de fato. Então, eu acho que é assim'. A prática da gente acabou se encontrando com o conceito. Então, eu diria que a ASA não tem uma referência, não foi uma coisa assim: 'Ah, vimos isso e buscamos e tal e, como temos essa referência, é por isso que a gente trabalha

comunicação popular'. Não, acho que foi o encontro de saberes, né! (Fernanda Cruz, entrevista, 2018).

Da forma como são discutidas, as práticas desenvolvidas, os encontros, bem como os compartilhamentos e construções coletivas dão à comunicação da rede de articulação no Semiárido brasileiro esse caráter popular, segundo Fernanda Cruz (entrevista, 2018), que, de certa forma, encontra-se com o conceito de comunicação popular discutido por Peruzzo e Gohn, segundo a coordenadora de comunicação da ASA.

Observei que a concepção de comunicação popular inspira, de certa forma, a ASA. No entanto, como essa experiência é desenvolvida por jornalistas e outros profissionais contratados por essa instituição, percebe-se um atravessamento de uma concepção de popular que inspira a ASA, mas que é organizada a partir de um centro de decisão de metas mais central da ASA que não parte diretamente das comunidades com as quais essa instituição trabalha. Com a análise do Candeeiro, ao final deste capítulo, ficará mais claro esse atravessamento do popular na proposta da ASA.

2.2.2.1 Reflexões sobre o Comunicador Popular da ASA

A Articulação no Semiárido Brasileiro conta, atualmente, com um coletivo de pessoas que atuam em todos os estados do Semiárido denominadas, pela articulação, de comunicadores e comunicadoras populares. Esse termo foi empregado no final da segunda metade do século XX por alguns pesquisadores, como Oliveira (1994), e o educador social Paulo Freire (1985). No entanto, nesse início de século, pouco tem sido discutido sobre o assunto. Contudo, tentaremos aprofundar o termo, neste trabalho, a partir do entendimento da ASA, bem como de atores distintos que, de alguma forma, vivenciaram e ainda vivenciam essa experiência.

Oliveira (1994) discute o comunicador popular como ser social, comprometido com a realidade em que vive e que, entre outras provocações, apela para o empenho com a transformação. Pelo que aponta a pesquisadora, são pessoas envolvidas na comunidade, em seus acontecimentos e na luta pela garantia de seus direitos. Os estudos de Freire (1985) também apresentam essas perspectivas.

Sobre a pessoa diretamente envolvida nesses processos e que, nesse trabalho, a partir das discussões dos atores, chamamos de comunicador popular, Oliveira (1994) aponta o seguinte:

A cada experiência que acompanhamos, percebemos o modelo particular com que os atores sociais vivenciam as propostas de comunicação popular, a partir do seu modo de vida e de suas representações. Nesse sentido, é importante considerar os agentes mediadores e o cruzamento das culturas que envolvem a ação comunicativa (OLIVEIRA, 1994, p. 77).

Oliveira (1994) traz questões pertinentes que fortalecem a ideia do comunicador ou comunicadora popular como sujeito inserido na realidade e atento aos apelos que os contextos impõem. As práticas e dinâmicas desenvolvidas e vivenciadas por esses atores, seja em rádios, na construção de informativos ou em outras atividades comunitárias, são ações de lutas, fundamentais, e que os colocam como sujeitos transformadores. Essas características podem estabelecer a figura do comunicador popular, conforme Oliveira (1994), embora a autora não tenha definido essa denominação de forma explícita.

Muito além da forma comunicacional, os atores sociais dos quais fala Oliveira (1994) têm uma preocupação em dialogar com os acontecimentos locais, tanto é que, nos programas de rádio descritos nos estudos da pesquisadora, o conteúdo é voltado para as questões comunitárias, os acontecimentos relevantes, como, por exemplo, no programa em que destaca as manifestações pelo “fora, Collor” e a reivindicação por melhor educação para a comunidade.

A ASA discute o comunicador popular nessa perspectiva apontada pelos autores mencionados, no entanto, há uma diferenciação. No caso específico da ASA, é o profissional contratado pela instituição que faz um trabalho de mediação. Ele não precisa necessariamente ser da comunidade, nem formado em comunicação, mas busca interagir, de uma forma capaz de visibilizar e fortalecer as ações desenvolvidas pelo público atendido pela ASA. Esse público, na sua maioria, são agricultores e agricultoras familiares.

[...] a figura do ‘comunicador popular’ denomina a pessoa que contribui para que a mobilização popular para acesso a políticas se efetive e se visibilize no Semiárido... É a pessoa de referência em comunicação das organizações que fazem parte da ASA (seja ele/ela formado na área ou não) e que ajudam a partilhar as experiências exitosas das famílias agricultoras do Semiárido, fortalecendo, assim, as ações de convivência e a cultura do povo que habita as zonas rurais da região. O seu trabalho se baseia em ser uma espécie de “ponte” entre a base (agricultoras/es familiares) e a sociedade (Elka Macedo, informações enviadas pelo aplicativo WhatsApp, 2017) ²⁵.

Como a assessora de comunicação da ASA, Elka Macedo (informações enviadas pelo aplicativo WhatsApp, 2017), esclarece, os comunicadores e comunicadoras populares da

²⁵ MACEDO, Elka, 2017. Informações enviadas pelo aplicativo WhatsApp.

articulação devem se inserir na realidade camponesa de forma sensível e comprometida, para, assim, poder transmitir o que há de mais bonito no campo, como a luta e a resistência em se manter vivo e resguardar a cultura local, bem como os saberes, tornando-os conhecidos e fortalecidos.

É possível perceber ainda nas discussões de Elka Macedo (informações enviadas pelo aplicativo WhatsApp, 2017) que a ASA propõe outras características ao comunicador popular diferentes daquelas apresentadas por Oliveira (1994). Para Elka Macedo, o comunicador popular representa uma ponte entre agricultores familiares e a sociedade. Isso partindo do pressuposto de que o comunicador/comunicadora pode fazer essa mediação de informação. Uma forma de estabelecer essa relação é a produção do Candeeiro, embora não seja esse o único meio de comunicação utilizado pela ASA. Outras atividades junto às famílias perpassam essa forma de comunicar.

Assim como o comunicador popular do final do século XX, discutido por Oliveira (1994) como um agente do povo, que surge em um contexto social bem desafiador e que trabalha na perspectiva do coletivo e pelas melhorias locais, o comunicador e a comunicadora popular da ASA têm missão semelhante e nascem das discussões e do empenho por outra perspectiva de comunicação, conforme Fernanda Cruz (entrevista, 2018).

O comunicador surge a partir de uma necessidade concreta, que é essa história da sistematização dentro do projeto P1+2. A gente queria experimentar... Na época, não existia muita gente que tinha formação em comunicação e tal, e tinha pessoas muito interessantes que faziam comunicação sem necessariamente ter qualquer tipo de formação na área, e a gente disse: por que essas pessoas não ficam responsáveis pela sistematização? E aí depois a gente começou a perceber o potencial que tinha nesse grupo, e aí é que se começa a discutir processos de formação, de empoderamento... (Fernanda Cruz, entrevista, 2018).

Em sua fala, Fernanda Cruz (entrevista, 2018) faz uma reflexão dialógica da comunicação. Para a jornalista, esse fazer deve ser do povo, e não necessariamente de uma pessoa formada em comunicação. Essa compreensão da ASA, pelo que é colocado pela coordenadora de comunicação da rede, ganha força a partir dos comunicadores e das comunicadoras populares, que, segundo ela, são sujeitos comprometidos com a causa social, que surgem dispostos a fortalecer essa ideia de que a comunicação é muito mais do que a transmissão de informações. Fernanda Cruz (entrevista, 2018) traz uma questão interessante e relevante para a construção coletiva dos processos comunicacionais e que incide, de alguma forma, nas lutas sociais, que é o empoderamento como chave necessária para abrir os caminhos da transformação.

A fala de Fernanda Cruz (entrevista, 2018) em relação às incidências das ações como parte integrante na consolidação do empoderamento das pessoas dialoga com a fala de Cristina Nascimento, da coordenação da ASA pelo estado do Ceará (entrevista, 2018), quando ela enfatiza a necessidade de continuação dos processos comunicacionais na busca pela visibilidade, que tem sido desenvolvida pelos comunicadores.

Os comunicadores populares são sujeitos primordiais para a ação andar, evidenciar as experiências dos estados, gerar pautas e gerar falas dessas experiências de estar intercambiando. Então, a participação dos comunicadores dentro da ação da ASA tem um lugar muito importante, inclusive pra gente conseguir visibilizar cada vez mais a ação da rede ASA (Cristina Nascimento, entrevista, 2018).

Fernanda Cruz (entrevista, 2018) ressalta ainda que é a partir da figura desse agente social que a ASA passa a entender a comunicação como um meio necessário e de acesso de todos e de todas, independentemente da classe social. Dessa forma, entende-se que essa pauta na ASA se fortalece a partir das dinâmicas desenvolvidas pelo coletivo.

A ASA acaba discutindo mais de forma permanente a comunicação como direito... A democratização da comunicação... Tudo isso a partir da visão e da vivência dessas pessoas, né, então, eu acho que muito mais do que a própria rede, a coordenação ter pautado os comunicadores foram os próprios comunicadores que pautaram a rede sobre esse tema... Dizer: 'Ó, a gente não quer só sistematizar; somos sujeitos políticos, e a gente tem uma pauta que é da comunicação e tal', a ASA precisa discutir isso, assim como as mulheres têm feito, assim como os LGBTs *tão* fazendo. Então, acho que foi esse movimento que aconteceu (Fernanda Cruz, entrevista, 2018).

Partindo da compreensão de que a comunicação deve ser uma pauta recorrente das ações humanas em todos os espaços e circunstâncias, assim como outras tantas necessárias, a ASA fortalece a ideia da troca e da construção coletiva dos conhecimentos, bem como a universalização do acesso aos meios. Com isso, parece mais clara a ideia da ASA em trabalhar com o comunicador e a comunicadora popular e pensar por que essa rede tem trabalhado nessa perspectiva. É importante lembrar que a ASA (manual, 2012) se utiliza da expressão “comunicação popular” como uma forma de fortalecer as lutas do povo pela consolidação de seus direitos e a convivência com o Semiárido, para estabelecer o modo de pensar o comunicador popular, inclusive.

É importante observar que, em cada centro, tinha uma representação coletiva de comunicadores, ou seja, podia-se encontrar mais de um comunicador popular nas práticas de comunicação dos movimentos sociais populares na década de 80.

As características e necessidades inerentes ao comunicador popular apresentadas

por Leonardo Sampaio (entrevista, 2016) não diferem das mesmas apresentadas pela pesquisadora Oliveira (1994). No entanto, para a experiência da ASA, percebe-se um distanciamento, pois a ASA contrata profissionais para exercer esse papel. Isso comprova que a ASA utiliza uma concepção de comunicação popular e comunicador popular, mas os organiza a partir de assessorias profissionais.

2.2.2.2 A criação do Candeeiro

Como vem sendo mencionado neste trabalho, o Candeeiro é um dos meios de comunicação da ASA que se estabelecem como boletim de sistematização de experiências, do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), em dois formatos: boletim e *banner* impressos, conforme a ASA apresenta (Manual, 2012). O boletim pode ser de uma ou duas páginas A4, frente e verso. Já o *banner* deve medir 80 x 120 metros, conforme as orientações do programa.

Essa sistematização é uma estratégia metodológica do P1+2 para visibilizar as ações de convivência com o Semiárido, como é esclarecido no *site* da ASA (2017), sendo, inclusive, uma meta na execução do programa. Isso significa que não há uma periodicidade de publicação desse boletim e que ele é construído conforme as metas estabelecidas pelos termos de parceria de execução do programa Uma Terra e Duas Águas, conforme Elka Macedo, assessora de comunicação da ASA (informações enviadas pelo aplicativo WhatsApp, 2017). Tem termo que estabelece quatro boletins e dois *banners*, outros apresentam uma meta maior. Isso depende do período de execução. De cada sistematização, são impressos 1 mil exemplares, de acordo com a assessora de comunicação da rede ASA, Elka Macedo. Ela, bem como a coordenadora de comunicação da rede, Fernanda Cruz, não ressaltaram o período de criação do boletim, mas afirmaram que ele surgiu com o P1+2, da ideia de sistematização de experiências.

De acordo com uma das coordenadoras da ASA pelo estado do Ceará, Cristina Nascimento (entrevista, 2018), o debate da sistematização de experiências na ASA foi pautado, inicialmente, no quarto Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (EnconASA), que ocorreu na Paraíba, em 2003, na mesma lógica do intercâmbio. “A Paraíba trouxe esses elementos da sistematização, o elemento dos intercâmbios, porque já vinha essa ideia na perspectiva do debate da prática agroecológica de várias organizações na ASA

Paraíba”²⁶. Essa ideia do boletim para sistematizar as experiências, segundo a integrante da coordenação da ASA, Cristina Nascimento (entrevista, 2018), foi se fortalecendo em outras ações da rede, como o EnconASA, que ocorreu no Crato, Ceará, em 2006, e que, inclusive, deu ao informativo o nome de Caldeirão, considerando o contexto histórico da região onde se deu o evento.

Nós vivenciamos o processo de sistematização de experiências a partir da experiência da Paraíba, inclusive quem traz a metodologia do processo de construção e sistematização é a Paraíba através da AS-PTA. Sistematizamos as dez experiências que foram visitadas no Estado do Ceará. A gente deu o nome de Caldeirão, que faz alusão ao Caldeirão do beato Zé Lourenço, e *por o EnconASA ser no Cariri*. Depois, na consolidação do P1+2, se debate e se chega ao nome do Candeeiro, que ilumina. Então, o boletim passa a ter essa definição de sistematização e entra como componente da comunicação dentro do P1+2 (Cristina Nascimento, entrevista, 2018).

Desse modo, o Candeeiro surge como sistematização das práticas desenvolvidas no campo da agricultura familiar a partir de ações pontuais desenvolvidas por instituições da ASA estadual Paraíba e passa a fazer parte dos processos metodológicos de uma política desenvolvida pelo coletivo maior, que é a ASA nacional, na perspectiva da construção do conhecimento agroecológico. Quanto à sua construção, a orientação é que haja um diálogo com a família ou o coletivo, de forma processual, para que estes possam materializar o que vivenciam na prática. Acerca desses processos, Fernanda Cruz, coordenadora de comunicação da ASA (entrevista 2018), afirma:

O ideal seria fazer processualmente, e aí a gente acaba indo, perguntando como é a história. Às vezes a gente nem volta pra validar com a família, mas a ideia é fazer todo esse processo de escuta, aí volta, escuta mais um pouco, escreve algumas coisas, diz pra família o que é que você escreveu ali, o que é que é importante, qual o ponto de partida, tira as fotos, mostra as fotos às famílias, pergunta se a família gostou, qual foto quer usar, volta, diagrama, a gente pode dar uma lida na ASA Com, contribuir, enfim, a coordenação... E voltar pra família, pra família validar antes de imprimir e depois distribuir todos os exemplares com a família (Fernanda Cruz, entrevista, 2018).

Pelo que Fernanda Cruz (entrevista, 2018) relata, as instituições da ASA trabalham com o Candeeiro na perspectiva da construção coletiva dos aprendizados, objetivando possibilitar que todos e todas tenham participação nos processos desenvolvidos. A coordenadora de comunicação da rede, Fernanda Cruz, afirma que:

²⁶ Idem

O Candeeiro não tem sentido se não for feito conjuntamente, se, por exemplo, a pessoa que sistematiza, que nem sempre é o comunicador, ou a comunicadora, acho que é importante registrar isso, porque o ideal é que fossem as famílias, mas pode ser o técnico, porque a comunicação não é só feita pelo comunicador ou a comunicadora... Todo mundo comunica, mas o ideal era que esse fosse um processo de reflexão daquela prática (Fernanda Cruz, entrevista, 2018).

É importante ressaltar a ideia de Fernanda Cruz (entrevista, 2018) quanto ao agente mediador dos processos de sistematização do Candeeiro, bem como os sujeitos de suas ações. Ela enfatiza que a comunicação deve ser uma ação de todos e todas, e não restrita apenas a uma parcela da população, e que, portanto, nos processos de sistematização, isso deve ser considerado e deve ter como ponto prioritário neste processo uma discussão acerca da experiência.

A ideia de diálogo e reflexão como processo de construção das sistematizações junto aos sujeitos detentores das ações sistematizadas, apontada por Fernanda Cruz (entrevista, 2018), dialoga com os estudos de Holliday (2011) e de outros pesquisadores acerca dessa prática. O sentido de sistematizar é ampliar o conhecimento, a partir de um olhar, de uma vivência, de sensibilidade, organização e materialização de determinada prática. O que cabe ao mediador é apenas a transcrição dos fatos e a impressão do material. A construção do boletim sem essa dinâmica pode dificultar a apropriação dos sujeitos.

É importante ressaltar que fui comunicadora popular da ASA em duas instituições do Ceará antes de entrar no mestrado e participei da sistematização de algumas experiências. Portanto, a partir dessa vivência, bem como das discussões da ASA em seu *site* e manual (2012), destacamos ainda que, no processo de elaboração do Candeeiro, conhecemos a experiência e estabelecemos um diálogo com a família/história a ser sistematizada no informativo, como afirma Fernanda Cruz (entrevista, 2017). “Sistematizar, na verdade, é refletir sobre uma prática, então, todo interesse que a gente tem com o Candeeiro, muito mais do que distribuir aquele jornalzinho, é fazer com que as pessoas possam refletir sobre as suas práticas” (Fernanda Cruz, entrevista, 2017).

A escrita é feita, geralmente, pelo comunicador ou comunicadora popular, profissional que trabalha para a ASA, mas há casos em que o próprio agricultor, agricultora ou grupo que tem sua experiência sistematizada escreve. São histórias contadas em primeira ou segunda pessoa, por meio de narrativas, de entrevista ou versos.

Quanto à distribuição, a orientação dada pela ASA, conforme Elka Macedo, assessora de comunicação da ASA (informação enviada pelo aplicativo WhatsApp, 2017), é de que todos os boletins sejam entregues à família ou coletivo que teve sua experiência

sistemizada, mas essa não é via de regra. “Os mil boletins impressos devem ficar com a família, no entanto, algumas organizações dividem e uma parte fica com a família e a outra é utilizada em cursos, formações, capacitações e outros eventos”²⁷ (Elka Macedo, informação enviadas pelo aplicativo WhatsApp, 2017). Essa distribuição deve fazer parte do processo de sistematização. Eu a chamo aqui de circulação, pois, sem ele, o boletim não chega ao público.

Geralmente, o boletim é entregue à família em eventos comunitários; outras vezes, não. Elka Macedo (informação oral, 2017) menciona alguns espaços utilizados para a apresentação dessas experiências, como, por exemplo, o intercâmbio e a feira agroecológica. Além desses espaços de circulação, de acordo com Fernanda Cruz (entrevista, 2018), o Candeeiro está disponível também na internet, onde muitas pessoas e instituições têm acessado os conteúdos.

O *layout* do Candeeiro é padrão em todos os estados, sendo que o que o diferencia de um para outro é a cor e o nome do estado. Para citar alguns exemplos, no Ceará, é laranja; na Paraíba, é laranja avermelhado; no Piauí, é amarelo-esverdeado; e, em Pernambuco, é verde, conforme as figuras 1, 2, 3 e 4. No entanto, vale ressaltar que não avaliamos, nesta pesquisa, o seu formato, mas sim a circulação e o uso. Pela forma como é apresentada e discutida pela ASA (Manual, 2012), a ideia do Candeeiro como um boletim de sistematização de experiências dialoga com as ideias apresentadas por Holliday (2006; 2011) e Silva (2013) acerca desse fazer comunicacional. Essa discussão será fortalecida no capítulo seguinte.

Figuras 1 - O Candeeiro da Paraíba



Fonte: O Candeeiro (2017)

Figuras 2 - O Candeeiro do Pernambuco



Fonte: O Candeeiro (2017)

²⁷ *Ibidem*

Figura 3 – O Candeeiro do Ceará



Fonte: O Candeeiro, (2016).

Figura 4 – O Candeeiro do Piauí



Fonte: O Candeeiro, (2017).

Para dialogar acerca das demandas e da construção do Candeeiro, apresentamos a seguir uma tabela com os números, o ano e as instituições, elaborada pela equipe de comunicação da ASA, com informações do banco de dados no *site* da ASA, em 31 de outubro de 2017.

Tabela 1 - Número de Candeeiros publicados

ESTADO	ANO	PROJETO	ENTIDADE	NÚMEROS	TOTAL
PI	2008	Projeto-piloto	Cerac / Cáritas Regional	1-24	24
SE	2008-2010	Projeto-piloto. TP 01/2007	Cáritas Estância	5-26	23
PB	2007 - 2008	Projeto Demonstrativo e Projeto-piloto	Patac	1-2;6-8;37-47;49-52	19
RN	2009-2010	TP 02/2008 MDS	Atos/ Sertão Verde/Techne	2-54 (alguns incompletos)	51
CE	2008	Projeto-piloto	Cáritas Regional	1-12	12
PE	2009-2010	TP 02/2008 MDS	Centro Sabiá	37-54	17
PE	2010-2011	TP 02/2008 MDS	Chapada	56-72	17
PE	2009-2010	TP 02/2008 MDS	Diaconia	73-86	14
PE	2010	TP 02/2008 MDS	Diocese de Pesqueira	91-104	13
PB	2009-2010	Projeto demonstrativo e projeto piloto / TP 02/2008 MDS	ASPA	1-18	18
PB	2009	Projeto	AS-PTA	19-29	11

		demonstrativo e projeto piloto / TP 02/2008 MDS			
BA	2010	TP 04/2010 MDS	IRPAA	95-98	04
BA	2009/2010	TP 02/2008 MDS	APAEB SERRINHA	55-72	17
BA	2009	TP 02/2008 MDS	ACEFARCA	37-54	10
PI	2011	TP 04/2010 MDS	Cáritas PI	82-98/107-109	20
BA	2009	TP 04/2010 MDS	IRPAA	91-104	07
BA	2009	TP 04/2010 MDS	SASOP	109-122	15
MG	2012	TP 02/2012 MDS	Cáritas MG	922-924	03
MG	2012	TP 02/2012 MDS	STR Porteirinha	1009-1011	03
ESTADO	ANO	PROJETO	ENTIDADE	NÚMEROS	TOTAL
AL	2012	TP 02/2012 MDS	CACTUS	910-912	03
SE	2012	TP 02/2012 MDS	CDJBC	940-944	06
PI	2012	TP 02/2012 MDS	CERAC	955-957	03
PB	2012	TP 02/2012 MDS	PATAC	954;995-996	03
PI	2012	TP 02/2012 MDS	Caritas S. Raimundo Nonato	934-936	03
PI	2012	TP 02/2012 MDS	Caritas PI	931-933	03
PI	2009	Projeto-piloto		11-12	02
PI	2009, 2010, 2012		Cerac	63,101,103,106,109	07
PB	2012	TP 02/2012 MDS	AS-PTA	87	01
MG	2009	Falta	Cáritas Araçuaí	falta	01
MG	2009	Falta	STR Porteirinha	74	01
BA	2011	Falta	Cofaspi	161	01
BA	2011	Falta	SASOP	153	01
BA	2011	Falta	IRPAA	145	01
BA	2011	Falta	Apaeb Serrinha	133	01
CE	2011	Falta	Elo Amigo	90	01
BA	2011	Falta	Cáritas NE 03	87	01
CE	2011	Falta	Cáritas CE	80	01
PI	2010	Falta	Cáritas PI	51	01
AL	2011	Falta	falta	30,34, 37	01
PI	2009	TP 02/2008 MDS	Cerac	61-74	10
CE	2012	TP 02/2012 MDS	Obas	104	01
CE	2011	TP 04/2010 MDS	Cáritas CE	78-85/102	09
CE	2011	TP 04/2010 MDS	Elo Amigo	86-93/103	09
BA	2008	Falta	IRPAA	145-146/148/ 178	08
BA	2011	TP 01/2010 (IABS)	IRPAA	105-108	04
BA	2011	TP 01/2010 (IABS)	SASOP	123-126	03

BA	2011	TP 01/2010 (IABS)	falta	127-132	06
ESTADO	ANO	PROJETO	ENTIDADE	NÚMEROS	TOTAL
SE	2011	TP 04/2010 (MDS)	CDJBC	29-34/92	07
PE	2011	TP 04/2010 (MDS)	Centro Sabiá	113-128	08
PE	2011	TP 04/2010 (MDS)	Diaconia	129-137/147	10
BA	2011	TP 04/2010 (MDS)	SASOP	153-160	08
BA	2011	TP 04/2010 (MDS)	Cofaspi	162-168	07
BA	2011	TP 04/2010 (MDS)	Apaeb Serrinha	133-14/169	09
BA	2011	TP 04/2010 (MDS)	Cáritas NE3	141-144	04
CE	2010	TP 02/2008 MDS	Elo Amigo	31-48	17
CE	2009-2010	TP 02/2008 MDS	Obas	49-66	17
BA	2011	TP 04/2010 (MDS)	Cáritas NE3	87-90	04
CE	2011	TP 01/2010 (IABS)	Elo Amigo	69-74	06
CE	falta	TP 01/2010 (IABS)	Cáritas CE	27-30/67/ 75-77 (777?)	08
RN	2011	TP 04/2010 (MDS)	Atos	64-71	08
RN	2011	TP 04/2010 (MDS)	Techne	81-88	08
RN	2011	TP 04/2010 (MDS)	Sertão Verde	72-79/90	09
CE	2009	TP 02/2008 (MDS)	Cáritas CE	13-26	14
PE	2011	TP 04/2010 (MDS)	Centro Sabiá	145	01
PE	2011	TP 01/2010 (IABS)	Centro Sabiá	105-110	06
PE	2011	TP 01/2010 (IABS)	Chapada	69-72/111-112	06
PI	2011	TP 04/2010 (MDS)	Cerac	99-106	08
MG	2009 - 2011	Falta	falta	44,48,90	05
PE	2011	TP 04/2010 (MDS)	Centro Sabiá	128	01
MG	2011-2012	TP 04/2010 (MDS)	Cáritas MG	87-94/104	09
MG	2010-2011	TP 04/2010 (MDS)	Cáritas Araçuaí	76-86/42	10
MG	2009 / 2011-2012	TP 04/2010 (MDS)	STR Porteirinha	65 / 96-102/105	09
ESTADO	ANO	PROJETO	ENTIDADE	NÚMEROS	TOTAL
AL	2009-2012	TP 04/2010 (MDS)	Cactus	30-38 / 08 / 19	11
BA	2012	TP 02/2012 MDS	Cáritas Ruy Barbosa	997-999	02
PI	2009	TP 02/2008 MDS	Cáritas SRN	25-33	09
BA	2008	TP 02/2008 MDS	falta	25	01
PI	2009	TP 02/2008 MDS	Cerac	71-74	04
PE	2008	TP 02/2008 MDS	Chapada	1-3	02
MG	2008/2009	TP 01-2007 MDS	Cáritas Regional	falta	01
AL	2008/2009	Falta	CACTUS	XXII e XXVI	02
MG	2009	Projeto-piloto/TP 01/2007 MDS	STR Porteirinha	13,15,17,20	04
PB	2007	Proj. Demonstrativo	Patac	2	01
PE	2011	TP 04/2010 MDS	Centro Sabiá	121-128	07
PE	2011	TP 04/2010 MDS	Diocese de Pesqueira	139-144	06
PE	2011	TP 04/2010 MDS	Diaconia	137,139	02
BA	2009	TP 02/2008 MDS	Acefarca	falta	Falta
BA	2009/2010	TP 02/2008 MDS	Cáritas NE3	76-81;83-86	10
BA	2010	TP 04/2010 MDS	IRPAA	95-98	03
PB	falta	Falta	ASPA	17-18;14	03

MA	2007	Proj. Demonstrativo	COODESU	1-2	02
PB	2011	Falta	falta	65	01
PB	2007	Proj. Demonstrativo	Patac	2-4;7-9	04
PB	2008	Falta	falta	7	01
CE	2007	Falta	Cetra	13,15	02
CE	2007	Proj. Demonstrativo	Esplar	12	01
CE	2007	Proj. Demonstrativo	STTR Tinguá	11	01
CE	2007	Proj. Demonstrativo	CDDH-AC	9-10	02
CE	2007	Proj. Demonstrativo	Cáritas CE	8;14	02
CE	2007	Proj. Demonstrativo	Diocese de Crateús	5-7	03
ESTADO	ANO	PROJETO	ENTIDADE	NÚMEROS	TOTAL
CE	2007	Proj. Demonstrativo	STR	1-4	04
BA	2007	Proj. Demonstrativo	STR Remanso	6;9	02
BA	2007	Proj. Demonstrativo	CASA	1;5	02
BA	2007	Proj. Demonstrativo	CAA	1	01
BA	2007	Proj. Demonstrativo	Cáritas BA	1;7-8	03
PB	2012	TP 02/2012 MDS	AS-PTA	87	01
RN	2007	Proj. Demonstrativo	Coopervida	6;7	02
RN	2007	Proj. Demonstrativo	AACC	4	01
RN	2007	Proj. Demonstrativo	CEAAD	3	01
RN	2007	Proj. Demonstrativo	Atos	2	01
RN	2007	Proj. Demonstrativo	Sertão Verde	1	01
PE	2007	Proj. Demonstrativo	Caatinga, Diaconia, Cecor	1-4	05
RN	2011	Falta	Atos	65,71	02
RN	2011	Falta	Sertão Verde	77	01
PB	2011/2012	Falta	falta	57,87	02
PI	2011	Falta	Cáritas PI	84,91	02
PI	2009/2010	TP 02/2008 MDS	Cáritas SRN	25-39;43-56	20
BA	2008/2009	TP 01/2007; projeto-piloto	Cáritas NE3	1-6;8-12;1-2; 2(boletins diferentes com a mesma numeração)	14
BA	2009	Projeto-piloto; TP 01/2007	SASOP	13-24	12
BA	2008	Projeto-piloto; TP 01/2007	IRPAA	25-35	11
MG	2009/2010	TP 02/2008	Cáritas Regional	43-56	16
MG	2009	TP 02/2008	STR	61-71;73-74 (02	16

			Porteirinha	boletins numerados como 61)	
MG	2009	TP 01/2007 MDS; Projeto-piloto	STR Porteirinha	14-18	05
AL	2008/2009/2010	Projeto-piloto	Cactus	1-11;13-26	24
PI	2008/2009	Projeto-piloto	Cáritas PI	13-24	12
PI	2008/2009	Projeto-piloto	Cerac	1-12	12
PB	2007	Projeto Demonstrativo e Projeto-piloto	falta	1-2;7	03
CE	2008	Proj. piloto	Cáritas Regional	1-12	12
MG	2008-2010	TP 02/2008 MDS	Cáritas Araçuaí	25-42	18
PB	2011	TP 04/2010 MDS	ASPA	62-64;66-69	07
PB	2011	TP 04/2010 MDS	AS-PTA	70-77;87	08
PB	2011	TP 01/2010 IABS	AS-PTA	55-58	04
PE	2009	Projeto-piloto	Chapada	01-24	23
PE	2009	Projeto-piloto	Diocese de Pesqueira	25-36	12
MG	2008/2009	Projeto-piloto; TP 01/2007 MDS	Cáritas Regional	1-13; n. x outubro; n. x setembro	12

Fonte: Assessoria de Comunicação da ASA – ASACom. (2017).

Pelo que a tabela apresenta, existem 931 experiências sistematizadas no Semiárido brasileiro, que compreende os nove estados do Nordeste mais Minas Gerais. Desse total, pelas informações disponibilizadas, no Ceará, foram sistematizadas 122 experiências. Isso apenas as que foram lançadas no *site* da ASA. Pela tabela, existem experiências que não constam na plataforma *on-line*.

É importante ainda mencionar que o primeiro boletim foi publicado em 2007, no projeto piloto do P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas), em todos os estados do Semiárido brasileiro. Na época, foram construídos 44 boletins e, destes, 15 foram produzidos no Ceará. O ano de maior publicação foi de 2009 a 2010. Nesse período, o Ceará lançou 56 boletins de sistematização de experiências, segundo a tabela e de acordo com Elka Macedo, assessora de comunicação da ASA (informação oral, 2017).

Se formos observar nos editais do programa P1+2, esse período foi aquele em que mais se construíram tecnologias sociais de captação de água para produção de alimentos. Isso explica o aumento do número de sistematizações e o fato de que essas demandas dependem das necessidades de cada termo de execução do Programa.

Com isso, presume-se que a rede de Articulação no Semiárido Brasileiro tem traçado várias estratégias de comunicação a partir dos projetos em parceria com o Governo. O Candeeiro é apenas um exemplo. Existem outros materiais, como cartilhas e vídeos com ações

de convivência com o Semiárido, que levam a marca do programa e do governo, que fortalece essa ideia.

Pelo que discute a Rede de Articulação (Manual, 2012), além de ser um importante meio de comunicação para a visibilização das experiências bem-sucedidas de agricultores e agricultoras, grupos e comunidades, o Candeeiro é um meio de difusão do conhecimento junto aos seus públicos. Sendo essa sistematização uma forma de tornar conhecidas as experiências, logicamente, também apresenta as potencialidades do Semiárido. A questão é: como “O Candeeiro” apresenta essas experiências e como difunde suas sistematizações e circula nas comunidades.

Pelo que as pessoas envolvidas nos processos de mobilização da ASA discutem, o Candeeiro conta as trajetórias de vida e de luta de pessoas e coletivos de uma maneira bem simples, de modo que possibilita compreensão do leitor, mesmo que este não tenha uma aproximação com o tema. “A gente descobriu o curso de contação de histórias. Foi daí que nasceu a ideia de contar as histórias a partir do Candeeiro, como uma ‘história encantada’. Começamos a fazer a contação de histórias dos candeeiros. Tem sido muito gratificante essa experiência” (Simone Lopes de Almeida, 2016. Informação oral)²⁸.

É importante ainda observar que, pelo que conta Simone Lopes de Almeida, assessora pedagógica da ASA Alagoas (2016, informação oral), o candeeiro aqui já exerce outra função, a de contação de histórias. Assim como os livros de contos, a sistematização, nessa perspectiva, é utilizada para dar sentido a determinado fato, de uma forma encantadora, que cause efeito e gere aceitação.

Pelas informações no seu *site* (2017), a ASA compreende que o Candeeiro, além de visibilizar as experiências de produção no Semiárido, pode elevar a autoestima das pessoas e é um importante instrumento pedagógico, que contribui com a construção coletiva do conhecimento. Essas intenções são propostas da ASA e, nesta pesquisa, são analisadas no intuito de verificar como ocorrem, na prática, sua difusão e sua circulação.

A investigação da circulação, dos usos e apropriações do Candeeiro é realizada na comunidade Lagoa do Juá, no período de fevereiro a dezembro de 2017.

²⁸ Oficina de comunicação da ASA. Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. 25 e 26 de agosto de 2016.

3. PROCESSOS COMUNICACIONAIS

3.1 Produção: sistematização de experiências

É discutida a comunicação, no primeiro capítulo deste trabalho, como um meio de interação entre sujeitos, a partir dos contextos e estratégias que decorrem de cada necessidade, como relacionam os autores pesquisados. Na ASA, a comunicação configura-se como uma tática política que deve ser pautada em todos os âmbitos e contextos, como um direito, conforme mencionado pela rede de articulação. Neste capítulo, buscamos refletir mais sobre os processos comunicacionais, a partir de três pontos de reflexões: a sistematização de experiências como um meio de fortalecimento da luta do povo; a circulação; e o consumo desse tipo de comunicação. Tomamos como referencial teórico os estudos de alguns pesquisadores, dentre eles Holliday, Bauman, Canclini e Milani, que têm contribuído muito com a construção do conhecimento nessa perspectiva.

O fazer comunicacional envolve pessoas, espaços, contextos e uma gama de serviços. Os seus processos são compostos de produção, meios, canais, mediação, recepção e transformação, inclusive. Discutimos, nesta investigação, essas características da comunicação na perspectiva da sistematização de experiências como processos dessas ações.

De acordo com os estudos de Holliday (2007), a sistematização de experiências é utilizada em diversos espaços e definida como um processo para “classificar, ordenar ou catalogar dados e informações – *‘organizá-los em sistema’*” (HOLLIDAY, 2007, p.16). Ou seja, nesse sentido, a sistematização caracteriza-se pelos processos de resgate, organização e escrita de determinada história ou realidade com a finalidade de transmitir e fortalecer os saberes.

Essa terminologia, conforme esclarece o autor (2007), é ampliada na medida em que é utilizada em âmbitos dos processos sociais e de educação popular. “Utilizamos o termo num sentido mais amplo. Referimo-nos não só a compilar e ordenar dados e informações, mas também a obter aprendizagens críticas a partir das nossas experiências” (HOLLIDAY, 2007, p. 16). Nessa perspectiva, Holliday (2012) discute a sistematização de experiências de uma forma poética, como uma arte que, cuidadosamente, reescreve a história. Para o autor, “é um exercício intencional que visa penetrar na trama ‘próxima e complexa’ da experiência e recriar seus saberes mediante um exercício interpretativo da teorização e de apropriação consciente do vivido” (HOLLIDAY, 2012, p. 75).

Na mesma linha de entendimento de Holliday (2012), Milani (2005) aprofunda a sistematização de experiências como uma construção da história para torná-la conhecida e contribuir com outros processos.

Sistematizar é construir a memória de uma experiência de desenvolvimento local, divulgar saberes relacionados a práticas (lições e ensinamentos), estimular o intercâmbio e a confrontação de ideias, bem como contribuir a reconstituir visões integradas dos processos de intervenção social” (MILANI, 2005, p. 11).

Ainda segundo Milani (2005), além de transmitir conhecimentos, a sistematização é uma estratégia para comunicar as ações e confrontar os conceitos para uma construção horizontal dos sentidos e o empoderamento das práticas para a transformação. É uma forma inclusive de “retro-alimentar a consciência dos atores da experiência [...]” (Milani, 2005, p. 11).

Como espaço de troca em âmbito da sistematização, Milani (2005) cita o intercâmbio, uma prática que vem sendo apropriada como uma intercambialidade entre as pessoas e os meios.

Sistematizar, de acordo com as ideias de Milani (2005), é também uma forma de dialogar com os conceitos. “A sistematização permite relacionar teorias e práticas tanto da ação individual quanto da ação coletiva” (MILANI, 2005, p. 12). Desse modo, sistematizar experiências inclui provocar nos sujeitos envolvidos na experiência seu compromisso junto ao seu coletivo. “Ela pode ajudar a dar sentido aos inúmeros atos individualizados em um âmbito mais amplo e complexo da ação do grupo” (MILANI, 2005, p. 12).

Souza (2000) relaciona à atividade a seleção dos acontecimentos, bem como a avaliação dos modos de atuação e desenvolvimento da experiência. Acerca desse assunto, ele escreve: “É o processo através do qual recolhemos informação, refletimos e selecionamos o mais importante das experiências. Para isso, faz-se uma parada no caminho e se percebe a maneira como viemos atuando” (SOUZA, 2000, p. 33).

A sistematização de experiências, segundo os estudos desse autor, vai muito além da transmissão do conhecimento, podendo cumprir uma função educacional e inserir na cultura a sua importância. Acerca do papel da sistematização, Souza (2000) afirma:

A sistematização não se reduz ao nível especificamente cognitivo e vai além da identificação de resultados econômicos e políticos, da utilidade ou não de uma ação humana. Ela contém um aspecto cognitivo, pois produz ideias e noções, mas se propõe a ir além, ao querer descobrir e formular o sentido que uma determinada experiência está adquirindo para os sujeitos e pelos próprios sujeitos. (SOUZA, 2000, p. 35).

Os modos de vida das pessoas de determinada comunidade ou região são construídos a partir das experiências vivenciadas. Isso significa que as ações compartilhadas vão fortalecendo essa cultura e, então, passam a ser vistas como um meio necessário para o seu engrandecimento. Nesse sentido, pelo que afirma Souza (2000), a organização e a sistematização das experiências se configuram como uma importante estratégia comunicacional, entendendo-se estratégia comunicacional como processo educativo, de diálogo, socialização e circulação de saberes, e não apenas como experiência informacional que objetiva difundir fatos e informações, noticiando acontecimentos.

Outra coisa relevante associada à sistematização de experiências, pelo que discute o autor (2000), refere-se à relação do sujeito com sua história e atuação. Souza (2000) diz que é uma forma de fortalecê-la. “A sistematização garante a apropriação da experiência pelos seus sujeitos, ao lhes possibilitar a formulação do sentido de sua ação”. (SOUZA, 2000, p. 35). Nesse sentido, é possível pensar esse modo de comunicação como um documento que identifica o sujeito com o seu modo de vida, de forma que se sinta dono de sua história, podendo visualizá-la a qualquer momento e redirecioná-la. No entanto, como qualquer prática comunicativa, não podemos esquecer que a sistematização de experiências é apenas uma proposição ideal de transformação, de reconstrução de experiências pelos sujeitos e de fazer circular saberes de um sujeito a outro, tornando esses mais coletivos em suas convivência cotidiana.

Em um contexto mais próximo desse atual, Balem (2015) afirma que a sistematização de experiências “possibilita conhecer para além do que ela nos mostra. Também nos fornece algumas categorias de análise que servem de aprendizagem para serem aplicadas no desenvolvimento de experiências similares” (BALEM, 2015, p. 18). Na mesma perspectiva dos autores citados, Balem (2015) classifica a sistematização como o ato de “ordenar e reconstruir o processo vivido, realizar uma interpretação crítica desse processo e extrair aprendizagens para partilhá-las” (BALEM, 2015, p. 18). Mas não se pode garantir que esses processos ocorram na sua totalidade. A partir da transmissão de experiências, os grupos e sujeitos responderão de formas distintas.

Balem (2015) cita características da sistematização de experiências que a qualifica como uma prática comunicacional, que, muito além do simples fato de ordenar, organizar e escrever sobre determinada ação, é importante material na construção do conhecimento, que passa necessariamente pelas reflexões do vivido, planejamento do que se quer viver e ampliação dos modos de vida, compondo, assim, um compêndio para a perpetuação da história.

Na perspectiva dos aprendizados que geram a sistematização de experiências, Balem (2015) escreve:

Produce conhecimentos a partir da experiência, mas que devem transcendê-la. Permite recuperar o sucedido através da reconstrução histórica. Valoriza os saberes das pessoas que são sujeitos das experiências. Identifica as principais alterações que se deram ao longo do processo e por que sucederam. Produz conhecimentos e aprendizagens significativas a partir da particularidade das experiências, apropriando-se do seu sentido. Constrói uma visão crítica sobre o que aconteceu, permitindo orientar as experiências para o futuro, através de uma perspectiva transformadora. Complementa a avaliação (que, normalmente, limita-se a medir e ponderar os resultados), contribuindo com uma interpretação crítica de todo o processo que possibilitou os resultados. Complementa a investigação, a qual está aberta ao conhecimento de muitas realidades, contribuindo com conhecimentos extraídos das próprias experiências [...] (BALEM, 2015, p. 18).

Assim como Holliday (2007; 2012), Souza (2000) e Balem (2015) provocam uma reflexão para a necessidade de rever, refletir e ampliar as práticas, considerando a sua relevância para o fortalecimento de políticas públicas que sejam apropriadas ao meio e para o meio, como objetiva essa forma de comunicação. Conforme aponta a autora (2015), os principais objetivos da sistematização de experiências são:

Compreender os fatores que transformam uma realidade rural em uma experiência diferenciada, assim como os limitantes e os elementos que precisam ser superados. Compartilhar aprendizagens para que outros grupos possam desenvolver experiências similares. Refletir, de forma crítica, os processos de desenvolvimento rural instaurados, para que eles continuem em evolução. Aprender com os agricultores as diferentes formas de desenvolver as atividades no meio rural, sejam elas geradoras de renda, de sociabilidade, de convivência com o meio ambiente ou de lazer. Contribuir com a reflexão teórica a partir dos conhecimentos surgidos nas experiências, permitindo a construção de um corpo teórico capaz de interligar prática e teoria. Influenciar políticas públicas e planos de desenvolvimento rural, pois as aprendizagens e os avanços concretos servem de provas e de argumentos em prol de ações para públicos similares (BALEM, 2015, p. 18-19).

Balem (2015) argumenta ainda a necessidade de se ter registros das experiências para poder transmiti-las. Nesse contexto, os documentos das ações desenvolvidas por agricultores e agricultoras são importantes para subsidiar o meio rural. Podem ser utilizados também como material de apoio e espelho, bem como uma referência para argumentar sobre a possibilidade de desenvolvimento das ações conforme cada realidade, desde que haja meios apropriados para isso. No caso da experiência da ASA, a criação do Candeeiro, as rodas de conversa e reuniões são formas de divulgar sistematização de experiências realizadas com agricultores e agricultoras no contexto rural.

Pelas discussões de Holiday (2012), historicamente, a sistematização de experiências tem origem na América Latina. Ela surge do esforço local para “construir referenciais próprios de interpretação teórica a partir das condições particulares de nossa realidade” (HOLLIDAY, 2012, p. 35). Pelo que o pesquisador apresenta em seus estudos, essa forma de comunicar foi pensada a partir da necessidade de se ter bancos de dados e de se tornar visível o que era construído pelo povo, na tentativa de fortalecer suas lutas e perpetuar seus saberes. Desse modo, compreende-se que a sistematização de experiências é pensada dentro de atos comunicacionais e, nesse processo, ela se difunde. É a partir daí que surge a interrogação: será que, se a sistematização de experiências ocorrer e não circular entre sujeitos que a compartilhem, ela completa seu ciclo de comunicar, educar e se expandir? Ou, ainda, de que modo a sistematização de experiências é utilizada pelo povo do meio rural?

Essas questões estão imbuídas em um contexto social em que vivemos de modos diferenciados de consumo e apropriação das informações que dificultam o seu entendimento.

Nas discussões dos pesquisadores citados aqui, a sistematização de experiências tem essa função de aproximar as pessoas pela construção do conhecimento, ou senão pelos objetivos comuns a cada uma. Essas práticas comunicacionais também são pensadas em contextos sociais diversos de provocações e perspectivas.

É importante enfatizar que, no contexto social da América Latina dos anos 1950, a população vivia grandes desafios em âmbito econômico, político e religioso-ideológico, como ressalta Holiday (2012). Para o autor, a vivência dessas dificuldades resultou na Revolução Cubana, conduzida pelo líder revolucionário da época, Fidel Castro. Como consequências desse contexto que antecedeu esse momento de luta, o povo vivia um sistema opressor, em que tudo era pensado e imposto de fora para dentro, como acontece de modo geral na sociedade desigual e capitalista. Esse fazer de sistematizar experiências surgiu das vivências e ações, configurando-se como estratégia para romper com o sistema opressor da época.

Em 1959, a Revolução Cubana abriu um novo período histórico em ‘Nossa América’, como era chamada por Martí²⁹, demonstrando que é possível romper o esquema de dominação colonial que foi imposto aos nossos países desde a conquista espanhola, e também que era possível pensar *a partir da realidade, especificamente, da América Latina*, um projeto diferente de sociedade fundamentada na busca por justiça social e autodeterminação (HOLLIDAY, 2012, p. 35).

²⁹ José Martí foi um “poeta, escritor, orador e jornalista e é cultuado em Cuba como o grande mártir da independência do país em relação à Espanha. Para ele, a luta deveria ser uma verdadeira transformação cubana em todos os aspectos: econômico, político e social. Os ideais de Martí, junto com o marxismo-leninismo, guiam a política de Cuba até hoje”. Informação disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/marti_jose.htm>. Acesso em: 09 de agosto de 2017.

Pela história contada pelo pesquisador, com o sofrimento em que o povo vivia pela opressão, bem como com o governo da “União Popular do Chile”, foram sendo criadas estratégias de visibilidade das ações e lutas do povo pela transformação. “Nesse contexto, vinculada a todas essas dinâmicas de questionamento e proposição alternativa, surgem as primeiras referências às ‘sistematizações’ de tais práticas” (HOLLIDAY, 2012, p. 36).

A sistematização de experiências, nesse contexto, configurava-se também como um caminho para alçar os novos rumos apontados pela revolução, que passavam necessariamente pela autonomia do povo (Holliday, 2012). Nessa perspectiva, o resgate e a materialização dos conhecimentos se tornavam importantes para o reconhecimento e a afirmação das potencialidades locais. Observa-se, a partir das discussões do autor, que as sistematizações de experiências são pensadas para ocorrer em pequenos contextos de dimensão local. Essa será a marca da ação da ASA com o Candeeiro.

A sistematização de experiências era a forma estratégica de dar consistência àquilo que existia e que existe ainda hoje, que são os saberes, e que, muitas vezes, são invisibilizados e esquecidos ao longo da história. Materializando o que se tinha em mente e no coração de sentimento e vivência, seria possível fortalecer a luta, a autoestima, trazer a história à lembrança, perpetuar a cultura, podemos dizer.

Segundo Holliday (2012), pela penetração e a interpretação dos fatos, das histórias contadas e vivenciadas, seria possível recriar a história, ampliando e aprofundando o saber. É como se, ao serem sistematizados, esses saberes ganhassem uma nova forma de contar, bem como uma especificidade singular.

Cada experiência se constitui em um processo inédito e, por isso, em cada uma delas temos uma fonte de aprendizagens que devemos aproveitar precisamente por sua originalidade; por isso precisamos compreender essas experiências. É também fundamental delas extrair ensinamentos, e por isso é importante comunicar e compartilhar as aprendizagens propiciadas (HOLLIDAY 2012, p. 77).

Ou seja, cada pessoa, cada grupo, cada experiência tem uma característica peculiar, que se torna importante na construção coletiva dos aprendizados, e que, portanto, devem ser compartilhadas e consideradas. Sistematizar essas experiências, para o autor, é ampliar os conhecimentos, dando continuidade à história, “[...] um desafio para a criação de novos acontecimentos inéditos e carregados de sentidos” (HOLLIDAY 2012, p. 77- 78). Dessas reflexões, é possível pensar a sistematização para além da divulgação de uma prática, podendo, assim, ser estabelecida como um processo político que, pelo fato de existir, deve cumprir um papel de transformação na vida das pessoas e na sociedade de modo geral.

Se encontramos, nos pontos de reflexão de Holliday (2007; 2012), que as experiências e os saberes devem ser compartilhados para ampliarem aprendizados e conhecimentos, consideramos que a circulação e a recepção fazem parte da sistematização de experiências e que, sem tais dimensões, estas não completam sua proposição.

Pelas discussões feitas nos estudos desses pesquisadores, a sistematização de experiências vai muito além da divulgação de uma prática, podendo, assim, ser estabelecida como um processo político, que deve cumprir um papel de transformação na vida das pessoas, e na sociedade, de modo geral. Ainda de acordo com Silva (2013), o processo de sistematização permeia caminhos distintos, desde uma reflexão de determinado acontecimento ou trajeto na execução de projeto até os resultados obtidos por ele.

É importante destacar a sistematização de experiências no trabalho da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no Brasil, por volta das décadas de 1990 e 2000, na perspectiva da educação. A entidade realizou várias atividades para discutir e aplicar o método, o que rendeu vários cadernos e permitiu a ampliação dessa discussão no país. Alguns dos pesquisadores que relacionamos contribuíram para esse processo, inclusive Oscar Jara Holliday. Certamente, outras experiências foram desenvolvidas em âmbito nacional e não foi possível identificá-las. Nesta pesquisa, trago o trabalho da ASA como uma atividade para divulgar suas ações, embora ela utilize o conceito de sistematização de experiências. A expressão pouco tem sido discutida na rede de articulação, pelo que pude perceber em seus documentos.

A ideia da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA (Manual, 2012) sobre a sistematização de experiências converge com as ideias de Holliday (2006, 2012) e Silva (2013). A ASA (Manual, 2012) acredita que a sistematização é uma forma de transmitir os saberes, de tornar conhecidas histórias de vida, de desafios, de lutas, de conquistas e de convivência, inclusive. E as sistematizações “[...] potencializam a divulgação das iniciativas bem-sucedidas no campo da agricultura familiar”³⁰. Dessa forma, na execução do P1+2, pelo que discute a Rede de Articulação Semiárido Brasileiro (2012), a sistematização de experiências se configura como um meio de fortalecer a ideia de que o Semiárido brasileiro é permeado por outras perspectivas, e não apenas por uma terra seca. Pelas discussões da rede, propagar essas questões se tornou importante para uma região considerada por outras do país como uma região desprovida de recursos necessários para se viver dignamente.

³⁰ Informações disponíveis em: < <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em: 19 de abril de 2017.

É importante considerar que a dimensão mais revolucionária presente no surgimento dessa discussão ganha planos secundários, mas não deixa de ter relevância na construção de povoados no sentido de buscar uma comunicação das culturas e dos saberes locais. Procurando valorizá-las, no entanto, para que isso aconteça, é imprescindível que haja circulação.

3.1.1 A sistematização de experiências em Lagoa do Juá

Como vem sendo discutido neste trabalho, o Candeeiro é um boletim de sistematização de experiências do programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), que se estabelece como processo metodológico do programa, na perspectiva da visibilização das ações de convivência com o Semiárido, desenvolvidas por agricultores e agricultoras rurais e coletivos, conforme a ASA (Manual, 2012).

Como é uma demanda do P1+2, sua produção é feita durante os processos de execução do programa, conforme sua meta estabelecida. Em Lagoa do Juá, foram produzidos dois boletins, em 2014. Um conta a experiência de Maria Irismar Vieira Linhares, conhecida como Mazinha, com o armazenamento de água em garrafas de plástico, e o outro sistematiza a experiência de previsões de chuva a partir dos sinais da natureza de Maria Dalva do Nascimento, conhecida como Dalvinha, da localidade Lagoa do Juá, e Seu Zé Júlio e Seu Mamede, de Vieira dos Carlos, do Assentamento Várzea do Mundaú, também no município de Itapipoca.

Além desses boletins produzidos em Lagoa do Juá, outras sistematizações de experiências também foram encontradas na comunidade e serão mencionadas na análise de investigação para reconstruir um pouco a história da socialização das práticas rurais, bem como aprofundar os processos de circulação do Candeeiro em Lagoa do Juá.

Nesta seção, trazemos para análise especificamente quatro sistematizações de experiências – as duas produzidas em Lagoa do Juá, uma de Lagoinha, do município de Itapipoca, e outra da comunidade Purão, no município de Trairi. As duas últimas foram de exemplares do Candeeiro encontrados em Lagoa do Juá. A ideia é fazer uma breve reflexão da sistematização, para compreender melhor o teor desse fazer comunicacional, bem como exemplificar as experiências que circulam na comunidade.

Essas duas que não foram produzidas em Lagoa do Juá, mas que circulam na comunidade, foram escolhidas por serem de localidades distintas e por apresentarem experiências diversas. Uma fala do armazenamento de sementes por um coletivo; a outra já

aborda a experiência de um agricultor e uma agricultora com a produção de hortaliças no quintal. Ambas foram mencionadas pela comunidade. A experiência de Purão, por exemplo, além de ter sido compartilhada por meio do impresso, com várias pessoas, também foi visitada. Daí a importância da escolha delas. Também pelo fato de serem de municípios distintos e por apresentarem conteúdo diferente, consideramos que trazê-las para essa discussão seria uma forma de se ter uma visão mais panorâmica das sistematizações no Candeeiro.

Uma das sistematizações de Lagoa do Juá tem como título “Mazinha engarrafa tempo”. Nesse boletim, logo no início da página, na frente, tem uma imagem que apresenta Mazinha com uma garrafa com água na mão e outras empilhadas ao redor da parede. O primeiro parágrafo faz um resumo da experiência de Maria Irismar Vieira Linhares e conta que a prática foi adquirida a partir dos aprendizados em oficinas de capacitação e da necessidade do recurso. Entre aspas, ela conta: “Eu ouvi na capacitação que era preciso ter consciência do uso de água, então, pensei em armazenar mais e continuei juntando e enchendo garrafinhas”. Ainda no primeiro parágrafo consta que a comunidade enfrentou desafios com a escassez de água, tendo que buscar o recurso em uma localidade distante 30 minutos da comunidade.

O segundo parágrafo apresenta a história da família de Maria Irismar e, por fim, ainda na frente do boletim, aprofunda sua história, trazendo o que acontece no seu cotidiano, como o trabalho como agente comunitária de saúde e a paixão pela agricultura.

No verso, três imagens mostram Maria Irismar e suas cisternas, uma com capacidade para armazenar 16 mil litros de água e a outra com capacidade para armazenar até 52 mil litros, bem como uma produção de ervas medicinal. O texto segue contando a experiência de Mazinha e os desafios da falta de terra para produzir. Apresenta ainda os benefícios de projetos sociais, como o de implementação de tecnologias para captação e armazenamento de água, o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e o P1+2, além de outros projetos ambientais, e faz uma crítica à falta de políticas públicas que garantam acesso aos recursos necessários para se viver na localidade, como uma “política de reforma agrária”. As imagens 5 e 6 apresentam a experiência.

Figura 5 – A experiência de Maria Irismar - frente³¹

Fonte: Arquivos da comunidade. (2014).

Figura 6 – A experiência de Maria Irismar - verso³²

Fonte: Arquivos da comunidade. (2014).

Como foi apresentada, a experiência de Maria Irismar Vieira Linhares aborda a sua trajetória de vida, destacando os avanços e desafios enfrentados pelas famílias agricultoras rurais. Percebe-se que há um esforço em apresentar os projetos da ASA, como o P1MC e o P1+2, nas imagens e no próprio texto, e a tentativa de esclarecer que os desafios são gerados também pela falta de políticas voltadas para o meio rural.

A água nas garrafas apresentadas nesse Candeeiro demonstra o valor desse líquido na comunidade. Mesmo tendo as cisternas, as experiências de Maria Irismar em guardar água nas garrafas evidenciam o valor do recurso para os moradores e moradoras de Lagoa do Juá e do Nordeste. Mais diante, as histórias e estórias do lugar nos comprovarão a valorização da água na vida e no imaginário de Lagoa do Juá.

O outro Candeeiro produzido em Lagoa do Juá traz a experiência de Maria Dalva do Nascimento, conhecida como Dalvinha, Zé Júlio e Mamede, com a previsão de chuva, cujo título é “Os segredos das chuvas: agricultores contam suas experiências de previsão de chuvas, a partir dos sinais da natureza”. Tanto a frente como o verso trazem imagens dos agricultores em meio ao cultivo do plantio agrícola. A primeira imagem, na frente, apresenta

³¹ Para melhor leitura, esta figura está em tamanho original no anexo D.

³² Para melhor leitura, esta figura está em tamanho original no anexo E.

Dalvinha colhendo pimentão e a segunda, já no verso, mostra Zé Júlio segurando o cabo de uma enxada no meio da plantação, conforme as figuras 7 e 8.

Figuras 7 e 8 - “O Candeeiro”- os segredos da chuva - frente³³ e verso³⁴



O Candeeiro
Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Ano 8 - nº2076
Dezembro/2014
Itaipococa/Traili
Programa Uma Terra e Duas Águas

Ceará

Os segredos das chuvas

Agricultores contam suas experiências de previsão de chuvas, a partir dos sinais da natureza.

Curiosidade, paciência, observação. Essas características são comuns aos três agricultores que aprenderam a conversar com a natureza e traduzir seus sinais, para identificar as próximas chuvas. Algumas experiências foram preservadas e repassadas pelos “mais velhos”, como eles mesmos chamam. Outras são frutos da pesquisa dos próprios agricultores.

Dona Dalvinha

Dona Dalvinha, agricultora da comunidade Lagoa do Juá, em Itaipococa, se apropriou de muitos conhecimentos dos pais e avós, por si só. “Eles não repassavam diretamente pra nós, eu ouvia eles conversando com as outras pessoas e eu sempre fui curiosa”, afirma Dalvinha. Seu Zé Júlio, mora em Vieira dos Carlos, Assentamento Várzea do Mundau, em Traili, e também aprendeu dos mais velhos, pela sua curiosidade: “o meu pai biológico, tem 92 anos, o que me criou era vaqueiro e era o gerente aqui da fazenda. Ai o povo ia pra lá na boca do rio, conversar, contava dessas do inverno. Ai eu, menino, escutava aquelas histórias deles e ficava observando, e prestando atenção.”

Seu Mamede, vizinho de Zé Júlio, também trás esses conhecimentos dos pais e avós, e hoje apesar dos problemas de visão, continua a observar, através dos olhos da esposa, Maria, e dos amigos os sinais da natureza. “Ontem, antes de nós se deitar, a Maria estava aqui assistindo televisão, e eu ali dentro. Ai a Maria chegou e disse: eu nem te digo uma coisa, era tanto dos bizorinhos na luz, como no inverno. Eu disse assim: - Maria me diz uma coisa, e os bizorinhos eram inhzados (tinham asas) ou eram peladinhos. Ela disse: - Inhzado. Eu perguntei: - Eles tinha as asas pequenas? -

Fonte: Arquivos da comunidade Lagoa do Juá. (2014).

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas • Articulação Semiárido Brasileiro - Ceará

Não era formado já. – Maria, eu disse, é sinal de chuva”.

O ano passado, o inverno foi pouco e quando ia chover as formiguinhas falavam pra mim”, afirma Dona Dalvinha. Para descobrir se as águas da chuva estão próximas, ela observa quando as formigas constroem seus formigueiros mais altos, e retiram muitas coisas de dentro deles. “Eu confio muito nas formigas, porque ela é da natureza, né? Eu acredito que elas entendem muito mais do que eu. Eu sou apenas a esperança elas é que ficam falando pra mim, de uma forma que ninguém entende, mas eu entendo o que elas estão querendo dizer”.

Além das formigas, Zé Júlio observa também o mar. “Uma experiência que eu tenho são as marés brigando. A lua cheia bota numa base, a lua nova vai e bota mais, a lua cheia vem depois e bota mais do que a lua nova. Isso são as marés brigando. Ai ano passado não houve isso, ano passado nem maré houve. Houve maré sim, mas não de briga, não tinha crescimento. E quando as marés estão brigando, tem inverno”, explica animado.

Desde os três anos de idade, Dalvinha lembra da experiência da observação da Lua. “Os mais velhos falavam assim, que quando a Lua tivesse pendida pra o mar, certamente no próximo mês teria chuva. Se ela não tivesse pendida pra o mar e se no sertão ela estivesse direto, não teria chuva. Essa experiência ai eu guardei desde os três anos de idade, mas só vim executar depois de dez, quinze, vinte anos”.

Outra experiência de Zé Júlio, é a presença de círculos no sol, e a localização da chamada, Estrela Dalva. “Se ela puxar pra praia não vai ter chuva, mas se ela tiver no nascente. Se ela tiver no poente, ela tem que puxar pra praia. É diferente. Se ela tiver pro poente e puxar pro sertão já não é bom”.

A esperança desses agricultores, e o que revelam os sinais, é que haverá mais chuvas em 2015, na região onde vivem. Como explica Zé Júlio pela observação que faz no mês de outubro. Ele conta os primeiros sete dias de outubro, que devem estar nublados, como garantia de chuva nos primeiros meses do ano seguinte. “É do dia primeiro ao dia sete de outubro. Dia primeiro é janeiro, dia dois é fevereiro, três é março e assim por diante, até o dia seis que é junho e julho que é sete”.

“Tenho bastante esperança que vai chover, até porque no passado eles diziam que quando uma árvore chorava, era chuva na certa, e ai eu tenho uma experiência assim, de um pé de siriguela. Quando ele solta muita resina, ai parece que é tempo de chuva. A minha esperança é que ele está não dizendo que vai haver uma chuva pelo mês de janeiro”, explica Dalvinha sobre o próximo ano.

Todas essas experiências, e muitas outras fazem parte da cultura dos agricultores e agricultoras do Semiárido, e assim como as tecnologias sociais, foram criadas por eles, a partir da observação da natureza, para que possam resistir no clima Semiárido, saber a hora certa de plantar. São os homens e mulheres camponeses convivendo e aprendendo com a sua relação com a natureza.



Fonte: Arquivos da comunidade Lagoa do Juá. (2014).

Em relação ao texto, tanto na parte da frente quanto no verso, ele se refere à experiência anunciada no título, bem como às suas características, trajetória de vida e um resgate da cultura popular adquirida dos mais velhos.

O primeiro parágrafo apresenta características comuns aos três agricultores como sendo importantes para decifrar os segredos da natureza: curiosidade, paciência e observação. O tópico revela ainda que essa experiência de reconhecimento dos sinais da natureza foi adquirida dos mais velhos e das experiências do cotidiano.

Os dois parágrafos seguintes seguem contextualizando a experiência e a trajetória da agricultora e dos agricultores. Um trecho conta um pouco dessa história com as previsões, por meio da fala de Dalva: “Ontem, antes de nós se deitar, a Maria estava aqui assistindo televisão, e eu ali dentro. Ai, a Maria chegou e disse: ‘Eu nem te digo uma coisa... Era tanto

³³ ³³ Para melhor leitura, esta figura está em tamanho original no anexo F.

³⁴ ³⁴ Para melhor leitura, esta figura está em tamanho original no anexo G.

dos besourinhos na luz, como no inverno’. Eu disse assim: ‘Maria, me diz uma coisa: e os besourinhos eram *inhazados* (tinham asas) ou eram peladinhos?’. Ela disse: ‘Inhazados’. Eu perguntei: ‘Eles tinha as asas pequenas?’. ‘Não, era formado já’. ‘Maria, eu disse, é sinal de chuva’”.

O verso do boletim segue contando a história de previsão de chuva dos três. O penúltimo parágrafo traz a esperança dos agricultores e da agricultora de que o ano seguinte (2015) seria de chuva. Ao final da página, há uma exaltação da cultura local e da resistência do povo do Semiárido, como apresenta o trecho seguinte: “Todas essas experiências e muitas outras fazem parte da cultura dos agricultores e agricultoras do Semiárido e, assim como as tecnologias sociais, foram criadas por eles, a partir da observação da natureza, para que possam resistir no clima Semiárido, saber a hora certa de plantar”.

A análise dessa experiência nos leva a compreender que, nesse caso específico, o esforço maior é em apresentar a cultura popular do povo do meio rural. Em quase todo o percurso se fala de previsões, no entanto, sempre se ressaltando que a experiência é uma continuação dos saberes populares que são repassados de pais para filhos e dos conhecimentos adquiridos cotidianamente. Também se fala da tecnologia de armazenamento de água como uma prática também pensada pelos agricultores e agricultoras e que são estrategicamente voltadas para facilitar a vida na região.

No terceiro exemplo, com o título “Estocar e resistir: a experiência da Casa de Sementes José Faustino de Sousa”, conta-se a trajetória do coletivo da comunidade Lagoinha, em Itapipoca, com o armazenamento de sementes. Primeiro, situa-se o leitor no contexto da comunidade; logo em seguida, traz-se a memória da prática de estocagem de sementes que as famílias tinham; e, por fim, a história de organização e constituição da Casa de Sementes Comunitária.

É importante ressaltar que essa experiência foi produzida em março de 2016, na comunidade Lagoinha, no município de Itapipoca, distante cerca de 50 quilômetros de Lagoa do Juá. Encontrei três boletins dessa experiência na localidade. As pessoas que tinham esse boletim guardado em suas coisas sabiam do que se tratava. Algumas, inclusive, mencionaram a importância de se ter um banco de sementes.

Cabe ainda discutir aqui neste trabalho que o armazenamento de sementes é uma prática dos antepassados que se preocupavam em guardar o melhor grão para plantar. Essa discussão é feita na ASA a partir do programa Sementes do Semiárido, que, de acordo com a rede de articulação, foi criado em 2015 para apoiar as famílias rurais na estocagem de suas sementes. Ainda segundo o *site* da ASA, as Sementes Crioulas são conhecidas também como

“sementes da paixão”, “da resistência”, “da fartura”, “da vida”, conforme cada região. Essas denominações, de acordo com o *site* da ASA, expressam o afeto das pessoas pelas sementes.

Se a ASA considera tão importante o armazenamento de sementes para a convivência com o Semiárido, a sistematização da experiência de um coletivo que se preocupa em guardar as sementes pode ter sido pensada como estratégia de divulgação dessa prática. As imagens 9 e 10 se referem à experiência da Casa de Sementes de Lagoinha.

Figura 9 – “O Candeeiro” - Estocar é resistir - frente³⁵



Estocar é resistir

A experiência da Casa de Sementes José Faustino de Sousa



Jacinta, Gerson, Francisca Evaneide, Marcos Venício e Geraldo Faustino com o estoque de sementes nativas

A terra da comunidade de Lagoinha, em Itapipoca (CE), foi regada a muito suor. Foi do suor de homens e mulheres que floresceu o trabalho comunitário que se tornou marca da comunidade. No começo foi preciso um tiquinho de incentivo, como conta o agricultor Geraldo Faustino de Sousa ao lembrar que o pai, o agricultor José Faustino de Sousa, colocava lenha nesse tal de trabalho coletivo. O trabalho comunitário é realizado até hoje toda semana na comunidade. São tarefas como construções, roçados, cercas, bater a estrada e o que mais a comunidade apresentar de necessidade.

A comunidade da Lagoinha tem atualmente 99 famílias que se organizam através da Associação de Pequenos Agricultores da Lagoinha I. Um local próprio para guardar as sementes crioulas da comunidade é algo recente, mas a ideia de estocar não é nova. Os agricultores e agricultoras já guardavam suas sementes nativas em casa a várias gerações. A Casa de Sementes José Faustino de Sousa foi construída no ano de 2010 com

Fonte: Arquivos da comunidade Lagoa do Juá. (2016)

Figura 10 – “O Candeeiro” - Estocar é resistir - verso³⁶

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas • Articulação Semiárido Brasileiro - Ceará

recursos de projeto executado pela Cáritas juntamente com recursos da própria comunidade. Atualmente a casa conta com 41 sócios cadastrados, sendo equilibrado o número de homens e mulheres, e todo o empréstimo e devolução de sementes nativas é feita com recibos. As agricultoras e agricultores que pegam sementes na casa se comprometem a devolver o dobro do que levaram.

A casa, que guarda variedades de sementes como feijão, milho, gergelim, sabiá e pau Brasil, se tornou o principal ponto de referência da comunidade, e é também uma forma de fortalecer a memória da comunidade da Lagoinha. “Nós podemos manter a história. O sentimento é de manter a história, a tradição das famílias. As famílias tem suas preferências e já sabe que tipo de semente se deve plantar em cada período do inverno”, conta a agricultora Jacinta Maria de Sousa Lima.



Ficha de cadastro e recibo da casa de sementes



Espaço de experimentação agroecológica da casa de sementes

O estoque inicial da casa foi formado com sementes que os agricultores e agricultoras já guardavam em casa, mas com o tempo o estoque e variedades foram crescendo. Variedades de milho e feijão que a comunidade havia perdido foram recuperadas através de intercâmbios de experiência. Exemplo disso é o feijão Jaguaribe, que é um feijão “custoso”. “Através da casa participamos de intercâmbios e conhecemos muita coisa nova, muita semente nativa que não conhecíamos”, conta o agricultor Venício Faustino Alves sobre os intercâmbios de experiência. A Casa de Sementes José Faustino de Sousa faz parte da Rede de Intercâmbio de Sementes - Ris Três Climas e tem sido fortalecida entre os anos de 2015 e 2016 através do projeto Sementes do Semiárido executado pelo CETRA.

A partir da estocagem da semente crioula se fortaleceu também na comunidade o debate sobre alimentação saudável. Afinal, como lembram os agricultores e agricultoras, quem planta sua semente nativa no quintal sabe exatamente o que está comendo. E é com a certeza de que estão produzindo alimentos saudáveis que a comunidade realiza toda primeira quinta-feira do mês sua feira agroecológica e mantém um espaço de experimentação agroecológica ao lado da casa de sementes. As agricultoras e agricultores da Lagoinha expressam no sorriso a felicidade de poder compartilhar a experiência da comunidade, e a alegria de que a semente crioula seja motivo de união e valorização da história de um povo.



Agricultoras/es na entrada da casa de sementes



Fonte: Arquivos da comunidade Lagoa do Juá. (2016)

Por fim, a quarta sistematização conta a experiência da família de Moacir e Vera, da comunidade Purão, no município de Trairi. Uma experiência do quintal produtivo. É curioso que o título – “Tecnologia Social transformando vida: quintal de Seu Moacir” – inicialmente se refere às tecnologias de armazenamento de água. Ao final, fala do quintal.

Assim como as demais experiências sistematizadas, o primeiro parágrafo se ocupa de tentar situar o leitor no contexto da família. Apresenta seu Moacir, Dona Vera, sua esposa, os filhos e o cuidado que tem com o quintal. O terceiro parágrafo aborda os desafios da falta de água, bem como os processos de implementação da cisterna-calçadão. Ao final da primeira página, fala do quintal como um espaço de produção, de onde Seu Moacir tira parte da

³⁵ Para melhor leitura, esta figura está em tamanho original no anexo H.

³⁶ Para melhor leitura, esta figura está em tamanho original no anexo I.

alimentação da família como prática agroecológica.

Pelo que é apresentado, a ideia central dessa experiência é chamar a atenção para a importância do armazenamento de água, bem como para o reaproveitamento desse recurso para a produção de alimentos. Outros boletins trazem outras histórias, geralmente de luta, superação e conquistas, focando sempre a convivência com o Semiárido.

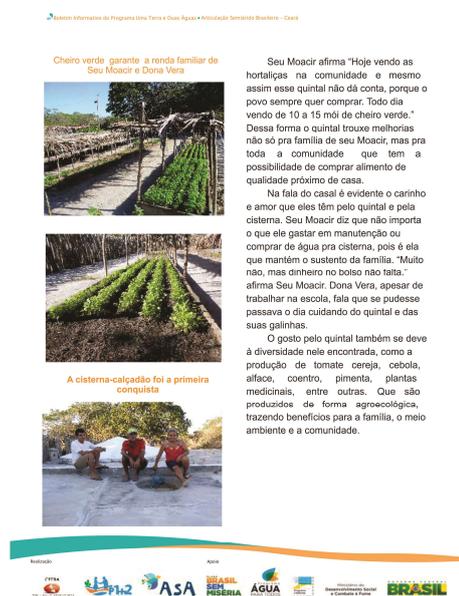
As fotografias, tanto da frente quanto do verso do boletim, dialogam com o texto. Nas duas primeiras, que ficam na frente, tem Seu Moacir em meio a uma plantação de hortaliças e, na outra, ele e sua esposa, sentados no calçadão da cisterna. No verso, as duas primeiras fotos são dos canteiros, e a última, de Seu Moacir, sua esposa e um filho, também sentados no entorno da cisterna. Essa sistematização pode funcionar como uma forma de valorizar as pessoas, podendo, inclusive, elevar sua autoestima, como discute a ASA.

O texto do verso traz a relação da família tanto com o quintal como com a cisterna e finaliza relacionando os tipos de cultura produzidos: “Tomate-cereja, cebola, alface, coentro, pimenta, plantas medicinais”, destacando a forma como são produzidos. A agroecologia como modo de produção é citada, mais uma vez, como um benefício para a família e o meio em que eles vivem. A experiência da família de Moacir e Vera é apresentada nas figuras 11 e 12.

Figuras 11 e 12 - O quintal de Seu Moacir - “O Candeeiro” frente³⁷ e verso³⁸



Fonte: Arquivos de Lagoa do Juá.(2013)



Fonte: Arquivos de Lagoa do Juá.(2013)

Na sistematização da experiência da família de Moacir e Vera, aparecem, de forma mais acentuada, três assuntos: as tecnologias de captação de água, como a cisterna, o quintal

³⁷ Para melhor leitura, esta figura está em tamanho original no anexo J.

³⁸ Para melhor leitura, esta figura está em tamanho original no anexo L.

produtivo, destacando o modo agroecológico de produzir, e a relação da família com o quintal.

A menção à tecnologia pode ser uma forma de visibilizar as ações das instituições da ASA, ao mesmo tempo em que chama a atenção para a importância do fortalecimento da cultura de estocagem, para uma comunidade rural que, em algum momento de sua história, enfrenta desafios com a falta de recursos hídricos. A apresentação da relação da família com o quintal pode ser uma forma de elevar sua estima, mas também de fortalecer a ideia dos benefícios que essa atividade pode gerar para elas. Outra coisa possível é que o fato de produzir em todo o período do ano, como é mencionado no boletim, é uma coisa nova em uma região que até bem pouco tempo vivia apenas da produção de sequeiro, como a própria família de Moacir, conforme é citado.

Esses elementos trazidos para a sistematização são importantes para afirmar a necessidade de ambiente de armazenamento de água. Isso demonstra que é possível produzir no Semiárido mesmo em período de estiagem, que o povo da região semiárida é resistente e que as práticas adequadas ao seu contexto são importantes para se viver melhor.

Em se tratando da escrita das experiências, é importante colocar que as quatro seguem a mesma estrutura. Todas apresentam uma ordem cronológica, falam dos desafios, conquistas e perspectivas e dialogam com o contexto vivenciado. O *layout* é sempre o mesmo. É importante ressaltar que a linguagem é bem simples, o que facilita o entendimento da história.

De modo geral, as sistematizações de experiências que circulam na comunidade Lagoa do Juá apresentam histórias de luta, organização e construção, de pessoas e coletivos. Em sua maioria, referem-se ao cotidiano, destacando sempre o trabalho desenvolvido pelas pessoas, como o cultivo agrícola.

As tecnologias de captação de água são geralmente associadas, bem como os programas e as instituições que o implementaram na comunidade. Outro elemento utilizado com consistência são as fotografias. Os contextos em que esses sujeitos estão inseridos são apresentados, de modo que isso leva o leitor a ter uma visão mais ampliada dos ambientes onde ocorrem as sistematizações.

A ASA (Manual, 2012) apresenta a sistematização de experiências como um fazer comunicacional que tem o propósito de apresentar e fortalecer as ações desenvolvidas por agricultores e agricultoras rurais, na perspectiva da sua boa convivência com o meio em que vivem – como uma forma de elevar a autoestima dessas pessoas, inclusive.

Há uma discussão na ASA e nos estudos de Holliday (2011) de que a

sistematização de experiências serve também para organizar e documentar aquilo que é construído. As pessoas de Lagoa do Juá que têm suas experiências sistematizadas guardam o boletim como um documento ali, no lugar mais sagrado. Tanto Dalvinha quanto Mazinha, para apresentar o Candeeiro, buscaram o boletim de dentro dos quartos. Os informativos estavam guardados em uma pasta dentro de uma sacola. O fato de estarem bem guardados significa que são valorizados e cuidados. Elas também apresentam a experiência como uma referência de sua história. “Aqui está minha experiência. Tá tudo escrito ai” (Maria Irismar, entrevista, 2018).

Algumas pessoas de Lagoa do Juá, ao se referirem às experiências de Mazinha e Dalvinha, tinham como referência o Candeeiro delas. Diziam que tinham ficado sabendo a partir do boletim. Tanto a ASA quanto Holliday (2011) dizem que a sistematização, além de registrar a experiência, serve também para organizar a fala dos sujeitos ao apresentar o que realizam. Nas falas de Mazinha e Dalvinha, essa característica é bem visível.

Com isso, percebe-se que a sistematização de experiências tem funções distintas e relevantes para os sujeitos que têm sua história nele contada e para os contextos em que circula. Tem valor para a comunidade porque divulga suas culturas. Para o sujeito, ator de sua experiência, é relevante porque eleva sua autoestima e facilita a compreensão da dimensão do que é desenvolvido, bem como a sua transmissão.

De modo geral, são essas características da sistematização de experiências que visualizamos nos boletins analisados. Outras reflexões da sistematização serão ainda apresentadas no capítulo de análise da história de Lagoa do Juá e de circulação do Candeeiro nesse lugar.

3.2 Circulação: uma discussão teórica do conceito

Para que a ideia de sistematização de experiências complete seu círculo, percebo que o processo de circulação dos materiais produzidos a partir das experiências dos grupos necessita circular para que os saberes e práticas sejam repassados entre os sujeitos. Desse modo, na tentativa de aprofundar essa questão, busquei refletir também sobre o conceito de circulação, tomando como fonte principal de investigação os estudos de Ginzburg (1987) e Braga (2006), considerados relevantes nesta pesquisa. O conceito de circulação nos proporcionará responder como o trabalho de sistematização de experiências realizado pela ASA ocorre em Lagoa do Juá.

Para compreender a terminologia, recorro, num primeiro momento, aos estudos de Ginzburg (1987), que tratam a temática de forma profunda ao narrar a história do moleiro Domenico Scandella, dito Menocchio, condenado pela Inquisição da Igreja Católica do século XVI, no pequeno vilarejo de Montereale, na Itália, pelas suas ideias de um “mundo novo”. Posteriormente, trataremos o assunto com base nas reflexões de Braga (2006), que esclarece as principais características da circulação.

É importante ressaltar que Ginzburg (1987) pouco se refere ao termo circulação de forma homogênea, e que tampouco o estabelece como um conceito a ser construído; no entanto, logo no primeiro prefácio, dedicado à publicação inglesa, assim como em toda a obra, traz fortemente a temática ao citar os materiais que foram utilizados para a sua investigação e contribuíram com o empoderamento de Menocchio, bem como dos depoimentos de pessoas que tiveram acesso às ideias do moleiro e, conseqüentemente, vivenciaram processos de circulação.

[...] graças a uma farta documentação, temos condições de saber quais eram suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos. De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós. Mas é também um homem muito diferente de nós. A *reconstrução* analítica dessa diferença tornou-se necessária, a fim de podermos reconstruir a fisionomia, parcialmente obscurecida, de sua cultura e do contexto social no qual ela se moldou (GINZBURG, 1987, p. 12).

Dois pontos aqui mencionados por Ginzburg (1987) nos fazem refletir sobre circulação no contexto da história de Menocchio: documentação e fontes diretas. No primeiro momento, o pesquisador considera as leituras realizadas pelo moleiro importantes ferramentas para conhecer o ocorrido no interior da Itália. No segundo momento, as fontes diretas o colocam mais próximo da história. A construção do sujeito, bem como do contexto cultural da época que a pesquisa requeria, como é apontado pelo autor em vários momentos, foi sendo moldada a partir dessas informações.

Outra questão que Ginzburg (1987) traz é em relação ao contato de Menocchio com os livros a que ele teve acesso. “Foi possível rastrear o complicado relacionamento de Menocchio com a cultura escrita, os livros (ou, mais precisamente, alguns dos livros) que leu e o modo como os leu” (GINZBURG, 1987, p. 12). Nessa passagem, não basta para o pesquisador apenas ter acesso aos documentos, mas também conhecer o contexto no qual foram escritos, a conjuntura contemporânea, como foram lidos e a interpretação dada a eles, para poder estabelecer uma relação com o sujeito. Desse pensamento de Ginzburg (1987) percebemos que a informação circula na medida em que há meios e condições para isso e que

o seu fluído depende muito da recepção e dos contextos que privilegiam o emissor e o receptor. É possível ainda pensar que o entendimento das leituras feitas por pessoas distintas varia de realidade para realidade. Essa é uma questão bastante complexa, mas Ginzburg (1987) fala exatamente dessa complexidade, que é o entendimento das ideias marcadas pela cultura. E, assim, como afirma o autor, uma pesquisa que aparentemente trata de um caso particular pode alardear os muros das problemáticas, objetivos e hipóteses, aprofundando questões muito mais emblemáticas, mas necessárias para entender o caso específico tanto quanto casos mais gerais da cultura popular.

[...] uma investigação que, no início, girava em torno de um indivíduo, sobretudo de um indivíduo aparentemente fora do comum, acabou desembocando numa hipótese geral sobre a cultura popular – e, mais precisamente, sobre a cultura camponesa – da Europa pré-industrial, numa era marcada pela difusão da imprensa e a Reforma Protestante, bem como pela repressão a esta última nos países católicos (GINZBURG, 1987, p. 12).

A pesquisa de Ginzburg (1987), que tinha como objetivo inicial investigar o caso de Menocchio, amplia os horizontes e parte para uma questão amplamente discutida e, ao mesmo tempo, difusa pela sociedade: a Reforma Protestante e a imposição da Igreja Católica, no contexto da cultura popular e camponesa, como afirma o autor.

Presume-se, com isso que, pelo contexto em que vivia Menocchio, marcado, sobretudo, pela repressão das ideias, pensar diferente era considerado uma afronta ao sistema dominador da época. Além do mais, o pensamento das classes dominantes era considerado superior ao das classes oprimidas, como acontece de modo geral na sociedade, mas vale ressaltar que ambos se cruzaram e que, certamente, foram e são impactados por influências distintas, como Ginzburg (1987) aponta. Nesse ponto de vista, a circulação da informação faz as ideias se entrelaçarem, gerarem conflitos e perspectivas.

Pode-se ligar essa hipótese àquilo que já foi proposto, em termos semelhantes, por Mikhail Bakhtin, e que é possível resumir no termo "circularidade": entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas, existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo (exatamente o oposto, portanto, do "conceito de absoluta autonomia e continuidade da cultura camponesa" que me foi atribuído por certo crítico) (GINZBURG, 1987, p. 12).

Nesse contexto, a circulação das ideias, transferidas pelas leituras, bem como dos distintos meios de compartilhamento das informações, provoca reflexões do cotidiano e influencia os modos de vida. “Espero, porém, que ambos reconheçam nesse episódio um fragmento despercebido, todavia extraordinário, da realidade, em parte obliterado, e que

coloca implicitamente uma serie de indagações para nossa própria cultura e para nós” (GINZBURG, 1987, p. 12).

Essas questões apresentadas são apenas um *flash* do que vem a ser a obra “O queijo e os vermes”, que trazemos aqui para esta pesquisa na tentativa de aprofundar o termo “circulação”, a partir de alguns pontos de reflexão como o efeito da leitura, a transmissão do conhecimento, a circulação das ideias e o lugar do sujeito, mesmo que de forma desordenada. Como foi mencionado anteriormente, Ginzburg (1987) não discute o termo circulação como um conceito a ser definido ou construído em sua pesquisa, no entanto, as compilações para a obra, no que se refere aos meios e materiais de investigação, oferecem-nos contribuições importantes que permitem aprofundar o tema.

É importante ressaltar que, para a consolidação de determinada investigação, o pesquisador se utiliza de materiais que permitem aprofundar os fatos a partir dos conhecimentos pré-estabelecidos e que nessa obra de Ginzburg não foi diferente. Para reconstruir a história, ele conheceu a realidade, acessou materiais da época e, o mais importante: estabeleceu uma relação com as pessoas da localidade.

A documentação dos dois processos abertos contra ele, distantes quinze anos um do outro, nos dá um quadro rico de suas ideias e sentimentos, fantasias e aspirações. Outros documentos nos fornecem indicações sobre suas atividades econômicas, sobre a vida de seus filhos (GINZBURG, 1987, p. 16).

A circularidade da informação, como é apresentada no livro de Ginzburg (1987), não está necessariamente atrelada ao tempo cronológico dos acontecimentos. No processo de Menocchio, documentos escritos em períodos e contextos distintos serviram como base de análise e sentença do moleiro. Esses documentos foram importantes fontes na busca pela compreensão do lugar do sujeito; de suas construções; da realidade local, bem como do contexto social, econômico, político, cultural e religioso da época em que o moleiro viveu.

Esses elementos que não se resumem apenas a documentos, mas também às falas transmitidas de pessoa para pessoa até chegar às autoridades inquisidoras, e que deram subsídio para mais tarde incriminar Menocchio, movimentaram-se, cumprindo uma função do fluxo circular da informação. Os fragmentos apresentados relacionam as ideias geradas das leituras, do seu compartilhamento e da cultura. Esta última certamente teve maior influência na construção do sujeito, permitindo ao pesquisador ampliar os horizontes e se apropriar da situação para poder analisá-la, como deve ser de práxis em toda pesquisa.

Seria esse o caso de Menocchio? Nem por sonho. Não podemos considerá-lo um camponês "típico" (no sentido de "médio", "estatisticamente mais frequente") do seu tempo: seu relativo isolamento na comunidade deixa isso claro. Aos olhos dos conterrâneos Menocchio era um homem, ao menos em parte, diferente dos outros. Mas essa singularidade tinha limites bem precisos: da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um. Com rara clareza e lucidez, Menocchio articulou a linguagem que estava historicamente à sua disposição (GINZBURG, 1987, p. 25).

É importante observar que Ginzburg (1987) destaca características da cultura que não permitem que as pessoas vivam de forma plena, sem algemas, por mais ousadas que sejam, e que, portanto, seria um erro falar de Menocchio sem considerar as influências da época. Para o pesquisador, mesmo o moleiro sendo considerado por seus conterrâneos como um homem livre ao seu tempo, isso não o torna ao todo diferente das demais pessoas, porque nem a cultura e tampouco a sua classe permitiriam isso.

Além das informações postas em materiais escritos, é importante considerar, nesta análise da circulação, as ideias geradas a partir da decorrência dos acontecimentos, como aponta Ginzburg (1987, p. 141). “Melchiorre andara pela cidade dizendo com ar de mistério que Menocchio tinha um livro com o qual podia ‘fazer coisas maravilhosas’”. As aspirações e crenças de Menocchio se apoderaram do vilarejo e as pessoas passaram a falar do tal camponês de forma tímida, mas nem por isso menos contundente.

Outra passagem da obra ressalta a relação das pessoas com os ensinamentos de Menocchio e as coloca em uma posição de proximidade com ele. Isso nos permite refletir que, mesmo estando sob a espionagem da Santa Inquisição, Menocchio tinha certa apreciação do seu povo e essa relação pode estar pautada na convivência, pelo ofício que desenvolvia na Igreja, bem como pela função de moleiro, que, entre outros benefícios, ampliava a relação com as pessoas da redondeza. “[...] Está sempre discutindo com ou com outro, possui a Bíblia em vulgar, e imagina que a base de seus argumentos esteja ali, e continua obstinadamente insistindo neles” (GINZBURG, 1987, p. 42).

Os fatos revelam a história de um moleiro empoderado, capaz de falar por si sobre algo de que tinha convicção. As leituras e a vivência junto aos sacerdotes da época enquanto servia à Igreja certamente o colocara nessa posição. E o mais importante: se ele estava sempre rodeado de pessoas, elas o reconheciam como um profeta, o que por si só já causa espanto e temor à Igreja, que sempre teve domínio sobre o seu povo. Agir diferente e provocar em outros essa reação poderia ser uma ameaça ao sistema religioso da época.

Ainda pelo que escreve Ginzburg (1987), Menocchio percebe a verdadeira intenção da Igreja, certamente a partir de um paralelo com as leituras, e, então, não guarda somente para si, compreende a importância de transmitir à sua aldeia. Menocchio denunciava o sistema opressor de seu tempo, que alienava e oprimia o povo. Inicialmente, esse pensar era seu e o indignava, mas, uma vez externalizado, deixa de ser apenas um juízo pessoal e passa a fazer parte de uma reflexão coletiva, mesmo que de forma reprimida (Ginzburg, 1987).

O ar é Deus [...] a terra, nossa mãe'; "Quem é que vocês pensam que seja Deus"? "Deus não é nada além de um pequeno sopro e tudo mais que o homem imagina"; "Tudo o que se vê é Deus e nós somos deuses"; "o céu, a terra, o mar, o ar, o abismo e o inferno, tudo é Deus"; "o que é que vocês pensam, que Jesus Cristo nasceu da Virgem Maria? Não é possível que ela tenha dado à luz e tenha continuado virgem. Pode muito bem ser que ele tenha sido um homem qualquer de bem, ou filho de algum homem de bem (GINZBURG, 1987, p. 42).

Como Ginzburg (1987) escreve, Menocchio parecia determinado a falar o que pensava a respeito das coisas, desfazendo o dogma cristão de que Jesus é o enviado de Deus para salvar a humanidade. Ele coloca o ser humano no mesmo patamar de Deus, causando conflitos à fé do povo. Compara a mulher/Maria à terra, para dizer que esta, ao produzir frutos, nunca mais será a mesma em termo de virgindade. Chama a atenção para a crença cega, fazendo perceber que nem tudo o que se lê ou escuta é real (Ginzburg, 1987).

O moleiro se refere aos fatos como leitura crítica, a partir dos conflitos que a leitura foi capaz de gerar nele. A apropriação dos conhecimentos adquiridos na literatura se confunde com suas próprias aspirações, ao transmiti-las (Ginzburg, 1987).

Posteriormente, durante seus depoimentos, Menocchio tenta se defender da Santa Inquisição esclarecendo que não obrigou ninguém a acreditar no que dizia e que, em muitos momentos, foi até portador da doutrina católica, ensinando que os caminhos dos seus antecessores é que deveriam ser seguidos. Chegou, inclusive, a culpar o espírito maligno pelos seus conflitos internos, bem como pela exposição de suas ideias.

É verdade que eu falei disso com várias pessoas, mas não forçava ninguém a acreditar; pelo contrário, convenci muitos dizendo: 'Vocês querem que eu ensine a estrada verdadeira? Tente fazer o bem, trilhar o caminho dos meus antecessores e seguir o que a Santa Madre Igreja ordena'. Mas aquelas palavras que eu disse antes eu dizia por tentação, porque acreditava nelas e queria ensiná-las aos outros; era o espírito maligno que me fazia acreditar naquelas coisas e, ao mesmo tempo, me instigava a dizê-las aos outros (GINZBURG, 1987, p. 43).

Na perspectiva do lugar do moleiro, outras características da condição do trabalho, como a comercialização e o acesso a informações das reuniões que realizavam, como menciona Ginzburg (1987), colocam-nos como sujeito de sua história.

As próprias condições de trabalho faziam dos moleiros – analogamente aos taverneiros, comerciantes, artesãos ambulantes – um grupo profissional aberto às ideias novas e propenso a difundi-las. Além disso, os moinhos, situados, em geral, longe das habitações e dos olhares indiscretos, serviam muito bem de abrigo para reuniões clandestinas (GINZBURG, 1987, p. 193).

As leituras, os efeitos que elas causaram em Menocchio, a disseminação dessas e de seus efeitos, bem como os materiais e fontes orais que possibilitam a reconstrução dessa história, marcada por denúncia, depoimentos, recorrências por meio de cartas e sentença de um moleiro que pertencia à classe subalterna do interior da Itália, são uma forma relevante da circulação das ideias. A leitura que se faz de Ginzburg (1987) colabora para que se compreenda o processo de circulação dentro de bases culturais e cotidianas para a construção do conhecimento de sujeitos. Não se percebe uma definição do conceito, mas uma explicitação de sua evidência a partir de usos de leitura e diálogo. Portanto, a circulação requer a relação de sujeitos, leituras e está sujeita à interpretação que esses podem vir a fazer destas.

Ainda na perspectiva da circulação, buscamos em Braga (2006) algumas afirmações relevantes para o fortalecimento dessa reflexão. O pesquisador faz uma abordagem um tanto conceitual do tema. Para isso, inicialmente, fala de dois tipos de circulação: 1 – a circulação de produtos comercializados (o fluxo do material); e 2 – o fazer chegar o produto ao consumidor. Nessa perspectiva, a circulação está relacionada ao movimento de materiais ou ideias, como também discute Ginzburg (1987).

Assim, entende-se que a reconstrução da história requer uma compreensão do contexto e seus percalços. Ela é reestabelecida de forma dinâmica, provocada pelas reflexões e ideias que cada um ou cada uma constrói. Em relação às construções geradas pelas interações, como afirma Braga (2006), uma vez circulada uma informação, ela continua viva, mesmo que o meio que a materializou seja jogado fora ou esquecido. Assim, é possível estabelecer a circulação para além dos materiais escritos.

Posteriormente, Braga (2006) traz para o debate a relevância da forma como esse material chega às pessoas e como é recepcionado, bem como a sua repercussão. Ele se refere

a um estado de circulação que compreende o fazer chegar ao destinatário, passando pelo consumo até os efeitos que podem provocar.

Ora, quando se trata de valores simbólicos, e da produção e recepção de sentidos, o que importa mais é a circulação *posterior à recepção*, ou seja, uma vez completada a processualidade mais diretamente ‘econômica’ (ou comercial) do ‘processo do fazer’, os produtos não são simplesmente ‘consumidos’ (no sentido de ‘usados e gastos’). Pelo contrário, as proposições ‘circulam’, evidentemente trabalhadas, tensionadas, manipuladas, reinseridas nos contextos mais diversos. O jornal pode virar papel de embrulho e lixo, no dia seguinte, mas as informações e os estímulos continuam a circular. O *sistema de circulação interacional* é essa movimentação social dos sentidos e dos estímulos produzidos inicialmente pela mídia (BRAGA 2006, p. 28).

Braga (2006) traz ainda nessa citação dois pontos relevantes para a nossa discussão: as estratégias de circulação dos materiais e os estímulos que ela gera nas pessoas. Primeiro, é importante considerar que qualquer que seja o material, ao ser circulado, cumpre uma função, seja ela comercial ou não. Certamente, alguns materiais são distribuídos para gerar lucro; outros podem estar relacionados ao fortalecimento da imagem de uma empresa. Em ambos os casos, há investimentos, sejam eles de capital ou material humano. Também é importante considerar a forma como são direcionados. Além dos investimentos econômico e humano, o processo de circulação de materiais é construído a partir de um planejamento que exerce funções estratégicas. Entende-se, dessa forma, que eles não circulam por acaso, mas com uma função específica. E o mais importante é que os estímulos produzidos pela informação constroem, tornam vivas e permanentes as ideias.

É necessário ainda considerar a circulação como meio de produção nos modos de vida e costumes das pessoas, conforme a reflexão de Braga (2006). “Os sentidos midiaticamente produzidos chegam à sociedade e passam a circular nesta entre pessoas, grupos e instituições, impregnando e parcialmente direcionando a cultura. Se não circulassem, não estariam na cultura” (BRAGA, 2006, p. 27). O pesquisador é ainda mais preciso em suas ideias de circulação quando coloca a mídia como mediadora dessa movimentação da informação. Vejamos o que ele diz:

Sem a interação social-midiática (sobre mídia e seus produtos), a circulação geral não se completa; teríamos, na verdade, uma incoerência de funcionamento cultural em uma sociedade na qual determinados processos se passariam sempre em uma única direção (o que é difícil de aceitar) (BRAGA, 2006, p. 33).

Pelo que afirma o pesquisador, dificilmente uma informação sairia ileso ao cumprir o seu fluxo circular. É, então, a partir dessa hipótese que Braga (2006) pensa um terceiro sistema: a crítica, como dispositivo social de circulação. Nesse sentido, entende-se que a circulação deixa de ser um trajeto circular de produtos palpáveis e passar a ser as distintas formas de pensamentos emergentes de determinada ideia ou produto. (BRAGA, 2006, p. 34).

Na perspectiva do terceiro sistema apontado por Braga (2006), se bem compreendida, aceita e direcionada, a circulação dos distintos modos do contexto social seria uma ferramenta para uma apropriação das interações, seus princípios e suas ações.

As críticas sobre produtos midiáticos e os dispositivos sociais são os elementos mais visíveis dos processos de circulação, assim como “produtos e programas” são a face visível dos processos de circulação, e os usos concretos (escolhas, *zapping*, “leitura”, “audiência”, acolhimento, resistência, fruição “edição”...) são as faces mais visíveis dos processos de recebimento. Assim, se os examinarmos em busca de perceber suas lógicas ou fazer circular reações sociais sobre os processos e produtos midiáticos, podemos ampliar nossa compreensão sobre o sistema interacional e, indiretamente, sobre os processos midiáticos em geral (BRAGA, 2006, p. 37).

Das discussões de Ginzburg (1987) e Braga (2006), é possível se estabelecer o processo de circulação como um movimento da informação, que compreende o fluxo do material, as leituras dele, a recepção, da qual falarei na seção seguinte, a construção de ideias e o direcionamento das ações. Contudo, é importante ressaltar que há diferenças entre Ginzburg (1987) e Braga (2006). Primeiro, ambos trabalham o conceito em épocas distintas. Talvez essa diferença os faça ressaltar dimensões diversas para o processo de circulação. Enquanto Ginzburg (1987) resalta a cultura, a oralidade e as relações, Braga (2006) traz mais presente em sua discussão a mídia e seus produtos. Dessa forma, entende-se que, mesmo na contemporaneidade, pesquisar a circulação requer observar os contextos, as culturas nas quais essa ocorre, considerando-se ainda a difusão e a força dos meios de comunicação nesse processo.

3.3 Recepção, usos e apropriações

Estudos e experiências de pesquisadores distintos me fazem pensar os processos interacionais na perspectiva da reconfiguração dos acontecimentos de acordo com cada realidade. A forma como esses materiais são recepcionados, bem como o direcionamento dessas ações, se não totalmente, mas, em parte, determina os seus resultados. As temáticas, a

recepção, os usos e apropriações têm sido amplamente retomados pelos movimentos sociais que trabalham na perspectiva dos direitos humanos e ambientais, bem como por pesquisadores e pesquisadoras que buscam compreender os processos de construção dos modos de vida, que passa pelas influências que os meios de comunicação exercem sobre as pessoas.

As discussões de recepção, usos e apropriações, estabelecidas por pesquisadores e pesquisadoras, têm sido pautadas nos Estudos Culturais, tendo como base de reflexão as formas de produção e os significados que são dados a elas, considerando os distintos contextos em que os sujeitos estão inseridos. Portanto, antes de discutir acerca das temáticas, recepção, usos e apropriações, é importante contextualizar esse campo de investigação que são os Estudos Culturais.

De acordo com Escosteguy (1998), os Estudos Culturais originaram-se na Inglaterra, em um período de luta pelo resgate da cultura do povo. “Surgem, então, de forma organizada, através do Center for Contemporary Cultural Studies (CCCS), diante da alteração dos valores tradicionais da classe operária da Inglaterra do pós-guerra” (ESCOSTEGUY, 1998, p. 2).

Muito embora os Estudos Culturais tenham origem em país inglês, na contemporaneidade, apresenta-se de forma global, conforme esclarece Escosteguy: “Se, originalmente, os estudos culturais foram uma invenção britânica, se desenvolveu nos Estados Unidos a partir de 1950 hoje, na sua forma contemporânea, transformaram-se num fenômeno internacional” (ESCOSTEGUY, 1998, p. 1).

Dentre os principais autores dos Estudos Culturais, Escosteguy (1998) cita Stuart Hall, Martín-Barbero, Bourdieu e Thompson. Ambos realizaram amplos estudos que discutem as sociedades, o poder, os sujeitos e as formas de dominação da mídia.

Diante do que é exposto, confere-se que o sistema dominador social sempre buscou exercer o seu poder sobre as pessoas e que atinge, em especial, os mais fragilizados. Também é possível perceber que sempre houve e sempre haverá movimentos empenhados em se contrapor a esse sistema. Nessa empreitada, entram também os pesquisadores, que buscam compreender essas complexidades e contribuir para o entendimento da necessidade de lutar contra esse sistema como um meio de vida.

Como um movimento que estuda as recepções, os usos e apropriações, os Estudos Culturais mostram-se importantes mediadores na construção do conhecimento. Entender o modo de recepcionar, usar e se apropriar dos meios e informações, por determinada pessoa ou coletivo, é uma porta aberta para se pensar outras formas de construções.

Nessa perspectiva, relaciono alguns dos pesquisadores relevantes na construção do conhecimento, para discutir e aprofundar as expressões “sistematização de experiências” e “circulação”, como foi abordado anteriormente. Dialogando com esses termos e na tentativa de fortalecer as ideias acerca dos processos de interação social, discuto aqui nesta seção a recepção, os usos e apropriações dos meios e informações. Busco compreender e estabelecer uma relação de aproximação das temáticas tendo como base teórica as pesquisas de Thompson (2011; 1995), Martín-Barbero (2004); Oliveira (2014), Michel de Certeau (2008), Escosteguy (1998), Escosteguy; Jacks (2005) e Schmitz (2015), que têm contribuído para o entendimento das transformações sociais, seus desafios e perspectivas na contemporaneidade.

Thompson (2011) discute a recepção como uma atividade localizada, que acontece em realidades distintas e cujo direcionamento depende do cultural que cada sujeito traz consigo. “A recepção é uma atividade situada: os produtos da mídia são recebidos por indivíduos que estão sempre situados em específicos contextos sócio-históricos” (THOMPSON, 2011, p. 67). Pela forma como Thompson apresenta, os meios e informações são estabelecidos em diferentes contextos que influenciam o modo como estes são recepcionados e apropriados.

A recepção pode ser ainda alojada ao modo de vida das pessoas, compreendendo a lógica da forma como se volta a atenção para determinado objeto. Segundo Thompson (2011), esta implica certo grau de atenção e de atividade interpretativa da parte do receptor. Ou seja, não basta apenas adquirir, receber, tocar ou guardar determinado objeto. Na lógica de Thompson (2011), há uma necessidade de explorá-lo. “O indivíduo que recebe um produto da mídia deve, até certo ponto, prestar atenção, (ler, olhar, escutar, etc); e, ao fazer isso, ele se ocupa inteiramente numa atividade de entendimento do conteúdo simbólico transmitido pelo produto” (THOMPSON, 2011, p. 69).

Desse modo, a natureza da recepção, a partir de Thompson (2011), requer certo comprometimento, tanto do emissor/produtor quanto do receptor. O emissor/produtor tem a necessidade de pensar estrategicamente meios e produtos adequados que despertem nas pessoas interesse por determinado tema. O receptor precisa estar disposto a um envolvimento com as diferentes produções de sentidos propostas. As interpretações serão diversas e definidas a partir de suas realidades sócio-históricas. Nessa lógica, discute Martín-Barbero (1995, p. 55), “eu não poderia compreender o que faz o receptor sem levar em conta a economia de produção”.

É importante ainda considerar a recepção, a partir de Martín-Barbero (1995), como um ponto de partida, e não apenas como um ponto de chegada ou de fim,

compreendendo a dinamicidade do ser humano, da sociedade em que vive, bem como a sua capacidade de pensar, sentir e agir.

Temos que estudar não o que fazem os meios com as pessoas, mas o que fazem as pessoas com elas mesmas, o que elas fazem com os meios, sua leitura. Atenção, porque isso pode nos levar ao idealismo de crer que o leitor faz o que lhe der vontade; mas há limites muito fortes ao poder do consumidor (MARTÍN-BARBERO, 1995, p. 55).

Martín-Barbero (1995) aprofunda o sentido de recepção quando a coloca como um ambiente de construção que deve ser considerado e explorado. “A recepção não é apenas uma etapa do processo de comunicação. É um lugar novo, de onde devemos repensar os estudos e a premissa de comunicação” (MARTÍN-BARBERO, 1995, P. 39).

Tratar a recepção como um ambiente de partida, e não de meio ou fim, conforme os estudos de Martín-Barbero (1995) e conforme mencionado anteriormente, é estar aberto ou aberta para compreender que os produtos, meios ou informações podem tomar novos rumos a partir desse lugar. É entender que os contextos culturais e sociais em que estão inseridos os sujeitos é que vão determinar isso. Também é possível pensar sob a ótica do autor, que concebe que, nesta lógica, os receptores ou as receptoras são pessoas dinâmicas e podem interpretar os fatos ou acontecimentos conforme suas construções, bem como de acordo com o lugar que ocupam.

Na tentativa de intensificar a reflexão da recepção, ligando teoria e prática em um contexto contemporâneo, é importante trazer para esse diálogo a experiência de Oliveira (2014), ao estudar o Assentamento Itapuí, no Rio Grande do Sul. Oliveira (2014) não faz uma conceituação de recepção, mas apresenta elementos relevantes que permitem compreender os seus processos. Denise Cogo (2014), na apresentação da obra, diz que Oliveira vê, ouve e interage “com os contextos e sujeitos da pesquisa” (COGO, 2014, p. 16). A experiência de estudar os processos interacionais entre as pessoas e os meios, como fez Oliveira (2014) em Itapuí, também é um ato de recepção, só que neste caso específico é uma ação voltada para as construções de outra realidade, pensada em uma perspectiva de analisar determinado contexto.

Thompson (1995) orienta que, para “compreender a natureza da recepção, devemos nos aproximar dela com uma sensibilidade para os aspectos rotineiros e práticas da atividade receptiva” (2011, p. 66). Com isso, percebe-se a complexidade do mundo das emoções humanas e se percebe que não é possível entender o sentimento de compreensão de

determinado material sem mergulhar em seu mundo interior, de modo sensível e capaz de enxergar para além do que é posto e do que se mostra ser entendido pelos seus usos.

Nesse contexto, as relações das pessoas são determinadas pela pluralidade dos seus modos de vida. Desse modo, como estabelece Thompson,

Finalmente, a recepção dos produtos da mídia é fundamentalmente um processo hermenêutico. Os indivíduos que recebem os produtos da mídia são geralmente envolvidos num processo de interpretação através do qual esses produtos adquirem sentido (Thompson, 2011, p. 68).

A recepção, nessa lógica de Thompson (2011), acontece conforme cada realidade. Os usos e apropriações estão igualmente inter-relacionados. Se a recepção de determinado meio ou informação depende do contexto, o seu direcionamento também depende das influências a que eles estão sujeitos.

Para discutir o termo “usos”, poderíamos apresentar distintas formas de utilização de determinados materiais. Assim, os usos seriam apontados como uma forma de direcionamento de elementos distintos. Contudo, é importante considerar os estudos que têm aprofundado essa discussão e apresentar as distintas reflexões sobre o assunto. Para tanto, faz-se necessário dar atenção para questões contextuais, como os avanços tecnológicos, que dizem respeito aos meios de interações.

Thompson (2011) faz um estudo ampliado da mídia na sociedade moderna, destacando a natureza, as transformações sociais e o crescimento dos meios de comunicação, sem esquecer que estes, fundamentalmente, trabalham em uma lógica de mediações. Para Thompson (2011), “o uso dos meios técnicos pressupõe um processo de codificação, isso é, implica o uso de um conjunto de regras e procedimentos de codificação da informação ou do conteúdo simbólico” (THOMPSON, 2011, p. 49). Posteriormente, Thompson diz que “na prática, essas habilidades e competências podem vir juntas ou coincidirem até certo ponto (por exemplo, quem sabe escrever numa língua particular normalmente saberá também ler na mesma língua). Mas essas habilidades nem sempre coincidem” (THOMPSON, 2011, p. 49).

Pelo que Thompson (2011) traz em seus estudos, os processos de interação na vida cotidiana não são tão simples e a sua interação depende de vários contextos, como onde acontece, com quem acontece e para quem acontece. Desse modo, a codificação ou decodificação na perspectiva dos usos depende muito de elementos contextuais e culturais.

Em Thompson (2011), percebe-se ainda que o recebimento das mensagens e dos produtos pelos sujeitos distintos está relacionado às experiências adquiridas, bem como ao meio em que estes estão imbuídos. Acerca dessa prerrogativa, Thompson (2011) escreve:

Quando os indivíduos codificam ou decodificam mensagens, eles empregam não somente as habilidades e competências requeridas pelo meio técnico, mas também várias formas de conhecimento e suposições de fundo que fazem parte dos recursos culturais que eles trazem para apoiar o processo de intercâmbio simbólico (THOMPSON, 2011, p. 50).

Ou seja, além do conhecimento técnico adquirido de estudos e aproximação com a tecnologia, cada pessoa traz consigo um conhecimento cultural que gradativamente se constrói pelos compartilhamentos do cotidiano da vida. Isso significa que há uma disparidade entre as pessoas, porque o contexto em que vivem e se relacionam difere entre si. Uma pessoa que nasce e cresce em um ambiente de multiculturalismo, com possibilidades distintas, por exemplo, pode apresentar uma experiência mais ampliada das coisas, assim como uma pessoa que vive em um ambiente de acontecimentos mais restritos adquire conhecimento restrito ao seu espaço. Isso não implica a autenticidade de suas habilidades e não quer dizer que o seu aprendizado seja menos ou mais importante, mas implica a forma de ver as coisas, bem como as suas apropriações.

Apropriação, segundo Thompson (1995), é o modo de “tornar próprio algo que é novo, alheio, estranho” (THOMPSON, 1995, p. 409). Isso implica receber, analisar e dar sentido aos produtos e informações. O grau de interferência dessas apropriações depende do meio externo em que foram produzidos os conteúdos ou do ambiente em que eles foram recepcionados. As apropriações, na perspectiva de Thompson (2011), colocam o sujeito como coparticipante de suas ações, a partir das habilidades de decodificação dos produtos.

Essa discussão feita por Thompson (2011), assim como por outros autores dos estudos culturais, relacionada aos direcionamentos dos processos comunicacionais, diz respeito a uma construção social de representações simbólicas que implica a vida cotidiana das pessoas como um todo. No modelo social capitalista contemporâneo, predominam as construções pensadas estrategicamente com um fim de dominação e consumo, porque fazem parte do histórico cultural que tem seus objetivos estruturados na lógica consumista e hegemônica. A música, a novela, o jornal fazem parte dessa configuração da vida social. Muito embora haja um entendimento, pelos sujeitos distintos, das produções externas, de acordo com o meio em que este se relaciona, pode haver interferência no modo de ver, pensar e agir, como afirma Thompson (2011).

Da forma como Thompson (2011) ressalta em seus estudos, as ações de comunicação são cuidadosamente construídas dentro de estruturas padronizadas de comportamentos. Isso significa que a comunicação é pensada considerando os sujeitos e o seu

contexto e que, pela forma como é estabelecida, influencia também os modos de pensar e agir, mas isso ocorre conforme proposta pela produção e pela emissão.

Em suas discussões sobre apropriações, Michel de Certeau (1999) traz a experiência de mutação das etnias indígenas conduzidas pela colonização espanhola, pela utilização das “leis, as práticas ou representações que lhe eram impostas pela força ou pela sedução para outros fins que não os dos conquistadores” (CERTEAU, 1999, p. 94). O autor usa esse exemplo para dizer que a autoafirmação se configura como uma ferramenta necessária para compreender e dar sentido às coisas. O empoderamento das etnias aqui apresentadas permite não apenas que as informações sejam direcionadas, mas redirecionadas o seu favor. “[...] Subvertiam-nas a partir de dentro, não as rejeitando ou as transformando (isto acontecia também), mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não poderia fugir” (CERTEAU, 1990, p. 94-95).

Essa discussão de Certeau (1990) aborda duas questões sociais relevantes: primeiro, a imposição de regras e serviços pelo dominador e, segundo, a submissão do dominado. Essas duas ações geram uma nova ação: o direcionamento, que está vinculado à recepção. O poder impunha suas leis sobre o povo. Por sua vez, esse povo, que não tinha saída, acabava “aceitando”, mas, na sua grandeza, redirecionava para a sua construção, e não destruição.

Na mesma perspectiva de Martín-Barbero, Schmitz (2015) vai dizer que a recepção está relacionada com o conceito de usos na medida em que este só pode ser determinado pelo contexto da produção de sentidos dos sujeitos. A autora se apropria de reflexões de Martín-Barbero e De Certeau para aprofundar o termo, relacionando os modos de produções e apropriações.

Deste modo, pensa-se com Martín-Barbero (2003) que os usos são inseparáveis da situação sociocultural do receptor e, com De Certeau (2007), que nestes usos se expressam potenciais de apropriação, o que possibilita levar em conta o que os sujeitos “fazem com” as informações obtidas na mídia, fabricando sentidos que muitas vezes podem ser desviantes e que são configurados a partir de referências das práticas cotidianas, situadas em contextos socioculturais específicos (SCHMITZ, 2015, p. 15).

A partir da discussão de Schmitz (2015), fica claro que empregar o sentido de usos com base nas reflexões de Martín-Barbero e De Certeau cabe fundamentalmente nessa pesquisa, pois essa categoria se relaciona com as reflexões sobre as apropriações e o contexto cotidianos, conforme discutido anteriormente.

Nilda Jacks e Escosteguy (2005), discutindo usos e apropriações, fazem uma relação com a discussão de Martín-Barbero, também relacionando a questão do contexto das situações. “Os ‘usos’, portanto, são inalienáveis da situação sociocultural dos receptores que relembram, ressignificam e ressemantizam os conteúdos massivos, conforme sua experiência cultural, suporte de tais apropriações” (ESCOSTEGUY; JACKS, 2005, p. 66).

Na mesma perspectiva de Thompson, estudando a noção de uso a partir de Martín-Barbero, Jacks e Escosteguy (2005) afirmam que, para Barbero dar uma ideia de que contexto é esse, ele sugere os estudos das mediações, tendo em vista que elas é que constituem as configurações dos contextos em que o receptor está inserido.

Como forma de captar as experiências onde elas se concretizam, Martín-Barbero (1987) propõe o estudo de três tipos de mediações: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. Conceito fundamental em Martín-Barbero, a mediação deve ser entendida como uma forma de fugir da razão dualista, superando a bipolaridade ou a dicotomia entre produção e consumo, ou ainda, entre as lógicas da produção e a lógica dos usos (ESCOSTEGUY; JACKS, 2005, p. 66).

Jacks e Escosteguy (2005) dão, a partir de Martín-Barbero, uma contribuição para os estudos de usos, porque ele traz essa contribuição de dizer que usos estarão definidos a partir dessa mediação na qual o receptor está inserido. A própria Nilda Jacks e Escosteguy associam isso diretamente a Martín-Barbero, quando dizem que usos e apropriações são inalienáveis da situação sociocultural.

Posteriormente, em consonância com as ideias de Thompson (2011) e Martín-Barbero (1995), Michel de Certeau (1994) associa as representações simbólicas aos produtos e informações como um sistema influenciador. “Os conhecimentos e as simbólicas impostos são objeto de manipulações pelos praticantes que não são seus fabricantes” (Certeau, 1995, p. 96). Isso acontece porque as representações simbólicas exercem um fascínio dominador sobre as pessoas. Nessa perspectiva, escreve Certeau:

A linguagem produzida por uma categoria social dispõe do poder de estender suas conquistas às vastas regiões do seu meio ambiente ‘desertos’ onde parece não haver nada de tão articulado, mas se vê prisioneira nas armadilhas de sua assimilação por um *maquis* de procedimentos que suas próprias vitórias fazem invisível ao ocupante. Por espetacular que seja, o seu privilégio corre o risco de ser apenas aparente, caso sirva apenas de quadro para as práticas teimosas, astuciosas, cotidianas que o utilizam (DE CERTEAU, 1998, p. 95).

Certeau (1998) traz reflexões importantes tanto para compreender o poder de uma categoria social privilegiada, representada pelos meios de informação e comercialização,

sobre outra menos favorecida, composta de pessoas que vivem em comunidades ou periferias, as classes populares, bem como para sua decadência diante do que ele chama, posteriormente, de astúcia. A astúcia é utilizada pela classe menos privilegiada. Ela é essencial na vida das pessoas, mas fica invisível. É essa força que sai de dentro que não permite, ao todo, que as influências externas os fragmentem.

Outra reflexão de Certeau (1994) que também dialoga com as ideias de Thompson (2011) é relacionada aos direcionamentos das ações a partir dos usos. Desse modo, Certeau (1994) atesta a capacidade humana de percepção, experimentação e recriação dos meios e informações.

Seja como for, o consumidor não poderia ser identificado ou qualificado conforme os produtos jornalísticos ou comerciais que assimila: entre ele (que deles se serve) e esses produtos (indícios da ‘ordem’ que lhe é imposta) existe o distanciamento mais ou menos grande do uso que ele faz deles (CERTEAU, 1994, p. 95)

Por mais que haja um esforço estrategicamente medido das mensagens, na perspectiva da imposição de ideias e ações, o direcionamento que é dado pelo receptor destas, se não o liberta, em parte, resgata-o da prisão que lhe é forçosamente oferecida, pelo distanciamento que esse sujeito estabelece.

Mais uma vez, aqui nesta discussão, Certeau (1998) traz elementos dos estudos culturais, percebidos também por Thompson (2011; 1995) e por Martín-Barbero (1995), como a ideia de que toda forma de compreensão dos meios e informações é construída no cotidiano da vida.

Esses elementos (realizar, apropriar-se, inserir-se numa rede relacional, situar-se no tempo) fazem do anunciado, e secundariamente do uso, um nó de circunstâncias, uma nodosidade inseparável do ‘contexto’, do qual abstratamente se distingue. Indissociável do *instante* presente, de circunstâncias particulares e de um fazer (produzir língua e modificar a dinâmica de uma relação), o ato de falar é um uso da língua e uma operação *sobre* ela. Pode-se tentar aplicar o seu modelo a muitas operações não linguísticas, tomando como hipótese que todos esses usos dependem do consumo (De CERTEAU, 1998, p. 96-97).

Da forma de consumo, segundo Certeau (1998), dependem os direcionamentos das informações. Com isso, o autor quer dizer que uma mesma mensagem pode ser direcionada para pessoas distintas, em contextos distintos e que a resposta a essa mesma mensagem será dada de maneira distinta, cada uma a seu contexto inserido.

Para concluir o debate das apropriações a partir de Certeau (1998), trago ainda um trecho de sua obra, igualmente importante aos primeiros fragmentos. Utilizei esse trecho para

esclarecer que o poder das representações simbólicas é um problema para a transformação social e que precisa ser combatido, conforme Certeau (1998).

É necessário ainda precisar a natureza dessas operações por outro prisma, não mais a título da relação que mantém com um sistema ou uma ordem, mas enquanto há *relações de forças* definindo as redes onde se inscrevem e delimitam as circunstâncias de que se podem aproveitar. Sendo assim, de uma referência linguística é preciso passar a uma referência polemológica. Trata-se de combates ou de jogos entre o forte e o fraco, e das 'ações' que o fraco pode empreender (DE CERTEAU, 1998, p. 97).

Essa discussão elaborada por Certeau (1990) destaca tanto o ato do fazer chegarem as mensagens quanto as reações do redirecionamento delas. Para o autor, ao mesmo tempo em que tal discussão provoca ações concretas como ferramentas importantes para as construções de sentidos, ela pode ou não ocasionar astúcias.

4. PROCESSOS METODOLÓGICOS: HISTÓRIAS E ESTÓRIAS DA COMUNIDADE LAGOA DO JUÁ

4.1 Entrada e imersão em campo: o método, os processos metodológicos da pesquisa e a experiência com o campo

Discutimos, anteriormente, entre outras questões, a escolha do campo empírico desta pesquisa. Pautei-me em orientações de Duarte; Barros (2009) para falar dos motivos pelos quais busquei, em Lagoa do Juá, compreender algumas inquietações a respeito do boletim “O Candeeiro”, mas especificamente a circulação, os usos e apropriações.

Durante cinco anos, desempenhei a função de comunicadora popular na Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Era contratada da organização Barreira Amigos Solidários (Obas³⁹), uma das instituições que formam a rede de articulação, para atuar em comunidades rurais, junto às famílias agricultoras e aos coletivos. Entre as atividades desenvolvidas, destacavam-se as visitas às famílias e a sistematização de experiências. Uma das regiões de atuação foi o Vale do Jaguaribe, no Ceará. Lá, conheci diversas comunidades e tive a oportunidade de me relacionar com várias pessoas ligadas à agricultura familiar.

A experiência me reaproximou do campo, ambiente onde nasci e cresci, e me deu a oportunidade de reviver um pouco a relação com a natureza e os mais diversos frutos que a terra pode gerar. Também nesse espaço foi possível perceber que a vida pulsa igualmente em todos os lugares, de formas diferentes. Descobri ainda que, por mais que seja ramificada, a vida nem sempre é valorizada com a intensidade que deve ser e que as ações são pouco valorizadas, como se não fizessem parte de um todo da vida e da sociedade. Essa percepção é um processo em construção, que a cada dia se ergue com as visões e vivências.

Quando senti a necessidade de investigar o Candeeiro, já conhecia várias comunidades rurais onde o boletim tinha sido construído. Poderia escolher entre elas em qual pesquisar. Aparentemente, isso parecia ser mais fácil. O fato de já conhecer o ambiente, como chegar ao local e as pessoas com as quais poderia contatar para hospedagem e até para a facilitação dos processos de busca dos materiais e compartilhamentos foi motivador, eu confesso.

No entanto, no momento em que participei da seleção do mestrado, assumi um compromisso comigo mesma de caminhar por outras estradas, por mais tortuosas que fossem.

³⁹ A Organização Barreira Amigos Solidários (Obas), e uma entidade da sociedade de civil que integra a ASA. Nasceu no município de Barreira, no Ceará, no ano de 2001, com a missão de fortalecer a convivência com o Semiárido. Informações disponíveis em: <<https://www.facebook.com/ObasBarreira/info/?tab=overview>>. Acesso em: 12 de junho de 2017.

Havia um sentimento em mim de que pesquisar em uma comunidade onde tinha trabalhado poderia influenciar os processos de busca e os resultados da análise. Sabia também do desafio que seria estabelecer novas relações para poder percorrer e imergir no campo de pesquisa. De todo modo, precisava me desafiar a ir mais longe e conhecer outras realidades. Também me convencia de que nada pode ser tão difícil do que desafiar a mim mesma e que o pior dos desafios plantados pode gerar o melhor dos frutos regados. A escolha de Lagoa do Juá passa por essas tessituras.

Porém, como todas as escolhas na vida exigem um tempo de maturação, a escolha por Lagoa do Juá não foi tão diferente. No primeiro momento, tínhamos em mente pesquisar em três comunidades: Purão, no município de Trairi; Lagoinha e Lagoa do Juá, no município de Itapipoca. Inicialmente, pensei que fosse possível investigar nas três e, no meu entendimento, seria bacana porque cada comunidade traria sua peculiaridade, inclusive em relação ao Candeeiro. Posteriormente, a partir das orientações e dos diálogos com minha professora, percebi que seria impossível pesquisar em três comunidades. Com a qualificação, as provocações dos pareceristas foram suficientes para mostrar que a escolha por duas comunidades seria algo que também poderia dificultar o aprofundamento maior que a pesquisa requeria. Nesse segundo momento, tentávamos medir o que se apresentava como relevante e o que não se apresentava como relevante. Pesquisar em Purão parecia importante por se tratar de uma comunidade que tinha construído o Candeeiro no mesmo ano em que se iniciava a pesquisa, por promover uma Feira da Agricultura Familiar uma vez ao mês e parecer bem organizada, o que, na minha compreensão, tornava-a perfeita. A comunidade de Lagoinha também parecia atrativa, pelo fato de ser bem mais próxima da cidade de Itapipoca, a cerca de 10 quilômetros de distância. Além desse atrativo, nessa comunidade existia o que eu achava ser uma joia rara: a elaboração do informativo “O Candeeiro”, fruto de uma experiência coletiva, de 2016, além de outros tantos informativos que foram produzidos ali. Essa situação me fez pensar que isso seria uma chance maior de as pessoas conhecerem a experiência. Já em Lagoa do Juá os dois Candeeiros construídos na comunidade tinham dois anos, o que poderia dificultar a pesquisa, considerando que as pessoas não guardariam muito na memória o que se escreve. Além do mais, a distância de lá para a cidade era um motivo a mais para desanimar.

Decidi visitar as comunidades. Não fui à Lagoinha, mas a Purão fui duas vezes e à Lagoa do Juá, uma vez, para poder definir o campo. As duas visitas em Purão não foram suficientes para escolher a comunidade, mas tivemos uma compreensão maior do contexto local, o que, de certa forma, foi importante como experiência nesta pesquisa. Já a primeira

visita a Lagoa do Juá nos deu uma luz. Os acontecimentos do primeiro encontro, o qual descreverei mais adiante, foram importantes nessa escolha. E, então, estabelecemos a localidade como nosso campo de vivência e busca pela concretização das metas estabelecidas nos objetivos da pesquisa.

A primeira visita à Lagoa do Juá me possibilitou fazer a pesquisa exploratória. A ideia inicial era apenas conhecer a localidade e estabelecer uma relação com as famílias que têm sua experiência sistematizada no Candeeiro. No entanto, quando cheguei à casa de Maria Irismar Vieira Linhares, 60 anos, uma das mulheres que têm sua experiência sistematizada no Candeeiro, ela estava de saída para visitar as famílias da localidade e me convidou para ir com ela. Visitamos em torno de quinze famílias. Além do encontro com elas, tive a oportunidade de conhecer Dona Maria Lídia Vieira de Andrade, 79 anos, mãe de Maria Irismar Vieira Linhares, em cuja casa fiquei hospedada durante o tempo da pesquisa. O encontro com essas pessoas foi muito rico e me situou no contexto local, bem como na relação delas com o Candeeiro.

Diante dos acontecimentos positivos que a visita à Lagoa do Juá proporcionou, como, por exemplo, a aproximação com as famílias, bem como dos desafios que o inverno apresentava, como deslocamento, por exemplo, decidi não visitar mais a comunidade Lagoinha, e, portanto, realizar a pesquisa em Lagoa do Juá.

Tendo definido Lagoa do Juá como campo empírico, traçamos algumas linhas de entrelaçamento que seriam manuseadas, foi então quando, a partir de leituras e experiências na comunidade, escolhemos o método etnográfico, considerando que os seus processos e ferramentas metodológicos, como o diário de campo, a vivência e a observação, bem como a entrevista, seriam estratégias possíveis de se aplicar e necessárias para a análise que nos comprometemos a fazer.

4.1.1 A etnografia como método de estudo dos grupos sociais

Para apresentar o método pelo qual percorremos o campo empírico desta pesquisa, trago como fundamentação teórica os estudos de autores que buscam na antropologia social/cultural razões para aprofundar questões que envolvem a pessoa e suas dimensões. Winkin (1998), Malinowski (1984), Oliveira (2014), Angrosino (2009) e Guber (2005) são os principais autores revistados com os quais dialogamos a respeito da etnografia.

A etnografia é apresentada nos estudos de Winkin (1998) como um método que pode ser utilizado em contextos distintos, desde que haja conhecimento teórico para saber

empregá-lo. O pesquisador a aborda como uma disciplina, que demanda conhecimento e apropriação.

Para mim, a etnografia hoje é, ao mesmo tempo, uma arte e uma disciplina científica, que consiste em primeiro lugar em *saber ver*. É, em seguida, uma disciplina que exige *saber estar* com, com outros e consigo mesmo, quando você se encontra perante outras pessoas. Enfim, é uma arte que exige que se saiba retraduzir para um público terceiro (terceiro em relação àquele que você estuda) e, portanto, que se *saiba escrever*. Arte de ver, arte de ser, arte de escrever. São três competências que a etnografia convoca (WINKIN, 1998. p. 132).

Pelo que estabelecem os estudos de Winkin (1998), a utilização da etnografia exige do pesquisador uma aproximação consigo mesmo, com o campo e objeto/sujeito, para poder traduzir ao público aquilo que foi aprendido. Partindo dessa reflexão, compreende-se que, além de conhecer o método etnográfico, o pesquisador ou pesquisadora precisa estabelecer uma vivência um tanto longa quanto profunda, que possibilite estar com, saber organizar para transmitir o que foi estudado.

Angrosino (2009) faz uma breve descrição do que seria, na prática, a etnografia, para aprofundar o método. “É uma maneira de estudar pessoas em grupos organizados, duradouros, que podem ser chamados de comunidades ou sociedade” (ANGROSINO, 2009, p. 16). Na sua definição, etnografia é a “descrição de povo” (ANGROSINO, 2009, p. 16). Se o método etnográfico consiste em aprofundar e escrever sobre determinados modos de vida, naturalmente, exige uma relação com essas culturas, por mais mínima que seja.

De acordo com Angrosino (2009), historicamente, a etnografia surgiu para possibilitar que se pesquisasse sobre grupos humanos, entre o século XIX e XX, por considerar inadequados outros métodos de investigação relacionados à vida. “Os antropólogos começaram a utilizar o método etnográfico para estudo dos grupos humanos a partir da convicção de que as especulações acadêmicas dos filósofos sociais eram inadequadas para entender como viviam as pessoas reais” (ANGROSINO, 2009, p. 16).

Conforme as reflexões do autor, para conhecer a realidade de um povo, é necessário conhecer esse povo e, para isso, não bastam leituras ou estudos de casos isolados, mas sim conviver com ele para compreender suas distintas formas vida. Nessa perspectiva, ampliaram-se as técnicas de pesquisa, dando especial atenção ao contato direto com o sujeito pesquisado, segundo Angrosino (2009). “Eles chegaram à conclusão de que apenas em campo um estudioso poderia encontrar verdadeiramente a dinâmica da experiência humana vivida” (ANGROSINO, 2009, p. 16).

O autor traz como reflexão dos estudos antropológicos a importância da experiência vivida para um conhecimento mais aprofundado de determinada realidade. Experienciar, na prática, para Angrosino (2009), é a base para o conhecimento, considerando que essa ação provoca reações, como a sensibilidade e o sentimento de pertencimento.

Para exemplificar a prática etnográfica, inicialmente, trazemos aqui o relato de Frazer (1984) sobre a experiência de Malinowski em campo. De acordo com Frazer (1984), o pesquisador mergulhou na realidade da comunidade Mailu, na Nova Guiné, para poder realizar sua pesquisa:

[...] o Dr. Malinowski viveu, durante muitos meses a fio, como um nativo entre os nativos, observando-os diariamente no trabalho e nas diversões, conversando com eles na própria língua nativa e obtendo todas as suas informações das fontes mais seguras: - observações pessoais e declarações feitas a ele diretamente pelos nativos em sua própria língua, sem a intervenção de intérpretes. Pôde ele, dessa maneira compilar uma multiplicidade de dados de alto valor científico referentes à vida social, religiosa e econômica dos nativos das Ilhas Trobriand (FRAZER, 1984, p. 5).

Ou seja, para Malinowski, foi necessária uma vivência junto ao povo pesquisado para poder conhecer sua realidade. Isso implicava em muitas questões, como o aprendizado do idioma e a relação com o povo. Nessa perspectiva, saber a língua era importante como meio de evitar que houvesse interferências externas nos processos de tradução da língua.

O próprio Malinowski (1984) prescreve a necessidade de interação, sensibilização e compromisso do pesquisador com o pesquisado quando aponta a etnografia como “a ciência em que o relato honesto é talvez ainda mais necessário que em outras ciências” (1984, p. 18) e que “muitos dos seus autores não utilizam plenamente o recurso de sinceridade metodológica ao manipular os fatos e apresentam-nos ao leitor como que extraídos do nada” (MALINOWSKI, 1984, p. 18).

Pelo que dialoga Malinowski (1984), esse método interpela para uma vivência profunda da realidade, de modo que gere sensibilidade, para que haja generosidade e autenticidade com a pesquisa. Do contrário, segundo o autor, pode haver uma manipulação dos dados levantados e, conseqüentemente, um falso resultado.

Oliveira (2014) discute a etnografia como um método ou técnica que possibilita uma imersão em campo, para, a partir de então, entender o contexto, a gestualidade e os comportamentos. Para a autora, essas observações são necessárias para poder analisar determinada situação.

Oliveira (2014) também tem se utilizado desse método em seus trabalhos de campo. Para pesquisar o Assentamento Itapuí, no estado do Rio Grande do Sul, ela

permaneceu, entre idas e vindas, por oito meses no assentamento, uma experiência que possibilitou o entendimento da realidade, segundo a autora (2014).

Oliveira (2014) questiona, inclusive, se “não teria a etnografia uma dimensão de processos, já prevendo que durante o procedimento de entrada em campo as técnicas vão sendo apresentadas a partir das realidades específicas dos objetos/sujeitos pesquisados, gerando multimetodologias” (OLIVEIRA, 2014, p.37). Ou seja, os processos são dinâmicos e durante uma pesquisa podem aparecer outros aspectos relacionados ao objeto/sujeito ou a necessidade de buscar mais elementos que fortaleçam determinada ideia. A pesquisa de Oliveira (2014) confirma isso. Durante os processos e a entrada em campo, no Assentamento Itapuú, foi possível identificar outro espaço, que se tratava de um acampamento onde as pessoas ficavam durante o processo de ocupação do Assentamento. A partir da identificação desse espaço, segundo a autora, sentiu-se a necessidade de conhecê-lo. No caso da pesquisa, especificamente, a partir de então, outras questões foram levantadas.

Diante do exposto, a etnografia é um importante meio para se chegar a determinado resultado. Suas estratégias processuais, como a entrada e a permanência em campo, bem como a relação direta, com o objeto, sem interferências externas, possibilitam uma compreensão e uma sensibilização diante dos resultados esperados.

Ainda sobre o método etnográfico, Angrosino (2009) traz elementos importantes e necessários para a entrada em campo:

- Ele é baseado na pesquisa de campo (conduzido no local onde as pessoas vivem, e não em laboratórios onde o pesquisador controla os elementos do comportamento a ser medido ou observado).
- É personalizado (conduzido por pesquisadores que, no dia a dia, estão face a face com as pessoas que estão estudando e que, assim, são tanto participantes quanto observadores da vida em estudo).
- É multifatorial (conduzido pelo uso de duas ou mais técnicas de coleta de dados – os quais podem ser de natureza qualitativa ou quantitativa- para triangular uma conclusão, que pode ser considerada fortalecida pelas múltiplas vias com que foi alcançada [...]).
- Ele requer um compromisso de *longo prazo*, ou seja, é conduzido por pesquisadores que pretendem interagir com as pessoas que eles estão estudando durante um longo período de tempo (embora o tempo exato possa variar, digamos, de algumas semanas a um ano ou mais).
- É *indutivo* (conduzido de modo a usar um acúmulo descritivo de detalhe para construir modelos gerais ou teorias explicativas, e não para testar hipóteses derivadas de teorias ou modelos existentes).
- É *dialógico* (conduzido por pesquisadores cujas conclusões e interpretações podem ser discutidas pelos informantes na medida em que elas vão se formando).
- É *holístico* (conduzido para revelar o retrato mais completo possível do grupo em estudo).

A etnografia, da forma como é apresentada por Angrosino (2009), é um método que permite uma abertura maior para os elementos que o campo constrói, sem fragilizar os processos de investigação. Por ser uma técnica indutiva, dialógica e holística, que permite uma infinidade de detalhes dos acontecimentos do dia a dia do grupo ou da comunidade, bem como uma interação entre pesquisador e os sujeitos pesquisados, é dirigida para chegar a um resultado mais completo possível.

Angrosino (2009) dialoga ainda em seus estudos sobre uma ideia comum de como são apresentados os resultados de uma investigação etnográfica. Para o pesquisador, podem ter formatos de “tabelas, gráficos e diagramas, mas, ao todo, o relatório etnográfico acabado toma forma de narrativa, uma longa história cuja meta principal é reproduzir para o leitor a experiência de interação e vivência do etnógrafo numa determinada comunidade” (ANGROSINO, 2009, P.32).

É por esse caminho que foi conduzida nossa pesquisa. As técnicas de coleta de dados da etnografia que trazemos aqui como processos metodológicos compreendem a observação participante, o diário de campo e a entrevista.

4.1.1.1 A observação em campo

Oliveira (2014) discute a observação participante como um meio pelo qual o pesquisador ou pesquisadora pode compreender melhor o contexto local e as vivências dos grupos.

Essa técnica de coleta de dados, como define Angrosino (2009), é também compreendida por Minayo (2009, p. 70) “como um processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma intervenção científica”.

Para Martins (2013), a observação participante acontece por meio do contato direto do pesquisador com o objeto pesquisado, com o intuito de conhecer a sua realidade. Nesse processo de observar, poderá haver alteração na pesquisa, de acordo com o contexto, conforme discute o autor. Dessa observação, o pesquisador pode estabelecer uma participação no cotidiano do grupo ou cultura que investiga (MARTINS, 2013).

Angrosino (2009) discute a observação participante na etnografia não como um método de pesquisa, mas como um processo que possibilita uma interação maior entre pesquisador e os sujeitos pesquisados, que permite inclusive uma relação de amizade e

confiança. “Na observação participante, os membros da comunidade estudada concordam com a presença do pesquisador entre eles como um vizinho e um amigo que também é, casualmente, um pesquisador” (ANGROSINO, 2009, P. 33).

Guber (2005) também faz um debate da observação participante dentro da etnografia como um recurso necessário para obter informações de determinados contextos ou sujeitos. “La aplicación de esta técnica o, mejor dicho, conceptualizar esta serie de actividades como una técnica para obtener información se basa en el supuesto de que la presencia – esto es, la percepción y la experiencia directas – ante los hechos de la vida cotidiana” (GUBER, 2005, p. 109).

A partir das discussões desses pesquisadores, entendo de forma mais aprofundada o sentido do estar em campo. A observação participante, nesta perspectiva, abre possibilidades e posso dizer, a partir da experiência que esta investigação instigou, que o pesquisador ou a pesquisadora não precisa engessar sua busca pelas descobertas que a imersão em campo pode gerar em questões fechadas como um roteiro de entrevistas, por exemplo. Em Lagoa do Juá, vivi as dimensões que as relações permitem e posso afirmar que foi a experiência mais rica que pude vivenciar. Estava lá como pesquisadora, e as pessoas tinham consciência; desse modo, estava lá como pessoa desejosa de conhecer a realidade e considerá-la.

Estar em Lagoa do Juá foi, antes de qualquer coisa, uma experiência para a vida que, certamente, vai servir de base em outros processos da caminhada. Pretendemos ainda aprofundar o sentido da entrada em campo, na descrição dos diálogos, em outra seção, mas antes trazemos de forma breve o diário de campo e a entrevista.

4.1.1.2 O Diário de Campo como ferramenta para a coleta de dados

Outro instrumento utilizado na pesquisa pela vivência do método etnográfico foi o diário de campo. Essa é uma ferramenta utilizada por Malinowski (1984) em suas investigações etnográficas. Esse instrumental é visto pelo autor como um meio importante de tomar notas das experiências vivenciadas durante a imersão em campo. Malinowski (1984) utilizou-se de cadernetas para escrever o que vivia e experimentava.

Para Minayo (2009, p. 71), o diário de campo é “um caderninho, uma caderneta, ou um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas em suas várias modalidades”. Nesse sentido, esse modo de coleta de dados se apresenta como uma tomada de nota do que se observa em campo, seja em

meio aos acontecimentos, seja na vivência cotidiana dos sujeitos pesquisados.

Utilizei-me desse recurso durante as visitas às famílias de Lagoa do Juá, bem como em outros momentos vivenciados na comunidade, como a observação durante os jogos de futebol promovidos pela escola local, nas reuniões e no novenário.

4.1.1.3 Entrevista como suporte de intercambialidade dos diálogos

A entrevista foi outro recurso utilizado durante a investigação em Lagoa do Juá como orientação do método etnográfico. Essa estratégia foi utilizada por Malinowski (1984), assim como tantos outros pesquisadores que buscam na etnografia uma forma de investigar situações diversas.

Angrosino (2009) discute a entrevista como um processo de “dirigir a conversação de forma a colher informações relevantes” (p. 61). Para Angrosino (2009), investigar carece de informações concretas de pessoas que vivenciam ou vivenciaram a situação e, então, a entrevista tem essa função, como uma “extensão lógica da observação”, segundo Angrosino (2009, p. 61).

Na minha experiência em campo, também senti essa necessidade e foi então quando formulamos um roteiro simples, mas que pudesse dar conta de responder os questionamentos que tinha acerca da realidade local e do Candeeiro nesse contexto. Busquei nos autores que estudam a etnografia o fortalecimento das minhas inspirações quanto à entrevista.

Nas discussões de Guber (2005) sobre entrevista ela escreve:

La entrevista es una de las técnicas más apropiadas para acceder al universo de significaciones de los actores. Asimismo, la referencia a acciones, pasadas o presentes, de sí o de terceros, que no hayan sido atestiguadas por el investigador puede alcanzarse a través de la entrevista. Entendida como relación social a través de la cual se obtienen enunciados y verbalizaciones, es además una instancia de observación (GUBER, 2005, p. 132).

Para a autora, a entrevista, como uma extensão da observação, possibilita que as coisas sejam ditas, mesmo que tenham ocorrido em outros momentos da história e às quais o pesquisador dificilmente teria acesso se não fosse pela entrevista. Dessa forma, esse processo de coleta de informações agrega à pesquisa conhecimentos que talvez não encontre na literatura.

Posteriormente, Guber (2005) traz para os diálogos nos seus estudos a entrevista antropológica e a coloca como um meio de abrir os sentidos. “La entrevista se desarrolla

como parte indissociable del conjunto de actividades que tienen lugar en la observación participante” (GUBER,2005, p. 143). Isso significa que, na etnografia, a entrevista se faz necessária para compreender as razões constituídas a partir da observação. “La entrevista antropológica sirve para descubrir las preguntas, esto es, para construir los marcos de referencia de los actores a partir de la verbalización asociada libremente” (GUBER, 2005, p. 143).

Mais adiante, Guber (2005) discute uma questão bem relevante quanto ao comportamento em campo que abre margens para as distintas formas de abordagens junto aos grupos ou comunidades investigados, que é a construção do roteiro da entrevista e as abordagens.

É importante enfatizar que a minha experiência considerou essas orientações dos autores quanto às técnicas de apropriação dos acontecimentos. Em relação à entrevista, preparei um pequeno roteiro, e os diálogos estabelecidos eram, na sua maioria, conduzidos por este, muito embora isso não representasse uma regra, como mencionado anteriormente. O ponto de partida era sempre a comunidade porque, para mim, era importante aprofundar o entendimento sobre o local em que estávamos e o lugar de fala das pessoas. A conversa sobre o Candeeiro, geralmente, ficava no final do diálogo, só quando, então, percebia que podíamos falar sobre o boletim. Essas questões serão ainda discutidas neste capítulo, mas antes é importante contar, de forma resumida, os processos no campo.

4.1.2 A imersão no campo empírico

Antes de contar brevemente minha experiência no campo, trago algumas orientações dos pesquisadores em cujos trabalhos busquei um aprofundamento na etnografia. Minayo (2011) investiga em autores americanos fundamentos para falar da importância de o pesquisador se colocar no mundo do entrevistado. De acordo com Minayo (2011), para que aconteça um processo dinâmico, é importante se colocar no lugar do entrevistado e percebê-lo como uma pessoa comum que compartilha uma experiência vivida no seu dia a dia; esvaziar das ideias pré-concebidas e utilizar-se da linguagem do senso comum dos sujeitos.

Malinowski (1984) orienta que a entrada em campo seja despreziosa. Desta forma, segundo Malinowski (1984), é importante que, ao iniciar uma pesquisa, não haja nenhuma pressão sobre os resultados que dali se pode gerar. As mudanças de pontos de vista, segundo o autor, são uma abertura maior para o enriquecimento da investigação.

Na formulação do projeto de pesquisa para o mestrado, estabeleci como objetivo

principal da pesquisa estudar a participação de agricultores e agricultoras na produção do Candeeiro. A ideia era investigar em que medida eles participavam da construção do boletim de sistematização de experiências.

Posteriormente, a partir das leituras do boletim, da entrada em campo, da conversa com os sujeitos distintos pesquisados, bem como dos diálogos com a orientadora e das mudanças de pontos de vista, sentimos a necessidade de investigar a circulação, os usos e apropriações do Candeeiro como experiência de sistematização de experiências da ASA.

Depois de definidos o campo e os objetivos, estabelecemos os processos metodológicos. A etnografia, na nossa compreensão, seria o melhor método de investigação, considerando as técnicas que podem ser aplicadas a partir deste método, conforme fundamentamos anteriormente.

Sabíamos que seria um processo longo, mas, mesmo assim, apostamos nas nossas forças e acreditamos que seria possível. Com a experiência que tínhamos em campo, de outras vivências, o processo seria leve e prazeroso, como de fato foi.

A primeira visita em Lagoa do Juá ocorreu em fevereiro de 2017. A segunda, a terceira e a quarta, nos três meses seguintes. Tais visitas renderam um material rico para a qualificação da pesquisa. Nesta primeira entrada, em que ocorreu o processo exploratório, conheci o contexto, alguns modos de vida na comunidade e estabeleci um diálogo maior com as famílias que tinham suas experiências sistematizadas, além de visitar outras famílias e adquirir delas os boletins sistematizados na comunidade ou fora de Lagoa do Juá.

Depois deste primeiro momento, tive uma pausa de uns três meses e retornei à comunidade logo depois da qualificação, que ocorreu no mês de setembro de 2017. Traçamos um plano e estabelecemos ficar na comunidade por mais quatro meses, que foram de setembro a dezembro do mesmo ano, somando uma experiência de oito meses em campo, entre idas e vindas. Neste segundo período, esforcei-me para estar na comunidade duas vezes ao mês. Para conhecer melhor o cotidiano da comunidade, decidi visitá-la em tempos diferentes. Em algumas visitas cheguei na quarta e voltei na sexta; em outras, fiquei de segunda a quinta; em outras ainda fiquei durante o final de semana, de forma que deu para ter uma visão geral das atividades que são desenvolvidas na localidade.

A experiência, além de rica, foi prazerosa. Foi muito bom conhecer a comunidade Lagoa do Juá e ficar lá conversando com o povo. Tudo fazia sentido. As caminhadas a pé, o deslocamento de moto para algumas casas, os almoços, tudo era acolhido e vivenciado com amor. As conversas informais e as risadas com as mulheres, tudo levava a uma compreensão maior do lugar, mesmo que de forma não intencional.

O pôr do sol, assim como o nascer, levavam à paz que o ambiente proporcionava. Estava lá, tinha um propósito com a academia, mas, acima de tudo, comigo mesma. A graça maior foi manter esse propósito pessoal e deixar ser conduzida pelos sentidos e as emoções que o coração deixava gerar.

Mas isso não significa que essa experiência não tenha tido seus desafios. E teve. Em muitos momentos, a chegada em Lagoa do Juá, em uma carroceria de um Mercedes adaptado para transportar passageiros, em pleno sol escaldante de setembro a dezembro, como normalmente ocorre no verão do sertão semiárido brasileiro, não foi tão fácil. Na maioria das vezes, cheguei à comunidade às 13 ou depois das 14 horas, porque era o horário do transporte da ida para a localidade. Algumas vezes o cansaço não deixava ir muito longe e, por conta disso, as visitas ocorriam apenas nas redondezas. Em outros momentos, o sol e a poeira foram suficientes para causar crises de garganta. Nestes dias, as visitas rendiam menos ainda.

Durante todo o período de estada em Lagoa do Juá fiquei na casa de Dona Maria Lídia Vieira de Andrade. A matriarca de uma das famílias da comunidade. Ela me acolheu de coração aberto, assim como toda a sua família. A localização da residência, que fica em meio a duas estradas distintas, uma que dá acesso a Itapipoca e outra que liga Lagoa do Juá à cidade de Amontada, foi importante para que acompanhasse vários momentos da comunidade, como a movimentação para os jogos de futebol e a colheita da carnaúba.

A estada em uma casa em um ponto central da comunidade não foi estrategicamente pensada para o fim da pesquisa, contudo, podemos afirmar que o que aconteceu em campo, de modo geral, serviu como experiência e agregou os passos necessários de que a pesquisa precisava. Tudo o que foi vivenciado é trazido aqui, mesmo que de forma resumida, por meio de tópicos temáticos, conforme as seções seguintes. Sabemos também que, querendo ou não, como pesquisadores, editamos um olhar para a Lagoa do Juá.

4.2 Histórias e Estórias de Lagoa do Juá

Lagoa do Juá é uma comunidade da zona rural, faz parte do município de Itapipoca, na região de Vales do Curu e Aracatiaçu, no Ceará, distante 35 quilômetros da cidade-sede. Conforme manual elaborado pelas famílias (2006), foi fundada em 1976. Na época, pertencia ao município de Amontada, também na região, de acordo com informações do manual (2006). No entanto, pelos depoimentos de pessoas com mais experiências de vida da localidade, tais informações estão relacionadas apenas aos processos organizativos. Segundo seu Edmundo Nascimento (entrevista, 2017), que atualmente tem 87 anos, os

primeiros habitantes chegaram ao local bem antes da data estabelecida em documento. “No meu nascimento, talvez tivesse umas cinco ou seis casas”⁴⁰ (Edmundo, entrevista, 2017).

Lagoa do Juá é habitada atualmente por cerca de 180 famílias⁴¹. Vive da agricultura, com a produção de feijão, milho, mandioca, entre outras culturas, como a carnaúba. Prioriza uma alimentação saudável para as famílias, conforme estabelece o documento da comunidade (2006). Nessa perspectiva, as famílias trabalham com hortaliças, criação de galinhas e outros pequenos animais, além de remédios, sabão e xampus caseiros, como é apresentado em documento (2006).

Além de viverem da agricultura, muitos moradores são professores, outros pedreiros e outros vivem de trabalhos manuais, como o beneficiamento da palha da carnaúba⁴². Esta cultura, segundo Maria Irismar Vieira Linhares, 60 anos (entrevista, 2017), possibilita que as pessoas trabalhem durante quase todo o período do ano, pois, quando passa o inverno, geralmente no mês de julho, começa a colheita da palha da carnaúba, que, entre outros objetos, permite confeccionar vassouras, bolsas, chapéus, esteiras e urus (um tipo bolsa grande comprida, para apanhar feijão) e se estende por todo o segundo semestre. As pessoas que não trabalham com a carnaúba nem como pedreiro ou professor fazem carvão, de forma que quase todos da comunidade desenvolvem atividades.

Desde a sua constituição, as famílias da comunidade Lagoa do Juá lutam pelo desenvolvimento local. Como estratégias de fortalecimento, criaram bancos de sementes, intercâmbios entre outras comunidades, Associação dos Pequenos Agricultores, Rede de Agricultores Agroecológicos, entre outras coisas.

Quanto à origem do nome, tudo indica que surgiu do próprio contexto. Próximo à localidade existe uma comunidade que se chama Juá. Já Lagoa do Juá dispõe de bastantes juazeiros e uma grande lagoa, que, conforme as informações dos moradores, pode ter influenciado na escolha do nome. Seu Edmundo Nascimento (entrevista, 2017), inicialmente, descarta essa ideia quando afirma que os primeiros habitantes chegaram à localidade, olharam o seu entorno e deram o nome, no entanto, posteriormente, ao se relacionar as características locais, fortalece-se a hipótese da origem do nome citado por outros moradores.

No tempo em que eu me arrancava trabalhando... Que andava por Brasília, por todo canto, Fortaleza... Lagoa do Juá... Muita gente me perguntava, até o médico, me

⁴⁰ Edmundo Nascimento. **Comunidade Lagoa do Juá**. Entrevista concedida a Rosa Nascimento. Lagoa do Juá. Abril de 2017.

⁴¹ Maria Irismar Vieira Linhares. **Comunidade Lagoa do Juá**. Entrevista concedida a Rosa Nascimento. Lagoa do Juá. Abril de 2017.

⁴² Idem

perguntava: ‘Seu Edmundo me diz uma coisa: é porque tem muito juá?’ Eu dizia: ‘É não, é ditado dos mais velhos... Aqui acolá tem um pezinho de juazeiro, mas não é porque é cercado de madeira só de juá não’... Tem a lagoa que é bem aí, aí o velho que se situou aqui disse: ‘Aqui é bom’, aí botou o nome de Lagoa do Juá, porque tinha a lagoa, uns poucos de juá ao redor, aí botaram lagoa do juá e morre por Lagoa do Juá. Você não sabe que o povo né quem faz as leis? Do jeito que eles entenderem de fazer as leis naquilo fica, né? (Edmundo Nascimento, entrevista, 2017).

Assim como seu Edmundo Nascimento, outras pessoas também relacionam o nome às características locais. Seu Lucas Vieira Linhares, de 83 anos (entrevista, 2017), afirma que a lagoa, assim como os juazeiros, influenciou na escolha do nome da comunidade. “Parece que era um juazeiro, aí por causa do juazeiro colocaram o nome de Lagoa do Juá”⁴³. Quanto à sua constituição, seu Lucas Vieira (entrevista, 2017) lista os primeiros moradores. “Era pouca gente. Tinha meu avô; dos mais velhos, era só meu avô mesmo, aí foi crescendo... Eu fiquei como neto, sabe? Aí começou de lá pra cá”⁴⁴. Dessa forma, segundo os primeiros habitantes, a comunidade é formada por duas famílias, “João Maranguape e Chico Vieira. O Vieira é da família da Mazinha, e aqui desse travessão até o sobradinho tudo é família só Maranguape”⁴⁵, atesta Edmundo Nascimento (entrevista, 2017), indicando que existe a família de Mazinha (agente da experiência sistematizada) e a sua família. Seu Edmundo Nascimento disse ainda que a localidade se divide em duas partes, a de cima e a de baixo.

Lagoa do Juá, na sua dinamicidade estrutural e ambiental, também tem seus altos e baixos. A participação em uma reunião realizada pela Cáritas Diocesana de Itapipoca⁴⁶, durante uma tarde de quinta-feira do mês de dezembro de 2017, aproximou-me um pouco mais dessa realidade. No primeiro momento, as pessoas que ali estavam foram convidadas a fazer um paralelo da história da comunidade de dez anos para a contemporaneidade com as seguintes questões: como era a comunidade há 10 anos e como é hoje.

As respostas dos grupos foram bastante convergentes e, de acordo com eles, há dez anos a comunidade vivia outro contexto, com “reuniões familiares; momentos culturais; não era tão quente; a água era mais fácil; [havia] menos desmatamento próximo aos córregos e rios; menos lixo; mais pássaros; mais mata e vegetação e menos incentivos aos agricultores”, como pode ser observado na primeira parte da figura 13.

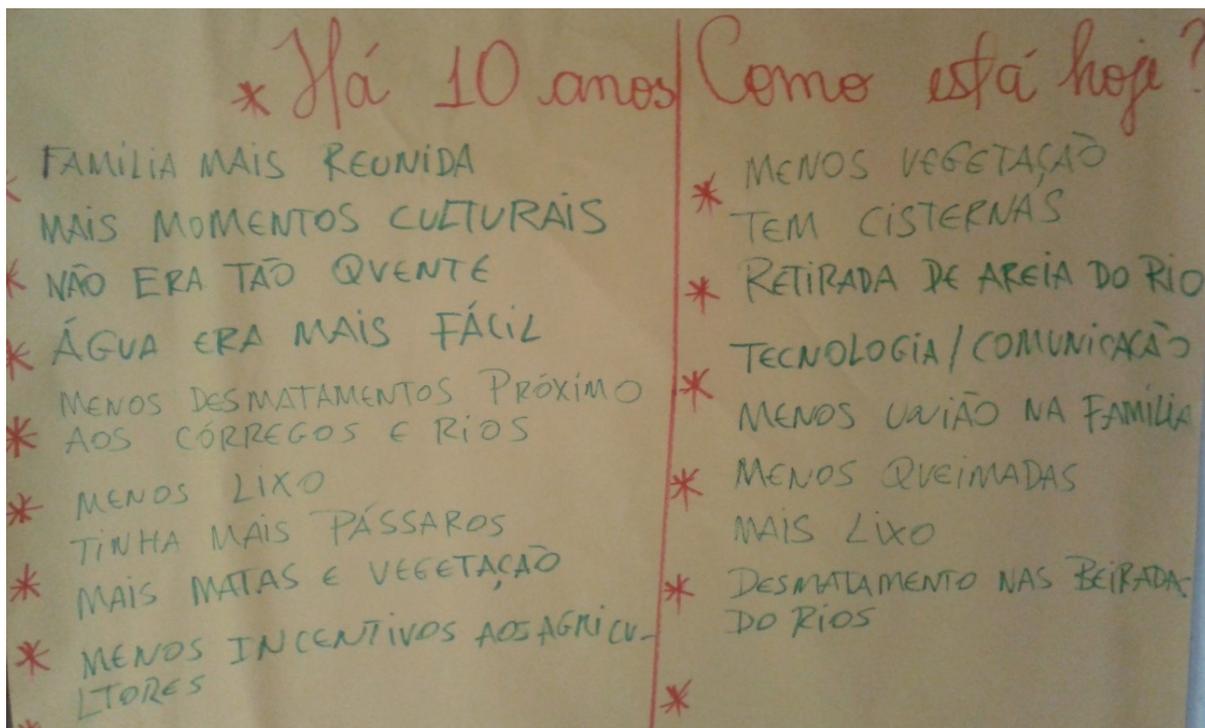
⁴³ Lucas Vieira Linhares. **Comunidade Lagoa do Juá**. Entrevista concedida a Rosa Nascimento. Lagoa do Juá. Abril de 2017.

⁴⁴ Idem

⁴⁵ Idem

⁴⁶ A Cáritas é um organismo da Igreja Católica que atua na defesa dos direitos humanos, pautada nas lutas pelo desenvolvimento sustentável e solidário. Informações disponíveis em: <<http://caritas.org.br/>>. Acesso em: 03 de maio de 2018.

Figura 13 – Folha com respostas do trabalho em grupo



Fonte: elaborada pelos grupos de trabalho

Transcrição

Há 10 anos:

Família mais reunida; mais momentos culturais; água era mais fácil; menos desmatamentos próximos aos córregos; menos lixo; tinha mais pássaros; mais matas e vegetação; menos incentivos aos agricultores.

Como está hoje?

Menos vegetação; tem cisterna; retirada de areia do rio; tecnologia/comunicação; menos união na família; menos queimadas; mais lixo; desmatamentos nas beiradas dos rios.

Pelo que foi apresentado na segunda questão, no contexto atual em que vive a comunidade, há outra percepção de vida, tanto no sentido positivo quanto negativo. Como benefícios, listaram: cisternas; tecnologia e comunicação; e menos queimadas. Foram vistas como negativas a retirada de areia do rio; a quantidade menor de vegetação; a situação de menos união na família; a maior quantidade de lixo e desmatamento no entorno dos rios, como é exposto na segunda parte da figura apresentada.

Diante do que a comunidade discutiu na reunião, Lagoa do Juá viveu tempos de bonança em relação à água dos rios e córregos, bem como ao privilégio de conviver com espécies variadas de pássaros e o aconchego da família, que se reunia mais para os almoços e a contação de histórias. Por outro lado, reconhece que muita coisa boa aconteceu, como o uso dos meios de comunicação, com a TV e a internet; as tecnologias de armazenamento de água; a facilidade de estudar; o incentivo do governo à agricultura, entre outros. Contudo, acreditam que ainda se precisa lutar muito para que as coisas continuem melhorando. Destacam como conquistas a participação e o empenho de todos e todas em atividades comunitárias e a

parceria entre as instituições que atuam na comunidade, como o Centro de Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (Cetra⁴⁷) e a Cáritas Diocesana de Itapipoca.

Pelo que é apresentado, Lagoa do Juá, assim como tantas outras comunidades rurais, tem sua forma organizativa pautada em atividades oriundas das características locais e regionais, porém, na sua peculiaridade, as coisas acontecem de modo singular, de forma que se fortalecem a caminhada e a luta do povo que sempre busca melhorias.

Pelos compartilhamentos dos moradores e moradoras de Lagoa do Juá, durante as visitas às famílias, bem como nos momentos festivos e de reuniões na localidade, percebe-se que há muito que se contar sobre a comunidade e que, certamente, precisaríamos de um capítulo inteiro para isso. Contudo, fizemos escolhas e trazemos aqui nesta pesquisa alguns pontos, como “a mística da água”; “os encantos”; “a religião em Lagoa do Juá”; “as trocas entre as comunidades vizinhas”; “a vida cotidiana” e “os conflitos”, que consideramos relevantes para situar o leitor no contexto em que circula o Candeeiro, objeto pesquisado.

4.2.1 Os encantos de Lagoa do Juá: o tanque de pedra e a pedra do letreiro

A imersão em Lagoa do Juá me deu a oportunidade de escutar e acompanhar vários acontecimentos da comunidade. Histórias e vivências locais constantemente ganhavam forma e sentido ao serem, pelos moradores e moradoras, manifestadas. No entanto, duas delas, que, de certa forma, envolvem mitos e verdades, podem ser classificadas como as que mais repercutiram em toda a trajetória. Uma se refere a um tanque de pedra ou caldeirão, a outra diz respeito a uma pedra, que a população local define como encantada.

Na minha compreensão como pesquisadora, o primeiro dia em Lagoa do Juá seria apenas para estabelecer uma relação com as famílias que possivelmente me acolheriam, como foi orientado pelo Cetra, instituição que me apresentou à comunidade. De todo modo, ao me deslocar até a localidade, estava aberta para as surpresas que ocasionalmente poderiam acontecer. Mas me surpreendi até com as possibilidades da primeira visita.

Maria Irismar Vieira Linhares, conhecida por Mazinha, que, cumprindo o seu ofício de agente comunitária de saúde, saía para visitar as famílias, convidou-me para acompanhá-la. Aquele dia era de chuva, mas quente, ao mesmo tempo, e a minha disposição para caminhar não era das melhores, mas, mesmo assim, me dispus a ir. E, se eu tivesse ainda

⁴⁷ O Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra) é uma entidade da sociedade civil que integra a rede ASA. Trabalha com agricultores e agricultoras, crianças, jovens e mulheres as ações de convivência com o Semiárido. Informações disponíveis em: <<http://www.cetra.org.br/index.php/pt-BR/institucional/historico>>. Acesso em: 36 de agosto de 2017.

alguma dúvida quanto ao campo de pesquisa, aquele dia teria sido determinante para me firmar ali.

Visitamos em torno de quinze famílias. Em todas as casas aonde chegávamos eu era apresentada e a pesquisa logo passava a ser um dos pontos de discussão da visita, mesmo que de forma cautelosa. Senti como se estivesse em casa. As pessoas me acolhiam como se já me conhecessem de outras trajetórias. Nessa primeira visita, escutei muitas histórias, inclusive dos encantos. Depois das visitas, fui com Maria Irismar Vieira Linhares almoçar na casa de Dona Maria Lúcia Vieira de Andrade. À tarde, visitamos Maria Dalva do Nascimento, conhecida como Dalvinha, de 66 anos, agricultora e professora aposentada, que tem sua experiência sistematizada no Candeeiro. Entre as muitas histórias que Dalvinha contou, o caso do tanque de pedras ganhou maior reverência.

É importante mencionar que, de acordo com a ASA (Articulação Semiárido Brasileiro), o tanque de pedra ou caldeirão “é uma tecnologia comum em áreas de serra ou onde existem lajedos, que funciona como área de captação da água de chuva. São fendas largas, barrocas ou buracos naturais, normalmente de granito”⁴⁸, como pode ser observado na figura seguinte.

Figura 14 – O tanque de pedra de Lagoa do Juá



Fonte: a autora.

⁴⁸ Informações disponíveis em <<http://www.asabrasil.org.br/acoefs/p1-2>>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

De acordo com a imagem apresentada, o tanque de pedra de Lagoa do Juá carrega as mesmas características apresentadas pela ASA, muito embora os sentidos para o povo da localidade sejam outros.

Retomando a memória da primeira conversa com Maria Dalva do Nascimento, é importante mencionar que, quando me apresentei e falei da pesquisa, Dalvinha deu um sorriso e disse que ficava feliz por ter alguém interessado na comunidade. Contou sobre outras pessoas que de vez em quando apareciam por lá para ver o tanque. Eu a indaguei: o tanque? Ela disse: “Sim, aqui tem um tanque de pedra”, e logo foi dando as características. Percebi naquele momento que se tratava de algo importante para a comunidade. Ela continuou contando a história:

Aqui na Lagoa do Juá tem muita coisa bonita que as pessoas não valorizam. Tem tanques de pedras, fendas de pedras, ossos de animais de 5 mil anos guardados, tudo isso, mas as pessoas não valorizam. Vem gente de fora fazer entrevista, olhar e tudo. Pessoas que vão estudar vêm fazer experiências nos tanques de pedra... (Maria Dalva do Nascimento, entrevista, 2017).

Fiquei refletindo sobre o que significava o tanque de pedra para Lagoa do Juá, mas, no primeiro momento, eram apenas reflexões mesmo, porque somente depois, com a visita ao local, bem como o depoimento da família vizinha, compreendi mais claramente a mística em torno da tecnologia, mas isso aconteceu bem mais adiante, porque outras questões pareciam mais urgentes de aprofundar no início da pesquisa.

Das partilhas das experiências vivenciadas, foi possível constatar que Lagoa do Juá, assim como tantas outras comunidades, passou por grandes desafios relacionados à falta de água e que estes poderiam ser os motivos de tanta relevância dada ao tanque e, então, ao perceber que se tratava de uma tecnologia de acúmulo de água, que beneficiou a comunidade em outros momentos de falta de recursos hídricos no local, minha hipótese foi sendo confirmada, na mesma medida em que outras tantas foram surgindo, e então eu quis saber mais sobre aquele encanto, de modo que, nas visitas seguintes, em algumas casas onde eu entrava eu perguntava sobre a obra, para minha surpresa, todas as pessoas falaram do tanque – senão da mesma forma, pelo menos com o mesmo entusiasmo.

Posteriormente, tive a oportunidade de conhecer o local, quando, em uma manhã de novembro de 2017, Maria Irismar Vieira Linhares me acompanhou até a casa de Dona Maria Meire Severiano de Andrade, 55 anos, onde fica o tanque. De longe avistei uma área ampla. Uma casa, uma cisterna, uma plantação de frutíferas e uma pedra enorme compunham

o cenário. No topo da pedra, uma árvore de aspecto seco, de caule esbranquiçado e de frutos vermelhos enfeitava o local. A obra da natureza se adequava perfeitamente ao ambiente. Fiquei maravilhada com a paisagem que avistava. Ao chegar a casa, depois de me apresentar e contextualizar a visita, dirigi-me àquela arte acompanhada por Dona Maria Meire Severiano de Andrade, para ver de perto aquela arte. Distraí-me um pouco colhendo sementes e logo me voltei para o tanque. Tudo era muito lindo, o tanque, a árvore, a casa em meio ao cenário, mas a história que por Maria Meire era contada tocava mais profundamente o coração.

Maria Meire Severiano de Andrade (entrevista, 2017) disse-me que chegaram ao local havia uns trinta anos. Tudo era cercado de mato. Disse também que o tanque era mais raso e que aos poucos foi sendo aprofundado, à medida que a necessidade de água aumentava. “Quando a gente não tinha cisterna, bebia água daí... Era o jeito... A gente não tinha outra água... Tinha tempo aí que nós cavávamos a cacimba e a água era bem azulzinha” (Maria Meire Severiano de Andrade, entrevista, 2017).

Maria Meire contou-me também outros fatos acerca da especulação do tanque que já haviam sido tratados por outras pessoas. De acordo com a agricultora, o tanque tornou-se um objeto de especulação e pesquisa. É visitado e explorado por muitas pessoas da redondeza e até de Fortaleza.

Contudo, pelo que Maria Meire Severiano de Andrade (entrevista, 2017) comenta, o interesse pela obra da natureza aumentou quando descobriram que as suas entranhas eram constituídas de ossos. Essa magnitude foi sendo descoberta na medida em que escavavam cacimbas para acumular mais a produção de água.

Este tanque ele era desprezado, ninguém ligava. Era tudo sujo véi, cheio de mato, aí nós chegamos aqui e começamos zelar ele, né. Aí começamos cavar. Quando secava, cavava, e aí foi achando os ossos... Aí a gente cavava as cacimbas e ajuntava os ossos e botava aí em cima do serrote, aí chegava gente e ia olhar e se admirava... E essa história saiu pra todo lugar... Eu sei que vinha gente de Fortaleza, aí levava um osso... Até em São Paulo sabem deste tanque que tem aí, esses ossos, né... (Maria Meire Severiano de Andrade, entrevista, 2017).

Ou seja, o tanque de pedra, que era visto, inicialmente, apenas como um reservatório de água, passou a ser um objeto de pesquisa, esta de caráter arqueológico. A partir desse depoimento, entende-se que o que para as pessoas locais parecia não ter muito valor, embora elas tivessem curiosidade, para as pessoas de fora, tornara-se uma fonte de busca pela descoberta da presença de restos esqueléticos no local, mesmo que existentes há milhões de anos, o que despertou interesse nas pessoas das redondezas.

Veio um pessoal da Itapipoca, vieram olhar aí dentro, aí passou uns tempo, aí, quando dei fé, vieram de muda, quase de muda, passava o dia todinho trabalhando... Um bocado de Fortaleza e outro da Itapipoca, aí passava o dia cavando e voltava no mesmo dia, mas eles ficavam em Itapipoca, no outro dia de manhã chegava de novo (Maria Meire Severiano de Andrade, entrevista, 2017).

A fala de Maria Meire ressalta que o tanque que outrora serviu para armazenamento de água agora ganha novo sentido, sendo visto inclusive como atração para as pessoas que acreditam em outras vidas no planeta. Os restos mortais parecem servir de alusão a isso. “Tem muito pedaço de osso aí dentro... Aquelas cacimbas têm... Assim, as paredes das cacimbas só são ossos, eles não cavaram todo, não. Ninguém sabe o que tem no fim, porque não cavaram até o fim”⁴⁹ (Maria Meire Severiano de Andrade, entrevista, 2017).

As pessoas que compartilharam dessa história, além de demonstrarem um entusiasmo peculiar às descobertas de habitat do planeta, deixaram também fluir no olhar e na expressão outros sentimentos que certamente não conseguiríamos descrever. Outras histórias na mesma medida ganharam forma, e trazemos, então, para esta pesquisa, a pedra escrita, outro encanto de Lagoa do Juá. O monumento é apresentado na figura 15.

Figura 15 – A pedra escrita



Fonte: a autora

⁴⁹ Maria Meire Severiano de Andrade. Tanque de Pedra. Comunidade Lagoa do Juá. (Entrevista, 2017).

Como é possível perceber, aparentemente, trata-se de uma pedra comum, como qualquer outra, poderíamos assim definir. Um agregado sólido, calçado por rochas menores, em meio à vegetação caatinga. Se eu tivesse encontrado essa pedra em uma circunstância diferente, era assim que a definiria. Mas, ao visitar o local, algo me fazia pensar e até enxergar diferente. Eu não estava diante de qualquer pedra, mas de uma pedra. Aquela que tinha sido intensamente descrita pela maior parte das pessoas com as quais eu tinha tido contato em Lagoa do Juá como uma pedra encantada.

Na segunda visita que fiz à comunidade, em uma conversa com o Seu Edmundo Nascimento (entrevista, 2017), a segunda pessoa mais idosa da comunidade, a pedra ganhou destaque em meio a outros tantos assuntos na ocasião estabelecidos. Era a segunda vez que escutava alguém falar da pedra porque, na primeira visita, ela também havia sido mencionada, mas não com a mesma intensidade, o que talvez tenha inibido a minha sensibilidade para perceber nas entrelinhas o que aquilo representaria.

Seu Edmundo Nascimento (entrevista, 2017) perguntou-me se eu conhecia a pedra. Eu, cuidadosamente, respondi: “Ah, Seu Edmundo, alguém me falou desta pedra, mas me conta como ela é?”. Com um brilho nos olhos e um encanto na alma, pronto e despreziosamente apropriado da história, o senhor agricultor, então, começa a narrar:

Aqui nessa Lagoa do Juá que nós estamos conversando, aqui tem uma pedra encantada, tem, bem aqui na Lagoa, pois é, mas tem vindo gente, ninguém sabe nem da donde, passa de semana arranchado aí no mato, faz de comer e tudo e atrás de quebrarem a pedra e tudo mais, e nunca no mundo desencantaram ela (Edmundo Nascimento, entrevista, 2017).

Nesse trecho, Seu Edmundo Nascimento fala da pedra como um encanto. Pelo que pude observar, as suas palavras, assim como todo o resto do corpo, demonstravam acreditar no que estava sendo pronunciado. E eu, como uma camponesa nordestina nata, de uma comunidade rural, estava igualmente envolvida com a história e queria saber mais. Logo perguntei qual era o encanto, e Seu Edmundo Nascimento emendou:

É porque ela tem um letreiro, obra da natureza, né... Uma pedra, às vezes, é vivo que você diz que escreveram neste instante, outro tempo é mais apagada e, assim, desde o meu nascimento, estou dentro de 87 anos de idade e a pedra do letreiro tá lá... Desde pequeno, minha mãe me mostrando e nem aumenta e nem diminui. E se bate foto de gente pra São Paulo, pra Brasília e pra tudo. A mamãe cansou de dizer que, quando estava batendo roupa aí nas pedras do tanque, aí meio-dia em ponto, aí despejava um saco de moeda em cima das pedras trinque, ela olhava pro lado e outro, nada, às vezes passava um tejo amarelo andando, andando, aí se metia debaixo da pedra, ninguém sabe. Cantava galo, meu irmão viu um galo cantando em cima da pedra de madrugada, quando foi olhar, nada, aí diz que tem essa pedra encantada, né... chama-se a pedra do letreiro, tem foto do Brasil todinho dela aqui, mas não teve ninguém no mundo que descobrisse (Edmundo Nascimento, entrevista, 2017).

A pedra do letreiro, como Seu Edmundo a descreve, é cheia de mistérios. Barulho de moedas, cantigas e presença de animais, segundo os moradores, a caracterizam como encantada. Pelo que Seu Edmundo Nascimento a apresenta, tem o letreiro como sinal. Isso confunde a todos, desde os mais simples até as pessoas consideradas sábias.

As letras bem vermelhas, grandes, as letras grandes, não é letrinha velha miúda assim não, é letra grande. Agora ninguém sabe se é encanto mesmo dos índios, se é obra da natureza, ninguém sabe... Os sabidos que vêm não sabem descobrir o que significa esse letreiro dessa pedra, e vai o mundo se acabar e ela fica aí do mesmo jeito (Edmundo Nascimento, entrevista, 2017).

Para além do que Seu Edmundo Nascimento denomina de encanto, a pedra representa também um espaço das relações das pessoas locais. Mergulhar nessa história é uma vala aberta para aprofundar questões culturais que para a pesquisa etnográfica são indispensáveis, como atesta Malinowski (1984). No intuito de fortalecer o diálogo, perguntei sua aproximação com o místico e se causava medo às pessoas.

[...] as pessoas não tem medo, não. Um dia eu subi foi em cima dela, fiquei lá em cima, lá me deu um medinho, assim, porque tinha um pau branco cobrindo a pedra, em cima e aí tinha um pau que dava um caibro, caibro de casa, sabe? Aí eu fui subindo, me encostei numa altura e o pau era deitado lá em cima da pedra, aí subi nos mofumbos, até que cheguei lá, aí parei lá, o caibro desceu, aí eu fiquei ali, fiquei assim arrepiado, um bom pedacinho ali, aí desci e vim embora (Edmundo Nascimento, entrevista, 2017).

Guiado pela curiosidade, seu Edmundo Nascimento se aproximou da pedra e sentiu emoção. Ele não relatou outros casos de pessoas que tenham a mesma relação com o local, ou sentimentos parecidos com o seu quanto ao significado da pedra. No entanto, em uma comunidade interiorana, em que as pessoas têm crenças bem peculiares, não é difícil relacionar os casos. Inclusive, pelo que Seu Edmundo Nascimento (entrevista, 2017) apresenta, há certa ilusão de que a pedra esconde um grande tesouro, pois, na sua fala, ele deixa escapar o seu desejo de encontrar moedas de ouro. “Depois eu cheguei uma vez e disse pra pedra ‘ah, tá bom de me dar essa riqueza pra eu não trabalhar’. Também não me respondeu ninguém” (Edmundo Nascimento, entrevista, 2017).

Ainda conforme a fala de Seu Edmundo (entrevista, 2017), a pedra tem sido vista como um encanto porque tem um letreiro que aparece vivo mais durante o período chuvoso, vai se desfazendo e chega a ser invisível aos olhos das pessoas no período de seca.

Como eram muitas famílias a serem visitadas e, pelo fato de a pedra estar localizada um pouco distante do centro de Lagoa do Juá, fui conhecê-la somente no segundo semestre de 2017. Era em uma tardinha do mês de outubro quando fui ao local. Olhei bem a pedra e o que tinha no seu entorno. Observei uma linha esbranquiçada bem no meio, como se tivesse sido riscada, como é possível conferir na imagem, mas o letreiro eu não vi. Também não descobri o seu encanto. De todo modo, a pedra existe, compõe o cenário da represa da lagoa e faz parte das histórias de encantos do seu povo.

4.2.2 A mística da água: cuidados e afetos

Pesquisas e matérias publicadas em *sites* e jornais, como, por exemplo, uma reportagem de 5 de agosto de 2017, do Diário do Nordeste, comprovam que as comunidades rurais do semiárido brasileiro enfrentam dificuldades de acesso à água em algum período do ano, mas especificamente aqui no Ceará esse desafio ocorre geralmente entre os meses de agosto e dezembro. A falta de água na região afeta principalmente os animais. Com as tecnologias de armazenamento e o bom gerenciamento desse recurso, as famílias conseguem atravessar essa temporada sem a ausência dele para beber.

Assim como outras localidades da região, Lagoa do Juá tem todas as características semiáridas e poderia passar pelas mesmas necessidades quanto aos recursos hídricos. No entanto, as famílias têm driblado essa realidade. Contudo, pelo que é apresentado pelas pessoas, nada aconteceu por acaso, mas a partir de uma trajetória de lutas, desafios e conquistas. De acordo com o compartilhamento de suas experiências, a comunidade, que, no início de sua consolidação, dispunha de rios e lagos, também vivenciou momentos críticos com a falta de água, tendo que buscar bem distante. “Primeiro, a gente pegava água com o jumento, depois ia de bicicleta”⁵⁰. Com a cisterna de 16 mil litros de água para beber e cozinhar, bem como a cisterna de 52 mil litros, conhecida como segunda água, para produzir alimentos e os processos formativos, esse desafio tem sido superado, conforme os depoimentos das famílias.

A superação da falta de água em Lagoa do Juá pode estar relacionada também ao cuidado que se tem com esse recurso. As cisternas preservadas, assim como a lagoa, que mesmo seca devido à escassez de chuvas durante o ano de 2017 mantém-se limpa e cuidada,

⁵⁰ Ibidem

bem como o armazenamento de água em garrafas de plástico são ações que fortalecem a mística e a relação afetiva do povo com a água.

Todas as famílias da localidade dispõem de uma cisterna de 16 mil litros de água para beber e realizar as atividades domésticas, conforme a figura 16. Parte das famílias dispõe da cisterna de 52 mil litros de água para outras atividades, como o cultivo de hortaliças, frutíferas e dá de beber aos pequenos animais. Outras guardam água em garrafas, e a maioria das que foram entrevistadas busca água na lagoa durante o período de inverno, de modo que elas economizam a água que guardam nos reservatórios e dispõem dos recursos durante todo o período do ano para beber. O tanque de pedra também tem sido uma fonte de água para as labutas de casa e para dar de beber aos animais.

Figura 16 – A cisterna de 16 mil litros de água no entorno da casa



Fonte: a autora

É importante ainda ressaltar que a água da cisterna de 16 mil litros é utilizada apenas para beber e cozinhar. Em todas as famílias que visitei, essa prática é bastante adotada. Outra observação relevante se refere à preservação desse bem. Mesmo em um período de grande escassez de chuva como foi 2017, no mês de dezembro, a maioria das cisternas desse poste estava acima da metade. “É assim. A gente tem a cisterna pequena e a grande e ainda guarda água nas garrafas. Enquanto tem água na lagoa, a gente apanha de lá. Quando seca é que vamos usar a água que guardamos, que é pra não faltar, por isso não falta” (Maria Irismar Vieira Linhares, entrevista, 2017).

Assim como Maria Irismar, outras famílias também demonstram compreender que, quanto mais puderem economizar a água que têm em casa para suprir as necessidades em período de estiagem, melhor. Para isso, elas deixam os reservatórios fechados e utilizam a água de outras fontes.

Diante dessa constatação, entende-se, por um lado, que há um nível de consciência significativo em relação à importância da água na localidade. Por outro lado, percebe-se que entenderam que a água de beber é sagrada e que, portanto, deve ser guardada com cuidado.

A construção dessa ideia pode estar relacionada à falta do recurso durante certo período do ano, em outro contexto, como também aos processos organizativos e de formação, que acontece desde a participação em oficinas de Gerenciamento de Água (GRH) e Sistema Simplificado de Manejo para Irrigação (SSMI) que os programas implementados na comunidade possibilitam, passando pelas reuniões comunitárias até a troca de experiências com outras comunidades, conforme depoimento das famílias. “Quando a gente começou a ir para as reuniões lá de baixo, a Mazinha sempre falava, né... Que as pessoas guardassem água nas garrafas para quando tivesse uma planta aí aguar o tronco dela... (Maria Lucilda Diniz, entrevista, 2017).

O depoimento de Maria Lucilda Diniz (entrevista, 2017), 54 anos, dialoga com as diversas práticas de estocagem de água, bem como com os modos de utilização desse recurso que podem fazer a diferença em uma região semiárida como a nossa e que têm sido a principal bandeira de luta de Lagoa do Juá, conforme os depoimentos de agricultores e agricultoras.

Se voltarmos um pouco à discussão do tanque de pedras, vamos perceber que mesmo o fato de suas entranhas serem constituídas de ossos e despertarem nas famílias certa curiosidade, a preservação e o cuidado com o local – que, mesmo em meio à vegetação e em período de seca como é novembro, mantém-se conservado e com água – causam admiração e um entendimento da importância deste para as famílias.

De modo geral, as famílias da comunidade Lagoa do Juá, no seu modo simples de ser, vivem a mais bela relação de amor com a água, que pode ser observada em suas ações do dia a dia. A aproximação, o cuidado com os reservatórios e a utilização do recurso têm impactado positivamente sua vivência na localidade. Um exemplo disso é a lagoa, que, mesmo em um período de longa estiagem como foram os últimos seis anos, continua limpa e conservada. O reservatório, mesmo seco, causa admiração e encanto. Mesmo não dispondo de água, o espaço é belo e transmite uma sensação de tranquilidade e esperança. A forma como

as pessoas mencionam o reservatório, bem como os seus aspectos físicos, como pode ser observado na figura 17, faz-nos perceber o sentido do nome Lagoa do Juá e o porquê de toda a mística em torno da água.

Figura 17 – A lagoa



Fonte: A autora.

A lagoa apresentada na imagem está localizada ao nascente, na parte de baixo da comunidade, bem atrás das casas. Caracteriza-se pelo espaço amplo e com formato de concha. No seu entorno, uma mata de carnaúba dá um tom de embelezamento. Ao meio, pedras em vários formatos ambientam o local, enquanto o solo rachado evidencia o longo período de estiagem na região.

Todo ano a lagoa seca. Ela é rasa, ela é até grande, mas deixa que ela é rasa, aí seca. Quando os invernos são bons, ela vai secar lá pra dezembro, janeiro, mas o inverno com esses anos que tá, com seis a sete anos mais escasso, quando é setembro, como agora, seca. Quando começa a secar, começa a ficar salgada e o povo não lava mais roupa (Edmundo Nascimento, entrevista, 2017).

Mesmo com uma extensão bastante grande, a lagoa não tem capacidade para guardar água por mais de um ano. E as chuvas dos últimos seis anos não foram suficientes para enchê-la, de modo que no mês de outubro já não tinha mais água, o que acentuou mais ainda a situação da falta d'água. Mas, mesmo assim, ela guarda suas alegorias, sendo cultuada pelas pessoas da comunidade.

Observa-se, com isso, a relação de afeto que a comunidade Lagoa do Juá desenvolveu com a água. O tanque de pedra, as cisternas, as garrafas de plástico e a lagoa são

os ambientes reservados para guardar esse recurso que marca a vida das pessoas como um bem inseparável. A água, assim, representa um bem supremo e uma necessidade da alma.

Como se pode perceber, a mística e a realidade fazem parte das histórias e estórias contadas no cotidiano de Lagoa do Juá. É nesse contexto que analisamos a sistematização de experiências do Candeeiro. Nossa intenção, ao apresentar esse contexto, é situar o cenário cultural e histórico no qual os usos e apropriações das experiências e a circulação do Candeeiro se dão.

4.2.3 A vida em uma dinâmica circular: dos jogos de futebol aos almoços em família e a colheita da palha da carnaúba, em Lagoa do Juá

Se fôssemos descrever o cotidiano de Lagoa do Juá, sem pausa, ponto ou vírgula, criaríamos uma biblioteca. Cada gesto, cada palavra e cada passo revelaria uma história, e no conjunto de vivências e ações completaríamos um hino. Falar dessa comunidade é trazer na lembrança os olhares, sorrisos e a entonação da vida em simples acontecimentos. E é nessa perspectiva que trago aqui nesta pesquisa o cotidiano desse lugar, observado desde os momentos recreativos como os jogos de futebol até as atividades agrícolas e artesanais, como a colheita e o beneficiamento da palha da carnaúba.

Nesse período em que estive em Lagoa do Juá pude acompanhar várias atividades locais. Uma delas é o futebol. Logo quando cheguei à comunidade, nas primeiras visitas, fiquei sabendo da paixão pelo esporte pelos varais de fardas dos times da localidade e pelas falas sobre os torneios envolvendo outras comunidades vizinhas. Perguntei a uma das moradoras que reside próximo à casa de dona Lídia, onde eu costumava ficar, sobre o esporte, e ela me contou que o jogo de futebol é uma prática dos homens da localidade e que, inclusive, o seu esposo é técnico de um time.

Passei a observar quais os dias e momentos em que eles jogavam. Um dia à tardinha, quando eu ia da casa de Dona Lídia para a casa de Dalva, avistei um grupo de pessoas em meio a um campo e o barulho da bola. Parei e perguntei do que se tratava. A dona da casa me disse que ali era o campo de futebol onde os homens se reuniam para jogar. No entorno da casa havia muitas motos paradas. Fiquei ali conversando um pouco sobre a família, que prontamente me convidou para sentar, e sobre a comunidade. Depois de uma meia hora, já entrando pela noite, os homens foram chegando, pegando suas motos e saindo.

Depois desse dia, percebi que o futebol era uma atividade importante para a comunidade. De vez em quando via gente passando para jogar. Pessoas da comunidade e

outras localidades vizinhas se juntavam ali naquele espaço. Certo dia me surpreendi ao perceber que a atividade não era apenas dos homens, quando, em uma manhã de quinta-feira, acompanhei a prática esportiva das crianças e dos adolescentes em uma aula de campo da escola local. Meninas e meninos brincavam juntos, enquanto professores e professoras os acompanhavam. Perguntei se aquela era uma atividade isolada e as mulheres que olhavam de suas casas afirmaram que sempre acontecia de a escola promover momentos de trocas com escolas de outras localidades vizinhas.

Aproximei-me de uma das meninas que, na ocasião, bebiam água na casa em que eu estava e dialoguei sobre o esporte. De forma espontânea, a adolescente compartilhou comigo o seu interesse pelo futebol e disse que pertencia a uma comunidade vizinha e que estava ali com o seu time para jogar.

Em outros momentos, observei que os jogos ocorriam também em outras localidades vizinhas e que homens e crianças se deslocavam da comunidade para essa troca esportiva. Em uma tarde de domingo, o terreiro de Dona Maria Lídia Vieira de Andrade serviu de cenário para a passagem das pessoas fardadas que se deslocavam para jogar em Juá.

Outro ponto de encontro em Lagoa do Juá é a seresta. Fiquei sabendo da paixão pela festa em uma das visitas quando perguntei qual era o meio de entretenimento local e me disseram que eram as serestas aos finais de semana. Eu queria saber mais sobre essa forma de diversão até que, durante uma visita, esbarrei-me com o seresteiro. Ele estava na casa de sua sogra, a Dona Sebastiana do Nascimento, de 74 anos, que mora do lado de baixo da comunidade. Na ocasião, afinava um instrumento e tocava algumas músicas. Cumprimentei a família, disse de onde era e por que estava ali. Conheci a dona da casa e o tocador, que se apresentou como o seresteiro das meninas. Na mesma manhã, convidaram-me para almoçar e, então, pude escutar um pouco mais sobre a música na comunidade.

É importante revelar que tudo o que eu ia descobrindo de Lagoa do Juá me causava admiração e curiosidade. Assim como a história do tanque, da pedra escrita, o caso com a música também me chamou a atenção. Eu queria saber mais sobre as serestas e a participação das pessoas nas festas. No entanto, como a festa ocorria aos finais de semana e eu teria que voltar a Fortaleza na sexta, não seria possível participar nessa visita, mas fiquei na expectativa de que na volta à comunidade eu teria a oportunidade de conhecer um pouco mais dos ambientes em que as pessoas se reuniam para se divertir.

Depois daquele dia em que fiquei sabendo sobre as serestas em Lagoa do Juá, propositalmente planejei uma visita para a sexta-feira. A ideia era passar o final de semana na comunidade e poder ver como se dava a seresta. Quando cheguei à localidade, disseram-me

que a festa aconteceria em uma comunidade vizinha. Convidaram-me para ir e eu até que me animei, mas o cansaço daquele dia de sol quente não me permitiu arrear os pés da casa de Dona Maria Lídia Vieira de Andrade. Deitei em uma rede na varanda e, de longe, acompanhei cada música que era tocada.

Depois daquela noite de frustração por não ter ido à seresta, planejei outra visita em um final de semana, e então, em um dia de domingo, parti sozinha de Paracuru, onde estava comemorando o aniversário de um amigo, para Lagoa do Juá. Gastei em torno de duas horas em um carro. Não foi uma viagem muito boa. Não sei se foi devido ao cansaço ou ao clima quente, mas acabei me perdendo e passei quase 50 km da estrada, rumo a Jericoacoara. Quando me dei conta do distanciamento, voltei, pedi informação a duas pessoas que estavam na estrada sobre a localização da comunidade e mudei de direção. Em vez de seguir para Itapipoca, entrei por uma estrada carroçável que dá acesso à comunidade. Depois de uns 20 minutos, cheguei à localidade. O calor e a fadiga da viagem foram suficientes para agravar uma crise de garganta que rendeu os três dias que passei ali, impossibilitando-me de ir à festa.

Mas, como tudo na vida tem seu tempo, acredito que ainda terei o privilégio de ir às serenatas de Lagoa do Juá. De todo modo, os compartilhamentos das pessoas que frequentam essas festas me dão uma ideia da importância desses eventos para a comunidade e é com essa apropriação que trago essa experiência, entre tantas outras vivenciadas.

Outro costume de Lagoa do Juá é o almoço em família. Todos os dias, Nilda Vieira Linhares, uma das filhas de Dona Lídia, almoça com a matriarca. Inicialmente, pensei que fosse um costume apenas dessa família, pelo fato de mãe e filha serem vizinhas e também por se tratar de uma pessoa idosa como Dona Maria Lídia Vieira de Andrade. Mas essa era apenas uma hipótese, que se desfez quando visitei pela primeira vez a família de Dona Sebastiana do Nascimento, constituída por duas filhas, três filhos e alguns netos. Todos moram no entorno da sua casa.

A primeira casa em que entrei foi a de Dona Sebastiana. Fiquei bastante tempo conversando com a agricultora, seu filho, o genro e uma neta, depois me dirigi para as casas de suas filhas. Na última em que entrei, a de Maria Eguilene do Nascimento, depois de conversar sobre a comunidade e o Candeeiro, percebi que ela tinha pressa em terminar um macarrão e que se comunicava com a irmã para saber se deveria preparar apenas aquele prato. Mostrei-me curiosa para saber do que se tratava e ela me disse que estava se organizando para almoçar com sua mãe e os irmãos. Surpresa, perguntei se o almoço era em comemoração a algum acontecimento. Ela disse que aquilo era um costume da família, que todos os dias se reúne para o almoço. O genro de Dona Sebastiana do Nascimento, o seresteiro das meninas,

como ele se apresentou, já tinha me convidado para almoçar lá e tinha, inclusive, falado de um pato feito para o almoço. Quando Maria Eguilene do Nascimento reforçou o convite, eu não pensei duas vezes. Aceitei.

Eu tinha vários motivos para querer almoçar na casa de Dona Sebastiana – primeiro, porque já eram mais de 11 horas; segundo, porque eu não tinha avisado à Dona Lídia que voltaria para o almoço; terceiro, porque estava com bastante fome; e, quarto, porque eu queria dialogar um pouco mais sobre esse costume da família.

Além das duas filhas de Dona Sebastiana que eu havia visitado, no almoço estavam também outro filho e uma nora da matriarca, de modo que a mesa ficou completa. Puxaram uma cadeira para que eu sentasse e, posteriormente, conduzi-me ao fogão. Fiz o meu prato com feijão, arroz, macarrão e pato, depois voltei para a mesa, onde pude conversar mais com a família.

Muitos assuntos fluíram naquela mesa, entre eles a saúde de Dona Sebastiana, que se recuperava de uma cirurgia; a casa de uma de suas noras, que estava sendo construída; e a batalha de sua neta, que estuda em Itapipoca e sonha em encontrar um emprego. Contudo, a conversa foi muito mais enfática com relação ao almoço coletivo. Senti que aquela prática se tornara importante para a família de Dona Sebastiana.

Descobri, posteriormente, na reunião realizada pela Cáritas Diocesana de Itapipoca, como foi mencionado anteriormente, que essa era uma prática das famílias do local e que tinha sido esquecida. Mas, pelo visto, não tinha se perdido por completo, e o que entre as famílias de Dona Maria Lídia Vieira de Andrade e Dona Sebastiana do Nascimento se tornou uma dinâmica da vida pode ser também um costume de outras famílias. Não fui atrás dessa informação. Entretanto, em uma comunidade que valoriza os encontros como no trabalho com a palha da carnaúba, como tem priorizado a Lagoa do Juá, da qual falaremos mais adiante, possivelmente outras famílias também se encontram para as refeições.

Como foi mencionado na segunda seção deste capítulo, entre as culturas agrícolas e artesanais de Lagoa do Juá, destacam-se a colheita da palha da carnaúba, bem como o seu beneficiamento. A atividade é desenvolvida, geralmente, entre os meses de julho e dezembro, conforme depoimento de Maria Irisneuda Vieira Linhares, conhecida como Neuda, professora aposentada de 56 anos (entrevista, 2017). Ao adentrar a localidade, é possível identificar, pela imensidão da palmeira, que essa cultura se tornou prioritária para a população. Cada família tem em seu espaço uma plantação de carnaúba, como apresenta a figura 18.

Figura 18 – Plantação de carnaúba



Fonte: A autora.

Na primeira visita em Lagoa do Juá, fiquei sabendo da importância da carnaúba para a economia local, mas eu não sabia qual a sua dimensão. Já no segundo semestre de 2017, quando retornei à comunidade, à medida que me aprofundava mais nos costumes locais e modos de vida, percebia a importância da palmeira para a comunidade.

Esta percepção se deu em vários contextos. No segundo período de visita, em uma das casas em que eu entrei, depois de uma longa conversa com a dona da casa, descobri que a filha dela trabalhava com a palha da carnaúba. Na ocasião, a jovem entrou em casa com um avental todo branco de uma espécie de pó. Associei ao trabalho com a palha, que tinha sido comentado no primeiro semestre, por outras famílias. Perguntei se ela trabalhava colhendo palha e ela me disse que não e que a sua atividade era bater a palha para que soltasse o pó, juntamente com a família do seu irmão.

É importante mencionar que, em Lagoa do Juá, a minha aproximação maior foi com as mulheres e que, portanto, minha fala parte muito da perspectiva desse público. Isso não ocorreu propositalmente, mas pelo contexto em que estão inseridas as pessoas da comunidade. Vale ressaltar que a pesquisa foi realizada durante o dia e que este é o horário em que os homens saem para trabalhar, inclusive fora da comunidade. Em algumas casas onde visitei foi relatado que por conta da falta de emprego, muitos homens saem para

trabalhar em outros municípios. Diante desta realidade, as mulheres estão mais presentes. Por conta disso, acabam sendo o personagem que mais aparece na pesquisa. Então, essa relação possibilitou também saber sobre a colheita da carnaúba, muito embora esta fosse uma atividade desenvolvida, em sua maioria, pelos homens, que saem de madrugada para colher a palha.

Mesmo observando que algumas mulheres da localidade se ocupam o dia inteiro com a palha da carnaúba, inicialmente, eu não tinha uma clareza sobre quem se dedicava à atividade, assim como ainda não é possível mensurar quem mais se dedica a ela, considerando que cada um ou cada uma tem sua função, e que cada função tem sua especificidade, de forma que todas se tornam importantes igualmente. O que era repassado é que os homens cortavam a palha e as mulheres se ocupavam em colher o pó e confeccionar artigos artesanais.

Diante do que foi dito, restava procurar estratégias de fortalecimento dessas ideias o máximo que eu pudesse. De todo modo, passei a observar uma movimentação maior dos homens na localidade, que geralmente chegavam de moto em suas casas por volta das 13h ou 14 horas. O que eu não sabia, inicialmente, era a relação daquilo com a colheita da palha da carnaúba, assim como não tinha conhecimento do seu deslocamento, até o dia em que me recolhi cedo para dormir e acordei por volta das 4 horas da manhã e pude acompanhar, do quarto onde estava deitada, o zumbido das motos. O barulho começou por volta das 4 horas e se estendeu até às 5h. Vez ou outra passava uma moto. Às vezes, apenas o barulho ensurdecedor do motor; outras vezes, acompanhado de vozes.

Volto a lembrar que, durante esse período de pesquisa, hospedei-me na casa de Dona Lídia Vieira e que sua residência fica à beira da estrada que dá acesso a outras comunidades da região, como Juá, Betânia e a cidade de Amontada. Essa localização – de certa forma, privilegiada – foi importante nessa trajetória da pesquisa.

Voltando à discussão do deslocamento dos homens para a colheita da palha da carnaúba, percebi que todo dia ele ocorria da mesma forma, sempre no mesmo horário. Já acerca da volta, eu não tinha precisão, pois, geralmente, nesse horário de 13 e 14 horas, que era quando eles chegavam, eu estava visitando famílias do outro lado da Lagoa do Juá.

Em uma tarde quente, saí para visitar as famílias que residem no entorno da casa de Dona Maria Lídia Vieira de Andrade. Como ainda era cedo e o sol estava quente, resolvi parar na casa de um dos seus netos. A dona da casa me ofereceu uma rede e acabei me deitando. Em meio à conversa com a senhora, seu esposo chegou. Estava branco por conta da massa da carnaúba. Nesse dia, tive a oportunidade de saber mais sobre a colheita. O recém-casado me contou como ela ocorria. De acordo com o agricultor, eles saem cedo, levam o

lanche, trabalham cortando a palha e, por volta das 13 horas, retornam à localidade. Pelo que foi comentado, esse trabalho ocorre tanto dentro da comunidade quanto em comunidades vizinhas, conforme as necessidades. Como eu queria saber sobre a renda que a atividade gera para a família, esperei o agricultor sair e perguntei à dona de casa quanto custava a diária. Ela disse que era em torno de R\$ 50 (cinquenta reais).

Em um momento de conversa com Maria Irisneuda Vieira Linhares, uma das filhas de Dona Maria Lídia Vieira de Andrade, perguntei sobre os processos da colheita e do beneficiamento da carnaúba, e ela descreveu as principais atividades da cultura:

Tem o derrubador da palha e tem um aparador que corta os espinhos da palha. Eles estendem a palha, depois que estendem, junta, faz feixe e corta na máquina. Depois de cortada a palha, é tirado o pó... E aí eles vendem o pó para fazer um monte de coisa. No beneficiamento da palha se faz surrão, chapéu, peneira, bolsa e esteira. Já em relação ao pó, aqui mesmo não fica. Eles vendem todo o pó. Tem o pó preto e o pó branco. O pó branco é só dos olhos, que é vendido mais caro. O pó preto é das palhas. É vendido mais barato (Maria Irisneuda Vieira Linhares, entrevista, 2017).

Ou seja, o trabalho com a carnaúba envolve a mão de obra local. Como são atividades distintas, envolve tanto a mão de obra dos homens quanto das mulheres. Da forma como Irisneuda explicou, a colheita é feita pelos homens e a extração do pó e o beneficiamento da palha ficam mais por conta das mulheres. Depois de extraído o pó, a palha é posta em feixe para o beneficiamento, conforme a figura seguinte.

Figura 19 – Feixes de palha de carnaúba



Fonte: A autora.

O trabalho das mulheres na extração do pó da palha da carnaúba se dá de forma coletiva. Elas se juntam em uma determinada casa e desenvolvem a atividade. Quanto ao beneficiamento, como a confecção de objetos artesanais, não acompanhei nenhuma atividade, mas, de acordo com o depoimento de Maria Irisneuda Vieira Linhares (entrevista, 2017) e pelo que foi observado, também é feito pelas mulheres e se concentra mais na confecção de vassouras.

Diante do que foi apresentado, a vida em Lagoa do Juá é tecida de vários fios e certamente de cores variadas. O importante é que ambos podem formar o colorido necessário para viver. Se tivesse que definir as linhas desse tecido, listaria os encontros semanais na capela e em reuniões da Associação de Pequenos Agricultores; as ações e as trocas de conhecimentos e amizades entre outras comunidades, bem com a religião, que movimenta boa parte da população local, como pode ser acompanhado na seção seguinte.

4.2.4 A religião em Lagoa do Juá como espaço de encontros, trocas e diferenças

Como vem sendo discutido e apresentado neste trabalho, existem distintos espaços e ambientes de encontros em Lagoa do Juá, o que fortalece sua cultura e a torna uma comunidade ativa e participativa. Além do futebol, bem como a colheita da carnaúba e os encantos que atraem as pessoas ao seu entorno, a religião tem sido um dos principais espaços de interação.

Pelo que foi vivenciado, é possível perceber que parte das famílias frequenta igrejas evangélicas e outra parte frequenta a Igreja Católica, sendo que esta é frequentada por um número maior de pessoas. Essa informação se baseia na participação das pessoas observada durante os festejos locais, bem como no deslocamento delas para participar das missas em outras comunidades da região, como foi observado ao longo da pesquisa. Isso não significa que as outras igrejas também não tenham seus momentos de encontros e partilhas. Sabemos que sim, inclusive visitei duas famílias que moram ao lado de uma igreja evangélica e elas disseram que se reúnem lá frequentemente. O fato de trazer os acontecimentos da Igreja Católica se explica por ela estar mais relacionada ao que foi possível perceber durante a pesquisa, o que talvez tenha sido favorecido pela aproximação com o local, já que a residência de Maria Lídia Vieira de Andrade é próxima ao templo católico. Não podemos descartar que essa percepção tenha sido, de certa forma, influenciada pelo contexto que me conduziu à pesquisa, como a aproximação do local e com as pessoas que frequentam essa igreja, mas a intenção é trazer aqui o que foi possível observar com maior evidência.

Vale ainda ressaltar que a casa onde eu sempre ficava durante as visitas em Lagoa do Juá fica perto da Igreja Católica, do lado do poente, e do lado do nascente – ou lado de baixo, como é definido pelas pessoas – fica a igreja evangélica. Esse distanciamento geográfico do templo evangélico pode ser um dos motivos pelos quais fiz uma observação maior dos acontecimentos da Igreja Católica, o que não significa que a outra também não realize suas atividades, da mesma forma que não podemos fazer juízo de valor sobre qual das duas é a melhor ou pior, até porque cada uma é boa na medida em que possibilita maior humanização aos seus frequentadores, e isso não cabe a nós julgar. De todo modo, isso não vem ao caso. Citamos apenas para dizer que todas têm suas peculiaridades. As distintas relações com a religião também são importantes para evidenciar a pluralidade e as diferenças da localidade. Aqui as percebemos no campo religioso, mas certamente elas existem também em outras esferas – política, cultural, geracional, entre outras.

Embora a comunidade tenha focado as distintas atividades desenvolvidas na igreja, três delas ganharam maior atenção da nossa parte. Uma se refere aos terços dos homens, outra ao deslocamento das famílias para participar dos novenários de outras comunidades e, por fim, a terceira se refere aos festejos na localidade.

Quando se constrói uma relação por determinado meio, muitas coisas vão sendo estabelecidas. No caso específico da vivência em Lagoa do Juá não foi diferente. À medida que me aproximava das pessoas, ficava mais familiarizada também com os acontecimentos que as envolvia, como é normal acontecer em qualquer situação de vivência, de modo que os compartilhamentos iam se dando naturalmente.

A primeira impressão que tive de Lagoa do Juá é que muitos acontecimentos movem o povo do lugar. Em uma das visitas à localidade, uma movimentação ocorria em torno de uma viagem para uma comunidade vizinha. Perguntei à Dona Maria Lídia Vieira de Andrade do que se tratava e ela me disse que a comunidade estava se organizando para ir a uma novena em Itapipoca, por ocasião dos Festejos de São Francisco. Percebi, pelo olhar e pela forma de falar, que ela também se preparava para ir e que se acanhava em me dizer para que eu não me constrangesse diante da ideia de ir ou ficar. Como eu não estava disposta a sair naquela noite para Itapipoca e não queria atrapalhar os planos de Dona Maria Lídia, comentei sobre o desejo de conhecer um pouco mais as famílias vizinhas e disse para Dona Maria Lídia que ela poderia ir porque eu aproveitaria para visitar naquela noite outras pessoas. Andei um pouco pelo local e parei na casa de Nilda Vieira Linhares, até a hora em que Dona Lídia chegou.

A movimentação para esse evento fortaleceu a ideia que vinha sendo construída acerca dessa interação entre as comunidades. Na noite em que Lagoa do Juá se deslocou para participar dos festejos de Itapipoca, o carro (caminhão adaptado para transporte de passageiro) lotou. Crianças, jovens e idosos se apressavam em ocupar o seu espaço no transporte. Mas esse evento não foi um fato isolado; nos meses que se seguiram, sempre surgia uma festa de padroeiro para a comunidade participar.

Pelas vivências e pelos compartilhamentos dos fatos, os festejos dos padroeiros são eventos que movem a população da zona rural, tanto interna quanto externamente à localidade em festa. Essa percepção foi se ampliando ao se aproximarem os festejos da padroeira de Lagoa do Juá, Nossa Senhora da Saúde, comemorada entre os dias 3 e 13 de novembro. Em todas as casas que eu visitava o assunto era a festa da padroeira. As pessoas comentavam sobre o evento e me convidavam a participar.

Eu sabia que esse evento poderia proporcionar outras vivências que as visitas não proporcionariam e que, portanto, como pesquisadora na localidade, não poderia deixar de participar. No entanto, talvez eu não tivesse ainda a compreensão clara da sua importância para o enriquecimento da pesquisa. A observação de uma jovem da comunidade quanto à minha presença no evento me fez perceber mais fortemente o que aquela festa representaria para a comunidade e para minha experiência em campo. Em uma das visitas, já bem próxima aos festejos, Ana Lúcia dos Santos, de 19 anos, olhou para mim e disse: “Você vem pros festejos, né? A festa da padroeira você não pode faltar”⁵¹. Eu fiquei refletindo sobre aquilo não pela prerrogativa da jovem, mas pela forma como ela me disse. Se eu tivesse alguma dúvida de que aquele era um dos principais eventos do meu campo empírico, a partir daquele dia teria ido de água abaixo. No final de semana que antecedia o dia da padroeira, cheguei à localidade. Com a mesma intensidade da pergunta feita anteriormente, a jovem riu para mim e disse: “Eu sabia que você vinha. A Rosa é mesmo que ser da comunidade. Tu gosta daqui, né?”.

Essa experiência me fez perceber o quanto eu estava envolvida com o meu campo empírico e com os sujeitos pesquisados. Fez-me recordar, inclusive, dos ensinamentos de Angrosino (2009) em relação à postura e ao comprometimento do pesquisador ou pesquisadora com o seu campo de investigação. Mas que isso, essa experiência foi um dos ápices da minha imersão em campo.

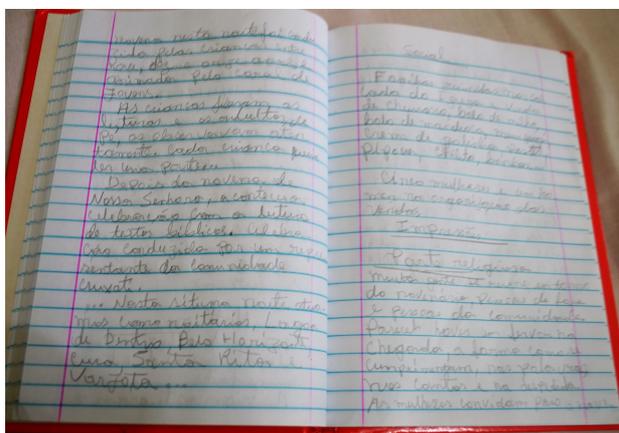
⁵¹ Ana Lúcia Vieira dos Santos. Lagoa do Juá. Entrevista, 2017.

Os dias em que passei em Lagoa do Juá, por ocasião da festa da padroeira, de quinta-feira a domingo, renderam-me um material tão rico para a pesquisa, bem como para a vida, que seria impossível mensurar; contudo, trago aqui algumas considerações relevantes, como a presença de outras comunidades, a participação das crianças, as quermesses, a preparação para o leilão.

Como foi mencionado anteriormente, Lagoa do Juá sempre se desloca para participar de festejos em comunidades vizinhas. No início, foi compartilhado conosco sobre essa prática local, mas não como uma missão da comunidade. Posteriormente, foi revelado que este era um costume das comunidades da região e que sempre durante os festejos uma visita a outra para ajudar na festa. Durante os festejos de Lagoa do Juá, compreendi o sentido das trocas entre as comunidades. Todas as noites a localidade acolhia uma comunidade vizinha, e havia noite em que mais de uma comunidade participava junto com Lagoa do Juá, como aconteceu na sétima noite, que contou com a participação de seis comunidades das redondezas.

Para isso acontecer, tudo parecia cuidadosamente organizado, desde a preparação da Igreja, que geralmente começava à tarde, com a limpeza e a ornamentação do templo, passando pela celebração do novenário, até a quermesse. Tudo de forma muito intensa, pelo que foi possível observar que seria meio improvável traduzir por meio de palavras em uma pesquisa. Teríamos que mensurar cada gesto e cada manifestação de sentimento do povo, e isso é impossível. De todo modo, apresentamos aqui parte do nosso diário de campo referente à observação durante uma noite do novenário de Nossa Senhora da Saúde, na localidade, conforme as figuras 20; 21.

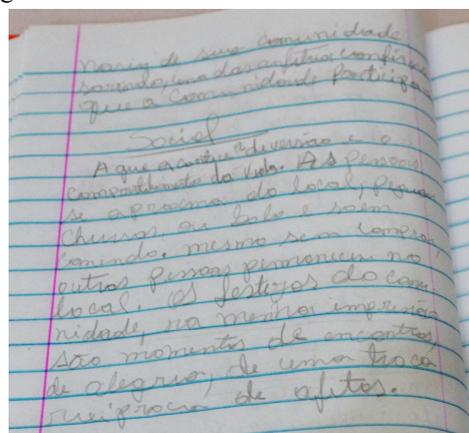
Figura 20 – Diário de campo - Festejos de Lagoa do Juá - I Figura 21 – Diário de campo - Festejos de Lagoa do Juá - II



Fonte: A autora.

Transcrição – figuras 20 e 21

[...] novena nesta noite foi conduzida pelas crianças entre 9, 10 e 11 anos e animada pelos jovens. As crianças



Fonte: A autora

fizeram as leituras e os adultos, de pé, as observavam atentamente. Cada criança queria ler... Depois da novena de Nossa Senhora, aconteceu a celebração com a leitura dos textos bíblicos. Celebração conduzida por um representante da comunidade Cruxati. Nesta sétima noite, atuaram como noitários Lagoa de Dentro, Belo Horizonte, Santa Rita, Cruxata, Varjota.

Social - famílias reunidas na calçada da igreja; venda de churrasco, bolo de milho, bolo de mandioca, mungunzá, creme de galinha, pastel, pipoca, xilito, bombons. Cinco mulheres e um homem ficaram na organização das vendas.

Impressões – muita gente se reúne em torno do novenário, pessoas de fora e pessoas da comunidade. Percebi haver um louvor na chegada, na forma como se cumprimentam, nas palavras, nos cantos e na despedida...

Nesse diário, trazemos um pouco da experiência durante os festejos em Lagoa do Juá. Como a descrição desse dia ganhou quatro páginas, selecionamos parte do material, priorizando as impressões.

Como é possível perceber na descrição do diário, os novenários caracterizam-se por distintos acontecimentos. Em relação ao religioso, ocorrem as novenas em honra à santa e a celebração. Neste dia, a novena foi conduzida pelas crianças, enquanto a celebração foi presidida por uma mulher representante de uma das comunidades vizinhas. A organização da quermesse fiou por conta da comunidade anfitriã.

Especificamente na sétima noite, seis comunidades estavam presentes e lotaram o templo, conforme a figura 23. Ocorreram a novena e a celebração e depois as pessoas ficaram um tempão na calçada da Igreja conversando. Algumas se dirigiram às vendas ao lado para comer alguma coisa, enquanto outras apenas conversavam.

Figura 22 – Os festejos em Lagoa do Juá



Fonte: A autora.

Outro acontecimento ligado aos festejos de Lagoa do Juá é o leilão. Para que ocorresse o leiloamento, a comunidade trabalhou muito para organizar a atividade. Essa observação foi feita durante algumas visitas com Maria Irismar Vieira Linhares, bem como durante alguns dias que antecederam a festa. Em algumas casas, falava-se das joias para o leilão; em outras, perguntava-se sobre os noitários ou a quermesse. Na casa de Dona Maria Lídia Vieira de Andrade, o assunto também beirava por aí. Por várias vezes escutei pessoas falarem de alguma coisa relacionada ao leilão. Já no período da festa vi mulheres saindo para buscar prendas em alguma família.

A organização para a festa, bem como para o leilão, deu-se de forma muito intensa. Contudo, no dia em que as prendas seriam leiloadas, a movimentação foi bem maior. Começou desde cedo, com a chegada das mulheres na casa de Dona Maria Lídia para tratar as galinhas. Eu ainda estava no quarto quando ouvi as conversas. Saí, aproximei-me do grupo, e perguntei em que poderia ajudar. Entregaram-me uma galinha, pus dentro da água quente e comecei a depená-la. Aproveitei-me da minha origem rural para cumprir essa tarefa, afinal, depenar uma galinha não é muito comum para qualquer pessoa. Mas, nesse caso, aprendi a função com meus pais. Enquanto eu cuidava da galinha, conversava com as mulheres. Muitas histórias foram contadas. Foi nesse dia em que conheci Dona Maria Lucilda Diniz, 54 anos, e sua irmã Francylde Diniz Linhares, de 50 anos, com as quais tive um diálogo mais longo em outra ocasião.

O momento foi profundo e leve ao mesmo tempo. Senti-me ainda mais envolvida com a comunidade e em casa, tanto é que, depois de bastante tempo ali ajudando a preparar as galinhas, vendo que todas estavam muito envolvidas e que no fogão de Dona Maria Lídia Vieira de Andrade não tinha nenhuma panela, ofereci-me para preparar o almoço. Por unanimidade, as mulheres decidiram que iriam comer uma galinha daquelas que estavam sendo tratadas. Cortei ave em pedaços pequenos e levei para cozinhar na casa da vizinha, juntamente com o arroz. Depois da comida pronta, voltei para a casa de Dona Maria Lídia, onde se deu a refeição.

Essa experiência marcou profundamente minha vida. Eu estava ali diante de um evento importante para a comunidade. Estava como pesquisadora, mas também – e, sobretudo, naquele momento – como uma pessoa próxima à comunidade, porque foi assim que me senti e era dessa forma que as pessoas me tratavam. Era uma emoção tão forte em relacionar a pesquisa à amizade que fora construída ali que, por alguns momentos, esqueci-me da minha função naquele momento na comunidade.

As experiências desse dia não cessaram por aí. Diante dos acontecimentos que se seguiram, me dei conta de que o encontro com as mulheres era apenas um pouco das emoções que eu sentiria daquele dia de festa. À tarde, depois de aprontar as galinhas, foi a vez de ornamentar as mesas com as prendas. Tinha galinha, queijo, doce, kits de sabonetes e colônia, entre outros artigos. Encerrada a celebração, começou o leilão.

O entorno da Igreja ficou lotado. Tinha gente de muitas comunidades, de Itapipoca e até de Fortaleza. As pessoas estavam atentas ao anúncio das joias e, à medida que elas eram anunciadas, iam arrematando. Os valores das prendas variavam entre R\$ 50 e R\$ 120 reais. Cada pessoa queria dar um preço mais elevado. No final, ficava com a prenda aquela que desse o valor mais alto. Teve galinha que saiu em torno de R\$ 100, para se ter ideia do que representa um leilão na comunidade. Outra coisa importante é que elas arrematavam e ali mesmo comiam. Algumas pessoas pegavam o embrulho e ofereciam a outras. Outras ainda levavam para a sua mesa e partilhavam com a família, de forma que todo mundo parecia satisfeito.

A celebração, a preparação para o leilão, bem como o momento de leiloamento foram intensos e de muita descoberta. Posso afirmar que esse dia foi essencial para fortalecer a amizade e tecer uma relação de maior confiança com as pessoas de Lagoa do Juá, que possibilitou uma ampliação dos conhecimentos para a investigação.

O leilão e o arremate das prendas revelaram também as relações de poder e as diferenças entre os participantes. Era perceptível que as pessoas que mais adquiriram os produtos possuíam um poder aquisitivo mais elevado, haja vista terem chegado de carro, vindas de outras localidades, inclusive Fortaleza. Como exemplo, temos o secretário-executivo do Desenvolvimento Agrário, Felipe Souza Pinheiro, que estava presente.

Diante de tudo o que foi observado e vivenciado, pode-se afirmar que os festejos de Lagoa do Juá marcam sua história como o principal acontecimento. O novenário possibilita o encontro entre as pessoas, a alegria, a participação nas celebrações em uma troca recíproca de conhecimentos e afetos, mas também as relações de poder e as diferenças econômicas.

4.2.5 Desafios, conflitos e perspectivas em Lagoa do Juá

Mesmo diante de tudo o que foi apresentado aqui sobre Lagoa do Juá, é importante enfatizar que não é nossa intenção trazer para a pesquisa uma comunidade idealizada. Sabemos dos esforços de cada localidade e sabemos que, naturalmente, elas lutam em contraposição aos desafios e conflitos que numa sociedade capitalista, que valoriza muito

mais o ter do que o ser, pode-se impor. Os encantos, os encontros, a participação e as trocas de conhecimentos entre as comunidades podem criar um cenário interposto de coisas boas, talvez uma idealização até, mas nem por isso estão livres dos desafios e conflitos que são inerentes a cada situação. Estes são vivenciados na esfera do religioso, do político, da cultura, da educação, entre outros. Envolvem questões de ordem social e econômica.

Lagoa do Juá enfrenta vários desafios, inclusive com a água, que, mesmo sendo valorizada e estrategicamente armazenada, ainda não é suficiente para manter uma plantação de hortaliças e frutíferas em todo o período do ano. As mulheres fazem um malabarismo e conseguem mantê-las vivas até a quadra chuvosa. Entretanto, estas não frutificam porque a água que se utiliza para regá-las é pouca. Nos depoimentos de Dalva Nascimento e Irismar Vieira (entrevista, 2017), isso é bastante esclarecedor. Também no quintal de Dona Lídia Vieira se percebe essa realidade. Ela tem pequenos animais e algumas plantações no entorno da casa e tenta mantê-los regando a água. Isso significa que, se a comunidade dispusesse do recurso, a realidade seria outra. Poderiam ter verdura e fruta constantemente, como almeja Maria Dalva (entrevista, 2018).

Outro desafio está ligado à falta de emprego. Mesmo dispondo de uma mata de carnaúba – que, além de ser uma fonte de renda, por possibilitar que se trabalhe em confecção de artigos artesanais, tem a colheita do pó para fazer a cera –, Lagoa do Juá também é uma comunidade carente de possibilidades para a juventude, assim como tantas outras. Observa-se que, mesmo havendo por parte deles interesse e esforço para conseguir um trabalho, os jovens e as jovens ainda ficam ociosos e sem muitas perspectivas. Por conta disso, eles acabam saindo da comunidade em busca de trabalho em outras localidades.

Não é raro em Lagoa do Juá encontrar pessoas em casa assistindo televisão ou na calçada. Contudo, há um esforço muito grande em continuar estudando para conseguir algo melhor, como partilhou Rute dos Santos, uma jovem de 22 anos (entrevista, 2018) que passou em um concurso da Prefeitura de Itapipoca para o cargo de agente administrativo. Os jovens continuam estudando e isso pode ser observado durante as provas do Enem, pois eles se deslocam da comunidade para a cidade onde realizam o exame.

Dessa forma, percebe-se que os desafios existem em qualquer lugar e, se dissermos que Lagoa do Juá não enfrenta problemas, estamos contradizendo uma realidade que é peculiar a este contexto social em que vivemos, repleto de disputas e desigualdades. A comunidade, assim como qualquer outra do meio rural, também enfrenta seus dragões.

Para exemplificar, lembro-me de um caso específico que ocorreu durante o leilão por ocasião dos festejos da comunidade. Depois de quase tudo arrematado, uma mulher

perguntou, do meio da multidão, se ainda seria leiloado um pato. Como a comunidade organizadora do evento não se manifestou, ela insistiu em perguntar e disse que queria comer da ave.

Isso comprova que, mesmo diante do esforço das pessoas em interagir com os acontecimentos locais, bem como da comprovação da participação efetiva da comunidade nos festejos, percebe-se que há desencontros que, de certa forma, alteram a harmonia entre as pessoas e os acontecimentos.

O fato parecia insignificante diante de tantos acontecimentos importantes, mas estava sendo pautado por uma pessoa da comunidade e, na minha compreensão como pesquisadora, não poderia passar despercebido. Primeiro, porque eu tinha acompanhado toda a preparação para o leilão e sabia o que tinha ocorrido para que o pato não fosse apresentado. Segundo, porque se tratava de uma provocação.

Para esclarecer o ocorrido, o pato ao qual a mulher se referia durante o leilão tinha sido doado por uma família da localidade para ser leiloado; no entanto, mesmo depois de uma peleja das mulheres para aprontá-lo, observou-se que a carne tinha ficado bastante dura e, como já se aproximava a hora da novena, não era possível voltar ao fogo para cozinhar novamente.

As mulheres que estavam durante a preparação das prendas para o leilão sabiam, mas a comunidade não. Diante do ocorrido, fiquei ali em pé, esperando uma justificativa, se era que poderia ter, mas ninguém disse nada, até que a mulher se recompôs e voltou a atenção para a sua mesa.

Quando eu cheguei à casa de Dona Lídia, perguntei a uma de suas filhas, que também estava envolvida na preparação do leilão, se não teria sido melhor explicar o que aconteceu. A filha da matriarca respondeu que, para algumas coisas, a melhor resposta é o silêncio. Eu escutei a filha de Dona Lídia e fiquei pensando sobre o ocorrido. Como uma pessoa de fora, achei que a explicação seria uma forma de amenizar qualquer ânimo que fosse e esclarecer alguma dúvida, se é que existia. A minha preocupação estava ligada ao fato de que a prenda teria sido doada e que aquilo poderia gerar um mau entendimento da índole das mulheres que prontamente se colocaram para ajudar no leilão, ou ainda provocar um distanciamento da comunidade em outro momento.

Esse caso só fortalece a ideia de que os conflitos existem mesmo em pequenos grupos ou em meios menos urbanizados e que são direcionados conforme as suas tensões ou os modos como se considera mais apropriado. Pensar os conflitos, por mais simples que pareçam ser em uma comunidade rural, que, em suas características, apresenta fortemente as

construções coletivas, parece assustador, mas serve para pensar que os conflitos existem e que são peculiares a cada realidade.

A ocorrência do caso de o pato não ter sido leiloado me permitiu fazer uma reflexão acerca de algumas questões observadas durante a preparação da festa, como o envolvimento de toda a comunidade no evento. Tanto na organização da igreja como na realização das quermesses, arrecadação e preparação das prendas para o leilão observei que apenas um grupo de pessoas se envolveu. Em uma comunidade de 180 famílias, espera-se que, em um evento como é o festejo do padroeiro, parte delas se envolva. Contudo, pelo que foi observado, não foi o que ocorreu. O grupo de mulheres que se empenhou em preparar as prendas do leilão se resumiu praticamente a duas famílias: a de Dona Maria Lídia Vieira de Andrade e a de Maria Lucilda Diniz.

Se voltarmos à história de Lagoa do Juá, vamos lembrar que a comunidade é formada apenas por duas famílias: Maranguape e Vieira, conforme os depoimentos dos moradores e moradoras. Duas famílias representam a comunidade inteira. O que parece estranho, então, nesta reflexão? O fato de os dois grupos estabelecidos se resumirem às pessoas que sempre estão presentes nos mesmos eventos da comunidade, e ainda por se tratar de pessoas mais próximas dos grupos familiares, como irmãos, filhos, genros, noras e netos. O grupo ligado à Maria Lucilda Diniz se resumia às suas irmãs e o grupo da família de Maria Lídia Vieira de Andrade era formado por suas filhas, netas, noras e genros. Outras pessoas da localidade mais distante da igreja, que, aparentemente, não têm muita ligação com essas famílias, mas que falaram sobre a festa da mesma forma, não estavam presentes durante a organização do trabalho. Apenas participaram dos momentos celebrativos, das quermesses e do leilão.

Esse fato não foi explorado nesta pesquisa, mas está sendo mencionado como uma questão de reflexão dos conflitos que existem na comunidade. Mesmo diante de tudo isso, não significa que não haja perspectivas. Os jovens de Lagoa do Juá, assim como as mulheres e os homens, sonham com dias melhores, e suas expectativas estão muito ligadas à produção agrícola. “Meu sonho é ver isso tudo aqui verdinho e florido. Eu ainda vou ter minhas plantinhas todas bonitas e botando fruto o ano todo” (Maria Irismar Vieira Linhares, entrevista, 2018).

O sonho de Ruth dos Santos (entrevista, 2017) também é trabalhar, assumir o concurso que passou em Itapipoca e seguir a vida: “Eu estou esperando chamarem. Já fiz os exames médicos, deixei os documentos, falta só chamar; acho que vão chamar agora em 2018” (Rute dos Santos, Lagoa do Juá, entrevista, 2017).

Alguns jovens seguem estudando e atentos aos concursos da região. Outros ainda continuam prestando o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e as mulheres não param, muitas participam de atividades ligadas à produção agrícola, realizadas pelas instituições parceiras e ainda fortalecem a alimentação familiar com a produção de verduras e frutíferas em seus quintais.

5. CIRCULAÇÃO, USOS E APROPRIAÇÕES DO BOLETIM “O CANDEEIRO” EM LAGOA DO JUÁ

Trazemos como principais questões de investigação desta pesquisa a circulação, os usos e apropriações do boletim de sistematização de experiências “O Candeeiro”, em campo empírico Lagoa do Juá. Buscamos fundamentar o termo “circulação” nos estudos de Ginzburg (1987) e Braga (2006). Como vimos, ambos discutem a circulação como um trajeto circular das informações e dos acontecimentos.

Depois de uma experiência de visitas em Lagoa do Juá, de uma reflexão a partir do material colhido nestas visitas, da vivência e dos estudos teóricos, quando retornei à comunidade pela segunda vez, tinha clareza da necessidade de estudar a circulação, os usos e apropriações do Candeeiro para compreender como a sistematização de experiências proposta pela ASA através do Candeeiro atinge o cotidiano de Lagoa do Juá em suas práticas e vivências.

Com essas instigações, estabelecemos critérios de vivência e visitas – dentre eles, a observação, o diário e o diálogo com as pessoas, como mencionado anteriormente, no intuito de realizar uma análise mais aprofundada e que partisse de uma abrangência maior da comunidade. Decidimos visitar um terço das cerca de 180 famílias de Lagoa do Juá, conforme mencionamos anteriormente, e conversar com elas a partir de alguns pontos orientadores, como: características da comunidade; conhecimento do Candeeiro, as experiências sistematizadas na comunidade; a importância do Candeeiro; como se utilizam do Candeeiro e se conhecem outras sistematizações de experiências além daquelas publicadas nos boletins construídos na localidade. Por fim, verificar os usos e apropriações que as pessoas fazem do processo de sistematização de experiências.

Os diálogos conduzidos em Lagoa do Juá, a partir das orientações pré-estabelecidas como uma conversa informal, adequam-se à entrevista antropológica, que, de acordo com Guber (2009), permite uma flexibilidade maior nos modos de interação, considerando os distintos contextos onde eles acontecem, bem como a pré-disposição dos sujeitos pesquisados e a relação com o pesquisador ou pesquisadora.

É importante considerar que, para chegar aos diálogos, reflexão e maturação das ideias, primeiro, estabeleci uma vivência na localidade de oito meses, entre fevereiro e maio e de setembro a dezembro de 2017. Nesse período, entre idas e vindas, vários acontecimentos foram importantes na busca pelo entendimento da problemática da pesquisa. Vivi desde uma

aproximação primeira com a localidade e seus moradores, visitas às casas das famílias, até participação em festas, almoços e outros eventos da comunidade. Usamos como método orientador da pesquisa a etnografia. Acreditamos que esta instiga o pesquisador ou pesquisadora a submergir na história para conhecê-la e, posteriormente, poder interpretar crenças e valores, como estabelece Malinowski (1984). Compreendemos que, para analisar a circulação e as apropriações do Candeeiro em Lagoa do Juá, precisávamos conhecer a realidade local, os modos de vida e as formas como estes interferem em suas construções. Com uma vivência orientada pela etnografia, seria possível fazer essa investigação.

Ginzburg (1987) traz uma série de elementos que abrangem a reflexão sobre circulação em vários contextos. Ginzburg (1987) aponta as ideias transferidas pelas leituras, bem como outros distintos meios de compartilhamento das informações e suas provocações no cotidiano que fortalecem o conceito de circulação como uma movimentação dos acontecimentos e os impactos que estes podem gerar.

Braga (2006) fala da circulação como um fluxo circular de materiais e ideias em que o primeiro se refere à circulação de produtos e o segundo, ao acesso a estes por parte do consumidor. As ideias de Ginzburg e Braga se entrelaçam e provocam em nós uma reflexão de que a circulação está muito ligada à movimentação dos fatos, sentimentos e emoções gerados pelas leituras e acontecimentos e repassados de geração para geração, em contextos distintos. Aprofundamos a circulação, os usos e apropriações do Candeeiro em Lagoa do Juá nessa perspectiva.

Em Lagoa do Juá foram produzidos dois Candeeiros. Uma sistematização datada de agosto de 2014 relata a experiência de Maria Irismar Vieira Linhares, uma moradora da localidade que guarda água em garrafas de plástico e apresenta sua experiência aos leitores e leitoras do Candeeiro, conforme foi apresentado nas figuras cinco e seis.

Um segundo boletim, datado de dezembro do mesmo ano, apresenta as experiências de uma agricultora e dois agricultores com previsão de chuvas. Eles contam como conheceram os sinais que revelam a manifestação da natureza ao longo de suas vidas. As figuras sete e oito apresentam essa experiência.

Além desses dez boletins construídos e publicados na localidade, outras sistematizações também circulam em Lagoa do Juá. Encontrei nove boletins distintos, sendo três do município de Itapipoca, dois de Trairi, dois de Apuiarés, um de Quixeramobim, um de Irauçuba e outro de Massapé. A tabela 2 apresenta os títulos, municípios e ano de publicações dessas experiências.

Tabela 2 – Boletins “O Candeeiro” em Lagoa do Juá

Título	Município	Ano de publicação
Estocar e resistir: a experiência da Casa de Sementes José Faustino de Sousa	Itapipoca	2016
Renovar a água por um Semiárido Vivo A experiência do reuso da água no Purão	Trairi	2016
Tecer a rede, plantar a agroecologia e colher bons frutos no Sertão Central do Ceará	Quixeramobim	2015
Dona Benedita Inventado Arte no Semiárido	Itapipoca	2014
Tecnologias sociais transformam vidas Quintal de Seu Moacir	Trairi	2013
Quintal Produtivo Garante Vida Digna no Campo	Massapé	2009
Família reunida na prática de uma nova agricultura	Apuiarés	2008
A sobrevivência da jandaíra e o problema do desmatamento	Apuiarés	2008
Bons resultados da agroecologia geram renovação das práticas	Irauçuba	2008
Vencer resistência e produzir em harmonia com a natureza	Itapipoca	2008

Fonte: A autora.

Como foi apresentado na tabela, um dos boletins produzidos em uma comunidade de Itapipoca conta a experiência de dona Benedita com a arte; outro traz uma história de resistência e produção e a outra narra os processos de estocagem das sementes crioulas de um coletivo da comunidade Lagoinha. Um dos Candeeiros produzidos na comunidade Purão, no município de Trairi, apresenta a experiência com produção de hortaliças e frutíferas da família de seu Moacir Jerônimo, a partir da implementação de tecnologias para captação e armazenamento de água, o outro, aborda a experiência de reuso de águas cinzas. Um dos Candeeiros de Apuiarés traz a experiência de uma nova forma de agricultura, desenvolvida pela família de Joaquim e Antônia, e a outra experiência do município é sobre a sobrevivência da abelha jandaíra e o problema do desmatamento. O Candeeiro de Quixeramobim trata da experiência da Rede de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da região Sertão Central; O boletim de Irauçuba apresenta resultados da produção agroecológica, e, por fim, a experiência de Massapé aborda a produção no quintal. As figuras 24 e 25 apresentam alguns desses boletins.

Figuras 23 e 24 – Boletins de sistematização de experiências “O Candeeiro”, de outras localidades, na comunidade Lagoa do Juá



Fonte: Arquivos de Lagoa do Juá.



Fonte: Arquivos de Lagoa do Juá.

Não tratei detalhadamente desses impressos, apenas os situei para sabermos quais publicações foram realizadas em Lagoa do Juá e quais foram circuladas. Assim, poderemos diferenciar, pelos compartilhamentos das experiências, aqueles boletins encontrados na pesquisa e citados por nossas entrevistadas como impressos que circulam na localidade, mas falam de experiências de outros lugares e foram produzidas em outras comunidades, daqueles produzidos na comunidade.

É importante ressaltar que, dos municípios onde foram produzidos esses Candeeiros relacionados, oito estão localizados na região Vales do Curu e Aracatiaçu, a mesma que abrange a Lagoa do Juá. Apenas uma é do Sertão Central. Os municípios da região Vales do Curu e Aracatiaçu ficam próximos de Itapipoca; já o município de Quixeramobim fica na região central do estado. Tanto o município do Sertão Central como os do Vale do Curu e Aracatiaçu apresentam características semiáridas semelhantes às de Lagoa do Juá.

Pelos diálogos sobre as formas organizativas das famílias de Lagoa do Juá, bem como de sua participação em eventos da região, percebe-se que há interação entre essas populações e não foi surpresa para mim encontrar outros boletins “O Candeeiro” na localidade. O Cetra (Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador) realiza, em

parceria com outras instituições de Itapipoca, anualmente, o Encontro Territorial de Agroecologia e Socioeconomia Solidária no município, que reúne pessoas da região e também da região Sertão Central, o que certamente pode influenciar o compartilhamento das experiências do Candeeiro. Durante a pesquisa, ocorreu um evento desses em Itapipoca e participei na colaboração com a sistematização. Algumas pessoas de Lagoa do Juá também relatam sua participação no encontro.

É ainda importante considerar que, pela implementação de políticas públicas voltadas para a questão agrícola, criou-se uma cultura de intercâmbio entre as famílias, de forma que, atualmente, há uma interação maior entre ambas, mesmo residindo em municípios ou regiões distintas. O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da ASA, por exemplo, trata do intercâmbio como metodologia de trabalho. A distribuição dessas sistematizações ocorreu em alguns desses eventos, conforme os depoimentos.

Pelo material identificado, bem como a partir dos compartilhamentos das experiências distintas no campo da agricultura e as novas práticas adquiridas, observa-se que o Candeeiro circula em Lagoa do Juá, mesmo que ainda de forma pontual. Nas visitas à comunidade, identifiquei um número considerável de famílias que trazem para o seu cotidiano exemplos de experiências de outras localidades e que foram encontradas no Candeeiro.

De um terço das famílias entrevistadas, a maioria já ouviu falar do boletim de sistematização de experiências “O Candeeiro”, uma boa parte conhece o Candeeiro, outra parte tem o Candeeiro, outra parte ainda tem o Candeeiro de outras localidades e uma parcela deste terço, desenvolve alguma prática relacionada às experiências que foram apresentadas no Candeeiro. Tem família que guarda água em garrafas de plásticos, outras se utilizam de outras fontes de recursos hídricos durante o período chuvoso para economizar a água da cisterna; outras famílias cultivam frutíferas e hortaliças em seus quintais e outras evitam queimadas em suas áreas de produção. Os projetos da ASA trazem, em sua metodologia, estratégias de fortalecimento da agricultura familiar e algumas práticas consideradas importantes para a sustentabilidade no Semiárido, como a rede de Articulação discute em seus documentos (Manual, 2012) e em seu *site*. O Candeeiro também tem a função de dar visibilidade e fortalecer as experiências de convivência com a região, segundo a ASA (Manual, 2012).

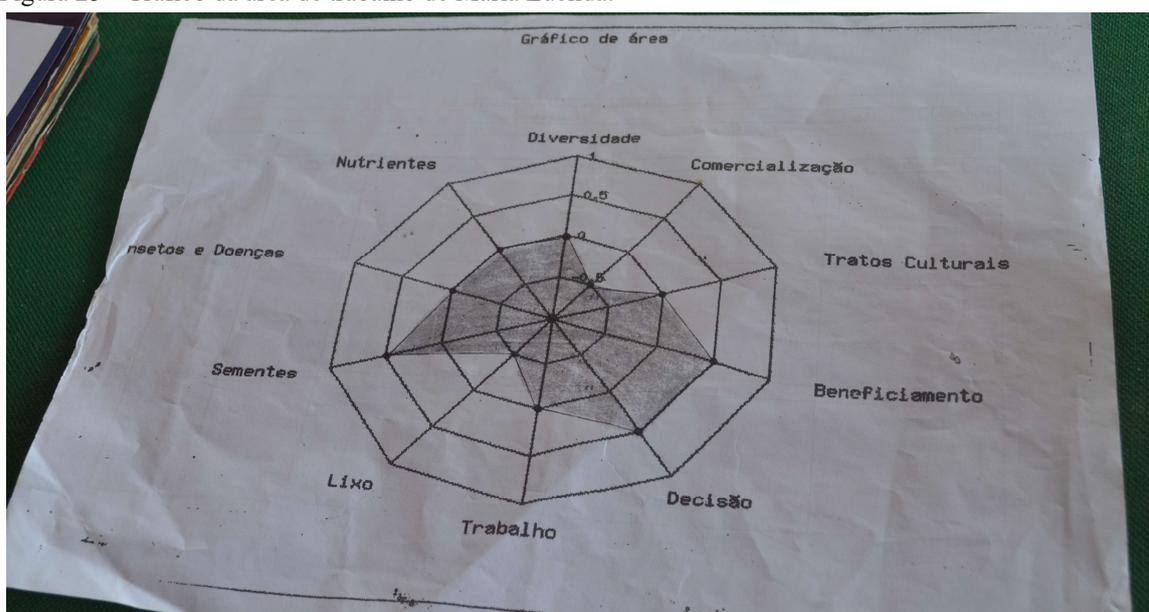
Se a ASA lança uma sistematização de experiências com um propósito, ela trabalha na intenção de cumprir esse propósito, logo, serão traçadas estratégias necessárias para isso. Partindo dessa compreensão, o Candeeiro é pensado para provocar as famílias, gerar conhecimento e despertar nelas o interesse pelas novas formas de vida. As influências que suscitam nas famílias dependem do contexto em que se vive e das apropriações.

Durante toda a pesquisa, conversei com muita gente de Lagoa do Juá. A especificação de um terço de aproximadamente 180 famílias que residem na comunidade foi apenas para ser apresentado nos resultados. Isso não significa que outras pessoas não entrevistadas não conheçam o boletim de sistematização de experiências. Os diálogos se deram em ocasiões distintas e todos foram importantes para chegarmos a tais resultados. Alguns diálogos foram trazidos aqui para a consolidação do trabalho e outros não, mas ambos foram necessários para a investigação da mesma forma.

Em Lagoa do Juá circulam também outros fazeres comunicacionais, como cartilhas, *banners*, cartazes, monóculos, CDs e DVDs. Alguns trazem histórias locais, outros abordam as experiências de agricultores e agricultoras de outras localidades. Contudo, a maioria trata de assuntos relacionados à estocagem de água e alimento e à produção agrícola familiar. Essas temáticas também foram as mais abordadas nos compartilhamentos que naturalmente iam se estabelecendo durante as visitas às famílias.

Outro material de sistematização da localidade é o gráfico da área onde as famílias trabalham. Encontrei o exemplar dessa forma de comunicação na casa de Maria Lucilda Diniz, uma das nossas entrevistadas. O papel branco extenso com linhas em formato de teia apresenta desde os componentes básicos do solo até o beneficiamento da produção. O material foi adquirido em uma reunião com uma instituição parceira da comunidade e preenchido pela família, conforme conta Maria Lucilda Diniz (entrevista, 2017). A figura 26 apresenta o componente.

Figura 25 - Gráfico da área de trabalho de Maria Lucilda.



Fonte: Arquivos de Maria Lucilda Diniz.. (2017).

O gráfico apresenta elementos importantes em uma área de produção, como lixo, doenças, nutrientes, sementes, diversidade, decisão, tratos culturais, comercialização e beneficiamento. Pelo que é visto na imagem, percebe-se que há uma tentativa das instituições que acompanham as famílias em orientá-las para uma apropriação maior do seu meio de produção.

Outro material também apresentado por Maria Lucilda (entrevista, 2017) é o mapa com o desenho do agroecossistema da família. Nele estão contidos o desenho da casa, as frutíferas, como coqueiro, cajueiro e ateira, e elementos que compõem a projeção arquitetônica da residência, como a cisterna.

Figura 26 - Desenho do agroecossistema da família de Lucilda



Fonte: Arquivos de Maria Lucilda Diniz.. (2017).

As figuras 26 e 27 apresentam dois formatos de sistematização: o gráfico com informações de uma área de produção e um mapa com o desenho de um ecossistema, respectivamente. Não vou aprofundar aqui o conteúdo desses materiais, nem tampouco as suas influências junto à família, porque não é esse o nosso objetivo. São apresentados aqui apenas para contextualizar a realidade em que circula o Candeeiro no campo investigado.

Outras formas de comunicação também foram encontradas na localidade, como os monóculos de Maria Lucilda Diniz, que nos foram apresentados durante uma visita em sua

casa, que durou quase uma manhã. As imagens antigas de pessoas, animais e paisagens que cada um contém possibilitaram que fizéssemos uma viagem no tempo para resgatar na história o período em que o monóculo era um dos principais meios de registro. Esse momento possibilitou maior entrosamento com Maria Lucilda, que riu e brincou conosco. Esses e outros elementos podem ainda aparecer nos depoimentos porque fazem parte do cotidiano dessas pessoas, mas não são as questões principais neste trabalho.

Como apresentei em um tópico anterior, construímos um roteiro simples para a abordagem em campo. No entanto, vale ressaltar que esses questionamentos não serviram de regras absolutas durante todas as visitas, e os diálogos foram fluindo a partir de cada contexto, bem como da pré-disposição das pessoas em quererem ou não compartilhar suas compreensões e sentimentos.

Os primeiros diálogos direcionados ocorrem durante a segunda visita na localidade, com as duas mulheres que têm suas experiências sistematizadas no Candeeiro – Maria Irismar Vieira Linhares e Maria Dalva do Nascimento.

Conversei com Maria Irismar em sua casa, em Lagoa do Juá, em uma tarde do primeiro semestre de 2017. Fomos de Fortaleza direto para a comunidade, eu e meu sobrinho, que, na ocasião, me acompanhava. A primeira parada, depois de algumas pausas na direção para saber a localização, foi na casa de Maria Irismar. Quando chegamos ao local, descemos do carro e fomos conduzidos até a sala por Maria Irismar, que foi nos encontrar. Maria Irismar ofereceu cadeiras para que sentássemos e nos trouxe água. Depois dos cumprimentos e apresentações, começamos a conversar. No círculo, além de mim e de meu sobrinho, estava também o seu esposo, Luzimar Nascimento. Na ocasião, Maria Irismar nos apresentou várias tarjetas com a linha do tempo da comunidade, um *banner* do Florestação, projeto executado pelo Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (Cetra) na comunidade, e o boletim “O Candeeiro”, com a experiência das garrafas sistematizadas. Maria Irismar tinha ainda alguns exemplares dos impressos e nos presenteou com um. Havia outros boletins em sua mesa, mas focamos a conversa na sua experiência. A agricultora e também agente comunitária de saúde tratou de nos contar como foi o processo de distribuição: “Este Candeeiro eu distribuí nas visitas que eu faço às famílias, nas reuniões da Associação e na Igreja” (Maria Irismar Vieira Linhares, entrevista, 2017).

Depois de contar a história e sua divulgação, Maria Irismar nos conduziu até o quintal, onde nos apresentou uma plantação de hortaliças e frutíferas e uma centena de garrafas de plástico, todas cheias de água. Ali estava a sua experiência, como ela mesma diz.

Como se aquela demonstração toda não fosse o suficiente, perguntamos se as famílias da localidade conheciam, e ela falou que sim.

Pelo diálogo com Maria Irismar, sua experiência de armazenamento de água foi difundida em Lagoa do Juá, tanto por meio do Candeeiro quanto pelas ideias que iam sendo transmitidas entre as pessoas. Ela não disse com exatidão quantos boletins recebeu e nem se houve algum evento específico de divulgação, mas esclareceu que eles foram distribuídos em algumas reuniões do Cetra e que em outras regiões é possível encontrar a sistematização.

Está espalhado pelo Brasil inteiro. Muita gente conhece a história. No encontro de agricultores, as meninas saem espalhando e eu também dou. Distribuo nos encontros da paróquia. Um dia desses, uma pessoa disse assim: “Ei, Mazinha, eu vi a senhora na Baleia, no boletim” (Maria Irismar Vieira Linhares, entrevista, 2017).

De acordo com Maria Irismar, o Candeeiro que conta sua história foi distribuído em vários eventos, dentre eles, os encontros de agricultores e agricultoras, que ocorrem tanto por meio das reuniões quanto pelos intercâmbios, o que possibilita que ele circule em outras localidades da região.

No mesmo período do diálogo com Maria Irismar ocorreu o diálogo com Maria Dalva do Nascimento. Ela tem sua experiência com previsão de chuvas sistematizada no Candeeiro. Quando nos dirigimos à residência de Maria Dalva para falar mais sobre o Candeeiro, já conhecíamos um pouco de sua história, pela vivência e a observação, mas precisávamos fortalecer as ideias. Chegamos à sua casa bem no início da noite. Ela estava sentada em uma rede com a televisão ligada e uns trabalhos artesanais na mão. Sentamos e depois começamos a conversar sobre a comunidade.

Maria Dalva tornou a mencionar o tanque de pedra do qual havia falado na primeira visita que fizemos a ela e também da pedra. Posteriormente, sobre o Candeeiro. Mas, antes de falar da experiência, ela foi a outro cômodo da casa, pegou um exemplar e nos entregou. Com o boletim na mão, ela contou um pouco de sua experiência com as previsões de chuvas. Em relação à distribuição, Maria Dalva explicou: “Eu entreguei em uma missa na comunidade, numa reunião da Associação e em um intercâmbio que aconteceu em Barbalha” (Maria Dalva do Nascimento, entrevista, 2017).

Maria Dalva contou sobre outros eventos por onde circulou esse exemplar do Candeeiro e lembrou que durante um encontro na Bahia distribuiu a sistematização. Sobre a dimensão da circulação da experiência, ela não tem precisão, mas comentou que já aconteceu de chegar a eventos e encontrar o impresso.

A aproximação com Maria Irismar Vieira Linhares e Maria Dalva do Nascimento nos permitiu conhecer um pouco mais de suas histórias e da luta que vêm desenvolvendo juntas às famílias da comunidade. Maria Irismar continua no serviço de Agente Comunitária de Saúde. Maria Dalva está aposentada como professora, mas, sempre que surge oportunidade, presta serviço para a Prefeitura, na escola local. Elas dizem que essas atividades são importantes para sua vida.

Muitas histórias poderiam ser contadas a partir dessas duas mulheres de Lagoa do Juá porque elas são conhecidas de todos e todas da localidade e têm uma vida ativa. Participam das reuniões locais, de eventos em outras comunidades, entre outras atividades. No entanto, busquei ampliar as discussões na localidade a partir de outros olhares, como pode ser apresentado nos diálogos seguintes.

Como foi mencionado anteriormente, não seguimos um roteiro de perguntas de modo sistemático, para aprofundar as questões que julgávamos necessárias para a consolidação desta investigação. Também é importante ressaltar que, além da observação e da tomada de notas, as conversas fluíram naturalmente e renderam um documento bem extenso que não seria possível trazer de modo integral e, portanto, tivemos que fazer um recorte, priorizando as falas diversificadas e de pontos geograficamente diferentes da comunidade, de modo que temos depoimentos de pessoas do lado de baixo, conhecido como Lagoa do Juá I e do lado de cima, conhecido como Lagoa do Juá II, conforme nos explicaram alguns moradores. Isso pode até parecer um detalhe sem importância, mas, pela extensão da localidade, consideramos importante esta escolha e avaliamos que assim seria possível apresentar uma visão geral da comunidade, bem como do Candeeiro.

Um dos diálogos ocorreu com a agricultora Maria Meire Severiano de Andrade, 55 anos e fluiu inicialmente a partir da compreensão do contexto local e da funcionalidade do tanque de pedras no entorno da sua casa, que tem sido especulado por muitas pessoas de fora ao descobrirem que dentro do tanque existem ossos de animais como dinossauro, como foi mencionado em seção anterior.

A conversa foi bastante longa, durou cerca de 60 minutos. Depois de saber um pouco do reservatório e de alguns costumes locais, perguntei sobre o Candeeiro. Maria Meire disse que viu o boletim na casa da Maria Irismar e que, embora não se lembrasse da história com precisão, sabia que se tratava do armazenamento de água. Indagada sobre de que forma a experiência poderia influenciar nas suas práticas, ela explicou:

Também ajunto água em garrafa porque água aqui é difícil. Quando chove, tem muita água. Ali, ali é um riachinho, sabe? É escorrendo água direto, naquele fundo. Escorre água direto quando chove... Este tanque ai, ele enchendo, ele sangra aqui por cima desse serrote. Sangra pra lá... Aí tem água demais, mas mesmo assim ainda junto água... Comecei a juntar depois do jornalzinho... (Entrevista, Meire Severiano de Andrade, 2017).

Dois pontos podem ser considerados importantes nesse depoimento de Maria Meire Severiano de Andrade acerca da circulação do Candeeiro: o conhecimento da prática desenvolvida por Maria Irismar Vieira Linhares, através do boletim “O Candeeiro”, e o entendimento da importância dela, sendo, inclusive, replicada pela agricultora.

Maria Meire não se lembra de ter visto outros boletins como o de Maria Irismar, mas reconhece a importância dele para as pessoas que residem na comunidade: “O jornal é bom para o povo da comunidade ver... [Pra] quem não sabe, com o jornal, vê aquelas coisas e tende a aprender” (Maria Meire Severiano de Andrade, entrevista, 2017)⁵². A sistematização das experiências de Maria Dalva do Nascimento com as previsões de chuva não foi aprofundada pela entrevistada, muito embora tenha sido mencionada logo no início da conversa sobre o Candeeiro.

A compreensão de que o Candeeiro possibilita o compartilhamento das ideias e práticas é bem visível nos diálogos aqui mencionados, sendo inclusive replicada por algumas das pessoas entrevistadas. Essa ideia é fortalecida no diálogo com outras agricultoras da localidade.

[...] a experiência do jornal da Mazinha é muito boa, primeiro pela água, né? Tem muita gente que diz assim: “Ah, eu vou lá juntar água, se eu já tenho a cisterna em casa, se tenho açude perto de casa. Pois eu tenho duas cisternas, tenho essa aqui (aponta para a cisterna perto de casa) de beber, tenho a de segunda água para aguar as plantas e tem o açude ali (aponta em outra direção), que, se eu ligar meu motor, enche tudo de água, mas jamais eu deixo de juntar minha água nas garrafas, porque é como diz a Mazinha: ninguém tá esperando tempo ruim, mas, se um dia faltar, a gente está ali com aquela água para ajudar nas plantas. É uma experiência muito boa no jornalzinho (Maria Lucilda Diniz, entrevista, 2017).

Assim como Maria Irismar Vieira Linhares, que tem sua experiência de armazenamento de água em garrafas de plástico relatada no Candeeiro, Maria Lucilda Diniz (entrevista, 2017) também guarda suas garrafas com água. A agricultora tem muitas garrafas cheias, algumas encostadas na parede e outras em círculo ao redor das plantas.

⁵² Maria Meire Severiano de Andrade. **Comunidade Lagoa do Juá**. Entrevista concedida a Rosa Nascimento. Lagoa do Juá, 2017.

A prática foi adquirida a partir da leitura do boletim, que, segundo Maria Lucilda (entrevista, 2017), foi entregue em uma reunião da Associação de Pequenos Agricultores e tem servido de exemplo. “As experiências que a gente tem é assim; quando a gente começou a ir para as reuniões lá de baixo, a Mazinha sempre falava, né... E eu sempre gostava... Que as pessoas guardassem água nas garrafas para que, quando tivesse uma planta, aguar o tronco dela...” (Entrevista Maria Lucilda Diniz, 2017)⁵³.

Maria Lucilda Diniz ressalta que, nessa reunião, foi entregue o boletim para as famílias da localidade. Entretanto, esse não foi o primeiro espaço onde Lucilda Diniz ouviu falar do Candeeiro. A agricultora afirma que ficou sabendo da existência do boletim sobre Maria Irismar Vieira Linhares em uma reunião da qual participou na sede, município onde se localiza Lagoa do Juá, Itapipoca:

Quando foi um dia, nós fomos pra uma reunião lá no Cetrede, Itapipoca, aí lá uma mulher foi e me perguntou qual era de nós que morava perto da Mazinha, aí ela disse assim: “Me diz uma coisa, qual a experiência da Mazinha que vocês conhecem?”. Ela era de fora. Aí ela foi dizer: “Mas vocês estão sabendo que Mazinha fez um jornal das garrafas de água?”. Aí nós não *sabia* ainda e dissemos ‘não’. Aí ela disse: “Pois foi feito um jornal contando a história da Mazinha”. Aí nós começamos a ver a experiência da Mazinha, aí estamos fazendo, né? (Maria Lucilda Diniz, entrevista, 2017).

A partir do que é colocado por Maria Lucilda Diniz, é importante se observar os distintos espaços por onde foi sendo apresentado o Candeeiro e, muito embora ele tenha circulado por vários lugares e acontecimentos, não se vislumbra uma estratégia de distribuição. A agricultora ouviu falar do boletim por ocasião de uma reunião, e não em um evento realizado estrategicamente para esse fim. Da mesma forma, o boletim lhe foi entregue por ocasião de uma reunião da Associação na comunidade. Maria Lucilda Diniz não especificou se houve um lançamento do jornal, mas fala numa entrega.

Nesse caso específico, significa que o Candeeiro foi construído e entregue à família e que ela o distribuiu em eventos realizados na comunidade ou em visita às famílias, mas que não houve um momento de propagação desse boletim. Em outros espaços também foram entregues outros boletins que serão mencionados a seguir. Antes, quero trazer outros depoimentos de Maria Lucilda Diniz. Eles ampliam a discussão sobre os modos de comunicação na comunidade. O diálogo com essa agricultora me instigou, a saber, mais

⁵³ Maria Lucíola Diniz. **Comunidade Lagoa do Juá**. Entrevista concedida a Rosa Nascimento. Lagoa do Juá, 2017.

acerca de estratégias de comunicação em Lagoa do Juá. Também me leva a pensar de que forma estes incidem em suas experiências.

Desse modo é que me dispus a ficar naquela manhã de uma sexta-feira de novembro na casa de Maria Lucilda Diniz, quando foi possível estabelecer um diálogo com a família – no momento, composta por Maria Lucilda e o esposo. Procurei observar cada gesto e palavra da agricultura que eram manifestados. Depois, ela me levou até o quintal e me mostrou dezenas de garrafas cheias d'água, encostadas em uma parede da casa e uma plantação de frutíferas e hortaliças, bem situadas. Maria Lucilda Diniz nos conduziu até a área de entrada e trouxe uns monóculos para que nós víssemos as imagens fotografadas há mais de vinte anos.

Nesse momento, aproveitei para perguntar se existiam outras formas de comunicação na localidade. Foi quando ela falou de boletins e cartilhas de experiências e ainda me apresentou um gráfico e um mapa da sua área de produção. Ela citou, inclusive, a experiência de Maria Dalva do Nascimento, em uma cartilha do Projeto Florestação.

[...] tem uma cartilha que a Bibia fez também, mas eu também não lembro muito assim as coisas, não. Sobre as plantas. Tem até uma planta, uma foto dela, mas não tenho nada gravado assim de botar as coisas na cabeça. Sobre as plantas também, que ela ensinava como era pra regar as plantas, pra não aguar com veneno. Aí, aqui tinha umas plantas que deu uma bichinha branca, aí, nas reuniões, dona Bibia e Mazinha começaram a dizer que a gente botava a folha daquela planta (nim) ali no liquidificar, tirava o sumo e aguava. Só que eu nunca botei no liquidificador. Eu pego o pilão, piso, aí tiro uma garrafona dessas de dois litros bem cheinha e faço do jeito que elas dizem... Comecei aguando, aguando, pronto, não apareceu mais de jeito nenhum. Dona Dalva também que ensinou nós (risos). Tudo o que nós aprendemos aqui é nas reuniões que nós vamos lá pra baixo, nós aprendemos com elas. (Maria Lucíola Diniz, entrevista, 2017).

Pelo que é exposto nesse depoimento, percebe-se que o Candeeiro é apenas mais um dos meios e formas de circulação da informação na comunidade Lagoa do Juá. Outros modos de interação como as reuniões realizadas pela Associação dos Pequenos Agricultores e a vivência em outros espaços têm influenciado os conhecimentos e práticas dessas famílias que dialogaram conosco.

É importante ainda considerar que Maria Lucilda Diniz é uma mulher que participa ativamente dos eventos da comunidade. Ela tem ocupado outros espaços, como os intercâmbios, inclusive em outras localidades. Maria Lucilda fala de uma experiência que vivenciou ao visitar a comunidade Purão, no município de Trairi, na mesma região. A agricultora destaca que recebeu um boletim, distribuído por ocasião dessa visita. Maria

Lucilda Diniz ressalta ainda que foram compartilhadas ideias e ações desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras locais:

[...] quando visitamos a comunidade Purão, recebi um jornalzinho e uma cartilha. Sempre quando nós vamos eles dão um jornalzinho, mas não dava assim pra todas as pessoas, não. Tem um jornal que tem um senhor tirando frutas, caju, laranja, tudo do terreno dele... Lá na reunião eles ensinavam como é que a gente cuida do coqueiro, como é que a gente bota água, né? Como é que a gente deve aguar as plantas pra elas pegarem bem água, porque eu pensava que a gente botando água por cima da planta era o suficiente, mas não é. A gente bota água ao redor da planta, a gente pode aguar um pouquinho em cima dela, mas o certo é não botar bem no tronco dela. Botar ao redor que aquela água vai entrando para a raiz da planta. Eu não sabia disso. Foi através dessas reuniões que nós ficamos sabendo. Eu aprendi muito isso aí... Eu tinha muita vontade de possuir um pé de coqueiro, de possuir um pé de coité, pé de siriguela, pé de goiaba... Tudo isso agora eu tenho, até laranjeira. Antes eu não tinha nada, de jeito nenhum, porque eu plantava e não ia pra frente. Quando chegava numa altura, se acabava (Maria Lucilda Diniz, entrevista, 2017).

Ao final desse diálogo, perguntamos: “Então, para que serve o jornal?”. E ela respondeu: “Para avisar, dar as notícias pras pessoas”⁵⁴. Analisando um pouco essa prerrogativa de Maria Lucilda acerca do Candeeiro, é possível estabelecer que esse fazer comunicacional tem sido visto pelas pessoas e levado informações das histórias de cada local. Dessa forma, o boletim tem cumprido parte do seu propósito de visibilizar as ações desenvolvidas no meio rural.

Maria Lucilda Diniz não menciona a palavra “visibilidade”, que tanto tem sido discutida pela ASA, ao se referir à sistematização de experiências, mas se utiliza de um recurso rico, ao mesmo tempo de domínio popular e que profundamente reflete as ações da comunicação. Ela emprega a palavra “avisar” para destacar a função do informativo. Assim, acreditamos ser compreendido que o Candeeiro exerce o papel de difundir saberes, como se algo precisasse ser dito e compreendido – nesse caso específico, as ações desenvolvidas pelas agricultoras e agricultores.

Para a agricultora, o Candeeiro é uma forma de comunicar as histórias e se configura como um meio de ensinamento das ações.

O jornal serviu para ensinar, e quem quer botar em prática, aprender mesmo. Serviu pra muita coisa, porque aqui mesmo ajudou. Tudo isso é planta, umas tão soltando a bagem; outras, florando. Já tem outras que estão soltando a florzinha de novo, e aprendemos com as experiências (Maria Lucilda Diniz, entrevista, 2017).

Na fala de Maria Lucilda há uma aproximação com as reflexões anteriores trazidas por Ginzburg (1987) quando o autor defende que a circularidade está associada a

⁵⁴ Idem.

outras experiências dos sujeitos, além das leituras e dos contextos vividos. Maria Lucilda Diniz apresenta em seu relato o destaque para reuniões e conversas que lhe trouxeram conhecimentos, além de destacar o valor do Candeeiro.

Os distintos espaços de circulação das ações desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras são apontados também no diálogo com Raimunda Vieira. A agricultora de 29 anos descreve um evento na comunidade Purão, onde se discutiu práticas da agricultura, mencionado também por Maria Lucilda Diniz. “Na visita ao seu Moacir, ele explicou como era que fazia para aguar as plantas que ele tinha, pra ter experiência, tipo o armazenamento de água⁵⁵”. O intercâmbio é uma atividade realizada pelas instituições da ASA, como processo metodológico de troca de conhecimento, dos programas executados por essa instituição.

Nesta fala, Raimunda Vieira ressalta o intercâmbio como uma atividade de troca de saberes, ao mesmo tempo em que o coloca como um ambiente de convivência, de descobertas e apropriações de outros modos de cultivos das culturas regionais. Ainda pelo que é apresentado por Raimunda Vieira, o intercâmbio é também um espaço por onde circula o Candeeiro. Ela nos apresentou alguns exemplares e falou de algumas temáticas relacionadas aos títulos dos boletins, conforme a figura seguinte.

Figura 27 – Boletins “O Candeeiro”, de outras localidades, apresentados por Raimunda Vieira, de Lagoa do Juá



Fonte: Arquivos de Raimunda Vieira. (2017).

Os boletins que foram apresentados por Raimunda Vieira (entrevista, 2017) não são tão recentes. Tem boletim de 2009, outros de 2011, 2014 e 2015. É um tempo bastante longo para se guardar um impresso. Isso nos traz reflexões bem distintas. Por um lado, isso nos diz que, se essas sistematizações ainda estão conservadas, podem não ter sido utilizadas;

⁵⁵ Raimunda Vieira Linhares. **Lagoa do Juá**. Entrevista concedida a Rosa Nascimento. Comunidade Lagoa do Juá, 2017.

por outro, que, se ainda estão com Raimunda, é porque devem ter uma importância para a família. Também tive momento de dúvidas, inicialmente, quanto à leitura desses boletins, contudo, estas foram sendo esclarecidas com as falas de empoderamento de Raimunda Vieira sobre as experiências. Mesmo assim, ainda me arrisquei a perguntar se ela tinha lido o material e ela disse que sim.

Raimunda Vieira não foi a única mulher que me contou sobre outros Candeeiros. Outras pessoas da comunidade também trouxeram, em suas falas, experiências de outras localidades que remetem a experiências distintas, como o cultivo das culturas agrícolas nos quintais e a consolidação de coletivos na busca pela estocagem e a perpetuação das Sementes Crioulas.

No diálogo com Maria Irisneuda Vieira Linhares (entrevista, 2017), inicialmente, ela fala como ficou sabendo da experiência de Maria Irismar Vieira Linhares e, posteriormente, sobre outros temas, que certamente foram abordados em outros boletins. “A entidade do Certa fez a divulgação em um encontro e entregou pra cada participante” (Maria Irisneuda Vieira Linhares, entrevista, 2017).

Maria Irisneuda é professora aposentada da comunidade Lagoa do Juá e irmã de Maria Irismar Vieira Linhares. Pelo que ela contou, não foi sua irmã que lhe entregou o boletim, mas sim o Cetra. Também em sua conversa, ela não trata apenas do boletim de Maria Irismar e Maria Dalva do Nascimento, mas traz para a discussão outras experiências. Isso pode ser identificado no diálogo seguinte, que foi ampliado quando perguntei sobre a importância do Candeeiro para a comunidade:

É importante saber que essas pessoas fazem a diferença nas suas comunidades fazendo com que eles aprendam a cuidar melhor de sua saúde e de sua alimentação, porque cuidar dos seus quintais é cuidar da própria vida... E foi se espalhando essa notícia do candeeiro que são as ações feitas pelos próprios agricultores familiares que trabalham pra diminuir os agrotóxicos, as queimadas, diminuição do lixo. Alimentação orgânica, aproveitamento dos alimentos dos próprios quintais e, enfim, ter sua vida mais valorizada com igualdade de gêneros... Por isso que o Candeeiro é importante, pra que as famílias dessas comunidades que têm o Candeeiro possam copiar essas ações e ser bem multiplicada por outros agricultores do município todo e de outros lugares (Irisneuda Vieira Linhares, entrevista, 2017).

Ou seja, Maria Irisneuda conhece outras experiências que inclusive não foram identificadas por mim na comunidade. Isso significa que ela participa de outros eventos da região e que, certamente, nesses espaços também se fala do Candeeiro. Maria Irisneuda não fala se também desenvolve a prática de estocagem de água em garrafas, mas em seu quintal

tem bastante planta e criação de pequenos animais, o que pode ser uma experiência adquirida de outras pessoas.

Encontrei várias pessoas em Lagoa do Juá que conhecem a história de Maria Irismar Vieira Linhares para além do boletim O Candeeiro. A experiência já serviu de exemplo para muita gente da localidade, algumas de ouvir falar, outras pela leitura do boletim e outras ainda tiveram a oportunidade de conhecer de perto a história através de intercâmbio que ocorreu na comunidade. Foi o caso de Maria Eliana, conhecida como Nené, de 49 anos.

Maria Eliana (entrevista, 2017) fez toda uma contextualização da aproximação com a história de Maria Irismar e Maria Dalva do Nascimento para chegar ao Candeeiro. Primeiro, ela comenta a importância do trabalho das duas para a comunidade para depois falar da sistematização. “Conheço Dalvinha e Mazinha desde criança. São nossas chaves fortes, graça a Deus. O que eu mais admiro nelas é a disposição que elas têm para sair pra poder receber os benefícios da comunidade lá fora”⁵⁶ (Maria Eliana, entrevista, 2017). Eliana nos afirmou ter o Candeeiro de Maria Irismar Vieira Linhares e Maria Dalva do Nascimento em casa, no entanto, sua fala inicial é muito mais sobre a experiência com o quintal do que mesmo com o armazenamento de água.

O jornalzinho, ela trouxe o jornalzinho dela, nos mostrou e disse que a gente lesse a história dela, pra ficar gravado, pra passar pros nossos filhos, netos, quando eles tivessem mais adultos a gente contar a história dela, né? Então, é riquíssimo. Ela fica ali, ela mesma, às vezes sozinha, mas ela cuida daquele quintal dela com tanto amor. Nós já até recebemos benefício do quintal dela, acerola, ervas medicinais... No dia da celebração, ela levou limão. Não sei se era laranja-lima, *era* umas frutinhas do quintal dela que ela levou para saborear. Ela passa muito essa experiência, que a gente precisa cuidar bem, que nós precisamos plantar frutas para nós comermos frutas do nosso quintal, sem veneno, sem agrotóxicos, aquelas coisas todas que botam para prejudicar nossa saúde, então, elas nos passam essas grandes experiências (Maria Eliana, entrevista, 2017) .

Maria Eliana (entrevista, 2017) nos contou que conhece o quintal de Maria Irismar e sua fala fortalece a afirmativa. Pedimos para falar do Candeeiro, mas ela focou mais na experiência com hortaliças e frutíferas, como se o boletim representasse apenas um meio de informação de uma parte da experiência de Maria Irismar e o que houvesse de mais importante fossem as suas práticas.

Outra questão relacionada à circulação do Candeeiro enfatizada por Maria Eliana nos chamou a atenção: “[...] Mazinha nos mostrou o jornalzinho e disse que a gente lesse a história dela, pra ficar gravada, pra passar pros nossos filhos, netos, quando eles tivessem

⁵⁶ Maria Eliana. Lago do Juá. Entrevista concedida a Rosa Nascimento. Comunidade Lagoa do Juá, 2017

mais adultos a gente contar a história dela [...]”⁵⁷ (Maria Eliana, entrevista, 2017). Nesse diálogo, tanto Maria Irismar quanto Eliana fazem uma aposta nas possibilidades de transmissão do conhecimento por meio da leitura e memória da sistematização.

Pelo modo como Maria Eliana dialoga acerca da experiência de Maria Irismar Vieira Linhares, assim como outras pessoas da comunidade, ela circula oralmente. Durante a conversa, Maria Eliana não estava com o boletim, mas sabia contar a história assim como é apresentada no Candeeiro. Em outras casas outras mulheres também contaram a história de Maria Irismar Vieira Linhares, com o armazenamento de água em garrafas de plástico, bem como a experiência de Maria Dalva do Nascimento, com previsões de chuva, também sem o Candeeiro. Mesmo as mulheres que tinham o boletim na mão não olhavam para o papel. Elas falam da experiência a partir daquele boletim, mas não contam dele a partir da materialidade, mas contam a história e assim vão transmitindo a experiência.

No conto do Moleiro de Ginzburg (1987), as ideias são geradas pelas leituras dos documentos, bem como pela transmissão destes de pessoa para pessoa, passando inclusive de geração para geração, tanto é que Ginzburg (1987) conseguiu informações para além dos documentos escritos. As pessoas consultadas sabiam da história e, de alguma forma, haviam sido impactadas por ela.

A ideia de Maria Eliana (entrevista, 2017) acerca da circulação do Candeeiro está relacionada também aos estudos de Braga (2006), que chega a afirmar que, uma vez circulada, a informação ganha sentido, mesmo que os meios que a materializaram sejam destruídos. Certamente, Mazinha sabia que o impresso poderia ser posto fora, por isso ela recomendou que as ideias fossem transmitidas.

O sentido da circulação em Ginzburg (1987), assim como em Braga (2006), abrange desde o acesso aos materiais até a transmissão do resultado da ruminação que estes são capazes de provocar nos sujeitos. A apropriação dos sentidos está muito relacionada à forma como são emitidos e aos contextos em que estes se configuram, como afirma Thompson (2011), e é nessa perspectiva que também discutimos os usos e apropriações do Candeeiro em Lagoa do Juá.

5.2 Usos e apropriações do Candeeiro em Lagoa do Juá

Neste tópico, trazemos os usos e apropriações da sistematização de experiências no Candeeiro em Lagoa do Juá, a partir de uma visão teórica de apropriação das formas de

⁵⁷ Idem

comunicação apresentada por Thompson e De Certeau, bem como dos diálogos estabelecidos com as famílias da localidade, a partir de dois pontos principais: afetivo e educativo. Esses elementos serão empregados apenas à comunidade e às famílias, muito embora tenhamos também que fazer uma breve discussão dos usos do Candeeiro pelas instituições da ASA e pela rede de articulação.

Pelo que Thompson (2011) discute em seus estudos, os materiais de informação são estabelecidos em realidades distintas e os contextos influenciam o modo como estes são recepcionados e apropriados. Nessa perspectiva, um meio de informação poderá ser igualmente distribuído a pessoas distintas em uma mesma comunidade e ter interpretação diferenciada. Também poderá ainda circular entre pessoas distintas e, da mesma forma, ter impactos semelhantes. No caso de um material ser entregue a pessoas distintas em ambientes divergentes, a probabilidade de as apropriações serem divergentes é ainda maior, supondo que as pessoas que vivem em contextos semelhantes podem apresentar ideias igualmente semelhantes.

O entendimento das emoções humanas relacionadas aos modos de interação passa necessariamente pela compreensão do contexto onde os sujeitos estão inseridos (Thompson, 2011). O método etnográfico, estudado e apropriado por Malinowski (1985), permite uma imersão, acompanhada de técnicas como a observação, o diário e a entrevista junto aos sujeitos pesquisados em seu campo de atuação que possibilitam que essas questões sejam aprofundadas. A sensibilização que a imersão e a observação em campo geram é a principal forma de entender os mitos, conflitos e perspectivas de cada pessoa. Partindo dessa perspectiva, tentamos analisar os usos e apropriações do Candeeiro em Lagoa do Juá, destacando os pontos afetivo e educativo, como foi mencionado anteriormente. No entanto, inicialmente, quero trazer de forma breve os usos dessa sistematização de experiências pelas instituições da Articulação Semiárido Brasileiro, embora a investigação seja em Lagoa do Juá.

De acordo com a coordenadora de comunicação da rede de Articulação no Semiárido Brasileiro, Fernanda Cruz (entrevista, 2017), o Candeeiro apresenta-se como um instrumento democrático que é utilizado tanto pelas famílias quanto por outros públicos.

O Candeeiro chega também pras universidades, pra academia, e a gente vê como o Candeeiro tá sendo usado como objeto de estudo, inclusive pela sua inovação. Eu acho que ele é muito usado pela imprensa. Quando a gente entra na página do Candeeiro na internet, a gente vê a quantidade de acesso. As pessoas procuram. Ele é muito usado por nós quando a gente quer mapear uma experiência, quer conhecer alguma coisa, uma família que precisamos contar alguma história que fale de acesso à terra aqui no Ceará, a gente vai atrás do boletim pra olhar (Fernanda Cruz, entrevista, 2017).

Fernanda Cruz (entrevista, 2017) discute vários espaços e modos de utilização do Candeeiro como referência para os meios de comunicação, que querem abordar temas relacionados às experiências desenvolvidas no meio rural. Fernanda Cruz cita, inclusive, que o Candeeiro tem chegado também nas universidades, onde está sendo pesquisado.

Ou seja, pelo que a coordenadora de comunicação da ASA conta, há distintas formas de utilização da sistematização de experiências, que podem ser desde o mapeamento das experiências até a prestação de contas dos projetos que se utilizam das sistematizações como processos metodológicos de viabilização de suas ações.

Fernanda Cruz (entrevista, 2017) menciona ainda outros modos de uso do Candeeiro como um meio de prestação de contas dos projetos, feitos tanto pelos financiadores como pela ASA. “Ele é muito usado pelos financiadores para mapeamento das famílias e prestação de contas. A gente também usa pra prestar contas e multiplicar as experiências”⁵⁸, conta.

Da forma como Fernanda Cruz (entrevista, 2017) discute, o Candeeiro tem por objetivo cumprir várias funções, inclusive no campo educativo. “A gente tem usado também pra fazer programas de rádio, pra ter novas ideias, pra, inclusive, fazer nova sistematização em áudio. A gente liga pro agricultor, pede pra ele contar a história dele em áudio pra gente poder fazer essa sistematização”⁵⁹ (Fernanda Cruz, entrevista, 2017).

Cristina Nascimento, da coordenação do Cetra, uma das entidades que formam a ASA, e também da equipe de coordenação da rede de articulação, cita ainda outros eventos em que o Candeeiro é utilizado, como as oficinas de formação para gestão da água e produção de alimentos e os intercâmbios.

A partir das discussões de Cristina Nascimento (entrevista, 2017) e Fernanda Cruz (entrevista, 2017), entende-se que a sistematização de experiências na ASA é pensada estrategicamente como um meio de divulgação de suas ações, que são desenvolvidas pelo seu público – em sua maioria, agricultores e agricultoras –, e configura-se como um instrumento pedagógico de apropriação e multiplicação dessas ações.

Voltando à discussão dos usos e apropriações da sistematização de experiências em Lagoa do Juá, trazemos alguns depoimentos que dialogam sobre as questões. Tomamos como pontos principais de discussão os usos afetivos e educativos na localidade.

Thompson (2011) afirma que “a atividade de recepção se realiza dentro de contextos estruturados que dependem do poder e dos recursos disponíveis aos receptores em

⁵⁸ *Idem*

⁵⁹ *Ibidem*

potencial” (THOMPSON, 2011, p. 67). Isso nos leva a entender que, simbolicamente, as coisas são pensadas e estruturadas para um devido fim. Se olharmos para os meios de comunicação de massa, vamos perceber essa mediação, da mesma forma que ela também poderá ser identificada nos meios simples de interação.

Da forma como Thompson (2011) aponta em seus estudos, as ações de comunicação são cuidadosamente construídas dentro de estruturas padronizadas de comportamentos. Isso significa que a comunicação é planejada considerando os sujeitos direcionados e o seu contexto e, pela forma como é estabelecida, influencia também os modos de pensar. Se voltarmos à realidade atual e refletirmos sobre as influências que a mídia exerce sobre as pessoas, vamos compreender o que Thompson concebe. Há vários casos de reportagens em que as informações foram manipuladas. A mídia estabelece e as pessoas legitimam.

Thompson (2011) destaca ainda que:

No processo de recepção, os indivíduos usam as formas simbólicas para suas próprias finalidades, em maneiras extremamente variadas e relativamente ocultadas, uma vez que essas práticas não estão circunscritas a lugares particulares. Enquanto a produção ‘fixa’ o conteúdo simbólico em substratos materiais, a recepção o ‘desprende’ e o liberta para os estragos do tempo (THOMPSON, 2011, p. 66).

Se os sujeitos são livres para se apropriarem das formas de construção, não estariam eles livres de manipulação das ações? As reflexões de Thompson apontam que sim. O problema é que tudo é pensado estrategicamente com um fim e as representações simbólicas por si só já escravizam pela forma como direcionam os sentidos. Dessa forma, os sujeitos se tornam objetos de dominação.

Por outro lado, mesmo sujeito ao sistema dominador, a pessoa pode buscar meios e estratégias para as construções de sentidos a partir de vivências e saberes, podendo ser considerados de astúcias, conforme discute De Certeau (1998) em seus estudos. As astúcias, apontadas por De Certeau (1998), ou expertise, são caracterizadas pela forma criativa de reinventar a vida, a partir das práticas cotidianas de cada povo. Em Lagoa do Juá, as formas organizativas e de trocas dos conhecimentos são estratégias de fortalecimento de sua cultura e podem ser percebidas a partir das práticas, como é possível acompanhar mais adiante.

De todo modo, pelo que apresentam Thompson (2011) e De Certeau (1998), na perspectiva dos usos e apropriações das informações, há de se considerar os sentimentos e as

necessidades de gerenciamento de estratégias de utilização que o contexto requer. É nesta perspectiva que analisamos o Candeeiro em Lagoa do Juá.

O Candeeiro em Lagoa do Juá é utilizado de formas distintas por dois públicos: as mulheres (Maria Irismar Vieira Linhares e Maria Dalva do Nascimento), que têm sua experiência sistematizada, e o povo da comunidade de modo geral. O primeiro público utiliza-se do boletim para documentar sua experiência, fazer propaganda e ainda elevar sua autoestima. Um dos depoimentos de Maria Irismar Vieira Linhares fortalece esta hipótese. “O Candeeiro é um benção, eu guardo e distribuo entre as pessoas. Aonde eu vou, eu levo. Eu fico muito contente quando chego em algum lugar e encontro meu Candeeiro” (Maria Irismar Vieira Linhares, entrevista, 2017). Assim como para Maria Irismar, para Maria Dalva, não é tão diferente. Ela também faz uso do Candeeiro para organizar e materializar sua experiência e propagar. “Fiquei alegre com o Candeeiro porque a experiência estava lá e eu podia repassar” (Maria Dalva do Nascimento, entrevista, 2017).

Pelas observações, tomadas de notas e diálogos, o boletim de sistematização de experiência dessas duas mulheres foi entregue a elas, distribuído em eventos da localidade e em outras regiões, e está lá, guardado em suas casas. O fato de ter exemplar guardado representa também uma forma de utilização. A organização e a impressão do material são ainda discutidas por Maria Irismar e Maria Dalva como forma de documentar as ações que são desenvolvidas para o seu fortalecimento.

Além dessas discussões quanto aos usos do Candeeiro por Maria Irismar e Maria Dalva, há também a questão de afeto ou o sentimento que elas nutrem pelo jornal, o que também influencia os modos de utilização. Poder tocar, ver e ler um material que conta sua história parece surreal para um povo que historicamente foi esquecido pelos meios de comunicação. A fixação na parede, como foi encontrado, é uma forma de elevação desse sentimento.

Em relação aos usos e apropriações feitos por outras pessoas de Lagoa do Juá, eles são diversos. Tem pessoas que guardam os boletins cuidadosamente em uma pasta específica como um conto. Algumas famílias da localidade guardam mais de dois Candeeiros. Durante as visitas, as pessoas que tinham mais exemplares os apresentavam em formato de leque espalhado na mão. Pelas formas de apresentação, esses sujeitos pareciam brincar com o colorido que as sistematizações formam. Na medida em que me deparava com os impressos, tirava fotos dos exemplares e as famílias guardavam.

Também encontrei famílias que fixaram o boletim na parede da casa, como um quadro decorativo. Foi o caso de Maria Luzes Isidoro. A agricultora disse que, como não sabe

ler, pediu que sua filha lesse para ela e, em seguida, pregou na parede da sala. Maria Luzes não mora mais na residência onde foi fixado o Candeeiro, mas o caso despertou curiosidade pela intensidade como foi contado. Decidi visitar o local, acompanhada por Maria Irismar Vieira Linhares. A residência estava fechada e deteriorada. Abrimos a porta e olhamos as paredes. Na mesma localização em que ela nos situou estavam a marca da cola e a borda do material impresso.

Outras famílias não lembram o que fizeram do boletim. Algumas alegaram que ele foi posto fora, devido a mudanças na casa; outras deixaram na mesa, de onde foi extraviado, outras ainda nem se lembram se receberam a sistematização. Esse distanciamento das pessoas com a sistematização pode estar relacionado também ao fato de ele ter sido distribuído há mais de dois anos, como afirma Maria Eguilene do Nascimento, 28 anos (entrevista, 2017), ao dizer: “Tá com bastante tempo, não lembro muita coisa”. Um tempo bastante longo para se guardar na memória uma informação.

O Candeeiro em Lagoa do Juá também pode ser pensado como uma espécie de novidade para as pessoas, que o descrevem como um jornal. Elas admiram por verem a história de uma pessoa da comunidade no impresso. É como se o material legitimasse aquela história e a exaltasse. Dessa forma, a sistematização pode fortalecer a autoestima das pessoas, como a ASA aponta em seus documentos (Manual, 2012). Essa concepção é fortalecida no diálogo com Francly Iracilde Diniz Linhares, 50 anos. “Há o jornal da Mazinha... Era novidade, aí eu achei legal porque aonde ela vai junta as garrafinhas, aonde ela vai junta uma tampa e guarda pra quando precisar ter as tampas e as garrafas, né? Ela faz desse jeito” (Francly Iracilde Diniz Linhares, entrevista, 2017).

Além dessas formas de utilização, o Candeeiro em Lagoa do Juá cumpre também uma função pedagógico-educativa. Pelos diálogos, as sistematizações são utilizadas na localidade em eventos de encontros e formação, para mostrar o que existe de práticas desenvolvidas por agricultores e agricultoras no meio rural. Maria Eguilene do Nascimento (entrevista, 2017), em sua fala, menciona um evento em que foi apresentada a sistematização. “O Candeeiro não foi explorado, apenas [ficou] passando de mão em mão durante uma das reuniões do Cetra. Mas lembro que, na foto, aparecia a Mazinha mostrando garrafa e o quintal produtivo” (Maria Eguilene do Nascimento, entrevista, 2017).

Esses e outros modos de recepção do Candeeiro possibilitaram que houvesse uma apropriação das experiências, o que é possível perceber nos diálogos com as famílias. A maioria da comunidade segue lutando por condição de vida melhor, que passa pelo acesso ao armazenamento de água e à produção de alimentos como resultado das apropriações.

Thompson (2011) fala das apropriações como um processo que é construído gradativamente das recepções dos conteúdos ou pelo compartilhamento de outros modos de produção. Acerca da internalização do conhecimento, ele destaca:

A apropriação das formas simbólicas – e, em particular, das mensagens transmitidas pelos produtores da mídia – é um processo ou pode se estabelecer muito além do contexto inicial da atividade de recepção. As mensagens da mídia são comumente discutidas por indivíduos durante a sua percepção e depois; elas são, portanto, elaboradas discursivamente e compartilhadas com os círculos mais amplos de indivíduos que podem ter participado (ou não) do processo inicial de recepção (THOMPSON, 2011, p. 70 – 71).

Pelo que Thompson discute, os processos de construção do conhecimento revistados aqui como apropriação são pensados, elaborados e compartilhados. As ideias analisadas e aprofundadas em grupos é que são reconstruídas e dão a condição necessária para o seu cumprimento.

Além de conhecer, ler e divulgar o Candeeiro, muitas pessoas de Lagoa do Juá se apropriaram das informações das sistematizações locais e de outras regiões. Elas tiveram a oportunidade de discutir os boletins em reuniões, intercâmbios e até na Igreja e unificar os conhecimentos com as suas práticas.

Maria Lucilda Diniz (Entrevista, 2017), ao dialogar conosco sobre o cultivo de culturas no quintal, apresenta as fragilidades ocasionadas pela falta de conhecimento. Em um intercâmbio que ocorreu em Purão, no município de Trairi, foi que ela tomou conhecimento de como deveriam ser regadas as plantas. Maria Lucilda Diniz contou que as frutíferas em seu quintal foram sendo situadas na medida em que ela participava das reuniões e aprendia mais sobre as experiências.

O depoimento de Francly Iracilde Diniz Linhares (entrevista, 2017) também esclarece as formas de apropriação dos conhecimentos, bem como a implementação destes em sua área de produção.

A gente ia pra outras comunidades, aí as meninas traziam o jornal pra nos mostrar. Nós não ganhávamos, mas elas passavam pra nós vermos, né? Mostrava a gente. Aí tinha roça de melancia, jerimum. Um monte de criação nos terreiros, caju, tudo... Essas coisas assim. Tinha uns atilhos que o pessoal chamava. Aí nós *fazia* do mesmo jeito. Lá em casa, as minhas plantas eu coloco folhas no tronco. Eu não deixo ninguém ciscar minhas plantas. Eu junto o bagaço e coloco nos pés de planta pra manter molhada (Francly Iracilde Diniz Linhares, entrevista, 2017).

Francy Iracilde Diniz Linhares relata os conhecimentos que foi adquirindo e a forma como foi pondo em prática. Ela conta que fazia do mesmo jeito. Esse fazer igual estabelece a confiança que a agricultura deposita nas pessoas, também agricultores e agricultoras, que desenvolviam a prática. Francy não mencionou nenhum boletim que tenha falado da importância das folhas ou baganas no entorno das plantas, mas ela faz isso em sua plantação. Esse conhecimento pode ter sido adquirido tanto pelos compartilhamentos quanto pela ampliação de suas ideias que as vivências vão construindo.

Maria Eliana também se apropriou da experiência de Maria Irismar Vieira Linhares para colocar em prática uma ação de cuidado com o meio ambiente e se refere à experiência como um exemplo para sua família. “Eu sempre queimava as garrafinhas, mas aí a Mazinha foi e disse que fazia esse trabalho na casa dela, e eu, andando lá de vez em quando, achei interessante. Foi antes do jornal. A gente se conhece há bastante tempo”⁶⁰, afirma Maria Eliana (entrevista, 2017).

Maria Eliana (entrevista, 2017) alerta para a importância dos modos de recepção e apropriação das informações para o cotidiano. Maria Eliana acredita que o entendimento de determinada experiência possibilita que esta seja colocada em prática, desde que haja interesse para isso.

Se as pessoas puserem em prática a experiência da Mazinha, só *tende* a melhorar as coisas na comunidade, né, porque vem os benefícios pra cada um de nós e também pra natureza, né? Evita o desperdício de deixar aquelas garrafas no meio do tempo, pra ficar tanto e tanto tempo pra poder se acabar e ainda guarda aquela garrafa que vai servir pra aguar um pé de fruta, um pé de verdura, né! Então, é assim: ela passa pra nós grande experiência; se a gente *pôr* em prática, tem muito benefício (Maria Eliana, entrevista, 2017).

Maria Eliana (entrevista, 2017) demonstra uma apropriação das experiências de Maria Irismar Vieira Linhares e Maria Dalva do Nascimento que parece ter sido adquirida de uma vivência com o meio, e não apenas do boletim. A descrição da história no impresso se apresenta apenas como um relato. No seu depoimento, Maria Eliana (entrevista, 2017) não somente deixa claro que a prática é desenvolvida em sua casa como também transmite o que é importante como benefício para a comunidade. Nesse caso, as ideias são replicadas e se situam no contexto como ensinamento.

A partir dos materiais teóricos, bem como da vivência em campo, da observação, da tomada de nota e dos diálogos, percebe-se que o Candeeiro foi proposto pela ASA como

⁶⁰ Idem

um meio de informação e fortalecimento das experiências. Pela dinâmica de Lagoa do Juá, ele circula na comunidade, tanto por meio do material impresso como por informações geradas do compartilhamento e das ideias.

Os usos e apropriações ocorrem de modo pontual. Algumas pessoas receberam as experiências e as colocaram na prática do seu cotidiano. Algumas pessoas não valorizaram o material e extraviaram. De modo geral, esse material que é apresentado de forma impressa e oral influenciou, de alguma forma, a vida das pessoas da comunidade. Mas existem lacunas na forma de circulação e na apropriação do Candeeiro, que podem estar ligadas à falta de estratégias de divulgação e discussão das sistematizações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desafiei-me a pesquisar a circulação, os usos e apropriações do boletim “O Candeeiro” em Lagoa do Juá, a partir de um amadurecimento provocado pelas leituras que as disciplinas do mestrado propõem e das orientações, bem como de uma imersão em campo e do encontro com as pessoas e suas realidades no campo empírico estabelecido.

Inicialmente, a ideia era pesquisar a participação de agricultores, agricultoras e coletivos na construção do Candeeiro. Nessa perspectiva, a definição do campo empírico também era outra. Para estabelecer Lagoa do Juá como o lócus da investigação, foi necessário um amadurecimento, o que foi possível com a experiência em campo. Dessa forma, a pesquisa que parecia ser um estudo da participação dos agricultores, agricultoras e coletivos na construção do Candeeiro passou a ser uma investigação da circulação, dos usos e apropriações. Circulação porque eu precisava saber quem conhecia o Candeeiro e a sua relação com o boletim. Usos porque fui ver em que medida a comunidade usava o Candeeiro e as experiências no boletim. Apropriações porque fiz uma busca das ações desenvolvidas pelas pessoas que conhecem as experiências e a relação de suas práticas com aquelas que foram abordadas no Candeeiro.

Quando enviei o projeto com a proposta de pesquisa para a seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, não tinha uma definição da comunidade que iria pesquisar, da mesma forma que não havia um entendimento aprofundado do Candeeiro como uma proposta metodológica de trabalho de uma organização não governamental (ONG) para sistematizar experiências para fortalecer uma cultura num contexto de seca. Muito embora já discutisse essa prática como estratégia para visibilizar as ações desenvolvidas por agricultores e agricultoras na perspectiva da convivência com o Semiárido, ainda não tinha claros os principais questionamentos sobre circulação, usos e apropriações do Candeeiro.

Em relação ao campo empírico, pensava, inicialmente, em estabelecer três comunidades: Purão, no município de Trairi; Lagoa do Juá e Lagoinha, em Itapipoca, para investigar. Essa ideia foi sendo construída com o mapeamento das sistematizações de experiências na região e a orientação das instituições que trabalham nessas comunidades, entre elas, o Cetra (Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador) e a Cáritas Diocesana de Itapipoca. Feito esse mapeamento, me programei para visitar as comunidades. Fui duas vezes a Purão, sendo uma por ocasião da festa de aniversário de 50 anos de

casamento de uma das matriarcas do local e a outra pela realização da Feira Agroecológica e Solidária na localidade, que ocorre uma vez por mês.

Na segunda visita, tive a oportunidade de conhecer os sujeitos da experiência sistematizada na comunidade, que aborda o reuso de águas cinzas, e conversar com algumas pessoas sobre o Candeeiro. A abordagem foi importante para conhecer o local e o Candeeiro da comunidade. No entanto, eu precisava conhecer também as outras comunidades. Planejei ir a Lagoinha, mas, como o período era de chuva e as dificuldades de transporte eram grandes, não deu certo. Fui a Lagoa do Juá. As duas primeiras visitas na comunidade me aproximaram bastante das famílias e me permitiram fazer uma pesquisa exploratória, focando no contexto local e no Candeeiro. A partir de então, defini o campo da pesquisa e, como o tempo avançava, não fui mais a Lagoinha.

A ampliação da compreensão do Candeeiro como sistematização de experiências como uma estratégia metodológica de um programa foi sendo moldada à medida que eu me aproximava mais de sua realidade e estudava sobre a prática, muito embora, torno a dizer, eu tenha participado de oficinas e debate sobre a sistematização. Mas também há de se considerar que uma coisa é trabalhar com determinado objeto, outra coisa bem diferente é mergulhar na realidade, na qual fui me construindo como pesquisadora desse tema.

A vivência em campo, as observações, as tomadas de notas e os compartilhamentos foram importantes estratégias para a compreensão do objeto estudado, das distintas formas de vida em Lagoa do Juá e das abordagens que podem ter uma pesquisa etnográfica. A partir dessa experimentação durante dois anos e cinco meses de mestrado, posso trazer, aqui neste espaço de considerações, os pontos principais das descobertas. Tenho a humildade de dizer que os compartilhamentos aqui apresentados não representam uma conclusão da pesquisa realizada, pois muitas outras abordagens podem ainda ser feitas da circulação, dos usos e apropriações do Candeeiro. No entanto, há necessidade de se encerrar este ciclo, para, quem sabe, iniciar outro.

Lagoa do Juá, assim como qualquer outra comunidade rural, tem suas peculiaridades. Apresenta desafios, lutas e perspectivas. Em sua cultura, tem a garrafa d'água, que parece uma experiência muito simples, mas que, naquele contexto, tem toda uma importância, como se a cisterna, que é o principal reservatório de água na comunidade, não desse conta, e como se a água fosse sempre necessária. Há um mito da pedra encantada, uma enorme lagoa cercada por carnaúbas que enfeita o local e um tanque de pedras, que desperta a curiosidade das pessoas em querer saber se ali, algum dia, houve animais selvagens, como dinossauros, porque nas entranhas do tanque são encontrados ossos gigantes. Há a colheita e o

beneficiamento da palha da carnaúba, que se soma à economia local. Nesse contexto, o Candeeiro se estabelece e a investigação se configura a partir da compressão dessa conjuntura.

Percebi ainda que o contexto fortalece muito a troca de conhecimentos. É como se houvesse um encontro daquela comunidade por meio das experiências vivenciadas e as experiências que são transmitidas. No que se refere à água, são as necessidades que aquela comunidade tem enfrentado. Como se percebe, as próprias histórias do Candeeiro em Lagoa do Juá trazem o imaginário da água. Isso, conforme foi relatado pelas pessoas, está relacionado ao histórico de escassez desse recurso na localidade, bem como no Semiárido brasileiro, de modo geral.

Comprova, através da história de Lagoa do Juá, que existem realmente lendas e demandas por água, tanto no imaginário deles quanto da carência da água. Então, guardar garrafa de água não é só uma experiência; é uma experiência que faz parte do imaginário daquelas pessoas e de sua vida e seu cotidiano. O cuidado para que as plantas sobrevivam à seca também remete a isso.

A pesquisa fortaleceu a ideia de que o Candeeiro é um fazer comunicacional que sistematiza as experiências de agricultores e agricultoras e coletivos, entretanto, foi possível constatar que esse boletim circula timidamente entre as comunidades, mas que, mesmo assim, tem incidido nas ações das pessoas que o conhecem e estão ativamente ligadas às dinâmicas de compartilhamentos de conhecimentos. Com isso, percebi ainda que o processo de circulação desse e das experiências sistematizadas necessita de outras estratégias. Ele sozinho não dá conta da circulação das experiências. O processo de circulação precisa dos espaços de interação – no caso, as reuniões em comunidade, os intercâmbios e a cultura oral – para ser mais apropriado pelas pessoas.

Verifiquei que há uma circulação de outros Candeeiros produzidos em outras localidades na Lagoa do Juá. Isso significa que as sistematizações circulam de uma comunidade para a outra. Ao observar e trazer o conceito de circulação para a pesquisa, percebi que a circulação do boletim se soma à circulação das pessoas, porque elas vivem indo a festas, encontros e também viajam para reuniões que a própria ASA promove em outros estados. Lá elas conhecem outras experiências e falam sobre as suas. Isso é positivo e comprova que a ASA tem alcançado a circulação de experiências distintas entre as comunidades onde atua. Entretanto, é necessário se ampliar essa circulação, pois em Lagoa do Juá encontramos ainda poucos Candeeiros de outras localidades.

Descobri que há um protagonismo das mulheres na circulação do Candeeiro. Essas agricultoras criam sua própria rede de circulação para esse material que passa pelo cotidiano de trabalho. Maria Irismar Vieira Linhares, assim como Maria Dalva do Nascimento leva o material para reunião dos agricultores e agricultoras, reunião do Cetra, visitas e eventos paroquiais e distribui. Da mesma forma, outras mulheres de Lagoa do Juá também disseminam as experiências na medida em que falam sobre elas em outros espaços, seja em reuniões da comunidade ou nas visitas que fazem umas às outras.

Desse modo, entende-se que as mulheres constroem suas estratégias a partir de vários caminhos para fazer acontecer a circulação desse material. São elas que conhecem as pessoas, os ambientes. Tem competência de conhecimento da rede de onde fazem circular. Isso é uma astúcia adquirida da vivência do cotidiano e das necessidades.

Estudar circulação foi também pensar que a ASA tem as suas formas de fazer circular, mas que a comunidade tem as suas. Quando eles entregam o informativo em eventos, as próprias pessoas são responsáveis por fazer movimentar o material, em uma perspectiva circular das informações (Ginzburg, 1984; Braga, 2006). A cultura oral é outra forma de circulação, tendo em vista que muitas pessoas de Lagoa do Juá não conhecem o Candeeiro de Maria Irismar Vieira Linhares e Maria Dalva do Nascimento, mas sabem falar de suas experiências, porque conversaram sobre os assuntos em algum lugar e com alguma pessoa. A fala, a conversa, contar de um pro outro, as tradições, histórias contadas, isso também são modos de circulação. Tratando-se especificamente de Lagoa do Juá, quando o Candeeiro não chega às mãos das pessoas, outras pessoas falam sobre ele.

Os usos são distintos e se dão conforme cada realidade. Algumas pessoas guardam-no em pastas, outras em sacolas. Outras têm o Candeeiro como referência de saber. Lucilda Diniz (entrevista, 2017), por exemplo, tem no Candeeiro um ensinamento das práticas desenvolvidas no meio rural. Descobri que também teve família que, ao receber o boletim, fixou-o na parede, como algo importante para se olhar, ou ainda, para servir de referência. Holliday (2011) discute a sistematização de experiências nessa perspectiva. O pesquisador chega a afirmar que a prática de sistematização de experiências é uma forma de se ter um banco de dados, uma referência, e transmissão do conhecimento, inclusive.

Percebi ainda que as mulheres que têm suas experiências contadas no Candeeiro, Maria Irismar Vieira Linhares e Maria Dalva do Nascimento, utilizam-se dele para mostrar sua história, como se apenas falar delas sem nenhuma referência não fosse suficiente para mostrar seus saberes. Elas também se orgulham de ter o boletim. Olham com carinho para o impresso e dizem: “Minha experiência está aqui” (Mazinha, entrevista, 2017). O Candeeiro,

nessa perspectiva, configura-se também como um documento, utilizado para elevar a autoestima das pessoas e comprovar o que existe de experimentação, na prática. Há ainda o afeto e o sentimento que nutrem pelo jornal que também influenciam os modos de utilização, que elevam a autoestima dessas pessoas e de Lagoa do Juá.

As pessoas de Lagoa do Juá adquiriram o boletim em eventos da localidade e de outros lugares. O intercâmbio foi mencionado como um desses espaços de distribuição do Candeeiro.

Comprovei que os moradores e moradoras de Lagoa do Juá se apropriam do Candeeiro para fortalecer suas práticas. A relação com o boletim, bem como a participação nos encontros de formação e nos intercâmbios para troca de conhecimentos, possibilitou que eles se apropriassem das experiências. Fiz essa comprovação na medida em que as pessoas conversavam sobre ele e mostravam suas experiências, relacionando-as com algumas experiências desenvolvidas na região e sistematizadas no Candeeiro. Observei que, à medida que a comunidade usava o Candeeiro, usava também as experiências apresentadas no boletim, como uma apropriação dos saberes locais.

Constatai, inclusive, que a ASA não tem um trabalho com comunicador popular. Na verdade, ela contrata profissionais que não têm o mesmo perfil dos comunicadores populares vivenciados na década de 80, quando as lideranças comunitárias da própria comunidade é que exerciam esse papel. Desse modo, concluí que há uma mescla; é como se o conceito de comunicação popular perpassasse a experiência da ASA, mas não se pode considerá-la como uma experiência de comunicação popular. A ASA faz parte das comunidades, mas mantém constituição externa aos lugares onde produz o Candeeiro.

Em suma, pelo que foi apresentado, o que fragiliza a influência do Candeeiro sobre os modos de vida das pessoas é a circulação ainda reduzida do informativo propriamente dito. Faltam exemplos de lançamentos do impresso na comunidade, entrega deles na igreja ou em locais de comércio. Não fica claro o número de exemplares disponíveis para circulação na comunidade. Porém, quando o boletim se junta a outras formas de comunicação em reuniões e quando é mediado por instâncias mobilizadoras, atinge um alcance importante entre os moradores e moradoras de Lagoa do Juá.

Possivelmente, o modo de o Candeeiro circular em outras comunidades vai trazer semelhanças com elas, mas vai trazer também diferenças de histórias, de mitos, imaginários, porque cada lugar tem suas histórias e estórias.

A experiência de pesquisar em Lagoa do Juá foi prazerosa e riquíssima. Vivi momentos desafiadores e também de construções juntamente às pessoas que se dispuseram a

compartilhar os seus modos de vida. É algo que levarei para a vida inteira. Acredito que esta relação mais íntima de respeito e confiança, posso dizer, só foi possível com a etnografia, que me permitiu entrar em campo sem um engessamento que algumas metodologias de pesquisa podem construir, de ter que seguir as suas regras, como um roteiro de entrevistas, como afirma Angrosino (2009). Eu tinha um propósito e queria alcançá-lo, mas, antes de tudo, tinha o entendimento e a sensibilidade de perceber que, para a comunidade, minha pesquisa poderia não significar nada e que, mesmo que significasse, não era o mais importante para as pessoas. Os seus modos de vida são mais importantes do que qualquer forma de investigação deles, e eu sabia disso.

Com a flexibilidade do método etnográfico, eu me permiti ser eu mesma em todo o percurso dessa trajetória, inclusive no momento em que me coloquei para preparar o almoço das mulheres que estavam ocupadas com a preparação das prendas para o leilão, por ocasião da festa da padroeira local, Nossa Senhora da Saúde. Desse modo, os estudos etnográficos foram importantes para conhecer em detalhes a realidade pesquisada. Constatei que, certamente, se fosse um trabalho mais qualitativo, não teria tido a oportunidade desse conhecimento mais detalhado e específico.

Oliveira (2014) apresenta, em sua pesquisa realizada no Assentamento Itapuí, no Rio Grande do Sul, os resultados da etnografia e os resultados do gráfico construído para medir os resultados. De acordo com a pesquisadora, o gráfico revelou a mesma coisa da etnografia. Entretanto, a etnografia traz os detalhes das distintas histórias das pessoas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução José Fonseca; consultoria, supervisão e revisão desta edição Bernardo Lewgoy. – Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ASA. **Manual de Comunicação para mobilização social: uma estratégia de fortalecimento da ASA**. Recife-PE. 2012.
- ASA. **Relatório da Oficina de Comunicação: Recife PE, 25 e 26 de agosto de 2016**.
- BALDISSERA, Ruimar. (2014). Comunicação, cultura e interações nas organizações. In: Marchiori, Marlene (org.) **Cultura e interações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro, 2014. p. 87-99.
- BALDISSERA, Ruimar. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. In: *Organicom: revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*. São Paulo: Getcorp-ECA-USP, Abrapcorp, ano 6, Ed. especial, n. 10/11, p. 115-120, 2009b.
- BALDISSERA, Ruimar. Comunicação organizacional: uma reflexão possível a partir do paradigma da complexidade. In OLIVEIRA, Ivone de L.; SOARES, Ana Thereza N.(orgs). **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações**. São Caetano do Sul, SP.: Difusão, 2008a, p.149-77.
- BALEM, Tatiana Aparecida. **Sistematização de experiências em fruticultura**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2015. 62 p. : il.
- Baudrillard, Jean. *A sociedade de consumo*. Portugal: Edições 70, 2008.
- BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta a sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006. 341 p.
- BROCHARDT, Viviane Santos. **Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no Semiárido: a experiência da ASA**. 2013. 231f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial: Políticas e estratégias**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CAMBO, Salette Valesan. **ONGs e escolas públicas - Uma relação em construção**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- CASTELLS, Manuel. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

- CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis. Ed. Vozes, 1996.
- CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer.** v.1. São Paulo: Ed. Vozes, 1994.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis, Vozes. 1990.
- DE CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano: artes do fazer.** 3ª ed. – Petrópolis. Ed. Vozes, 1998.
- COSTA, A. B.; DIAS, C. R. B. de (2013). **Estado e sociedade civil na implantação de políticas de cisternas.** En Costa, A. B. (Orgs.). Tecnologia Social e Políticas Públicas. São Paulo: Instituto Pólis. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. 33 – 64.
- DUARTE, J.; BARROS, A. T. de (Org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2 ed. – reimpr: - São Paulo: Atlas, 2009.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais** – uma versão latino americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 240p.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos Estudos Culturais. Revista **FAMECOS**. Porto Alegre, nº 9. Dezembro, 1998. semestral 8. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuarios/Downloads/3014-10387-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2018.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. **Comunicação e recepção.** São Paulo: Hacker Editores, 2005.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In: Silva, Tomaz Tadeu da. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999. P. 136.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?.** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Sobre educação. Diálogos. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI: artigos e novos atores sociais,** 6. ed. – Petrópolis, RJ:Vozes, 2013.
- GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos Movimentos Sociais paradigmas clássicos e contemporâneos.** 8ª ed. São Paulo, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.
- GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização.** São Paulo: Cortez, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **500 ANOS DE LUTAS SOCIAIS NO BRASIL: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor.** Rev. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano:** Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. Buenos Aires: Paidós, 2004.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **A sistematização de Experiências:** prática e teoria para outros mundos possíveis. Tradução de Luciana Gafrée e Sílvia Pivero; colaboração Elza Maria Fonseca Falkembach. – 1 Ed. Brasília, DF: CONTAG, 2012. 332 p.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Sistematização de Experiências:** aprender a dialogar com os processos. Grafilinha Edição: CIDAC. Rio de Janeiro, 2007.

Instituto Agrônômico de Pernambuco. Sistematização de experiências. COLEÇÃO EXTENSÃO RURAL 2. Recife PE, Novembro, 2013.

WINKIN, Y. **A nova comunicação: Da teoria ao trabalho de campo.** Organização e apresentação: Etienne Samain. [Tradução Roberto Leal Ferreira]. – Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do pacífico ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 3. ed. São Paulo: Abril, 1984.

MALVEZZI, R. **Semi-árido – uma visão holística.** Série Pensar o Brasil e Construir o Futuro da Nação. Brasília: Confea, 2007.

MARCONDES FILHO, Ciro. Comunicação, uma ciência inexata e, rigorosa. In: DRAVET, F; e CASTRO, G. de; CURVELLO, J. J. **Os saberes da comunicação.** Brasília: Casa das Musas, 2007, p 35-46.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Tradução: Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997. 360 p.

Martins, Ronei Ximenes. Metodologia de pesquisa: guia de estudos / Ronei Ximenes Martins. – Lavras : UFLA, 2013.

MILANI, Carlos Sanchez et al. **Roteiro de sistematização de práticas de desenvolvimento local.** Salvador: CIAGS, 2005.

MINAYO, Cecília Souza de. (Org.) (2011). **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade.** 30 ed.– Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MINAYO, Cecília Souza de. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009).

OLIVEIRA, Catarina Tereza Frias de. **Comunicação, recepção e memória no Movimento Sem Terra: etnografia do assentamento Itapuí/RS**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC). 2014.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Frias de. **Direito a palavra: comunicação, cultura e mediações políticas** - a experiência das rádios comunitárias. 1994. 234 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. (2008). **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. *Palavra chave*, 11(2), 367-379.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Revistando os Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – Brasília, 6 a 9 de setembro de 2006.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. 2008.

SANCHEZ MILANI, C. et al. (Coords.). **Roteiro de sistematização de práticas de desenvolvimento local**. Salvador: CIAGS, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Rede de Movimentos Sociais – 4. ed.**, São Paulo: Edições Loyola, 2009.

SILVA, A. P. G. da e outros. **Sistematização de Experiências**: Instituto Agrônomo de Pernambuco - Vinculada à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária. Recife PE, 2013.

Sistematização de experiências/ Ana Paula G. da Silva... [et al.] – S623e Recife: Instituto Agrônomo de Pernambuco-IPA, 2013. 22p. (IPA. Coleção Extensão Rural, 2).

THOMPSON, John Brookshire . **A mídia e a modernidade: uma teoria da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. 12. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SCHMITZ, Daniela Maria. Consumo, sentidos, usos e apropriações nas pesquisas de recepção: nem tão sinônimos, nem tão distantes. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p.255-275, set./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201534.255-275>.

SOUZA, João Francisco de (2000). Sistematização. En Souza, F. de.; p. 33-35. FUMAGALLI, Dirceu; SANTOS, João Marcelo Pereira dos; BASUALDO, Maria Esther (Orgs). **O que é sistematização? Uma pergunta. Diversas respostas**. São Paulo, dez. 2000.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial: Políticas e estratégias**. São Paulo: Saraiva, 2009.

TORQUATO, Gaudêncio. **Comunicação empresarial-comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas**. 5a ed. São Paulo: Summus, 1986.

**ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGRICULTORES E
AGRICULTORAS DE LAGOADOJUÁ**

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Período vivido na comunidade
- 4) Ocupação na comunidade
- 5) Características da comunidade
- 6) Conhece o Candeeiro?
- 7) Conhece as experiências da comunidade sistematizadas no Candeeiro?
- 8) Conhece outras sistematizações de experiências além destas dos informativos de Lagoa do Juá?
- 9) Como conheceu o Candeeiro?
- 10) Tem o Candeeiro de Lagoa do Juá?
- 11) Tem outras sistematizações de experiências produzidas no Candeeiro de outras localidades?
- 12) Como e onde adquiriu o Candeeiro?
- 13) Qual a importância do Candeeiro para a comunidade?
- 14) Como se utiliza do Candeeiro?
- 15) Qual a relação de sua experiência com as experiências produzidas no Candeeiro?

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA ASA

Identificação

1. Nome:
2. Idade:
3. Função:
4. Tempo de atuação na ASacom:

5. A comunicação da ASA

- 5.1 Como se caracteriza a comunicação da ASA?
- 5.2 Quais são as estratégias de comunicação da rede?
- 5.3 Como tem sido o debate da comunicação, feito pela ASA, para além dos instrumentais?
- 5.4 Como a ASA debate a comunicação popular?
- 5.5 Essa comunicação é discutida pela ASA a partir de qual referencia?
- 5.6 Como a ASA caracteriza o comunicador popular?
- 5.7 Qual a participação dos/as comunicadores/as populares nos processos de comunicação da ASA?

6. A sistematização de experiências

- 6.1 Como a ASA discute o conceito de sistematização de experiências?
- 6.2 Como é inserido esse conceito a partir do Candeeiro?
- 6.3 Considerando que a ASA apropria-se da sistematização de experiências como estratégia de um programa, como tem sido esse desenho e o diálogo junto aos financiadores para que de fato ela apareça como componente?

7. O candeeiro

- 7.1 Qual o lugar do Candeeiro na comunicação da ASA?
- 7.2 Como esse boletim é construído?
- 7.3 Quais são as estratégias de divulgação do Candeeiro?
- 7.4 Você já esteve presente em algum momento de distribuição do Candeeiro?
- 7.5 Poderia narrar alguma história contada pelo Candeeiro?
- 7.6 Como esse boletim é utilizado?
- 7.7 Quem utiliza-se do Candeeiro?

ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA ASA

Identificação

8. Nome:
9. Idade:
10. Função:
11. Tempo de atuação na coordenação da ASA:

12. A comunicação da ASA

13.
 - 13.1 Como é feita a comunicação da ASA?
 - 13.2 Quais são as estratégias de comunicação da rede?
 - 13.3 Como tem sido o debate da comunicação, feito pela ASA, para além dos instrumentais?
 - 13.4 Como a ASA debate a comunicação popular?
 - 13.5 Como a ASA caracteriza o/a comunicador/a popular?
 - 13.6 Qual a participação do/a comunicador/a popular nos processos de comunicação da ASA?

14. A sistematização de experiências

- 14.1 Qual tem sido o debate da ASA acerca da sistematização de experiências?
- 14.2 Considerando que a ASA apropria-se da sistematização de experiências como estratégia de comunicação garantida por um programa, como tem sido esse desenho e o diálogo junto aos financiadores para que de fato ela aconteça?

15. O Candeeiro

- 15.1 Como surgiu a ideia do Candeeiro?
- 15.2 Como esse boletim é construído?
- 15.3 Quais são as estratégias de divulgação do Candeeiro?
- 15.4 Você já esteve presente em algum momento de distribuição do Candeeiro?
- 15.5 Poderia narrar alguma história contada pelo Candeeiro?
- 15.6 Como esse boletim é utilizado?
- 15.7 Quem se utiliza do Candeeiro?

ANEXO D – A EXPERIÊNCIA MAZINHA – FRENTE



O Candeeiro

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Ano 8 · nº2000
Agosto/2014
ITAIPOCA



Ceará

Mazinha Engarrafa Tempo



Mazinha engarrafa água em garrafas pet. Esse hábito é herança do que seus olhos viram e sua história ensinou: “Eu ouvi na capacitação que era preciso ter consciência do uso da água, então pensei em armazenar mais e continuei juntando e enchendo garrafinhas”, conta Mazinha exibindo o sorriso largo. Ela narra, como quem ensina, que a vida “pra trás” era pior, o acesso à água era mais difícil, chegava a 30 minutos de caminhada na passada ligeira da agricultora. O rio já cansado, que

aos poucos foi sendo desmatado, era quem fornecia a água para a comunidade Lagoa do Juá, em Itaipoca, lugar de morada de Mazinha e sua família.

Maria Irismar e Luzimar Vieira estão casados desde 1977, ambos têm sua história fincada no chão da comunidade: se conheceram, namoraram, casaram e tiveram seus filhos ali. Quando pensaram em se distanciar do pedaço de chão de onde vieram, o pertencimento falou mais alto e ali construíram seu dia a dia, como explica dona Mazinha: “Primeiro moramos uns dois anos em outra casa que era mais longe, daí papai disse assim 'minha filha é bom vocês morarem lá na Lagoa do Juá mesmo, que é terra de herança e aqui, nesse lugar, vocês vão produzir só pros outros' então viemos pra cá”.

Mazinha engarrafou sua história na Lagoa do Juá e, consciente disso, tornou-se uma pessoa ativa na comunidade participando da associação local, contribuindo com as ações da igreja e atuando, como voluntária, na pastoral da criança, onde auxiliou no combate à desnutrição infantil. Porém, em 1998, outro desafio apareceu para a agricultora, agora, como agente de saúde, que descobriu ser mais que um trabalho, uma vocação, embora a agricultura não saia de sua vida: “eu gosto muito desse trabalho de agente de saúde, mas da agricultura eu não deixo nunca, eduquei meus filhos a trabalharem, aí quando comecei a trabalhar eu não tive dificuldades, os meus filhos já conheciam o dia a dia da agricultura e passaram a cuidar do campo e da casa enquanto eu saía pra visitar a casa das pessoas”, conta a agricultora.

ANEXO E – A EXPERIÊNCIA MAZINHA – VERSO



O Candeeiro

Ano 8 - nº2000
Agosto/2014

ITAIPOCA



Programa Uma Terra e Duas Águas

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Ceará

Mazinha Engarrafa Tempo



Mazinha engarrafa água em garrafas pet. Esse hábito é herança do que seus olhos viram e sua história ensinou: “Eu ouvi na capacitação que era preciso ter consciência do uso da água, então pensei em armazenar mais e continuei juntando e enchendo garrafinhas”, conta Mazinha exibindo o sorriso largo. Ela narra, como quem ensina, que a vida “pra trás” era pior, o acesso à água era mais difícil, chegava a 30 minutos de caminhada na passada ligeira da agricultora. O rio já cansado, que

aos poucos foi sendo desmatado, era quem fornecia a água para a comunidade Lagoa do Juá, em Itaipoca, lugar de morada de Mazinha e sua família.

Maria Irismar e Luzimar Vieira estão casados desde 1977, ambos têm sua história fincada no chão da comunidade: se conheceram, namoraram, casaram e tiveram seus filhos ali. Quando pensaram em se distanciar do pedaço de chão de onde vieram, o pertencimento falou mais alto e ali construíram seu dia a dia, como explica dona Mazinha: “Primeiro moramos uns dois anos em outra casa que era mais longe, daí papai disse assim 'minha filha é bom vocês morarem lá na Lagoa do Juá mesmo, que é terra de herança e aqui, nesse lugar, vocês vão produzir só pros outros' então viemos pra cá”.

Mazinha engarrafou sua história na Lagoa do Juá e, consciente disso, tornou-se uma pessoa ativa na comunidade participando da associação local, contribuindo com as ações da igreja e atuando, como voluntária, na pastoral da criança, onde auxiliou no combate à desnutrição infantil. Porém, em 1998, outro desafio apareceu para a agricultora, agora, como agente de saúde, que descobriu ser mais que um trabalho, uma vocação, embora a agricultura não saia de sua vida: “eu gosto muito desse trabalho de agente de saúde, mas da agricultura eu não deixo nunca, eduquei meus filhos a trabalharem, aí quando comecei a trabalhar eu não tive dificuldades, os meus filhos já conheciam o dia a dia da agricultura e passaram a cuidar do campo e da casa enquanto eu saía pra visitar a casa das pessoas”, conta a agricultora.

ANEXO F – A EXPERIÊNCIA COM OS SEGREDOS DA CHUVA – FRENTE

O Candeeiro

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Ano 8 · nº2076
Dezembro/2014

Itaipoca/Trairi



Ceará

Os segredos das chuvas

Agricultores contam suas experiências de previsão de chuvas, a partir dos sinais da natureza.

Curiosidade, paciência, observação. Essas características são comuns aos três agricultores que aprenderam a conversar com a natureza e traduzir seus sinais, para identificar as próximas chuvas. Algumas experiências foram preservadas e repassadas pelos 'mais velhos', como eles mesmos chamam. Outras são frutos da pesquisa dos próprios agricultores.



Dona Dalvinha

Dona Dalvinha, agricultora da comunidade Lagoa do Juá, em Itaipoca, se apropriou de muitos conhecimentos dos pais e avós, por si só. “Eles não repassavam diretamente pra nós, eu ouvia eles conversando com as outras pessoas e eu sempre fui curiosa”, afirma Dalvinha. Seu Zé Júlio, mora em Vieira dos Carlos, Assentamento Várzea do Mundaú, em Trairi, e também aprendeu dos mais velhos, pela sua curiosidade: “o meu pai biológico, tem 92 anos, o que me criou era vaqueiro e era o gerente aqui da fazenda. Ai o povo ia pra lá na boca da noite, conversar, contava dessas do inverno. Ai eu, menino, escutava aquelas histórias deles e ficava observando, e prestando atenção.”

Seu Mamede, vizinho de Zé Júlio, também trás esses conhecimentos dos pais e avós, e hoje apesar dos problemas de visão, continua a observar, através dos olhos da esposa, Maria, e dos amigos os sinais da natureza. “Ontem, antes de nós se deitar, a Maria estava aqui assistindo televisão, e eu ali dentro. Ai a Maria chegou e disse: eu nem te digo uma coisa, era tanto dos bizorinhos na luz, como no inverno. Eu disse assim: - Maria me diz uma coisa, e os bizorinhos eram inhazados (tinham asas) ou eram peladinhos. Ela disse: - Inhazado. Eu perguntei: - Eles tinha as asas pequenas? –

ANEXO G – A EXPERIÊNCIA COM OS SEGREDOS DA CHUVA – VERSO

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas • Articulação Semiárido Brasileiro – Ceará

“Não era formado já. – Maria, eu disse, é sinal de chuva”.

O ano passado, o inverno foi pouco e quando ia chover as formiguinhas falavam pra mim”, afirma Dona Dalvinha. Para descobrir se as águas da chuva estão próximas, ela observa quando as formigas constroem seus formigueiros mais altos, e retiram muitas coisas de dentro deles. “Eu confio muito nas formigas, porque ela é da natureza, né? Eu acredito que elas entendem muito mais do que eu. Eu sou apenas a esperança elas é que ficam falando pra mim, de uma forma que ninguém entende, mas eu entendo o que elas estão querendo dizer”.

Além das formigas, Zé Júlio observa também o mar. “Uma experiência que eu tenho são as marés brigando. A lua cheia bota numa base, a lua nova vai e bota mais, a lua cheia vem depois e bota mais do que a lua nova. Isso são as marés brigando. Ai ano passado não houve isso, ano passado nem maré houve. Houve maré sim, mas não de briga, não tinha crescimento. E quando as marés estão brigando, tem inverno” explica animado.

Desde os três anos de idade, Dalvinha lembra da experiência da observação da Lua. “Os mais velhos falavam assim, que quando a Lua tivesse pendida pra o mar, certamente no próximo mês teria chuva. Se ela não tivesse pendida pra o mar e se no sertão ela estivesse direto, não teria chuva. Essa experiência aí eu guardei desde os três anos de idade, mas só vim executar depois de dez, quinze, vinte anos”.



Zé Júlio

Outra experiência de Zé Júlio, é a presença de círculos no sol, e a localização da chamada, Estrela Dalva. “Se ela puxar pra praia não vai ter chuva, mas se ela tiver no nascente. Se ela tiver no poente, ela tem que puxar pra praia. É diferente. Se ela tiver pro poente e puxar pro sertão já não é bom”.

A esperança desses agricultores, e o que revelam os sinais, é que haverá mais chuvas em 2015, na região onde vivem. Como explica Zé Júlio pela observação que faz no mês de outubro. Ele conta os primeiros sete dias de outubro, que devem estar nublados, como garantia de chuva nos primeiros meses do ano seguinte. “É do dia primeiro ao dia sete de outubro. Dia primeiro é janeiro, dia dois é fevereiro, três é março e assim por diante, até o dia seis que é junho e julho que é sete”.

“Tenho bastante esperança que vai chover, até porque no passado eles diziam que quando uma árvore chorava, era chuva na certa, e aí eu tenho uma experiência assim, de um pé de siriguela. Quando ele solta muita resina, aí parece que é tempo de chuva. A minha esperança é que ele está nos dizendo que vai haver uma chuva pelo mês de janeiro”, explica Dalvinha sobre o próximo ano.

Todas essas experiências, e muitas outras fazem parte da cultura dos agricultores e agricultoras do Semiárido, e assim como as tecnologias sociais, foram criadas por eles, a partir da observação da natureza, para que possam resistir no clima Semiárido, saber a hora certa de plantar. São os homens e mulheres camponeses convivendo e aprendendo com a sua relação com a natureza.

Realização



Apoio



ANEXO H – A EXPERIÊNCIA DO COLETIVO DA CASA DE SEMENTES FAUSTIVO DE SOUSA – FRENTE

O Candeeiro

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Ano 10 · nº 2095
Março/2016

Itapipoca



Ceará

Estocar é resistir

A experiência da Casa de Sementes José Faustino de Sousa



Jacinta, Gerson, Francisca Evaneide, Marcos Venício e Geraldo Faustino com o estoque de sementes nativas

A terra da comunidade de Lagoinha, em Itapipoca (CE), foi regada a muito suor. Foi do suor de homens e mulheres que floresceu o trabalho comunitário que se tornou marca da comunidade. No começo foi preciso um tiquinho de incentivo, como conta o agricultor Geraldo Faustino de Sousa ao lembrar que o pai, o agricultor José Faustino de Sousa, colocava lenha nesse tal de trabalho coletivo. O trabalho comunitário é realizado até hoje toda semana na comunidade. São tarefas como construções, roçados, cercas, bater a estrada e o que mais a comunidade apresentar de necessidade.

A comunidade da Lagoinha tem atualmente 99 famílias que se organizam através da Associação de Pequenos Agricultores da Lagoinha I. Um local próprio para guardar as sementes crioulas da comunidade é algo recente, mas a ideia de estocar não é nova. Os agricultores e agricultoras já guardavam suas sementes nativas em casa a várias gerações. A Casa de Sementes José Faustino de Sousa foi construída no ano de 2010 com

ANEXO I – A EXPERIÊNCIA DO COLETIVO DA CASA DE SEMENTES FAUSTIVO DE SOUSA – VERSO

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas • Articulação Semiárido Brasileiro – Ceará

recursos de projeto executado pela Cáritas juntamente com recursos da própria comunidade. Atualmente a casa conta com 41 sócios cadastrados, sendo equilibrado o número de homens e mulheres, e todo o empréstimo e devolução de sementes nativas é feita com recibos. As agricultoras e agricultores que pegam sementes na casa se comprometem a devolver o dobro do que levaram.

A casa, que guarda variedades de sementes como feijão, milho, gergelim, sabiá e pau Brasil, se tornou o principal ponto de referência da comunidade, e é também uma forma de fortalecer a memória da comunidade da Lagoinha. “Nós podemos manter a história. O sentimento é de manter a história, a tradição das famílias. As famílias tem suas preferências e já sabe que tipo de semente se deve plantar em cada período do inverno”, conta a agricultora Jacinta Maria de Sousa Lima.



Ficha de cadastro e recibo da casa de sementes



Espaço de experimentação agroecológica da casa de sementes

O estoque inicial da casa foi formado com sementes que os agricultores e agricultoras já guardavam em casa, mas com o tempo o estoque e variedades foram crescendo. Variedades de milho e feijão que a comunidade havia perdido foram recuperadas através de intercâmbios de experiência. Exemplo disso é o feijão Jaguaribe, que é um feijão “custoso”. “Através da casa participamos de intercâmbios e conhecemos muita coisa nova, muita semente nativa que não conhecíamos”, conta o agricultor Venício Faustino Alves sobre os intercâmbios de experiência. A Casa de Sementes José Faustino de Sousa faz parte da Rede de Intercâmbio de Sementes - Ris Três Climats e tem sido fortalecida entre os anos de 2015 e 2016 através do projeto Sementes do Semiárido executado pelo CETRA.

A partir da estocagem da semente crioula se fortaleceu também na comunidade o debate sobre alimentação saudável. Afinal, como lembram os agricultores e agricultoras, quem planta sua semente nativa no quintal sabe exatamente o que está comendo. E é com a certeza de que estão produzindo alimentos saudáveis que a comunidade realiza toda primeira quinta-feira do mês sua feira agroecológica e mantém um espaço de experimentação agroecológica ao lado da casa de sementes. As agricultoras e agricultores da Lagoinha expressam no sorriso a felicidade de poder compartilhar a experiência da comunidade, e a alegria de que a semente crioula seja motivo de união e valorização da história de um povo.



Agricultoras/es na entrada da casa de sementes

Realização



Apoio



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome



ANEXO J – A EXPERIÊNCIA COM O QUINTAL PRODUTIVO DE MOACIR – FRENTE



Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Ano 7 · nº1122
Novembro/2013

Trairi



Ceará

Tecnologias Sociais transformando vidas

Quintal do seu Moacir

Seu Moacir, 52 anos, morador da comunidade Purão localizada no município de Trairi, Ceará, chama a atenção pelo modo descontraído de levar a vida, com muito humor e humildade. É casado com Dona Vera, 48 anos, uma mulher muito sorridente e trabalhadora. O casal tem quatro filhos e cuida com muito prazer e orgulho do seu quintal, de onde tiram o sustento durante todo o ano.

Há três anos sua filha Raquel participou de um encontro promovido pelo Cetra (Centro de Estudos e Trabalho e Assessoria ao Trabalhador) em Fortaleza.

Quando foi questionada sobre as dificuldades da sua comunidade no interior, ela respondeu que uma delas era a falta de água. Tempos depois, Seu Moacir recebeu a visita do técnico Sérgio Veríssimo do Cetra com a proposta de que ele fosse um dos beneficiários da cisterna-calçadão. O início da construção da cisterna não foi fácil, pois seu Moacir não tinha conhecimento sobre o processo, mas com o incentivo e a assessoria técnica concluiu a construção. “Eu fui lá pra acolá assim de noite, aí eu me sentei lá e imaginei, rapaz como eu consegui fazer isso? Foi Deus, foi milagre de Deus porque eu só não tinha conseguido não.”, lembrou Seu Moacir.

Junto com a construção da cisterna veio o quintal produtivo, de onde é tirada uma parte da renda da casa durante o ano inteiro. Antes a família vivia da roça de milho, feijão e mandioca e da coleta da castanha. Hoje, além disso, a família tem a possibilidade de ter uma nova renda, melhoria da sua alimentação e do desenvolvimento das práticas agroecológicas.



Seu Moacir mostra com orgulho os seus canteiros



Seu Moacir e Dona Vera

ANEXO K – A EXPERIÊNCIA COM O QUINTAL PRODUTIVO DE MOACIR – FRENTE

Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas • Articulação Semiárido Brasileiro – Ceará

Cheiro verde garante a renda familiar de Seu Moacir e Dona Vera



A cisterna-calçadão foi a primeira conquista



Seu Moacir afirma “Hoje vendo as hortaliças na comunidade e mesmo assim esse quintal não dá conta, porque o povo sempre quer comprar. Todo dia vendo de 10 a 15 mói de cheiro verde.” Dessa forma o quintal trouxe melhorias não só pra família de seu Moacir, mas pra toda a comunidade que tem a possibilidade de comprar alimento de qualidade próximo de casa.

Na fala do casal é evidente o carinho e amor que eles têm pelo quintal e pela cisterna. Seu Moacir diz que não importa o que ele gastar em manutenção ou comprar de água pra cisterna, pois é ela que mantém o sustento da família. “Muito não, mas dinheiro no bolso não falta.” afirma Seu Moacir. Dona Vera, apesar de trabalhar na escola, fala que se pudesse passava o dia cuidando do quintal e das suas galinhas.

O gosto pelo quintal também se deve à diversidade nele encontrada, como a produção de tomate cereja, cebola, alface, coentro, pimenta, plantas medicinais, entre outras. Que são produzidos de forma agroecológica, trazendo benefícios para a família, o meio ambiente e a comunidade.

Realização



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome



Apoio